

FACULDADE DE DIREITO MILTON CAMPOS - FDMC

CONSELHO SUPERIOR - CONSU

RESOLUÇÃO Nº 004, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2022

*Aprova o Plano de Desenvolvimento
Institucional – PDI da Instituição.*

A presidente do Conselho Superior, diretora da Faculdade de Direito Milton Campos, professora **Tatiane Cristina Franco Puiati**, no uso de suas atribuições regimentais e;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar, *ad referendum*, do Conselho Superior - CONSU, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, período 2022 - 2026, desta Instituição de Ensino Superior, anexo a esse documento.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpra-se.



**TATIANE CRISTINA FRANCO PUIATI
PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR E DIRETORA
FACULDADE DE DIREITO MILTON CAMPOS - FDMC**



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2022 - 2026

Faculdade de Direito Milton Campos



Nova Lima, 2022

SUMÁRIO

1 PERFIL INSTITUCIONAL	9
1.1 Índices institucionais	9
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	11
2.1 Inserção regional.....	11
2.2 Desenvolvimento institucional.....	13
2.2.1 Histórico da mantida.....	13
2.2.2 Histórico da mantenedora	14
2.2.3 Missão, visão e valores	16
2.3 Objetivos	20
2.4 Descrição e projeção das metas	21
2.5 Áreas de atuação.....	27
2.5.1 Graduação.....	27
2.5.2 Pós-graduação <i>lato sensu e stricto sensu</i>	28
2.5.3 Cursos de educação continuada	29
2.6 Políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial	29
2.7 Políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico	37
2.8 Políticas institucionais voltadas à responsabilidade social.....	39
3 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	43
3.1 Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA).....	45
3.2 Projeto de Avaliação Institucional	48
3.3 Construção dos instrumentos de avaliação	50
3.4 Participação da comunidade acadêmica.....	53
3.4.1 Análise e divulgação dos resultados.....	54
3.5 Pesquisa de clima – GPTW.....	56
3.6 Evolução institucional e autoavaliação.....	63
3.7 Planejamento e ações acadêmico administrativas a partir dos resultados das avaliações	64
3.7.1 Articulação entre os resultados das avaliações externas e autoavaliação	65
4 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI).....	68
4.1 Diretrizes de atuação acadêmica	71
4.1.1 Formação integral	72
4.1.2 Qualificação para o século XXI	74
4.1.3 Trabalho coletivo e aprendizagem significativa	76
4.1.4 Ensino para a compreensão (EpC)	78
4.2 O currículo no Ecossistema de Aprendizagem	80
4.2.1 Conteúdos curriculares	84
4.2.2 Personalização do currículo.....	86
4.2.3 Itinerários formativos.....	87

4.2.4 Estrutura curricular	88
4.2.5 Programa Vida & Carreira	99
4.2.6 Flexibilidade curricular	103
4.2.7 Interdisciplinaridade	104
4.2.8 Pesquisa na Faculdade de Direito Milton Campos	105
4.2.9 Extensão na Faculdade de Direito Milton Campos	107
4.2.10 Internacionalização na Faculdade de Direito Milton Campos	113
4.3 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	117
4.4 Atendimento ao discente	119
4.4.1 Programa Sucesso do Aluno	120
4.4.2 Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI): acessibilidade....	128
4.4.3 Atendimento especializado	130
4.4.4 Créditos estudantis, bolsas de estudos e descontos	130
4.4.5 Acompanhamento do egresso e formação continuada	131
4.5 Políticas de educação inclusiva.....	133
4.5.1 Cultura inclusiva	133
4.5.2 Acessibilidade arquitetônica	134
4.5.3 Acessibilidade curricular e atitudinal	135
4.5.4 Acessibilidade digital e nas comunicações	135
4.5.5 Língua Brasileira de Sinais (Libras).....	136
4.5.6 Educação em direitos humanos	136
4.5.7 Educação das relações étnico-raciais.....	137
4.5.8 Educação ambiental e sustentabilidade.....	138
4.6 Inovações pedagógicas	140
4.6.1 Metodologias ativas de aprendizagem	141
4.6.2 Tecnologias digitais na educação	143
4.6.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem – Ulife	145
4.6.4 Educação híbrida	150
5 POLÍTICAS ACADÊMICAS	172
5.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação	172
5.2 Políticas institucionais, ações acadêmico-administrativas e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural	175
5.4 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pós-graduação	179
5.5 Integração entre graduação e pós-graduação	181
5.6 Política institucional de mobilidade acadêmica e internacionalização	182
5.7 Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmico-docente.....	189
5.8 Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos.....	190
5.9 Política institucional de acompanhamento dos egressos.....	191

5.10 Política de comunicação da IES com a comunidade externa.....	193
5.11 Política de comunicação da IES com a comunidade interna	194
5.11.1 Comunicação com os colaboradores	195
5.12 Política de atendimento aos discentes.....	199
5.12.1 Formas de acesso	199
5.12.2 Estímulos à permanência	200
6 POLÍTICAS DE GESTÃO	204
6.1 Oferta de cursos	204
6.1.1 Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição para o período de vigência do PDI	205
6.1.2 Cursos de pós-graduação (<i>lato sensu</i>)	205
6.2 Corpo docente	207
6.2.1 Titulação.....	207
6.2.2 Experiência no magistério superior e experiência não acadêmica.....	207
6.2.3 Regime de trabalho	208
6.2.4 Expansão do corpo docente.....	208
6.2.5 Critérios de seleção e contratação	209
6.2.6 Incentivo à permanência	210
6.2.7 Procedimentos para substituição eventual	211
6.2.8 Políticas de capacitação docente e formação continuada	211
6.2.9 Plano de carreira do corpo docente	218
6.3 Corpo técnico-administrativo.....	219
6.3.1 Perfil do corpo técnico-administrativo.....	219
6.3.2 Plano de cargos e salários do corpo técnico-administrativo.....	221
6.4 Processos de gestão institucional	228
6.4.1 Estrutura organizacional.....	228
6.4.2 Organograma institucional da IES.....	230
6.5 Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional	233
6.5.1 Plano de investimento	234
6.5.2 Projeto orçamentário	235
6.5.3 Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna	236
7 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	238
7.1 Infraestrutura geral.....	238
7.2 Instalações administrativas.....	239
7.3 Salas de aula.....	239
7.4 Auditório	240
7.5 Salas de professores	240
7.5.1 Instalações para as coordenações de curso	240
7.6 Espaço para atendimento aos discentes	240
7.7 Espaços de convivência e de alimentação	240
7.8 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas	241
7.9 Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA.....	242
7.10 Biblioteca	242

7.10.1 Biblioteca: infraestrutura.....	242
7.10.2 Biblioteca: plano de atualização do acervo	246
7.10.3 Biblioteca: programas de treinamento e orientação para os usuários ..	246
7.11 Instalações sanitárias	247
7.12 Equipamentos.....	247
7.12.1 Plano de expansão e atualização de equipamentos	248
7.13 Recursos de tecnologias de informação e comunicação.....	249
7.14 Atendimento às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida ..	252
7.14.1 Acessibilidade curricular e atitudinal	253
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
REFERÊNCIAS.....	256

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Nova Lima em Minas Gerais.....	11
Figura 2 - Manifesto do Ânima Plurais	34
Figura 3 – Eixos e dimensões do SINAES	43
Figura 4 – Etapas do processo avaliativo	49
Figura 7 – Banner GPTW.....	57
Figura 8 – Modelo <i>Great Place to Work</i>	58
Figura 7 – Descrição dos elementos do marco conceitual do EpC.....	79
Figura 8 – A dinâmica da subjetivação do currículo	82
Figura 9 – Currículo em processo	85
Figura 10 – Ulife: tela de abertura.....	94
Figura 11 – Inserção de conteúdo no Ulife	95
Figura 12 – Inserção de conteúdo no Ulife	95
Figura 13 – Processo de avaliação contínua	119
Figura 14 – Empoderamento do estudante na Instituição	120
Figura 15 – Visão geral da arquitetura de distribuição	149
Figura 16 – Modelo <i>joystick</i>	151
Figura 17 – Estações de aprendizagem na pós-graduação	180
Figura 18 – Organograma institucional da IES	230

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Metas e prazos relativos à avaliação institucional.....	21
Quadro 2 – Metas e prazos relativos ao ensino.....	22
Quadro 3 – Metas e prazos relativos à pesquisa e extensão.....	22
Quadro 4 – Metas e prazos relativos à assistência estudantil.....	23
Quadro 5 – Metas e prazos relativos à comunicação com as comunidades interna externa.....	23
Quadro 6 – Metas e prazos relativos ao corpo docente.....	24
Quadro 7 – Metas e prazos relativos ao corpo técnico-administrativo.....	24
Quadro 8 – Metas e prazos relativos à gestão acadêmico-administrativa.....	25
Quadro 9 – Metas e prazos relativos à biblioteca.....	26
Quadro 10 – Metas e prazos relativos à infraestrutura física	26
Quadro 11 – Oferta de cursos.....	28
Quadro 12 – Dimensões avaliadas no modelo	58
Quadro 13 – Modalidades de extensão e seus respectivos descritivos	178
Quadro 14 – Oferta de cursos.....	204
Quadro 15 – Cronograma de implantação e desenvolvimento.....	205
Quadro 16 – Cursos de pós-graduação	205
Quadro 17 – Cursos de pós-graduação previsto para a vigência do PDI	206
Quadro 18 – Titulação do corpo docente atuante	208
Quadro 19 – Docentes: Titulação x Regime de trabalho.....	208
Quadro 20 – Cronograma de expansão do Corpo Docentes	208
Quadro 21 – Critérios de admissão e de progressão da carreira docente	218
Quadro 22 – Corpo técnico-administrativo	220
Quadro 23 – Treinamento e desenvolvimento do corpo técnico-administrativo	225
Quadro 24 – Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo	227
Quadro 25 – Projeção orçamentária.....	235
Quadro 26 – Bases de Dados disponíveis para Consulta.....	243
Quadro 27 – Nível de informatização da biblioteca	244

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade de Direito Milton Campos, instituição de ensino superior mantido pelo Centro Educacional de Formação Superior Ltda - CEFOS, mantenedora com sede e foro na cidade de Nova Lima, no estado de Minas Gerais, constitui-se em compromisso da instituição com o Ministério da Educação (MEC) para o quinquênio 2022-2026. O plano inclui seu Projeto Pedagógico Institucional e estratégias de expansão de seus cursos, de desenvolvimento do seu corpo docente e técnico-administrativo e de melhoria da qualidade do ensino, da biblioteca, da informática, dos laboratórios e das instalações físicas, com vistas à consolidação da Faculdade de Direito Milton Campos como instituição educacional comprometida com elevados padrões de qualidade.

O grupo mantenedor da Faculdade de Direito Milton Campos, com base em sua experiência de atuação no ensino superior, reconhece que, ao projetar este documento, evoca para si a responsabilidade de contribuir, por meio do fortalecimento da educação superior, para o avanço da sociedade e para a difusão do conhecimento produzido em seus espaços educacionais.

Todavia, reconhece também a necessidade de continuar a investir, permanentemente, na ampliação e na qualificação dos quadros docentes e técnico-administrativos; no enfrentamento dos desafios inerentes à sua infraestrutura, aos espaços físicos, como bibliotecas, laboratórios e áreas de convivência, e às tecnologias de informação e comunicação; no incentivo ao intercâmbio e à cooperação interinstitucionais; e na criação de instrumentos de avaliação interna e externa capazes de identificar, com maior assertividade, quais as dificuldades e os melhores rumos a serem seguidos.

Enfim, este Plano de Desenvolvimento Institucional foi elaborado a partir de uma avaliação do tempo presente, mas sem perder de vista o futuro. Um plano de ação voltado para a consolidação e para a expansão de uma instituição contemporânea, líder, forte e inovadora, em consonância com sua filosofia e respeitando as particularidades locais.

Diretora Tatiane Cristina Franco Puiati

1 PERFIL INSTITUCIONAL

A Faculdade de Direito Milton Campos está localizada na Rua Senador Milton Campos, 202, Vila da Serra, município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais. É mantida pelo Centro Educacional de Formação Superior Ltda. - CEFOS, CNPJ n. 16.694.697/0001-88, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, com sede e foro na Rua Senador Milton Campos, 202, Vila da Serra, município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

O mantenedor CEFOS também é controlador da Faculdade de Administração Milton Campos, Instituição credenciada no mesmo endereço. Assim, no ano de 2021 foi solicitado o aditamento via sistema e-MEC (processo n.º 202126408) de unificação de mantidas com a Faculdade de Direito Milton Campos.

É importante ressaltar que este PDI já previa em suas metas de ensino a intenção de unificar as mantidas, descrevendo essa estratégia na manutenção dos cursos existentes, bem como na projeção de cursos novos, mantendo a qualidade acadêmico-administrativa de suas mantidas em termos de processos e procedimentos acadêmicos, corpo docente, infraestrutura física e de pessoas e acervo bibliográfico.

Como as duas Instituições pertencem ao mesmo mantenedor, CEFOS, e credenciadas no mesmo endereço, a Faculdade de Direito Milton Campos continuará seguindo os moldes de funcionamento pré-estabelecidos pela entidade mantenedora.

1.1 Índices institucionais

Índice	Valor	Ano
CI - Conceito Institucional:	4	2013
CI-EaD - Conceito Institucional EaD:	-	-
IGC - Índice Geral de Cursos:	3	2019
IGC Contínuo:	2.8161	2019

ANO	CI	IGC	CI-EaD
2019	-	3	-
2018	-	3	-
2017	-	3	-
2016	-	3	-
2015	-	3	-
2014	-	3	-
2013	4	3	-
2012	-	3	-
2011	-	3	-
2010	-	3	-

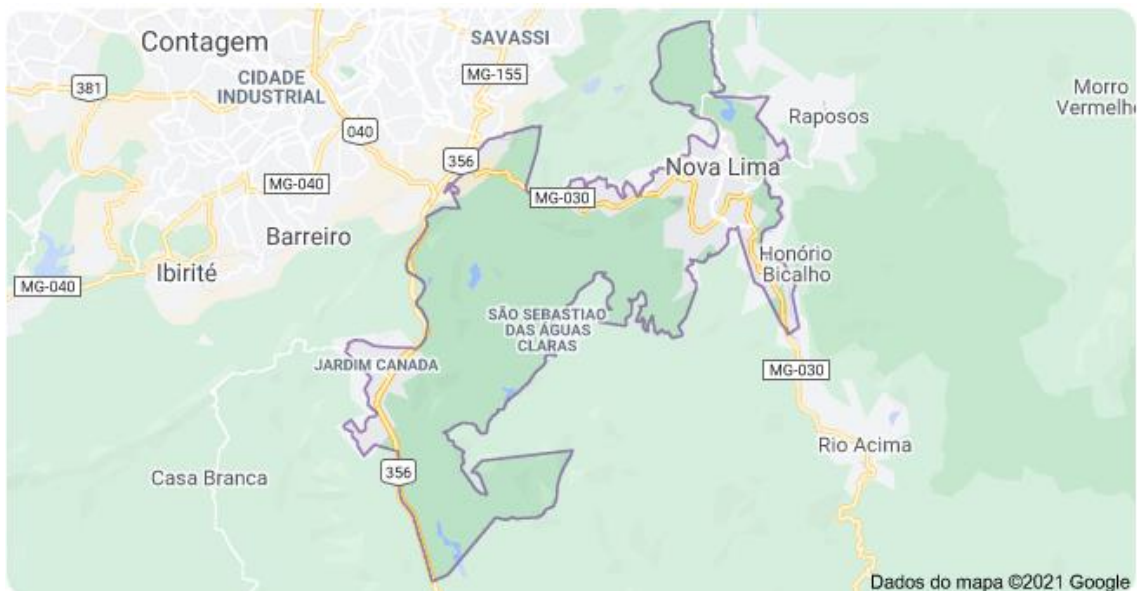
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

2.1 Inserção regional

Nova Lima é um município brasileiro do estado de Minas Gerais, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Sua população, conforme estimativas do IBGE para 2021, é de 97.378 habitantes, sendo a 41ª cidade mais populosa do estado de Minas Gerais. O município tem área de 428.449 km² e é o 11º maior território entre os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Nova Lima faz divisa com a capital Belo Horizonte e a distância entre as duas sedes é de aproximadamente 22 km.

11

Figura 1 – Mapa de Nova Lima em Minas Gerais



Fonte: GoogleMaps.

A cidade de Nova Lima é historicamente reconhecida pela extração mineral, principalmente do minério de ferro e do ouro. Buscando diversificar a economia local à outras potencialidades além da extração mineral, o governo municipal vem implementando incentivos a diversos setores, como indústrias, construção civil, startups e turismo ecológico e gastronômico. Devido a esses incentivos fiscais, a cidade tem se tornado um polo cervejeiro de destaque nacional.

O fato de fazer divisa com a região centro-sul do município de Belo Horizonte, a mais rica da capital, tem conquistado moradores de alta renda para Nova Lima, os quais se instalam nos diversos condomínios de alto luxo e prédios residenciais dos bairros Vila da Serra, Vale do Sereno e Vale dos Cristais.

O Plano Diretor do município, que regula o uso da propriedade urbana, segue atraindo investimentos e fomentando o mercado imobiliário da região, que a cada ano cresce em números de condomínios e altos edifícios.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2010, Nova Lima possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,813, ocupando a 1ª colocação dos municípios de Minas Gerais e a 17ª do Brasil. Um estudo divulgado pela Prefeitura de Itabira em 2010 identificou Nova Lima como a primeira cidade de Minas em qualidade de vida. Outro estudo divulgado em 2020 pela Fundação Getúlio Vargas revelou que a cidade possui a maior concentração de ricos do Brasil, ocupando a primeira colocação de todas as cidades brasileiras em renda

O município de Nova Lima está investindo em vários setores, como os de serviços – voltados para o atendimento à população – hospitais, hotéis, escolas e restaurantes – e de outros que fazem parte do perfil econômico da cidade, que têm garantido ao município não só a geração de recursos, mas também de novos empregos para os novalimenses.

Na educação, o município conta com diversas escolas de ensino fundamental e de ensino médio, majoritariamente pertencentes ao poder municipal, além de instituições de ensino superior públicas e privadas, além de investir em atividades relacionadas ao desenvolvimento do desporto, da cultura e do turismo e eventos.

Todo esse contexto demonstra a importância da expansão do ensino superior nessa região, contribuindo para o atendimento da população local em relação à sua formação acadêmica. As escolhas pedagógicas dos nossos currículos atreladas à nossa capacidade de ofertar uma formação de qualidade, além da tradição da marca, serão um marco diferencial qualitativo para o município e resultarão em uma oferta de egressos ainda mais preparados para atender às novas e contínuas demandas locais, regionais e nacionais.

2.2 Desenvolvimento institucional

2.2.1 Histórico da mantida

A Faculdade de Direito Milton Campos – FDMC iniciou suas atividades em 1975 sendo credenciada pelo Decreto no 75.867, de 13 de junho de 1975, para a oferta do curso de Direito e obteve seu primeiro credenciamento pela Portaria nº 1.287/2016 (DOU de 18/11/2016), processo e-MEC nº 20079581, com base no Parecer CNE/CES nº 243/2016 e no Relatório dos Avaliadores do INEP nº 94402, com Conceito final 4. Um novo processo de credenciamento foi protocolado em outubro de 2020, processo 202016802, que tramita junto ao MEC no presente momento.

A Faculdade de Direito Milton Campos – FDMC, é uma instituição de ensino superior mantida pelo Centro Educacional de Formação Superior Ltda. - CEFOS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com fins lucrativos, ambas sediadas na cidade de Nova Lima, no Estado de Minas Gerais.

A FDMC oferece, desde 1975 como instituição de ensino, pesquisa e extensão, atuante na área de Graduação e Pós-Graduação (Lato e Stricto Sensu) em Direito. O curso de Direito da FDMC – único curso por ela ministrado - teve autorização pelo Decreto nº 75.867/1975, publicado no DOU de 16/06/1975, assinado pelo Gen. ERNESTO GEISEL, Presidente da República à época, e a primeira turma iniciou seus estudos em 1975, em instalações cedidas pelo Colégio Arnaldo.

Comprometida com o ensino de qualidade e com o objetivo de atender às exigências mais modernas do mundo jurídico, o currículo de seu curso de Direito está adaptado à Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que “Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências”, publicada em 18/12/2018, bem como às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Res. CNE/CP 01/2004); oferece disciplina optativa de Libras (Dec. 5626/2005), adota Políticas de Educação Ambiental (Resolução CNE/CES nº 2/2012), atende também à Resolução nº

1/2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

O Programa de Mestrado em Direito da Milton Campos foi criado em 1997, com área de concentração em Direito Empresarial e foi o primeiro Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu recomendado pela CAPES no interior de Minas Gerais, em 2000. Em seus 20 anos de funcionamento, o Mestrado da FDMC tituló mais de 400 mestres, com mais de 180 egressos atuando como docentes. Por proposta da IES, a CAPES, em 2015, homologou uma alteração no Programa que passou para “Direito nas Relações Econômicas e Sociais”. e oferece duas linhas de pesquisa: “O Direito Empresarial na Ordem Econômica Brasileira e Internacional” e “Relações Econômicas e Sociais, Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas”.

As atividades da graduação, da pós-graduação stricto e lato sensu e da extensão propiciam o desenvolvimento de atividades educacionais, econômicas, sociais, tecnológicas e culturais de Nova Lima, sua região de inserção.

É importante ressaltar que o CEFOS, mantenedor da Faculdade de Direito Milton Campos, pertence à **Ânima Holding S.A.**, cuja presença física alcança 12 estados do Brasil, nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, totalizando mais de 120 unidades. A Ânima Educação é a quarta maior organização de educação superior privada do país, listada no Novo Mercado, com a força e a representatividade de 27 instituições, além do Instituto Ânima.

2.2.2 Histórico da mantenedora

O CEFOS foi criado por um grupo de professores e profissionais do Direito que sonhava dotar a Capital Mineira de uma Faculdade, para buscar o resgate do ensino teórico tradicional, aliado a um conjunto de habilidades que permitisse a seus bacharéis o adequado manejo do instrumental jurídico, qualquer que fosse sua área de atuação.

O CEFOS, mantenedor da Faculdade de Direito Milton Campos, estimula uma série de ações de responsabilidade social, permeabilidade institucional e gestão democrática, transparente e participativa, por meio de cursos, palestras,

seminários, entre outros eventos, a fim de contribuir com a inclusão social, com o desenvolvimento econômico e social, com a defesa e preservação do meio ambiente, objetivando a aproximação entre a Faculdade e a comunidade, bem como atender às necessidades da região em que se insere.

Ações deste tipo não servem apenas para engrandecer a imagem da Faculdade frente à comunidade. O objetivo da proposta é bem mais nobre: atuando de maneira decisiva por meio de ações inovadoras, a Faculdade busca a melhoria da qualidade de vida da população. Os resultados contribuem, de forma pragmática, para o desenvolvimento social e econômico da região. Proporcionar momentos de diversão, estimular o aprendizado e contribuir para a redução da miséria, são as bandeiras erguidas pela Faculdade.

Os dirigentes do CEFOS acreditam que a atuação de organizações, juntamente com os governos e com a sociedade civil, é de extrema importância na redução das desigualdades sociais e na preservação do meio ambiente.

O Centro Educacional de Formação Superior Ltda. - CEFOS integra a Ânima Educação, cuja presença física alcança 12 estados do Brasil, nas regiões Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste, totalizando mais de 120 unidades. A Ânima Educação é a quarta maior organização de educação superior privada do país, listada no Novo Mercado, com a força e a representatividade de 27 instituições, além do Instituto Ânima.

A Ânima Educação apresenta um ecossistema formado por cerca de 18 mil educadores, sendo aproximadamente 8.500 docentes e 9.200 colaboradores administrativos. Além disso, no centro de suas ações, estão mais de 330 mil estudantes, matriculados em mais de cem cursos superiores de graduação e em dezenas de programas de especialização, mestrado e doutorado.

Os alicerces da Ânima Educação são fundamentados pelo propósito de “transformar o país pela educação” e pelos valores comprometimento, cooperação, reconhecimento, respeito, transparência e inovação. Para a Ânima, não basta capacitar as pessoas para o mercado de trabalho, é preciso abrir espaço para que elas se transformem e possam transformar o mundo ao redor. Por meio do Ecossistema Ânima de Aprendizagem, é trabalhada fortemente a

conexão entre alunos, professores, mercado de trabalho e comunidade do entorno. Um ecossistema de verdade, que faz da sala de aula um lugar de aprendizado pessoal e profissional. Assim, a proposta é a formação integral do aluno e, por isso, trabalha-se para prepará-lo não apenas como profissional, mas também como indivíduo e cidadão.

Os indicadores confirmam o posicionamento de qualidade da Ânima Educação, reforçando a eficiência do modelo acadêmico e o compromisso constante de buscar a melhoria da qualidade dos serviços. A Ânima possui um ótimo desempenho no ensino superior brasileiro, com uma média de 83% das instituições com Índice Geral de Cursos (IGC) na zona de excelência, segundo o MEC/Inep; com seu Ecossistema Ânima de Aprendizagem (E2A), é o primeiro grupo do país a criar um modelo de ensino focado em competências; HSM, SingularityU Brazil, EBRADI, Le Cordon Bleu, Inspirali e Medroom são instituições referências em seus segmentos e integram o Ecossistema Ânima; foi eleita pela CNN a empresa mais notável na categoria educação no ano de 2020; e está entre as melhores empresas para se trabalhar no Brasil, segundo a pesquisa Great Place to Work (GPTW/Revista Época). Em maio de 2021, a Exame divulgou as 17 empresas de maior destaque pelas posturas socioambientais no prêmio Melhores do ESG – Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança, em tradução), e a Ânima foi eleita como a melhor organização no segmento educação.

Assim, ao longo de sua história, com base em seus valores e princípios, a Ânima Educação tem construído uma atuação contemplada por inúmeros atributos de qualidade que certificam a sua missão de transformar o país pela educação.

2.2.3 Missão, visão e valores

A Faculdade de Direito Milton Campos busca fortalecer seus vínculos com a comunidade por meio da oferta de um ensino superior de qualidade, tornando-se uma instituição inovadora, que propicie conhecimento de ponta em ambientes desafiadores e atraentes, além de gerar oportunidades ímpares de vivência e desenvolvimento para seus estudantes. Seu objetivo é manter-se como uma instituição de ensino superior de excelência na formação profissional dos

estudantes, que forme profissionais com competências técnicas e sociais, com forte senso humanista, capazes de ocupar diferentes espaços nas organizações e no mundo.

2.2.3.1 Missão

“Formar cidadãos engajados na vida profissional e preparados para enfrentar os desafios advindos de toda evolução tecnológica e social pelas quais passamos”.

Para realizar sua missão, a IES pretende incentivar a produção de conhecimento que possa ser aplicado à realidade local, promovendo o desenvolvimento e a equidade social, bem como a proteção ambiental e a responsabilidade social. A criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação levará em consideração a missão da Instituição e a do Grupo ao qual pertence, que chama para si o importante compromisso de contribuir para a transformação de nosso país por meio da educação.

Assim, a Faculdade de Direito Milton Campos estará sempre atenta às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), focando em currículos concernentes, que almejem a flexibilização e a formação integral, bem como a contínua capacitação docente. A adoção de metodologias ativas contribuirá para um maior engajamento por parte dos estudantes, assim como a atenção contínua aos processos avaliativos, ao projeto de vida e carreira, à trabalhabilidade, à diversidade cultural, à acessibilidade pedagógica, atitudinal e de comunicação, à participação da comunidade acadêmica, ao fortalecimento do relacionamento com as comunidades interna e externa, ao sentimento de pertencimento, ao clima organizacional, à gestão e ao meio ambiente.

Dessa forma, nossa Instituição reforçará sua vocação regional, caracterizada pelo atendimento aos seus discentes e por sua atuação constante junto à comunidade, junto ao poder público e aos empresários dos municípios que integram a região onde se encontra; mas, também, sua vocação ampla, por meio de propostas inovadoras para o ensino e aprendizagem, além do entendimento de que o local se mescla às necessidades de uma sociedade que se desenvolve em um ambiente de contínuas e, muitas vezes, disruptivas mudanças.

Por outro lado, a IES se apresenta também por sua vocação contemporânea, uma vez que olha para os desafios dos cenários atuais e reconhece que tudo converge para a sua missão de ter diferenciais acadêmicos que promovam a excelência em seu ensino. Isso significa assumir a vocação pela inovação, que se traduzirá na adoção de uma postura firme e corajosa sempre que suas práticas educacionais e de gestão apontarem a necessidade de acompanhar e até mesmo se antecipar ao desenvolvimento científico e tecnológico.

2.2.3.2 Visão

Transformar o país pela educação, sendo valorizada pela busca constante de elevados indicadores acadêmicos e pelo rigor na formação profissional e humanista de nossos alunos, compromissada com a inovação, desenvolvimento sustentável e acolhimento às suas pessoas.

A IES trabalhará sempre para ser reconhecida pela formação de alunos altamente preparados para atuar no mercado de trabalho, de modo a se destacar, continuamente, na formação de profissionais em diferentes áreas do conhecimento, que estejam aptos a atuar em empresas públicas, privadas e/ou do terceiro setor. Nesse sentido, a Instituição almeja:

- ✓ ser reconhecida pelos cursos, atividades e pesquisas interdisciplinares, pesquisa básica e aplicada que desenvolve, bem como pela liderança e parceria com os setores de produção e serviço, governo e comunidade, no desenvolvimento e disseminação de novas tecnologias;
- ✓ manter uma política de revisão constante de seus currículos a fim de adequá-los aos desafios advindos das mudanças do mundo do trabalho e dos avanços globais;
- ✓ oferecer um ambiente estimulante de aprendizagem que atraia e retenha discentes, docentes e colaboradores técnico-administrativos;
- ✓ promover interações com os ex-alunos (egressos) e a sociedade.

2.2.3.3 Valores

A Carta de Valores das IES do Centro Educacional de Formação Superior Ltda – CEFOS, é resultado de um processo colaborativo e participativo no qual as

equipes técnico-administrativas e o corpo docente envolveram-se em reuniões e encontros deliberativos que endossaram, pela via do consenso, os princípios que deveriam nortear a atuação de cada uma delas.

Os cinco princípios fundamentais definidos na Carta (**Excelência, Ética, Pluralidade, Solidariedade e Cuidado**) mostram a essência da Instituição e passarão a nortear todas as decisões da Faculdade de Direito Milton Campos. A Carta expõe as reais intenções da Faculdade em se tornar um ambiente pautado pela verdade e integridade nos relacionamentos internos, pelo compromisso de todos em fazer sempre o melhor e buscar o trabalho em equipe, perseguindo o novo, o ousado e o criativo.

Assim, em consonância com a filosofia de sua Mantenedora, os cinco valores fundamentais da Faculdade de Direito Milton Campos serão:

- **Excelência:** valor que implica fornecer formação diferenciada e de alto nível aos discentes e ambiente de trabalho de alto padrão aos docentes e ao corpo técnico-administrativo;
- **Ética:** valor que implica pautar toda conduta no respeito a direitos, na urbanidade no trato com as pessoas, na lisura no trato com recursos, bem como na transparência;
- **Pluralidade:** valor que implica conviver harmoniosamente com as diferenças e aceitar pontos de vista divergentes;
- **Solidariedade:** valor que implica promover educação com vistas à busca efetiva do bem ao próximo e ao desempenho crítico e eficaz da cidadania;
- **Cuidado:** valor que implica cuidar de cada membro da comunidade acadêmica com cordialidade e com atenção a suas especificidades.

Com o estabelecimento desses valores, a Faculdade de Direito Milton Campos pretende que os colaboradores – sejam eles técnico-administrativos ou docentes –, sintam-se valorizados e igualmente valorizem as ações das outras pessoas e do Grupo, por esforços e resultados que promovam a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento institucional e pessoal.

2.3 Objetivos

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026 da Faculdade de Direito Milton Campos, principal direcionador para sua gestão atual, buscou traçar os caminhos que orientarão a administração superior e os demais gestores da instituição na persecução das metas definidas para o período, auxiliando a tomada de decisões, referenciando a avaliação e contribuindo para que as prioridades eleitas sejam contempladas, acompanhadas e efetivadas. O objetivo estratégico da Faculdade de Direito Milton Campos é manter-se como uma instituição de excelência na formação profissional dos estudantes, priorizando uma relação de ensino-aprendizagem na qual o respeito à diversidade, à autonomia e à alteridade sejam componentes centrais dessa formação. São objetivos da instituição:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, difusão do conhecimento e integração com a comunidade;
- II. Formar diplomados na área jurídica, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. Promover a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento do ensino jurídico;
- IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e difundir o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos em uma estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

- VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição.
- VIII. Fomentar em toda a comunidade acadêmica a inclusão social, a discussão sobre direitos humanos, cidadania, diversidade, igualdade e responsabilidade social.

É também objetivo da Faculdade de Direito Milton Campos atuar na modalidade EaD, pois, desta forma, a abrangência e disponibilidade de acesso à qualidade educacional da instituição serão ampliadas, gerando maiores benefícios para as comunidades de Minas Gerais e de todo o país. Para tanto, tramita no MEC o processo nº 201929387, que versa sobre o Credenciamento da FDMC para oferta de cursos de pós-graduação lato sensu – especialização, na modalidade de educação a distância – EaD. A FDMC entende que os alunos da pós-graduação lato sensu nessa modalidade terão as mesmas prerrogativas, os mesmos direitos e os mesmos deveres que os alunos da Educação Presencial, e que terão os mesmos padrões de atendimento e qualidade do ensino para adquirir formação e expandir o seu campo de atuação.

2.4 Descrição e projeção das metas

Com base na análise dos indicadores institucionais e em consonância com os objetivos pretendidos, a Faculdade de Direito Milton Campos propõe, para o período de 2022 - 2026, o alcance das seguintes metas:

Quadro 1 – Metas e prazos relativos à avaliação institucional

Objetivo(s)	Meta(s)	Período				
		2022	2023	2024	2025	2026
Melhorar os processos de comunicação da CPA	Ampliar divulgação de resultados e ações realizadas	X	X	X	X	X
	Potencializar a sensibilização	X	X	X	X	X
Aprimorar os processos da CPA	Reestruturar procedimentos de avaliação interna	X	X	X	X	X
	Reestruturar o sistema, informatizando devolutivas e planos de ação	X	X	X	X	X

	Melhorar a qualidade dos relatórios de avaliação	X	X	X	X	X
--	--	---	---	---	---	---

Quadro 2 – Metas e prazos relativos ao ensino

Objetivo(s)	Meta(s)	Período				
		2022	2023	2024	2025	2026
Continuar o desenvolvimento de iniciativas que proporcionem a articulação entre os diversos saberes.	Aplicar permanentemente metodologias ativas de aprendizagem.	X	X	X	X	X
	Atender às expectativas do mercado de trabalho e os anseios da sociedade e garantir o desenvolvimento do setor.	X	X	X	X	X
Promover a inovação no ensino.	Intensificar e valorizar a utilização de metodologias ativas no ambiente de aulas.	X	X	X	X	X
Atender a demanda nacional por novos cursos de graduação a distância	Credenciar a Faculdade de Direito Milton Campos para a oferta de Educação a Distância	X				
	Autorizar os Cursos de Educação a Distância previstos no cronograma de implantação e desenvolvimento Institucional	X	X	X	X	X
Desenvolver profissionais capazes de diagnosticar e de implantar mudanças nas esferas públicas e privadas.	Implantar e buscar melhorias contínuas referentes aos Projetos Pedagógicos dos Cursos.	X	X	X	X	X
Desenvolver novos cursos de pós-graduação	Implantar cursos de pós-graduação	X	X	X	X	X

Quadro 3 – Metas e prazos relativos à pesquisa e extensão

Objetivo(s)	Meta(s)	Período				
		2022	2023	2024	2025	2026
Fomentar a política de iniciação científica.	Promover e desenvolver projetos de iniciação científica para docentes e discentes.	X	X	X	X	X
Fomentar a política de extensão.	Promover e desenvolver atividades de extensão para os corpos docente, discente e sociedade.	X	X	X	X	X
Fortalecer as áreas de pesquisa e extensão da IES	Promover a incorporação das atividades de pesquisa e extensão à cultura de toda a comunidade acadêmica.	X	X	X	X	X
Promover a difusão do	Apoiar a publicação e a participação de discentes e	X	X	X	X	X

conhecimento científico.	docentes em eventos científicos.					
Estimular a criação de cursos de extensão.	Estimular cursos de extensão que possam atender às demandas da comunidade local.	X	X	X	X	X
Construir condições para incrementar o desenvolvimento dos projetos de pesquisa.	Captar convênios com instituições públicas e privadas, buscando parcerias para o desenvolvimento de atividades.	X	X	X	X	X

Quadro 4 – Metas e prazos relativos à assistência estudantil

Objetivo(s)	Meta(s)	Período				
		2022	2023	2024	2025	2026
Desenvolver novos programas ou melhorar os já existentes para os alunos	Ampliar acompanhamento do desenvolvimento acadêmico dos alunos	X	X	X	X	X
	Ampliar número de bolsas e financiamentos e reduzir inadimplência	X	X	X	X	X
	Apoiar divulgação da produção científica discente	X	X	X	X	X
	Reformular e consolidar políticas de acompanhamento de egressos	X	X	X	X	X
	Estimular adaptação e permanência do corpo discente	X	X	X	X	X

Quadro 5 – Metas e prazos relativos à comunicação com as comunidades interna externa

Objetivo(s)	Meta(s)	Período				
		2022	2023	2024	2025	2026
Aprimorar a comunicação com a comunidade interna e externa	Ampliar a divulgação dos diversos cursos, especialmente os de extensão, junto à comunidade	X	X	X	X	X
	Criar parcerias com mídias locais	X	X	X	X	X
	Ampliar a publicidade dos resultados das avaliações interna e externa	X	X	X	X	X
	Promover a atualização de conteúdos do site da Instituição, bem como divulgar eventos de interesse acadêmico-administrativo	X	X	X	X	X

Implantar mecanismo de melhor no atendimento ao aluno	Revisão da cadeia de serviços dos principais processos acadêmicos	X	X	X	X	X
	Criação do Comitê de Qualidade em atendimento				X	
	Os processos serão mapeados do início ao fim, ou seja, até a entrega dos serviços aos alunos					X

Quadro 6 – Metas e prazos relativos ao corpo docente

Objetivo(s)	Meta(s)	Período				
		2020	2021	2022	2023	2024
Manter um corpo docente qualificado	Contratar professores titulados e em regime integral e parcial.	X	X	X	X	X
	Apoiar os docentes para alcançarem a qualificação acadêmica em programas <i>stricto sensu</i> regulamentados e reconhecidos.	X	X	X	X	X
Promover a capacitação continuada	Capacitar interna e externamente os docentes.	X	X	X	X	X
	Prover condições institucionais para a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos e culturais que ampliem a visão de mundo do docente.	X	X	X	X	X

Quadro 7 – Metas e prazos relativos ao corpo técnico-administrativo

Objetivo(s)	Meta(s)	Período				
		2022	2023	2024	2025	2026
Manter o corpo técnico-administrativo qualificado para a realização das	Fomentar a política de qualificação do corpo técnico-administrativo.	X	X	X	X	X

atividades institucionais.						
Implementar políticas de melhoria das condições de trabalho dos técnico-administrativos	Realizar avaliações periódicas com o pessoal técnico-administrativo	X	X	X	X	X

Quadro 8 – Metas e prazos relativos à gestão acadêmico-administrativa

Objetivo(s)	Meta(s)	Período				
		2022	2023	2024	2025	2026
Melhorar a qualidade da gestão acadêmica	Promover atividades de atualização e capacitação de coordenadores acadêmicos e líderes-administrativos	X	X	X	X	X
Desenvolver as ações necessárias para garantir os espaços para a prática profissional.	Promover e manter parcerias com empresas, instituições públicas e privadas, movimentos sociais e comunidades	X	X	X	X	X
Promover as condições adequadas de acesso e permanência dos alunos na IES.	Elaborar e divulgar o processo seletivo tendo em vista o calendário acadêmico	X	X	X	X	X
	Promover o nivelamento e o reforço aos discentes.	X	X	X	X	X
	Aprimorar as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico (NAAP).	X	X	X	X	X
	Atuar para garantir o acesso dos alunos à política de concessão de bolsas de estudos e descontos diversos.	X	X	X	X	X
Fortalecer a qualidade da gestão acadêmica.	Fortalecer a autonomia, a representatividade e a participação dos órgãos colegiados nas instâncias de decisão.	X	X	X	X	X
	Aprimorar os mecanismos que garantam a sustentabilidade financeira.	X	X	X	X	X
	Utilizar os dados da Comissão Própria de Avaliação (CPA) para detectar as fragilidades e as potencialidades de maneira a oferecer	X	X	X	X	X

	insumos para a tomada de decisão gerencial.					
	Zelar para que os documentos institucionais atendam aos requisitos legais e à permanente atualização e melhoria da gestão acadêmica.	X	X	X	X	X

Quadro 9 – Metas e prazos relativos à biblioteca

Objetivo(s)	Meta(s)	Período				
		2022	2023	2024	2025	2026
Ampliar e melhorar o atendimento, o acervo e os espaços da biblioteca	Ampliar e atualizar acervo de livros, periódicos, base de dados e multimídia	X	X	X	X	X
	Melhorar a infraestrutura com relação a espaço físico e mobiliário	X	X	X	X	X
	Promover melhoria dos equipamentos de informática, segurança e preservação	X	X	X	X	X
	Renovar e atualizar acervo de periódicos e base de dados	X	X	X	X	X

Quadro 10 – Metas e prazos relativos à infraestrutura física

Objetivo(s)	Meta(s)	Período				
		2022	2023	2024	2025	2026
Adequar e reformar os espaços da IES	Ampliar estrutura física atual	X	X	X	X	X
	Construir ambientes instigantes e adequados às necessidades	X	X	X	X	X
	Promover melhoria de condições de uso de espaços físicos	X	X	X	X	X
	Ampliar os laboratórios e atualizar os já existentes	X	X	X	X	X
	Ampliar e modernizar o acesso à rede wi-fi da unidade	X	X	X	X	X

2.5 Áreas de atuação

A Faculdade de Direito Milton Campos atuará em diferentes níveis e modalidades de ensino, sob uma base de infraestrutura física, de recursos financeiros e de recursos humanos. As áreas de atuação acadêmica da instituição, especificamente nas atividades de ensino, estão apresentadas a seguir.

27

Cursos regulares presenciais:

- Graduação (Bacharelado, Licenciatura e cursos Superiores de Tecnologia);
- Pós-graduação *lato sensu* (especializações e MBA).
- Pós-graduação *stricto sensu*

Cursos de educação continuada:

- Cursos de extensão ou de educação continuada, em diversas áreas do conhecimento e com diferentes cargas horárias.

2.5.1 Graduação

A decisão de como ocorre a oferta dos cursos de graduação tem relação direta com as diretrizes estabelecidas neste PDI e responde às diversas demandas sociais, mercadológicas e institucionais. São realizados estudos constantemente sobre a adequação da infraestrutura existente, a disponibilidade de corpo docente qualificado, a viabilidade econômico-financeira, os interesses sociais e institucionais dessa oferta, a demanda existente, etc.

A observância dessas diretrizes precede a elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e a organização dos conteúdos em uma matriz curricular. Os PPCs, por sua vez, tomam por base o projeto educacional da Faculdade de Direito Milton Campos, conforme seu PDI, as Diretrizes Curriculares Nacionais, quando existentes, e as regulamentações legais pertinentes. Após o enquadramento referido, o PPC, proposto pela coordenação do curso e seu

Núcleo Docente Estruturante (NDE), torna-se objeto de análise dos gestores diretamente envolvidos (coordenador de curso/diretor da IES/especialista de área) e posterior deliberação pelos respectivos órgãos colegiados.

A Faculdade de Direito Milton Campos possui os seguintes cursos atualmente:

Quadro 11 – Oferta de cursos

CURSO	MODALIDADE	TURNO	VAGAS ANUAIS	INTEGRALIZAÇÃO (EM ANOS)
Direito	Bacharelado	Noturno	374	5

2.5.2 Pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*

A Faculdade de Direito Milton Campos oferece, nas mesmas áreas do conhecimento da graduação, cursos de especialização, em nível de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, destinados aos portadores de diploma de graduação, obedecendo à legislação em vigor.

As condições de oferta, o número de vagas disponíveis, os dias de aula e o horário dos cursos irão variar de acordo com a demanda e a estrutura da unidade. Essas informações serão disponibilizadas no *site* institucional e divulgadas nos meios midiáticos, maximizando as oportunidades de os interessados conhecerem o portfólio de oferta.

O Programa de Mestrado em Direito da Milton Campos foi criado em 1997, com área de concentração em Direito Empresarial e foi o primeiro Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* recomendado pela CAPES no interior de Minas Gerais, em 2000. Em seus 20 anos de funcionamento, o Mestrado da FDMC titulóu mais de 400 mestres, com mais de 180 egressos atuando como docentes. Por proposta da IES, a CAPES, em 2015, homologou uma alteração no Programa que passou para “Direito nas Relações Econômicas e Sociais”. e oferece duas linhas de pesquisa: “O Direito Empresarial na Ordem Econômica Brasileira e Internacional” e “Relações Econômicas e Sociais, Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas”.

2.5.3 Cursos de educação continuada

A Faculdade de Direito Milton Campos oferece, ainda, cursos de educação continuada, destinados aos públicos interno e externo, em consonância com o que está previsto na legislação em vigor. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9394/96, no capítulo IV, Da Educação Superior, artigo 43, estabelece que as IES têm como fim:

[...] IV – Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação. VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade. VII – Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, a Faculdade de Direito Milton Campos tem como uma de suas premissas de trabalho a aproximação com a comunidade do entorno e com a comunidade local, de modo a promover cursos de extensão e de educação continuada por meio de práticas extensionistas. Além disso, a oferta de cursos de pós-graduação e MBA direcionam a vocação da instituição de acompanhar a formação contínua dos egressos. Esses podem ser premiados ao fim da graduação, de acordo com critérios institucionais, entre eles, seu desempenho, com bolsa para cursar o programa de especialização *lato sensu* da Instituição.

2.6 Políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial

Nos domínios da Faculdade de Direito Milton Campos, do ponto de vista da acessibilidade atitudinal, a instituição investe em campanhas educativas cujos temas versam sobre a negação de qualquer tipo de discriminação e intolerância, seja ela de cor, credo, raça ou gênero. Assim como a aceitação do nome social já é um antigo direito respeitado nos espaços de convivência da IES, mesmo antes de ser transformado em lei, este programa se replica na instituição.

Em relação à acessibilidade espacial, essa responsabilidade se revela pelo cuidado demonstrado com os espaços, cuidando para que seus obstáculos sejam removidos ou interfiram minimamente na livre circulação das pessoas, ou com vagas exclusivas no estacionamento, rampas de acesso, elevadores e bebedouros adaptados. As bibliotecas contam também com *softwares* de auxílio aos portadores de deficiência visual, e a equipe de apoio psicopedagógico conta com profissionais letores e intérpretes de Libras.

Todas as prestações de serviços, mesmo aquelas que sejam desenvolvidas no âmbito das práticas extensionistas, desvelam as formas como esta política de valorização da diversidade ocorre na instituição. Do ponto de vista do acolhimento à comunidade, a mantenedora já desenvolve uma política de *campus* aberto, ou seja, o acesso às suas dependências acontece com a maior liberdade possível, o que gera uma aproximação relevante com a comunidade, que permite, entre outras coisas, a constituição de espaços de diálogo.

O diálogo favorece parcerias a serem estabelecidas entre a IES, a sociedade e os órgãos públicos, o que, por sua vez, é extremamente relevante para que se possa oportunizar o enfrentamento de dificuldades variadas nas regiões do município, que podem dizer respeito à defesa do meio ambiente, à promoção dos direitos humanos, bem como à criação de mecanismos para a preservação da memória cultural e para a valorização do patrimônio artístico local.

A própria concepção de currículo pensado para os cursos ofertados pela Faculdade de Direito Milton Campos pauta-se na ideia de que essa relação com o entorno significa um ecossistema rico de aprendizagem, que amplia as competências dos discentes ao mesmo tempo em que possibilita a reflexão deles e da própria comunidade sobre os principais desafios e os princípios elementares para o exercício pleno da cidadania em uma sociedade contemporânea que é multicultural.

Como parte dessa política de valorização, as atividades da Faculdade de Direito Milton Campos, ofertadas a partir de programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviços, são ações que promovem esse respeito e o reconhecimento da diversidade cultural, da produção artística e do patrimônio

cultural e histórico. As atividades programadas têm o intuito de envolver, de modo transversal, os alunos de todos os cursos ofertados pela Faculdade de Direito Milton Campos, colocando-os em contato direto com a comunidade, garantindo a transmissão dos resultados dessa reflexão e atuação.

Por meio de um currículo integrado por competências, personalizado, conectado às demandas do mundo do trabalho, o aluno pode construir o seu projeto de vida desde o início do curso, aprender na prática, trocar conhecimento com outras áreas, ampliar suas redes e viver uma experiência universitária plena. Adotado nas melhores escolas do mundo, o *Core Curriculum* integra os conhecimentos necessários aos estudantes que estão no ensino superior, independentemente da carreira escolhida. A comunidade de aprendizagem, com alunos de diferentes cursos, permite o diálogo, o desenvolvimento da visão de mundo e o exercício da criatividade e da cidadania. Ademais, por meio do Projeto Vida & Carreira, o aluno pode desenvolver competências socioemocionais em uma plataforma de autogestão da carreira. A cada Unidade Curricular, o aluno receberá uma certificação e as competências automaticamente serão inseridas em seu currículo do futuro, além de poder cursar UCs no próprio ambiente profissional.

Assim, os alunos têm contato com as discussões sobre diversidade, meio ambiente, memória e patrimônio cultural, produção artística da cidade, bem como com questões relacionadas à defesa e à promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial. O contato com cada uma dessas questões dar-se-á de acordo com os projetos que os alunos escolherem desenvolver. Todos os discentes, em alguma medida, terão relação direta com essas temáticas, uma vez que o objetivo é desenvolver a habilidade e a capacidade dos alunos de lidar com a diversidade, de desenvolver o pensamento crítico e de resolver problemas complexos.

Projetos de extensão que estimulam o protagonismo do aluno na transformação da realidade do entorno do *campus*, com ações locais de impacto voltadas para a responsabilidade social e a aplicação de conhecimentos desenvolvidos no curso. Os professores irão sempre incentivar que esses projetos sejam realizados nas comunidades do entorno da IES, o que estimula nos estudantes o estabelecimento do status de pertencimento local, ao mesmo tempo em que

fortalece uma atuação cidadã, em esfera global, com forte impacto das discussões acerca de equidade social e de sustentabilidade.

A partir das possibilidades abertas por essas experiências de aprendizagem baseadas na construção de projetos, busca-se desenvolver nos alunos não apenas um olhar crítico voltado para esses temas de relevância local e global, mas sobretudo ações e práticas pedagógicas que estejam fundamentadas no compromisso social. As ações desenvolvidas traduzem e materializam essa política institucional atenta às prioridades sociais contemporâneas e dedicada a uma formação mais humanística fundamentada em princípios da solidariedade humana, da diversidade e do cuidado para consigo mesmo, para com o outro e para com o planeta.

A integração dos conhecimentos teóricos e práticos como fonte de aprendizagem significativa e de crescimento individual e coletivo começa a ser construída já no primeiro ano do curso, mas o incentivo a atuar localmente a partir dos princípios de uma sociedade multicultural e sustentável segue como premissa no decorrer de todo o processo formativo. Tendo desenvolvido o olhar para as questões pontuadas anteriormente e estabelecido vínculos com a comunidade local, já ao fim de sua trajetória formativa, por meio das práticas, nos estágios ou no TCC, se for o caso, o aluno potencialmente irá se conectar com a cidade de uma forma diferenciada. A partir das escolhas que ele fez nessa trajetória, poderá trabalhar e implementar ações coerentes com uma formação nessa perspectiva integral recebida ao longo do curso.

Essa é uma política institucional estreitamente relacionada à ideia de uma formação humanística, reflexiva e crítica, na qual os profissionais formados apresentam uma atuação fundamentada na ética, na responsabilidade socioambiental, no respeito à diversidade cultural, étnico-racial e de gênero, atuando sempre a favor da defesa e da preservação dos direitos humanos. Todos os projetos propostos e realizados pelos discentes dos diversos cursos da Faculdade de Direito Milton Campos são avaliados a partir dessa perspectiva, considerando, por exemplo, se respondem às questões de sustentabilidade e de respeito ao meio ambiente, se levam em consideração a valorização da diversidade, da memória, do patrimônio e da produção cultural e se propõem

ações afirmativas de defesa e de promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial. Os projetos são avaliados não simplesmente observando-se se atendem às demandas do mercado de trabalho, mas sobretudo se são voltados a todas as questões de cidadania envolvidas, aspectos esses problematizados juntamente com os professores.

Além de levar os alunos a lidarem com situações concretas e diferentes no que diz respeito a esses temas prioritários da sociedade atual, é também política da Faculdade de Direito Milton Campos desenvolver atividades acadêmicas que permitam que a comunidade ultrapasse os muros da escola a fim de trazer a expressão da cultura local para dentro da instituição, seja em apresentações artísticas que valorizem as manifestações e os grupos existentes na cidade, convidados para abrir ou fechar algum evento acadêmico, seja como tema e pauta de reflexão de algum trabalho científico.

As manifestações artísticas e culturais se fazem presentes em atividades acadêmicas que privilegiam todos os espaços e tempos da Faculdade de Direito Milton Campos, podendo acontecer antes do início das aulas ou no horário do intervalo. São organizadas rodas de conversa, webinars, lives, exibição e debate de filmes com palestrantes convidados para abordar temáticas de relevância social. Essas intervenções artísticas e culturais podem acontecer, ainda, por meio das parcerias firmadas com escolas, centros culturais e diversas instituições com notório trabalho social e artístico na região, realizando-se, assim, reflexão e atuação crítica junto à própria comunidade sobre os temas escolhidos.

Ânima Plurais

A Faculdade de Direito Milton Campos, integrante da Ânima Educação, faz parte de um amplo ecossistema que deu mais um passo no compromisso com a diversidade e a inclusão. Para dar força a essa transformação, foi criado o Ânima Plurais, um conjunto de políticas de diversidade. O que move essa política é o compromisso de transformar o país pela educação. Assim, é preciso buscar coerência entre o que se discute e se aprende em sala de aula e as práticas da instituição. O movimento deve seguir o caminho do senso de responsabilidade,

uma vez que há a oportunidade de desenvolver um projeto de grande impacto social.

Figura 2 - Manifesto do Ânima Plurais



O guarda-chuva da diversidade é amplo e abrange diversos aspectos, como raça, gênero, idade, religião, deficiência e orientação afetivo-sexual. Dessa forma, o projeto objetiva impulsionar ações para promoção das diferentes formas de diversidade. No primeiro biênio, o foco ocorre na questão racial, com ações voltadas à inclusão e à equidade, mas com um olhar interseccional, além de trabalhar também outros pilares da diversidade, como LGBTQIA+, gênero, gerações e PCD.

O ecossistema Ânima, incluindo suas IES, é reconhecido por seus alunos e alunas (Pesquisa Fbiz) e pelos colaboradores e colaboradoras (Pesquisa GPTW) como um espaço de respeito à diversidade. De acordo com os estudos da McKinsey, divulgados pela Consultoria Harpia – orientação e diversidade:

- Empresas com diversidade étnica e racial possuem 35% mais chances de ter rendimentos acima da média do seu setor;
- As empresas com diversidade de gênero possuem 15% a mais de chances de ter rendimentos acima da média;
- Nos Estados Unidos, para cada 10% de aumento na diversidade racial ou étnica na equipe de executivos, os lucros aumentam 0,8%;

Ademais, pesquisa da Harvard Business Review revelou que, nas empresas onde o ambiente de diversidade é reconhecido, os funcionários estão 17% mais engajados e dispostos a ir além das suas responsabilidades. Identificou-se também que a existência de conflitos chega a ser 50% menor que nas outras organizações.

A intenção é ir mais além no compromisso e no engajamento. Logo, são metas do Ânima Plurais:

- Implementar e consolidar o programa de desenvolvimento e progressão de carreira de colaboradores que se autodeclarem pretos ou pardos;
- Fortalecer o treinamento e a formação na temática da diversidade e inclusão dentro da ECOA – Universidade Corporativa para todos os colaboradores, com treinamentos multimeios apresentando conteúdos em forma de vídeo, podcasts, e-books e outros, de forma bem simples e didática;
- Aumentar o número de professores e professoras que se autodeclarem pretos e pardos por meio de recrutamento intencional;
- Realizar o censo no Ecossistema Ânima para mapear a diversidade;
- Incentivar a criação projetos de extensão, iniciação científica e outras frentes de trabalho que impactem as comunidades do entorno no que diz respeito a essa temática.

Uma das primeiras atividades desenvolvidas pelo Ânima Plurais foi o **Programa de Aceleração de Carreiras** a fim de pensar a jornada profissional dos colaboradores negros. Foram abertas inscrições e, dos mais de 120 inscritos, os 24 primeiros já estão sendo contemplados. Eles passaram por um grupo focal, no qual discutiram conceitos de sucesso, carreira e desenvolvimento, com recorte especial para o impacto da questão racial em todo o processo. Na sequência, cada um deles pôde escolher um mentor, dentre os executivos da instituição – ressalta-se que 100% dos executivos se dispuseram a prestar mentoria para esses colaboradores. Durante seis meses, os colaboradores contam com encontros mensais com o seu mentor para um acompanhamento. Além disso, durante seis meses, uma consultora do Gestão de Pessoas

acompanha os mentorados na criação de um Plano de Desenvolvimento Individual.

Também são realizados **cursos**, como o “Tendências para a Docência no Ensino Superior”, uma formação exclusiva para profissionais negros para mapear talentos que vão formar um banco para possíveis contratações de professores e professoras. O curso aborda os temas docência, identidade profissional e diversidade na sala de aula; currículo integrado e organização pelo Ensino para Compreensão; e planejamento de experiências de aprendizagem em dupla de professores, tendo em vista as metodologias ativas de aprendizagem, com encontros ao vivo por videoconferência e estudos autônomos no ambiente virtual de aprendizagem. No último dia de cada turma, uma profissional de Recrutamento e Seleção participa do encontro.

Foi lançada uma **chamada pública**, abrindo as portas para que alunos, egressos e colaboradores enviem seus projetos que promovem a diversidade e o debate racial. O objetivo é dar voz a esses projetos nas redes sociais. Ademais, são também promovidas rodas de conversa abertas a toda comunidade do ecossistema sobre as experiências e as existências plurais.

Há também encontros chamados **Letramentos**. Na primeira edição, participaram os times de Gestão de Pessoas, de Comunicação e Marketing e parceiros, do NAPI, do Instituto Ânima e da Vice-Presidência de Transformação Digital. Houve a reflexão sobre vieses inconscientes, racismo e antirracismo. A ideia do encontro é promover um olhar atento para questões étnico-raciais, inclusive na execução de trabalhos diários.

No Órbita, canal de comunicação entre a IES e seus colaboradores, há uma página destinada ao Ânima Plurais, com informações diversas sobre essa política. Há, inclusive, o calendário de ações previstas, com siglas e conceitos relacionados à diversidade e à inclusão, diretrizes e combinados e os pilares e as temáticas centrais de cada mês.

2.7 Políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico

A prática social é realizada por meio das diretrizes institucionais e de políticas de extensão universitária propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade de Direito Milton Campos. Essas diretrizes norteadoras requerem estratégias educativas variadas e complementares no pensar e no fazer acadêmicos da IES, que busca, gradativamente,

37

- o conhecimento da realidade regional e dos seus condicionantes históricos, políticos e sociais;
- a formação de profissionais competentes para atuar responsavelmente sobre essa realidade;
- o compromisso com as necessidades e os interesses básicos da comunidade;
- a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- a revisão periódica e fundamentada dos projetos pedagógicos dos cursos que oferece, de modo a contribuir para a realização dos projetos educacionais dos estudantes, responder às mudanças ocorridas na sociedade e colaborar para o desenvolvimento curricular perante as diretrizes, os desafios e os avanços didático-pedagógicos;
- a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Dessa forma, pretende-se estimular um conhecimento capaz de dar *feedback* de um processo contínuo de aperfeiçoamento das atividades educacionais que concebe e realiza. O Projeto Pedagógico da Faculdade de Direito Milton Campos expressa a organização e o pensar de suas propostas pedagógicas, voltadas para a formação do cidadão e do profissional, validando a abertura de cursos correlacionados à demanda da região, à oferta de cursos pelas instituições existentes no entorno e ao perfil do corpo docente associado ao foco e ao campo de atuação dos cursos a serem ministrados, de modo a promover a inclusão de alunos no mundo do trabalho.

Sob esse direcionamento, sublinha-se que o Projeto Pedagógico Institucional representa uma perspectiva de abordagem e reflexão sobre o atual processo de globalização e concorrência na educação, na dinâmica escolar e, logicamente, na construção dos projetos pedagógicos dos cursos existentes e dos cursos a serem implantados, considerando sua realização e os sujeitos atuantes de forma que a essência de existência dos cursos respeite o projeto educacional demandado pelos jovens estudantes. Nessa direção, algumas ações são consideradas para a consolidação do projeto institucional:

- instrumentalizar o estudante para que seja capaz de formular seu projeto de vida;
- propiciar experiência no ciclo profissional para a interligação entre a academia e o mercado de trabalho;
- promover a integração entre a IES e outras instituições, empresas e órgãos públicos e privados, por meio de um relacionamento participativo e produtivo;
- explorar as mais modernas ferramentas de comunicação, estimulando o seu uso nas atividades acadêmicas;
- promover a modernização contínua das instalações e dos recursos materiais e físicos da IES;
- consolidar uma estrutura organizacional compatível com sua missão e adaptá-la, sistematicamente, às necessidades de seu modelo pedagógico e administrativo;
- oferecer uma educação de qualidade, de modo a formar um capital intelectual capaz de participar, enquanto profissionais competentes, do desenvolvimento sustentável do estado e da região, englobando valores de ética e de responsabilidade social às organizações;
- exercer, na plenitude, a sua autonomia, o papel crítico que lhe é inerente, como fórum privilegiado de reflexão e proposição;
- desenvolver as habilidades e competências dos estudantes, permitindo complementar sua formação com liberdade, oferecendo disciplinas optativas, cursos de complementação e oportunidades diferenciadas para integralização dos currículos;

- incorporar novas tecnologias que representem avanços para a realização da atividade acadêmico-pedagógica.

Contando com a participação de vários atores sociais, como entidades integrantes do setor privado, além de diversos segmentos da sociedade, considerando todas as nuances e etapas do processo formativo, a Faculdade de Direito Milton Campos tem fomentado total interação com a sociedade, envolvendo os servidores docentes e técnicos-administrativos, os alunos e discutindo alternativas viáveis para a implementação de projetos de ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a sociedade, com o tempo presente e com as soluções almejadas, com vistas ao desenvolvimento econômico dos municípios de influência e demais regiões atendidas pelo ensino.

Dessa forma, o ensino superior muda a maneira como se relaciona com a sociedade e se apresenta como uma iniciativa concreta e possível para promover o desenvolvimento econômico e sustentável, uma vez que tem clareza de seu papel na formação integral de indivíduos, cidadãos, profissionais e líderes preparados para lidar com as complexidades do presente e do futuro.

2.8 Políticas institucionais voltadas à responsabilidade social

O conceito de responsabilidade social no contexto corporativo contemporâneo consiste em um conjunto de iniciativas que determina a forma como as organizações dialogam com a sociedade, permitindo-as exercer seu compromisso social de melhoria da qualidade de vida, agregar valor econômico e social às suas atividades e gerar diferenciais perceptíveis a todos os seus públicos de interesse.

Quando a organização é uma instituição de ensino, essa responsabilidade com a sociedade destaca-se ainda mais por sua natureza formativa, que se traduz em sua capacidade de transformar e fortalecer os indivíduos, de provocar mudanças na sociedade e de responder às suas necessidades. A educação é de importância vital para a humanidade, e as instituições de ensino se comprometem com a sociedade, local e globalmente, não apenas quando produzem e disseminam conhecimentos e tecnologias, mas, principalmente, quando assumem seu papel de preparar indivíduos com autonomia e, também,

quando os despertam para a necessidade de que pautem suas ações, tanto as individuais, quanto as profissionais e cidadãos, em posturas socialmente responsáveis, que elejam o desenvolvimento sustentável como uma premissa.

A educação para a sustentabilidade e para a responsabilidade social na Faculdade de Direito Milton Campos é, pois, uma educação que acompanha as transformações pelas quais o mundo passa, que entende a sustentabilidade como um conjunto de posturas interdisciplinares, que orienta os eixos de formação dos alunos e contribui para sua formação integral. Por isso, a instituição investe continuamente no desenvolvimento do currículo e em inovações pedagógicas. Isso significa estar alinhado com as principais discussões da sociedade.

A adoção de um modelo educacional em sintonia com os novos tempos, e que garanta a formação pretendida aos educandos, implica fortes impactos para a gestão da instituição em todas as dimensões: acadêmica, de pessoas, administrativo-financeira e mercadológica. Considerando-se o lado corporativo, as instituições de ensino são socialmente responsáveis quando cuidam da gestão acadêmica, da gestão de pessoas, do administrativo-financeiro e da gestão de seus relacionamentos, pautando-se pelos mesmos princípios de responsabilidade social divulgados aos alunos. A Faculdade de Direito Milton Campos zela para que a ampla aplicação de todos os princípios norteadores de sua atuação seja percebida em todos os setores da instituição, e não somente no discurso da sala de aula. Assim, a responsabilidade social da IES se materializa nas seguintes ações:

- acompanhamento da qualidade dos serviços prestados;
- ações afirmativas, como a contratação de portadores de necessidades especiais;
- defesa do meio ambiente;
- promoção da inclusão social, cultural e digital;
- preparação de futuros líderes para o desenvolvimento sustentável;
- promoção de valores éticos;
- preservação da memória e do patrimônio cultural;
- incentivo à produção artística;

- articulação do ensino, da pesquisa e da extensão.

As parcerias, sejam com a iniciativa privada, sejam com órgãos públicos, também são elos que a instituição estabelece com a população e têm o objetivo de viabilizar, em conjunto, projetos que, isoladamente, não sairiam do papel ou do campo da intenção. Do ponto de vista das práticas de gestão, a Faculdade de Direito Milton Campos busca sempre avaliar a forma como age e se comunica com seu público interno (funcionários e professores), público externo (fornecedores e alunos) e também com outros públicos diretamente afetados pela sua atuação (órgãos governamentais, comunidade, sindicatos, pais de alunos, entre outros).

Em se tratando da gestão acadêmica, as práticas dizem respeito, por exemplo, às suas escolhas curriculares, aos projetos de pesquisa e extensão mantidos pela IES, à sua preocupação constante em instituir processos cada vez mais ágeis e flexíveis, estabelecendo um modelo que fortaleça práticas democráticas e estimule a participação de toda a comunidade acadêmica, sem exceções.

Em relação à gestão de pessoas, as práticas dão enfoque à criação de um ambiente saudável de trabalho e desenvolvimento profissional e a uma filosofia de gestão que incentive a transparência nas relações humanas e a participação das pessoas nas decisões, tornando-as partes indissociáveis da missão e da visão da instituição. A Faculdade de Direito Milton Campos tem plena consciência de que o bem-estar de seus colaboradores (docentes e técnico-administrativos) é tão importante quanto o dos discentes, pois são eles que mantêm um contato mais direto e mais frequente com os alunos.

No que diz respeito à gestão administrativo-financeira, são observadas não somente as questões da responsabilidade na gestão do caixa e dos investimentos, como também as práticas relacionadas à administração da infraestrutura, as relações com parceiros e fornecedores, a organização interna e a governança. Verificam-se aí impactos relacionados ao desempenho econômico da instituição, assim como ao ambiental e ao social.

Já a gestão dos seus relacionamentos externos trata do diálogo, em diferentes formas, da Faculdade de Direito Milton Campos com seus diferentes públicos. Diante do desafio de uma gestão socialmente responsável, esse diálogo passa

pela participação em eventos da região e em parcerias com o poder público, considerando-se, sobretudo, o contexto contemporâneo, em que a verdade nas mensagens publicitárias e a transparência na relação estabelecida com os diversos públicos são fundamentais.

Na perspectiva da gestão, a adoção de práticas de responsabilidade social na Faculdade de Direito Milton Campos reflete tudo o que é ensinado aos alunos, de forma a permitir que as experiências vividas na instituição contextualizem a sua atuação profissional e que as exigências do mundo do trabalho e dos negócios ajudem a contextualizar as experiências vividas na IES.

3 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Projeto de Avaliação Institucional da Faculdade de Direito Milton Campos deve ser entendido como uma iniciativa projetada para abranger a avaliação em todas as dimensões das atividades da Instituição, que se abre às observações, críticas e sugestões da comunidade acadêmica, capazes de levar ao autoconhecimento da IES, para que consiga um desenvolvimento cada vez mais qualificado.

43

Os procedimentos e sistematização do Processo de Avaliação Institucional acontece nos termos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, elaborado com base no Roteiro de Autoavaliação Institucional – Orientações Gerais – INEP. Coube à Comissão Própria de Avaliação da Faculdade de Direito Milton Campos elaborar, detalhadamente, como ocorre a avaliação das 10 dimensões do Sinaes, apresentando a sistemática que vai, desde a sensibilização até a divulgação dos resultados e dos planos de ações em decorrência de todo o processo.

Figura 3 – Eixos e dimensões do SINAES



Fonte: Comissão Própria de Avaliação.

A avaliação institucional, por sua concepção diagnóstica, é tida como um importante instrumento para a tomada de decisões na Faculdade de Direito Milton Campos. A partir dela, pode-se contextualizar todas as dez dimensões

avaliadas pelo Sinaes, em seus respectivos eixos, assinalando, histórica e socialmente, a realidade institucional como um todo.

Para a IES, a autoavaliação permite a compreensão dos fatos cotidianos que impactam o atingimento de seus objetivos, reforçando a necessidade de que esta escuta seja realmente ativa, ou seja, que seus resultados gerem ações que possibilitem elevar o nível da qualidade da educação que ofertamos, dos serviços de suporte que prestamos e dos processos de gestão que utilizamos.

Nesse sentido, a avaliação institucional, por sua amplitude, exige o uso de múltiplas observações e instrumentos, que tragam em seu bojo critérios coerentes e relevantes sob o ponto de vista do que observam e buscam revelar. Assim, a avaliação institucional auxilia no desenvolvimento do projeto da Faculdade de Direito Milton Campos, colocando uma lente de aumento sobre a necessária reflexão, coletiva, sobre quem somos e onde pretendemos chegar. Para tanto, a IES adota os seguintes objetivos:

- Estruturar o processo de autoavaliação institucional de forma a atender à Lei do Sinaes n. 10.861, de 2004, organizando-o como um instrumento de política educacional, voltada para a construção e consolidação da qualidade, da participação e da ética na educação superior, respeitando às diferentes identidades institucionais e regionais.
- Promover a avaliação contínua das atividades desenvolvidas pela IES, de modo a promover e estimular um processo avaliativo embasado na construção coletiva e que almeje a melhoria contínua e ao aperfeiçoamento de nossas ações.
- Fortalecer a representatividade dos órgãos gestores e colegiados na vida acadêmica, utilizando os dados da Comissão Própria de Avaliação (CPA) para detectar nossas fragilidades e potencialidades de maneira a dar-nos insumos para a tomada de decisão gerencial.
- Organizar uma forma padrão de informações da IES, seja na fase de sensibilização dos respondentes, seja na divulgação de seus resultados, de maneira a levar os envolvidos à compreenderem que a aferição da

realidade nos leva/permite, verdadeiramente, a revisão de nossas políticas e práticas pedagógicas e administrativas.

- Criar estratégias de marketing e propaganda para divulgação dos projetos institucionais e de informações úteis para as comunidades interna e externa, mobilizando os saberes para a busca de maior inovação, participação e engajamento, tornando mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade.
- Transformar a autoavaliação institucional em uma meta-avaliação, ou seja, em uma avaliação da avaliação. Essa consciência da avaliação como um processo de alimentação e retroalimentação de informações nos garantirá verificar o nível da qualidade de nossa própria avaliação, dando-lhe maior consistência e suficiência.

Vale ressaltar que este projeto de avaliação institucional da IES não foi idealizado apenas para cumprir uma exigência legal, em função do Sinaes. Acredita-se que, ao longo dos anos de prática avaliativa, a trajetória de autoavaliação na IES deve ser marcada, sobretudo, por ações, processos e reflexões que conduzam ao autoconhecimento, na busca de subsídios para o aperfeiçoamento da gestão universitária.

3.1 Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA)

O processo de autoavaliação representa uma importante ramificação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, que determinou que cada IES constituísse sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável pelo diagnóstico, planejamento e implementação de melhorias em todas as dimensões institucionais.

A Comissão Própria de Avaliação é o órgão responsável por:

- planejar, desenvolver, coordenar e supervisionar a Política de Avaliação Institucional definida na legislação pertinente;
- coordenar e articular o processo interno de Avaliação Institucional, mobilizando toda a comunidade acadêmica;

- sistematizar e disponibilizar, ao Ministério da Educação – MEC, as informações e os dados sobre a avaliação realizada;
- divulgar as informações e dados sobre a avaliação realizada;
- acompanhar e propor as ações a serem tomadas pela IES, em um plano de melhorias institucionais, conforme os resultados obtidos nas avaliações.

No regulamento próprio da CPA, constam todas as atribuições e as atividades a serem desenvolvidas pela CPA, que goza de autonomia em relação aos órgãos colegiados existentes na Faculdade de Direito Milton Campos.

De maneira mais detalhada, cabe também à CPA:

- Avaliar as dinâmicas, os procedimentos e mecanismos de avaliação;
- Analisar relatórios e encaminhar as recomendações às instâncias competentes da Instituição;
- Assegurar a análise global e integrada das dimensões, estruturas, compromisso social, atividades, objetivos e finalidades e responsabilidades sociais dos cursos;
- Assegurar a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo, bem como da sociedade civil, por meio de suas representações;
- Articular-se com o diretor e coordenadores de curso, visando estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão dos cursos;
- Formular propostas para o desenvolvimento acadêmico com base nas análises e recomendações produzidas no processo de avaliação;
- Acompanhar o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Acompanhar, quando houver, protocolos de compromisso ou saneamentos firmados entre a Instituição e o MEC.

A metodologia proposta para a CPA visa à democratização e à participação de diversos segmentos e setores da IES no processo de autoavaliação. Os integrantes da comissão serão escolhidos e nomeados pela diretoria, à exceção do representante discente, que será indicado pelo órgão de

representação estudantil da IES, ou, na sua inexistência, pelos representantes de turmas.

Compõem a CPA: o Presidente, integrante necessariamente do corpo docente da instituição; um representante do corpo docente; um representante do corpo técnico-administrativo; um representante do corpo discente, regularmente matriculado, indicado pelo órgão de representação estudantil da IES, ou, na sua inexistência, pelos representantes de turmas; um representante da sociedade civil organizada, sem vínculo empregatício com a Instituição.

47

O mandato dos membros da CPA terá a duração de dois anos, permitidas as reconduções, exceto para o representante discente. No caso de vacância, a diretoria indicará o substituto para qualquer um dos componentes, que cumprirá o mandato até o término previsto para o representante anterior. Já no caso de vacância do representante discente, o órgão de representação estudantil indicará o substituto, que cumprirá o mandato até o término previsto para o representante anterior.

O Programa de Avaliação Institucional (PAI), em que constam todas as atribuições e as atividades a serem desenvolvidas pela CPA, deve ser aprovado pelo Conselho Universitário. A cada segmento, compete atribuições específicas. O presidente da CPA participa convocando e presidindo as reuniões; distribuindo funções para os membros da Comissão; criando subcomissões de docentes, quando necessário. Também cabe a ele, fomentar os processos de avaliação, de acordo com o Sinaes.

Os demais membros da CPA participam implementando os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); conduzindo os processos de avaliação interna da Instituição; e, ainda, sistematizando os procedimentos de avaliação e prestando informações aos órgãos competentes, quando solicitadas.

Com a avaliação institucional, a CPA espera ouvir e considerar a opinião da comunidade acadêmica, sensibilizando-a e envolvendo-a permanentemente para o compromisso pela construção e pelo desenvolvimento do processo. A

comissão tem, ainda, como desafio, agilizar, diversificar e simplificar as abordagens avaliativas e a divulgação dos resultados.

3.2 Projeto de Avaliação Institucional

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, instituído pela Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, tem por objetivo avaliar o ensino superior, em nível de graduação, considerando-se: (1) as instituições de ensino, (2) os cursos oferecidos e (3) seus estudantes.

Como desdobramento do novo marco legal da avaliação, a instituição reconhece a importância do processo de autoavaliação, ao mesmo tempo em que se evidencia a necessidade de criação de um modelo de avaliação que auxilie no planejamento estratégico e também forneça dados confiáveis para o suporte à tomada de decisões.

No âmbito educacional, o ensino corresponde a um processo que sofre a interferência de vários aspectos ou variáveis (BURLAMAQUI, 2008). Por isso, a construção do modelo de avaliação parte do entendimento de que a qualidade da educação superior é um conceito multidimensional que inclui todas as funções e atividades: ensino, docente, alunos, currículo, estrutura física, equipamentos e ambiente acadêmico.

Segundo Gatti (1999), qualquer modelo de avaliação, para ser efetivo, deve ter como ponto de partida a realidade do fenômeno a que se refere, uma vez que o processo de avaliação interna só adquire possibilidade de impacto se considerado valioso para a comunidade de referência, devendo contar com uma participação efetiva dos atores envolvidos no processo.

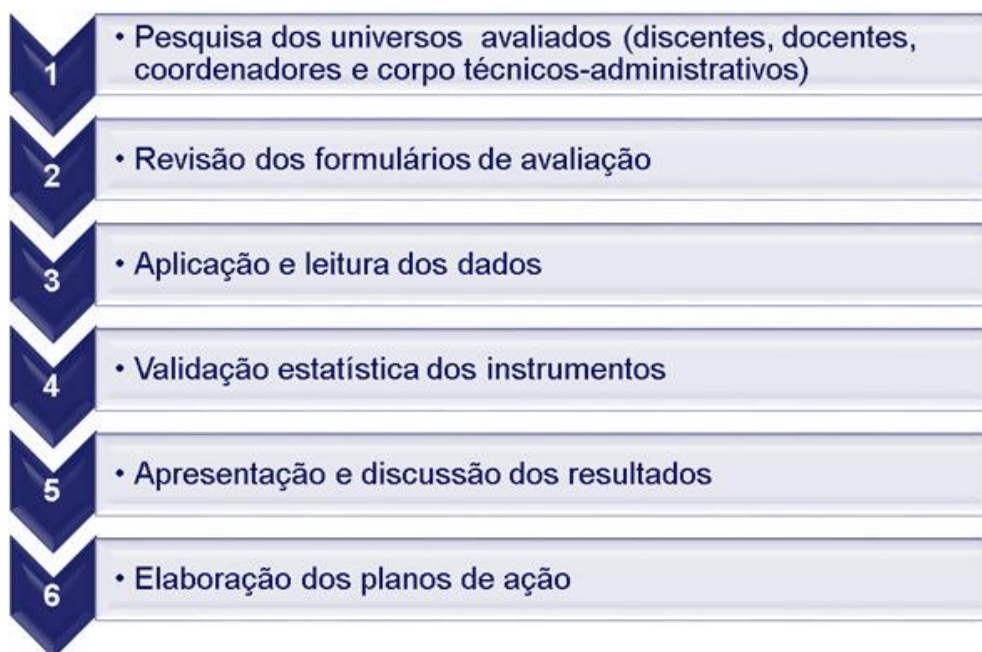
O modelo de avaliação desenvolvido pela Faculdade de Direito Milton Campos, visa, portanto, ao fornecimento, pela comunidade acadêmica, de dados que possam ser utilizados na gestão, no contexto da nossa instituição de ensino. O elemento central é a avaliação do curso, seus componentes acadêmicos e as inter-relações entre eles. O modelo resultante de avaliação pelo discente, de natureza multidimensional, contempla, pois, os componentes que afetam diretamente a avaliação do curso (PPC, docente, infraestrutura e interfaces), e

privilegia os aspectos específicos do projeto pedagógico/acadêmico da Instituição, evidenciados em seus PPCs.

A avaliação institucional da Faculdade de Direito Milton Campos ocorre em dois momentos e conta com diversificados instrumentos de avaliação com o objetivo de buscar, constantemente, a melhoria da instituição. No primeiro momento, a autoavaliação ocorre sistematicamente, a cada semestre, com a participação de toda a comunidade acadêmica, envolvendo coordenadores, professores, alunos e corpo técnico-administrativo. No segundo momento, que perpassa todo o ano letivo, a autoavaliação conta com a participação da comunidade interna e externa.

Seis etapas são previstas e planejadas para que os objetivos da autoavaliação possam ser alcançados:

Figura 4 – Etapas do processo avaliativo



Fonte: elaborado pela CPA/IES.

De forma encadeada, as fases que compõem o processo de autoavaliação – sensibilização da comunidade participante, execução da autoavaliação, análise dos resultados, elaboração do relatório final e discussão do relatório com a comunidade acadêmica – devem promover o contínuo pensar sobre a qualidade da instituição.

3.3 Construção dos instrumentos de avaliação

Entrevistas abertas e semiestruturadas, grupos focais e análise documental são os instrumentos utilizados para avaliar as dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Os formulários de avaliação englobam os grupos descritos a seguir com suas respectivas dimensões:

- Discente – avaliação do trabalho docente e disciplina; interdisciplinaridade; curso; coordenação; turma; comunicação; atendimento; processos; infraestrutura; banheiros; biblioteca; cantina; copiadora e informática.
- Docente – autoavaliação; avaliação do discente e turma, coordenação de curso; condições de trabalho e valores institucionais.
- Coordenador – autoavaliação; avaliação docente, condições de trabalho e valores institucionais.
- Técnico-administrativo – autoavaliação; condições de trabalho e valores institucionais.
- Equipe de infraestrutura – condições de trabalho e valores institucionais.

De maneira mais detalhada, os questionários aplicados, por exemplo, aos alunos, medem o nível de satisfação dos discentes com relação à:

- I. Serviço – a qualidade e relevância dos conteúdos e competências trabalhadas no curso; o número de colaboradores (monitores, coordenadores de curso, etc.) para dar suporte ao aluno, bem como a qualidade do serviço prestado pelos mesmos.
- II. Curso – a oferta de experiências de aprendizagem inovadoras, a promoção da interdisciplinaridade; a contribuição prestada para o desenvolvimento de uma consciência ética para o exercício profissional, para ampliar a capacidade de comunicação escrita e oral.

- III. Instituição – as oportunidades oferecidas para os estudantes superarem dificuldades relacionadas ao processo de aprendizagem, se as atividades acadêmicas desenvolvidas dentro e fora da sua sala de aula possibilitam refletir, ampliar a convivência e promover o respeito à diversidade; a promoção de diversas atividades relacionadas à cultura, lazer e interação social; o nível de preparo para o mercado de trabalho e a oferta de estágios e conhecimento sobre o mercado de trabalho
- IV. Atendimento – a clareza com que as informações são transmitidas pela IES; a disponibilidade e qualificação dos funcionários para tirar dúvidas administrativas/acadêmicas;
- V. Infraestrutura – o grau de satisfação com relação às áreas comuns/convivência, salas de aula, biblioteca, copiadora/impressoras, laboratórios de informática, laboratórios específicos do curso, banheiros, acesso à internet Wi-Fi
- VI. Docentes – a qualificação dos professores; as estratégias didáticas utilizadas; a forma com que se relacionam com os alunos e se esta relação estimula a estudar e aprender; a compatibilidade das avaliações da aprendizagem com os conteúdos ou temas trabalhados; a disponibilidade (presencial ou à distância) para atendimento fora do horário das aulas; o domínio dos conteúdos abordados nas disciplinas; o incentivo ao aluno para ir além do que foi dado em sala de aula; a demonstração de interesse pelo sucesso dos alunos.

Na construção do instrumento de avaliação, são considerados os seguintes aspectos: a quantidade de itens, a linguagem utilizada na formulação dos mesmos e o tempo de aplicação do instrumento. Como os alunos tendem a perder o interesse no processo de avaliação, caso se mostre demorado ou muito prolixo (SCRIVEN, 1995), o questionário deve ser curto, tanto em relação ao número de questões (máximo de 50) quanto em relação ao tempo de aplicação (20-30 minutos). Levando-se em conta os aspectos operacionais (rapidez de apuração, redução de erros de mensuração, taxa de resposta), o questionário a ser utilizado será preparado para ser lido de modo digital.

A escolha da escala de mensuração pode ser considerada central na proposta do instrumento, uma vez que a escala é o veículo para a mensuração, em termos quantitativos, das características qualitativas das dimensões. No caso do instrumento desenvolvido, é utilizada a escala de Likert¹ na avaliação da IES, que apresenta uma série de cinco proposições.

- Concordo totalmente 😊
- Concordo parcialmente 😊
- Neutro/Indiferente 😐
- Discordo parcialmente 😐
- Discordo totalmente 😞

Os princípios característicos de toda prática avaliativa devem se fazer presentes também no processo da avaliação institucional. Em outras palavras, é imprescindível ter um instrumento de pesquisa válido, ou seja, um instrumento que tenha realmente a capacidade de medir o que de fato se propõe a medir, e um instrumento com uma alta confiabilidade, ou seja, um instrumento cujos resultados sejam confiáveis. Uma vez que os métodos estatísticos traduzem a possibilidade de obtenção de resultados tanto válidos quanto confiáveis, são utilizados dois métodos estatísticos para a verificação da validade e da confiabilidade do instrumento.

Primeiramente, é utilizada a estimativa do coeficiente *Kaiser-Meyer-Olkin* (teste KMO) e o teste de esfericidade de *Bartlett*, ambos utilizados para indicar se é válida a utilização da análise fatorial. Para a utilização do teste de *Bartlett* é necessário que a suposição de normalidade entre as variáveis analisadas seja satisfeita. Para que esses testes sejam validados, são utilizados os valores de referência propostos pela literatura específica da área.

Como a validação da análise fatorial deve ser realizada também por meio de outros procedimentos, conforme sugere Mingoti (2005), a consistência interna

¹ Uma escala tipo Likert é composta por um conjunto de frases (itens) em relação a cada uma das quais se pede ao sujeito que está a ser avaliado para manifestar o grau de concordância desde o discordo totalmente (nível 1), até ao concordo totalmente (nível 5, 7 ou 11).

do instrumento é analisada por meio do teste do coeficiente de Alfa de Cronbach (CRONBACH, 1951), a fim de verificar sua confiabilidade. De acordo com a literatura, valores considerados aceitáveis do Alfa de Cronbach são valores acima ou iguais a 0,7, sendo que os valores obtidos pelo nosso instrumento (já testados e validados pela mantenedora e por outras IES da Ânima Educação) são de 0,965.

Por último, é utilizada a análise fatorial introduzida por Spearman (1904) para identificar se os agrupamentos criados *a priori* são aqueles nos quais os sujeitos pesquisados realmente se enquadram. A utilização da análise fatorial torna possível, por meio do conjunto inicial de variáveis, encontrar um conjunto menor de novas variáveis não correlacionadas com as principais informações das variáveis iniciais. Essa metodologia permitirá a validação do instrumento e a organização dos resultados em novas dimensões. Os itens que não atingirem o índice de correlação mínimo necessário (no caso em análise, 0,60), serão excluídos do instrumento.

3.4 Participação da comunidade acadêmica

Os objetivos traçados para a avaliação institucional serão atingidos, em especial, quando há a participação efetiva da comunidade acadêmica. Por isso, é de fundamental importância a primeira fase do processo, que é a sensibilização. Divulgar as melhorias alcançadas a partir dos resultados da autoavaliação institucional é considerada como uma importante e eficaz estratégia para gerar o engajamento dos setores envolvidos.

A mobilização tem previsão de início, aproximadamente, um mês antes da data definida no calendário escolar para aplicação dos instrumentos e envolverá, primeiramente, o diretor e os coordenadores de curso. Como parte dessa mobilização interna, a IES tem como estratégia a realização de uma reunião com os representantes de turma e coordenadores de cursos, na qual é explicado o processo de autoavaliação, o órgão responsável (CPA), a metodologia utilizada, as finalidades e as melhorias alcançadas.

Essa comunicação ressalta como este processo faculta aos cursos e a toda a instituição a oportunidade de se conhecerem melhor e refletirem sobre o que

fazem, como se organizam e agem, ao mesmo tempo em que podem descobrir como são vistos pela comunidade acadêmica e pela sociedade. O comunicado ressalta, ainda, a importância de todos trabalharem juntos pela melhoria da educação, conseguindo identificar as fragilidades e assim ter a oportunidade de corrigir as ações de acordo com os objetivos traçados.

Em seguida, a previsão é de que os docentes e funcionários técnico-administrativos e, por fim, a comunidade discente sejam sensibilizados a participar com a ampla divulgação da versão dos modelos específicos.

Com o objetivo de gerar comprometimento com o processo de autoavaliação, serão utilizados meios formais de comunicação com todas as áreas avaliadas como, por exemplo, carta ao responsável do setor administrativo ou acadêmico, e-mails, SMS, cartazes informativos nos ambientes acadêmicos, *site* da instituição, redes sociais, portal do aluno e do professor, chamadas projetadas nos aparelhos das salas de aula e na área de trabalho dos laboratórios de informática, computadores das salas dos professores e administrativos. O convite feito por e-mail marketing é enviado aos alunos, professores e coordenadores informando o período da Avaliação Institucional. A CPA acredita que a participação dos professores no processo de divulgação, é extremamente importante, visto que eles são os maiores disseminadores das informações acadêmicas. Sendo assim, os docentes também recebem durante todo o período da Avaliação Institucional materiais informativos.

Durante o período da Avaliação Institucional, a CPA estará responsável em compartilhar os índices de participação discente, para toda a comunidade acadêmica. Via sistema Tableau (plataforma de gestão da Avaliação Institucional), o presidente verifica as participações por curso e turma, para que a CPA consiga atuar assertivamente.

3.4.1 Análise e divulgação dos resultados

O projeto de autoavaliação institucional prevê a sensibilização de todos os segmentos da comunidade acadêmica, não só para atentá-los no que concerne à relevância do processo como um instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional, mas sobretudo para ressaltar a eles a

importância da apropriação dos resultados por parte de todos. Para tanto, no planejamento da CPA consta a previsão de uma divulgação analítica dos resultados.

A sistemática de apuração dos resultados contempla os múltiplos recortes da avaliação: quanto à metodologia, quantitativa e qualitativa; quanto à instância, interna e externa; quanto aos objetivos, à tomada de decisão, ao mérito e à construção coletiva. Assim, a análise dos resultados da avaliação institucional, embora de competência da CPA, não deve se restringir aos seus membros. O processo de avaliação institucional da IES definiu um modelo de sistematização dos dados coletados, que se caracteriza pela interlocução entre os diversos sujeitos que fazem parte da instituição e os diversos focos onde os processos educacionais, gerenciais e administrativos se efetivam.

No processo, trabalhar-se-á com três princípios: apresentação dos resultados, melhoria e aperfeiçoamento; construção coletiva. Do ponto de vista operacional, a IES oferece o apoio necessário no tratamento dos dados, o que mostra o interesse da instituição na Avaliação Institucional como ferramenta privilegiada para orientação dos processos de planejamento e gestão da instituição. Do ponto de vista humano, o processo de autoavaliação corre o risco de não conseguir traduzir todas as percepções de seus atores e, por isso, é necessário que, mesmo durante a elaboração dos resultados, sejam colhidas novas percepções que contribuam para a melhor interpretação dos resultados encontrados.

A ampla divulgação e discussão dos resultados é, em si, uma importante estratégia para garantir que a comunidade acadêmica e administrativa possa se comprometer e contribuir cada vez mais no processo de autoavaliação. Periodicamente, a instituição deverá, inclusive, promover a revisão dos instrumentos e o aprimoramento do modelo de avaliação, a partir de sugestões e críticas formuladas pela comunidade universitária aos processos, princípios e resultados da avaliação.

O setor de Núcleo de Avaliação e Indicadores (NAVI), da Ânima, será o responsável por tabular e analisar estatisticamente os dados. Tratados os dados e consolidados os resultados da avaliação institucional, serão geradas peças

devolutivas por curso e professor, que devem ficar disponíveis no ambiente virtual Ulife.

Para a divulgação dos resultados da avaliação discente serão também afixados cartazes com os dados gerais da instituição, em sala de aula e no site. Além disso, os coordenadores discutirão os resultados de cada curso nas reuniões com os líderes de turma. Os coordenadores também partirão dos resultados da avaliação para fazer a gestão docente, promovendo feedbacks aos professores e encaminhando os planos de ação, baseados nos resultados apresentados, à CPA. A CPA, por sua vez, enviará os resultados aos líderes dos serviços avaliados na AI, para que eles trabalhem os planos de ação à curto, médio e longo prazo.

No processo de divulgação, a CPA considera sempre abrir o canal de comunicação com a comunidade acadêmica, a fim de apurar críticas e sugestões que levem ao aprimoramento do modelo de avaliação institucional e à incorporação sugestões de melhorias coletadas durante o processo.

3.5 Pesquisa de clima – GPTW

Além da avaliação respondida pelo discente, anualmente, a IES também realiza a pesquisa de clima organizacional com seus colaboradores, seguindo o modelo *Great Place to Work* (GPTW)², com o objetivo de levantar um diagnóstico da visão do público interno sobre a IES e suas áreas. A pesquisa consulta os seguintes segmentos: diretores, coordenadores, professores, colaboradores técnico-administrativos, líderes, estagiários e jovens aprendizes.

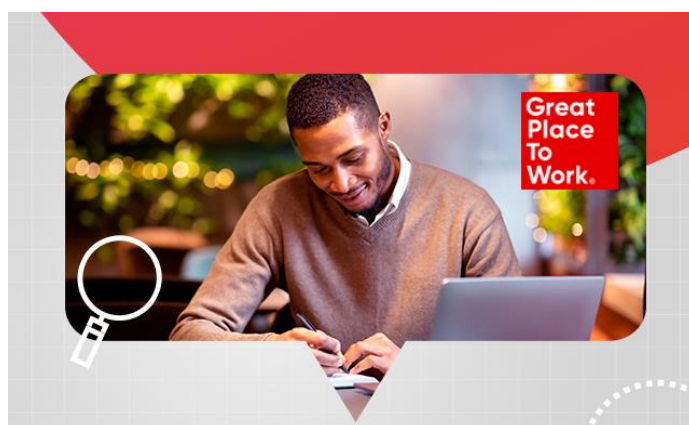
O processo é marcado por uma reunião inicial, na qual é realizado o alinhamento de quais serão as estratégias e os objetivos da avaliação para o ano vigente. A

² O Modelo *Great Place to Work* foi criado por Robert Levering e Amy Lyman, baseado em milhares de entrevistas com funcionários conduzidas por mais de uma década para o livro *The 100 Best Companies to Work for in America* (com Milton Moskowitz) e *A Great Place to Work*. A equipe originalmente criou uma lista de mais de 100 afirmativas, derivadas diretamente das transcrições das entrevistas realizadas por Robert e Milton, assim como as entrevistas adicionais feitas por Robert e Amy para o lançamento da segunda edição do livro. Essas afirmativas foram então reduzidas para as 58 afirmativas centrais, e divididas em subdimensões – que agora formam as cinco dimensões do modelo. Essas mesmas afirmativas também são utilizadas na pesquisa Trust Index.

pesquisa GPTW visa servir como um instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional. Para isso, é estruturada de modo a propiciar resultados não só corporativos, mas também por área, possibilitando que cada líder tenha um *feedback* pessoal, bem como as médias gerais relacionadas à sua equipe.

A pesquisa de clima tem caráter não obrigatório e pode ser respondida de maneira anônima. É aplicada anualmente, em geral, no mês de abril. Estratégias são traçadas para sensibilizar os participantes e fomentar o engajamento, que se espera crescente, por parte da comunidade acadêmica. É enviado *e-mail marketing*, além de cartazes serem afixados pelos espaços da IES. Os atores envolvidos nessa avaliação interna são mobilizados, em especial, com o apoio dos líderes de cada equipe. O GPTW é uma ferramenta de pesquisa de clima, logo, todas essas estratégias de sensibilização dos participantes destacam a importância do seu preenchimento para a própria melhoria dos setores e da empresa.

Figura 5 – Banner GPTW



Fonte: Comissão Própria de Avaliação.

Os dados dessa autoavaliação institucional são coletados por meio de um questionário, respondido via sistema *on-line*. Pensando nas particularidades de cada segmento participante da pesquisa, a IES reserva um de seus laboratórios de informática, com um monitor, para apoiar e facilitar o preenchimento do formulário por parte daqueles que necessitem de assistência.

O questionário a ser respondido avalia cinco dimensões, sob o ponto de vista do colaborador da instituição. São elas: **credibilidade, respeito, imparcialidade, orgulho e camaradagem**. Esse modelo adotado pela pesquisa *Great Place To Work* deriva da definição do que seria um excelente ambiente de trabalho: um

lugar em que colaboradores confiam nas pessoas para quem trabalham, sentem orgulho do que fazem e apreciam as pessoas com quem trabalham. Essa definição é sintetizada pela avaliação em três relacionamentos-chave, mapeados nas cinco dimensões do modelo, listadas anteriormente. A relação entre essas variáveis é apresentada a seguir.

Quadro 12 – Dimensões avaliadas no modelo

DEFINIÇÃO	RELACIONAMENTO	DIMENSÃO DO MODELO
“Confiam nas pessoas para quem trabalham”	Colaboradores e gestores	Credibilidade, respeito e imparcialidade
“Sentem orgulho do que fazem”	Colaboradores e seu trabalho/sua empresa	Orgulho
“Apreciam as pessoas com quem trabalham”	Colaboradores e seus colegas	Camaradagem

Fonte: GPTW®

No modelo da pesquisa GPTW, o colaborador está no centro de todos os relacionamentos, ao passo que valores como credibilidade, respeito e imparcialidade formam a base da confiança entre gestores e funcionários.

Figura 6 – Modelo *Great Place to Work*



Fonte: GPTW®

Trust Index é a ferramenta utilizada pelo modelo *Great Place to Work* para avaliar a experiência do colaborador. Os participantes respondem a 58 questões

afirmativas, relacionadas a uma das dimensões e subdimensões contempladas pelo modelo:

- **Credibilidade** – avalia a quanto os colaboradores consideram seus gestores confiáveis, medindo, para isso, as percepções sobre as práticas de comunicação, competência e integridade, avaliando, ainda, se a comunicação entre esses atores é efetiva para encorajar um diálogo de duas vias.
- **Respeito** – considera em que medida os colaboradores se sentem respeitados por seus gestores, monitorando os níveis de suporte, colaboração e atenção, vivenciados por meio das ações da liderança. Essa dimensão aborda, ainda, subdimensões, como apoio, que mede a oferta de oportunidades de treinamento, recursos e equipamentos, assim como o reconhecimento de conquistas profissionais.
- **Imparcialidade** – mensura como os colaboradores enxergam as práticas e as políticas de gestão, avaliando a equidade, a imparcialidade no reconhecimento e a justiça percebida no ambiente de trabalho.
- **Orgulho** – avalia os sentimentos dos colaboradores em relação a suas funções, trabalho em equipe e ambiente de trabalho.
- **Camaradagem** – mensura o sentimento de companheirismo no ambiente de trabalho, avaliando a qualidade da proximidade, da hospitalidade e da comunidade dentro da empresa.

Além das 58 questões afirmativas, os participantes da pesquisa também respondem a mais cinco itens adicionais. Tais aspectos são consultados por meio do *Trust Index* e também do relatório gráfico ou analítico, de acordo com o escopo definido pela IES. Além disso, fica disponível um caderno de comentários, que traz considerações, na íntegra, registradas pelos participantes.

Questões afirmativas da pesquisa

Credibilidade	1	Os líderes me mantêm informado sobre assuntos importantes e sobre mudanças na IES
	2	Os líderes deixam claras suas expectativas

	3	Posso fazer qualquer pergunta razoável aos líderes e obter respostas diretas
	4	É fácil se aproximar dos líderes e é também fácil falar com eles
	5	Os líderes são competentes para tocar o negócio
	6	Os líderes contratam pessoas que se enquadram bem aqui
	7	Os líderes sabem coordenar pessoas e distribuir tarefas adequadamente
	8	Os líderes confiam que as pessoas fazem um bom trabalho sem precisar vigiá-las
	9	Os líderes aqui dão autonomia às pessoas
	10	Os líderes têm uma visão clara de para onde estamos indo e como fazer para chegar lá
	11	Os líderes cumprem o que prometem
	12	Os líderes agem de acordo com o que falam
	13	Acredito que os líderes só promoveriam reduções de quadro como último recurso
	14	Os líderes são honestos e éticos na condução dos negócios
Respeito	15	A IES me oferece treinamento ou outras formas de desenvolvimento para o meu crescimento profissional
	16	Eu recebo os equipamentos e recursos necessários para realizar meu trabalho
	17	Os líderes agradecem o bom trabalho e o esforço extra
	18	Os líderes reconhecem erros não intencionais como parte do negócio
	19	Os líderes incentivam ideias e sugestões e as levam em consideração de forma sincera
	20	Os líderes envolvem as pessoas em decisões que afetam suas atividades e seu ambiente de trabalho
	21	Este é um lugar fisicamente seguro para trabalhar
	22	Este é um lugar psicológica e emocionalmente saudável para trabalhar
	23	Nossas instalações contribuem para um bom ambiente de trabalho
	24	Posso me ausentar do trabalho quando necessário
	25	As pessoas são encorajadas a equilibrar sua vida profissional e pessoal
	26	Os líderes mostram interesse sincero por mim como pessoa e não somente como empregado
	27	Temos benefícios especiais e diferenciados aqui
Imparcialidade	28	As pessoas aqui são pagas adequadamente pelo serviço que fazem
	29	Acredito que a quantia que recebo como participação nos resultados da organização é justa
	30	Todos aqui têm a oportunidade de receber um reconhecimento especial
	31	Eu sou considerado importante independentemente de minha posição na IES .
	32	As promoções são dadas às pessoas que realmente mais merecem

	33	Os líderes evitam o favoritismo
	34	As pessoas evitam fazer "politicagem" e intrigas como forma de obter resultados
	35	As pessoas aqui são bem tratadas independentemente de sua idade
	36	As pessoas aqui são bem tratadas independentemente de sua cor ou etnia
	37	As pessoas aqui são bem tratadas independentemente de seu gênero
	38	As pessoas aqui são bem tratadas independentemente de sua orientação sexual
	39	Se eu for tratado injustamente, acredito que serei ouvido e acabarei recebendo um tratamento justo
Orgulho	40	Sinto que eu faço a diferença aqui
	41	Meu trabalho tem um sentido especial. Para mim, não é só "mais um emprego"
	42	Quando vejo o que fazemos por aqui, sinto orgulho
	43	As pessoas aqui estão dispostas a dar mais de si para concluir um trabalho
	44	Pretendo trabalhar na IES por muito tempo
	45	Tenho orgulho de contar a outras pessoas que trabalho na IES .
	46	As pessoas aqui têm vontade de vir para o trabalho
Camaradagem	47	Eu me sinto bem com a forma pela qual contribuímos para a comunidade
	48	Posso ser eu mesmo por aqui
	49	Nós sempre comemoramos eventos especiais
	50	Aqui as pessoas se importam umas com as outras
	51	Este é um lugar amistoso para trabalhar
	52	Este é um lugar descontraído para trabalhar
	53	Quando se entra na IES , fazem você se sentir bem-vindo
	54	Quando as pessoas mudam de função ou de área, a IES faz com que se sintam rapidamente "em casa"
	55	Existe um sentimento de "família" ou de "equipe" por aqui
Gestalt	56	Sinto que estamos todos "no mesmo barco"
	57	Pode-se contar com a colaboração das pessoas por aqui
Adicionais obrigatórias	58	Levando-se tudo em conta, eu diria que a IES é um excelente lugar para trabalhar
	59	Nossos diretores representam plenamente os valores e comportamentos da IES
	60	Nós valorizamos pessoas que tentam fazer as coisas de formas novas e melhores, independentemente do resultado alcançado
	61	Aqui, as pessoas se adaptam rapidamente às mudanças que são necessárias para o sucesso da IES
	62	Com certeza, eu recomendaria a IES para amigos e família como um excelente lugar para trabalhar

A pesquisa GPTW mede o índice de favorabilidade de cada afirmativa, assim como o da pesquisa como um todo. Como as sentenças são sempre afirmativas, o colaborador responde se considera aquela afirmação verdadeira ou não. É usada a escala Likert de respostas, variando entre:

- nunca é verdade;
- na maioria das vezes não é verdade;
- às vezes é verdade, às vezes não;
- na maioria das vezes é verdade;
- sempre é verdade.

Assim, por exemplo, quando obtido o resultado 80 para alguma afirmativa, significa que 80% dos respondentes afirmara que “na maioria das vezes é verdade”, ou “sempre é verdade”. O percentual de participação na pesquisa varia de acordo com o número total de colaboradores. Com base nesse número, a IES calcula a amostragem adequada para trazer segurança estatística, garantindo que aquela amostragem representa o todo³. Assim como em outras pesquisas, caso do IBGE, trabalha-se com uma margem de erro de, no máximo, cinco pontos percentuais para mais ou para menos.

Após a finalização da pesquisa, a equipe de Gestão de Pessoas (GP) realiza o diagnóstico e traça os planos de ação cabíveis junto às lideranças e às equipes a fim de tornar o ambiente cada vez melhor para se trabalhar. Além do resultado da autoavaliação institucional mensurado pelas respostas ao questionário, é enviado também um documento, chamado *Culture Audit*, com o descritivo das boas práticas internas, que contribuem para o dia a dia de trabalho dos colaboradores, como: benefícios, políticas, campanhas, ações, atividades, etc. A equipe do Gestão de Pessoas da IES alinha os resultados dessa autoavaliação institucional por área e, nas “Paradas Obrigatórias”, evento anual realizado

³ O cálculo da amostragem adequada é realizado por meio da seguinte ferramenta *on-line*: <http://www.raosoft.com/samplesize.html>.

internamente, esses resultados gerais são também apresentados aos colaboradores da instituição.

De maneira sistemática, a pesquisa contempla as seguintes etapas:

- 1) Reunião inicial do projeto;
- 2) Desenho da arquitetura da pesquisa (afirmativas, demografias e questões abertas);
- 3) Teste e aprovação no sistema;
- 4) Aplicação da pesquisa (geralmente 15 dias e no máximo 30 dias);
- 5) Tabulação e conferência dos resultados;
- 6) Entrega dos relatórios (*trust index*, visão de área e empresa e caderno de comentários);
- 7) Reunião para falar do *trust index*;
- 8) Apresentações dos resultados;
- 9) Plano de ação com as equipes.

A pesquisa e as perguntas são fechadas com a empresa *Great Place to Work*, que também presta consultoria para os planos de ação. Além de levantar as melhorias que são necessárias internamente, com um bom resultado na pesquisa GPTW, a IES pode entrar no *ranking* das melhores empresas para se trabalhar no Brasil.

O resultado dos *rankings* costuma sair em junho e julho e, caso a IES entre, é realizada uma campanha de agradecimento aos colaboradores, responsáveis por contribuir diariamente para esse resultado positivo. Além disso, os cinco líderes avaliados com a melhor pontuação na pesquisa GPTW podem indicar um colaborador da área para representar a *holding* Ânima Educação na premiação.

3.6 Evolução institucional e autoavaliação

A Faculdade de Direito Milton Campos traça seu plano de melhorias com base nos processos de avaliação interna e externa. As ações propostas e realizadas foram definidas em observância dos resultados apontados por docentes e discentes.

Observa-se, de modo evidente, a evolução institucional em relação aos processos de gestão e processos de avaliação. Houve um crescimento interno, no acompanhamento do processo evolutivo a partir das avaliações, internas ou externas. O reconhecimento de suas fragilidades e forças tem levado a Faculdade de Direito Milton Campos a um planejamento mais eficiente.

Fica, portanto, evidente que o planejamento institucional é uma ferramenta muito eficiente para desenvolver ações de melhoria contínua do ensino e da aprendizagem dos discentes. Ademais, a CPA é parte essencial na resolução dos trabalhos desenvolvidos pela IES, tendo em vista que os mecanismos adotados seguem uma ordem de prioridades estabelecidas pela comissão, direção acadêmica, coordenações de curso e Conselho Superior.

3.7 Planejamento e ações acadêmico administrativas a partir dos resultados das avaliações

Os processos de avaliação institucional compreendem dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa. A avaliação interna realizada nos últimos anos na Faculdade de Direito Milton Campos evidencia a evolução institucional recente, a partir da contribuição da percepção da comunidade acadêmica. A Faculdade de Direito Milton Campos procurou, no esforço de proporcionar as melhores condições de infraestrutura física e de apoio acadêmico para a garantia do cumprimento dos objetivos traçados, tanto a curto prazo quanto para aqueles que constam do PDI, consolidar suas ações ao longo dos últimos anos enfrentando novos desafios e, ao mesmo tempo, mantendo o equilíbrio financeiro.

A autoavaliação colabora para a reflexão de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da Faculdade de Direito Milton Campos, culminando no aperfeiçoamento e mudanças, nas diferentes esferas, possibilitando à sua comunidade a apreciação e participação na gestão e na melhoria do desempenho acadêmico, particularmente na relação pedagógico-administrativa. Uma vez que a autoavaliação tenha conseguido mostrar a percepção que a instituição tem de si mesma, envolvendo todos os segmentos institucionais, e que tenham sido identificados os seus êxitos, o que pode ser melhorado e os

aspectos que necessitam ser modificados substancialmente, deverá ser elaborado um Plano de Ação.

Após a realização de seminários, são definidos instrumentos de elaboração dos Planos, incluindo ações, meios de acompanhamento (físico/financeiro), detalhamento do orçamento, e cronograma de atualização e avaliação, tendo como resultado o Plano de Ação.

O Plano de Ação constitui-se no elemento-chave para a transformação positiva da realidade, permitindo uma visualização efetiva dos esforços necessários para se buscar a qualidade institucional. A partir do complexo processo de avaliação, o Plano de Ação pode promover a articulação do que foi idealmente imaginado com a realidade. Isso significa que, à medida que se propõe a responder a perguntas básicas para transformar ideias em realidade, ele possibilita o estabelecimento de prazos, responsabilidades e recursos, criando medidas para o acompanhamento das soluções.

Como resultado prático de ações de avaliação implementadas na Faculdade de Direito Milton Campos, pretende-se então adotar as necessárias decisões sobre os cursos que deverão receber investimentos em infraestrutura e quais incentivos deverão ser dados à criação de projetos na área de ensino, pesquisa e extensão que levem alunos e professores ao desenvolvimento integrado de novas metodologias de trabalho.

3.7.1 Articulação entre os resultados das avaliações externas e autoavaliação

As mais recentes tendências de avaliação institucional estão baseadas em uma concepção que tem como eixo central a vocação da Faculdade de Direito Milton Campos e os processos pelos quais busca realizá-la. Essa concepção está presente na proposta do SINAES. Trata-se de nortear a avaliação pelo modo como a instituição traça seus caminhos para alcançar seus objetivos. Não se esgota, pois, em um modelo que retrate estaticamente a organização, mas em uma proposta que busca entender e explicar o que acontece na instituição e por que acontece, com o intuito de aprimorar a sua trajetória para que se realize a

sua missão. Os processos de avaliação institucional compreendem dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa.

No primeiro, a instituição reconstrói a imagem que tem de si mesma, reunindo suas percepções e os dados que as baseiam. É um momento de elaboração do que vem sendo denominado de autoavaliação, seguido da construção de um plano de ação, isto é, a definição dos aspectos que podem ser melhorados para aumentar o grau de realização da sua missão, objetivos e diretrizes institucionais e/ou de sua eficiência organizacional.

O segundo momento, o da avaliação externa, é aquele em que essa visão é discutida por uma comissão externa nos atos de autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento de curso e credenciamento da instituição. As comissões externas, ao interagir com os diferentes setores da instituição, também realizam um processo de avaliação à medida que discute a visão que a instituição tem de si mesma e apresenta recomendações para seu desenvolvimento.

É evidente que a instituição vive inserida em um contexto social concreto, no qual promove intervenções e no qual busca elementos para seu crescimento e melhoria. Por essa razão, são consideradas estratégicas as relações com os processos periódicos de avaliações externas. Essa concepção dinâmica de avaliação institucional se assenta sobre uma matriz referencial de dimensões, cuja marca é a integração.

Tal matriz relaciona as dimensões “imateriais” da instituição (ensino, pesquisa, extensão, gestão e clima) com as dimensões relativas aos elementos concretos que lhes dão vida e materialidade (corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo, processos, recursos materiais e recursos financeiros). Todas essas dimensões são focadas em uma dimensão maior, que pode ser denominada de missão, vocação e objetivos da instituição.

A dinâmica desses dois momentos da avaliação, interno e externo, não pode ser condensada em um único modelo que retrata estatisticamente a instituição, mas em uma proposta que busca entender e explicar o que acontece e por que acontece, com o intuito de aprimorar a trajetória da IES para que realize a sua

missão. Por isso é colocada, no centro do processo, a integração organizacional, ou seja, como seus diferentes elementos interagem para a obtenção dos fins desejados.

4 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Faculdade de Direito Milton Campos é um instrumento político, teórico e metodológico, que expressa a organização e o pensamento da proposta pedagógica da instituição, voltada para a formação de sujeitos e profissionais críticos, reflexivos, capazes de dialogar com diferentes atores sociais e, sobretudo, preparados para tomar decisões em cenários complexos.

Este PPI está fundamentado em reflexões que levam em consideração, além do universo educacional em sua concepção tradicional, processos como a globalização, a atual concorrência no setor de serviços em educação e o concorrido mercado de trabalho contemporâneo. Pautado nessas considerações, o projeto norteia a abertura de cursos da Faculdade de Direito Milton Campos em consonância com as especificidades e a demanda da região.

Por se constituir em uma referência institucional, este PPI ampara a construção dos projetos pedagógicos dos cursos a serem ofertados e define o funcionamento, a dinâmica escolar, as políticas de acesso, permanência e conclusão, as políticas de inclusão, as políticas de pesquisa e de extensão e as políticas de gestão acadêmica da Faculdade de Direito Milton Campos. As políticas de ensino da instituição estão pautadas pelos seguintes princípios:

- qualidade e flexibilidade no processo de ensino-aprendizagem;
- qualidade na produção técnico-científica;
- integração dos processos de gestão administrativa, acadêmica e pedagógica;
- integração com a comunidade local e a regional.

Este projeto direciona as ações da Faculdade de Direito Milton Campos em todas as suas instâncias, além de refletir as suas relações com o espaço externo. Apresenta estratégias educativas variadas e complementares no pensar e no fazer acadêmico da instituição, que busca, constantemente,

- o compromisso com as necessidades e os interesses básicos da comunidade;
- o conhecimento da realidade regional e dos seus condicionantes históricos, políticos e sociais;

- a formação de profissionais competentes para atuar responsavelmente sobre essa realidade;
- a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- a revisão periódica dos projetos pedagógicos dos cursos e o aprimoramento curricular, de modo a responder às mudanças ocorridas na sociedade, atender às diretrizes nacionais curriculares e acompanhar os desafios e os avanços didático-pedagógicos;
- a conexão permanente entre teoria e prática, atendendo tanto às dimensões de conhecimento e de intencionalidade (atividade teórica), quanto às de intervenção e transformação (atividade prática).

Em seu projeto de formação de estudantes, a Faculdade de Direito Milton Campos tem como finalidade a emancipação das pessoas com os objetivos de mudar a realidade nacional e transformar o país pela educação. Assim, é apresentado o Ecosistema Ânima de Aprendizagem (E2A) em seu formato 2.0, um ecossistema em que os currículos são ofertados de forma integrada. Essa concepção de currículo busca uma compreensão global do conhecimento, não mais repartido em disciplinas. Além disso, como se verá, este ecossistema promove uma maior interdisciplinaridade e conexões efetivas com o mundo do trabalho. Nele, os alunos têm a oportunidade de vivenciar a realidade social e profissional, além de desenvolver projetos que resolvam problemas complexos durante a experiência universitária, sempre sob a orientação e a mentoria dos professores.

Dessa forma, foi adotada uma estrutura sintonizada às necessidades atuais de formação dos nossos alunos. Chegou-se ao modelo que será apresentado tendo em vista o estudo cuidadoso das mais recentes teorias relativas à educação, somadas a experiências bem-sucedidas em diversas partes do mundo – aperfeiçoadas e remodeladas para atender às especificidades das múltiplas realidades presentes nas diversas regiões do Brasil.

Nos modelos curriculares mais tradicionais, a ênfase está em uma formação pautada por disciplinas, pensadas e executadas isoladamente. O resultado criado por esse modelo é um tipo de conhecimento compartimentado, desconectado da realidade, com pouca integração e abertura restrita a um tipo de pensamento mais complexo.

No lugar daquilo que se deseja para o cidadão e o profissional da atualidade, o que se obtém por meio do formato curricular tradicional são alunos especialistas em pedaços de um quebra-cabeça, pouco habilitados a enxergar o todo. Trata-se de um formato clássico, mas incoerente com o mundo como o conhecemos hoje.

A versão do Ecossistema de Aprendizagem propõe uma inversão dessa lógica. Nele, são ofertados módulos compostos de duas unidades curriculares cuja carga horária é mais elevada. Uma vez inserido nessas unidades curriculares, o aluno irá adquirir e desenvolver competências com o auxílio de pelo menos dois ou mais docentes, oriundos de diferentes áreas do conhecimento. Serão estimuladas a aplicação de modalidades mais avançadas de pensamento e reflexão e a execução de projetos mais coerentes com o mundo do trabalho e as demandas da sociedade.

Um exemplo: antes, o estudante teria aula de teorias da linguagem, expressão e produção textual em separado. Agora, a unidade curricular (UC) unirá teoria, crítica e prática em uma só jornada. Em resumo, no E2A, a concepção tradicional de disciplina dá lugar às unidades curriculares. Como resultado, o estudante vê o seu próprio horário de forma diferente – e terá uma nova experiência em sala de aula. É assim que deve ser pensada a universidade do século XXI: pronta para um ambiente conectado, diverso, inovador e tecnológico.

Além disso, a Faculdade de Direito Milton Campos entende que o aluno deve ser inserido no ambiente real de trabalho durante a sua graduação. Assim, a faculdade passa a adotar a UC Dual, uma parceria entre IES e empresas, que vão participar diretamente da formação dos alunos. As empresas contribuirão para o desenvolvimento das habilidades e competências a serem trabalhadas juntamente com os alunos, por meio de atividades em cenários reais da profissão, em alinhamento com o plano de ensino da respectiva UC, cuja seleção dos conteúdos é amparada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) ou pelo Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

A Faculdade de Direito Milton Campos entende que integrar todos os níveis institucionais é fundamental para estimular a formação de uma cultura de planejamento e de avaliação educacional, além de consolidar um processo de ensino-aprendizagem eficaz. Por conta disso, a reflexão institucional é de suma importância

para a elaboração do PPI – fruto de uma construção coletiva da identidade das instituições de ensino superior, que deve ser reconhecida pelo conjunto dos seus atores.

Como documento em constante processo de construção, o PPI formula um conhecimento capaz de manter um processo contínuo de aperfeiçoamento da Faculdade de Direito Milton Campos e das atividades educacionais que a instituição concebe e realiza, subsidiando a reflexão constante acerca do seu compromisso social e dos recursos pedagógicos com os quais pode contar para realizar a sua missão e a formação educacional e profissional de seus alunos. O PPI constitui-se de tal forma que permite, sempre, a incorporação de novas reflexões e alterações que expressem momentos do pensamento coletivo das IES.

71

4.1 Diretrizes de atuação acadêmica

Tendo em vista que os cursos de graduação não podem mais atuar como meros instrumentos de transmissão de conhecimentos e informações, mas devem, sim, oferecer uma formação básica, que prepare o futuro graduado para os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional, de produção do conhecimento e de domínio de novas tecnologias, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual dos alunos. As legislações específicas dos cursos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação, orientam ainda que os cursos:

- estimulem a prática de estudos independentes por parte dos alunos;
- fortaleçam a articulação entre teoria e prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
- formem alunos de modo a englobar não apenas a qualificação técnica (habilidades específicas e globais), mas também o desenvolvimento de competências e habilidades gerais, com formação humanística do cidadão;
- conduzam a prática avaliativa para que sejam utilizados instrumentos variados a fim de que docentes, discentes e IES possam obter informações válidas e confiáveis acerca de seu desempenho na dimensão didático-pedagógica.

As legislações enfatizam, ainda, a necessidade de formação de um profissional autônomo, intelectual e profissionalmente independente, capaz de se responsabilizar pela própria aprendizagem, reflexivo, adaptável a novas situações e demandas sociais e profissionais, atuante e transformador, com senso crítico, capacidade de criação, visão integradora e capacidade de articular discussões teóricas e práticas.

Entre as competências e habilidades gerais definidas, destacam-se: avaliação de riscos; tomada de decisões; resolução de problemas; habilidade de leitura e de escrita; comunicação oral; liderança; gestão. Para acomodar todas essas questões, a concepção de currículo que dá sustentação ao projeto acadêmico da Faculdade de Direito Milton Campos busca uma articulação entre:

- as políticas educacionais do Conselho Nacional de Educação (CNE), expressas nas DCNs, no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia e nos referenciais curriculares dos cursos de graduação (bacharelado, tecnológico e licenciatura);
- os propósitos da IES expressos no PDI, no PPI, nos PPCs, nos planos de ensino e nas práticas docentes;
- o contexto sócio-histórico que envolve alunos, professores, coordenadores, diretores e IES;
- a formação pretendida para os discentes.

Essa concepção de currículo é pautada por leituras do contexto social, cultural, histórico e econômico no qual se produz, orientando-se sempre pelas seguintes perguntas: que alunos e alunas pretendem-se formar? Quais são as dificuldades que estes costumam encontrar em seu percurso formativo? Como auxiliá-los nos desafios encontrados ao longo de sua trajetória acadêmica?

4.1.1 Formação integral

As perguntas levantadas no tópico anterior consideram não apenas a formação de profissionais qualificados, cooperativos, com visão sistêmica, iniciativa, proatividade, capacidade interdisciplinar, inteligência para adaptação a cenários de riscos, oportunidades e habilidades de liderança, de negociação, de trabalho em equipe e de inovação, mas consideram, também, a formação de indivíduos motivados e integrados, com autonomia e autoestima, capacitados para a tomada de decisões e

para a ação local, além de possuidores de visão global. Nesse contexto, deve-se considerar, ainda, a formação de cidadãos éticos, abertos ao pluralismo cultural, à diversidade e ao diálogo, aptos a participar ativa, criativa e construtivamente da sociedade.

A formação do profissional relaciona-se, principalmente, ao conhecimento técnico, à qualificação profissional e à trabalhabilidade⁴, os quais norteiam o desenvolvimento de uma série de habilidades necessárias à atuação consciente em contextos de trabalho. Essas habilidades a serem desenvolvidas incluem a capacidade de trabalhar em equipe, de negociar, de liderar, de responder às mudanças, de encontrar soluções originais, criativas e inovadoras para os problemas; de aprender com os erros; de equilibrar soluções de curto e longo prazos; de entender a interdependência das ações; de entender o amplo cenário político, econômico, social e ambiental; de construir relações produtivas com *stakeholders*⁵.

A formação do indivíduo está centrada no desenvolvimento da habilidade de problematizar, da capacidade de aprender com autonomia, do estímulo a características como criatividade, proatividade, autocontrole, cooperação, motivação, habilidade interpessoal e atitude interdisciplinar. Contempla, ainda, o desenvolvimento de habilidades básicas, que permitam a familiarização do aluno com os processos de construção do conhecimento científico. Todo esse trabalho visa, principalmente, ao desenvolvimento das capacidades de cooperação e de autonomia dos discentes. Assim, educar para a autonomia é educar para o mundo e, para isso, é necessário entendê-lo.

⁴ O termo *trabalhabilidade* é utilizado no lugar do termo empregabilidade, uma vez que traduz a noção de que os egressos de uma instituição de ensino não devem ser preparados para um emprego específico. Devem, sim, esforçar-se para se manterem atuantes no mercado de trabalho, qualificando-se continuamente para os desafios que o mundo do trabalho e dos negócios possa lhes apresentar.

⁵ O termo *stakeholder* foi criado por um filósofo chamado Robert Edward Freeman. Ao entender a importância dos *stakeholders*, o responsável pelo planejamento ou plano consegue ter uma visão mais ampla de todos envolvidos em um processo ou projeto e saber de que maneira eles podem contribuir para a otimização deste. Os *stakeholders* são elementos fulcrais em termos de planejamento estratégico de uma empresa ou organização. Em inglês, *stake* significa interesse, participação, risco. *Holder* significa aquele que possui. Assim, *stakeholder* também significa parte interessada ou interveniente. É uma palavra em inglês muito utilizada nas áreas de comunicação, administração e tecnologia da informação, cujo objetivo é designar as pessoas e grupos mais importantes para um planejamento estratégico ou plano de negócios, ou seja, as partes interessadas.

A formação do indivíduo está comprometida com a educação de cidadãos éticos e responsáveis com o outro e com o ambiente, sensíveis às necessidades locais e globais, conscientes das implicações globais das decisões tomadas em esferas locais e preparados para agir nesses contextos de forma a respeitar a interdependência entre os negócios e a sociedade. Nesse cenário, os cidadãos devem também se tornar cientes de seus direitos e deveres, bem como abertos à diversidade e à pluralidade cultural.

O perfil do egresso dos estudantes da Faculdade de Direito Milton Campos atende tanto ao que está previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação, ou Catálogo Nacional dos Cursos de Graduação (para cursos tecnológicos), quanto às demandas expressas pelos discentes, egressos, docentes, coordenadores, diretores e demais gestores acadêmicos e pela comunidade local regional. São demandas compartilhadas em diferentes colegiados e fóruns de trabalhos que existem no cotidiano da IES, assim como mapeadas em atenção às demandas da comunidade externa.

Entende-se que o egresso tem como atribuições essenciais a compreensão de questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, tanto no contexto nacional, quanto no contexto internacional, nos diferentes modelos de organização, com o domínio das competências funcionais e com visão empreendedora. Dessa forma, o currículo dos cursos da Faculdade de Direito Milton Campos apresenta uma proposta multidisciplinar, em que são conjugados saberes, além de proporcionar o aperfeiçoamento e a atualização técnico-científica. Essa concepção alia-se à certeza de que o perfil desejado para o egresso, de certa maneira, subsidia as escolhas pedagógicas e confirma a importância da presença da Faculdade de Direito Milton Campos na região em que está inserida.

4.1.2 Qualificação para o século XXI

Muitos aspectos da vida e das relações entre mercado e carreira vêm sendo alterados no decorrer século XXI, gerando exigências por uma nova qualificação profissional. Postos de trabalho orientados por habilidades exclusivamente manuais e mecânicas têm caminhado praticamente para a extinção. Criatividade, inovação, colaboração e tecnologia convertem-se em elementos propulsores do crescimento de muitas

economias ao redor do mundo, atualmente a demandar por um trabalho qualificado, cada vez mais centrado na capacidade de solucionar problemas não estruturados e de conduzir análises efetivas da informação.

Atento ao cenário atual, o projeto acadêmico da Faculdade de Direito Milton Campos vem privilegiar o exercício interdisciplinar e permanente do pensamento crítico, da resolução de problemas, da criatividade e da inovação. O desenvolvimento dessas competências e habilidades necessita da adoção de metodologias ativas de ensino em termos didático-metodológicos de abordagem do conhecimento. Necessita, também, de uma certa flexibilidade da estrutura curricular para a possibilidade individual de articulação de um itinerário de formação personalizado.

75

Por outro lado, o fomento da Faculdade de Direito Milton Campos à presença cada vez mais constante das empresas no ambiente universitário contribui para consolidar o conceito de trabalhabilidade como dimensão formativa do currículo, na qual a metodologia de aprendizagem por projetos surge como uma das alavancas para desenvolver o empreendedorismo, a criatividade, o letramento científico e a habilidade de aprender a aprender, ou metacognição. No decorrer da trajetória universitária, cada estudante é estimulado a construir um portfólio de projetos, estudos e experiências interdisciplinares conectadas às mencionadas competências profissionais exigidas pelo século XXI. Articulando as diferentes escolhas e visões de mundo e de carreira, a metodologia de projetos, como componente curricular, possibilita, entre os territórios de conhecimento mapeados, o desenvolvimento específico daquelas competências que melhor atendem aos anseios individuais de carreira profissional.

A Faculdade de Direito Milton Campos, assim, abre-se para incorporar, em seus currículos, as necessidades do mercado de trabalho contemporâneo, ao mesmo tempo em que estimula os desejos e a criatividade dos estudantes, auxiliando-os nas escolhas dos melhores caminhos em função dos objetivos de vida pessoal e profissional que buscam alcançar. Atender ao projeto de carreira dos discentes implica abrir e ampliar a perspectiva de flexibilidade e de personalização de itinerários formativos com os olhares sempre voltados para dois itens: formação em perspectiva, isto é, antecipar, no que for possível, o cenário profissional com o qual os estudantes vão se deparar ao concluírem a formação inicial; e estreitamento da relação

institucional com o mercado de trabalho, chamando as empresas e as organizações para o diálogo.

Para além da tarefa de elaborar projetos interdisciplinares apenas para fazer frente às exigências da matriz curricular, espera-se que o aluno realize o emprego dessa metodologia de ensino combinada à “ideação”. São estimuladas, assim, a criação e a inovação, o que requer a oferta de novos espaços em que o exercício da socialização, da experimentação e da prototipação tenham lugar. Espaços como o de *coworking*, espaço *maker*, salas de projetos e de metodologias ativas promovem a autonomia dos estudantes e possibilitam ao corpo docente o acesso a uma diversidade de metodologias de ensino, que operam rupturas com os modelos lineares tradicionais de absorção de conteúdo.

Enquanto os estudantes desempenham um papel ativo nas escolhas de seu percurso formativo, os professores são levados a assumir um papel mais estratégico e relevante de agentes facilitadores das aprendizagens potencializadas por esses novos espaços. Sem perder de vista as necessidades de uma formação específica, os professores, como mentores, passam a estimular atitudes de empreendedorismo, de criação de *startups* e outras iniciativas fruto da escolha individual dos caminhos que melhor atendem aos interesses de formação dos próprios estudantes.

Ao se vislumbrar uma escola que significa curricularmente problemas reais por meio de conexões entre o mercado de trabalho e a sociedade, a Faculdade de Direito Milton Campos aposta na aproximação dos estudantes a uma cultura de realização em espaços diferenciados, que estimulam maneiras diferenciadas de ensinar e que estão em consonância com o cenário conjuntural contemporâneo. Um time de professores engajados ajuda a criar um time de estudantes também engajados, levando ambos à reapropriação dos espaços físicos dentro e fora da universidade, na perspectiva de uma sala de aula ampliada conectada com a vida e com o mundo.

4.1.3 Trabalho coletivo e aprendizagem significativa

O projeto acadêmico da Faculdade de Direito Milton Campos, de formação integral do sujeito, origina e materializa-se, de fato, no trabalho coletivo de todos os docentes. Esses são atores essenciais na promoção de um processo de ensino-aprendizagem pautado pela construção conjunta e a apropriação crítica do conhecimento. É o corpo

docente que auxilia na criação de novas oportunidades para os alunos se envolverem em um processo de formação que lhes garanta inserção não só no mundo do trabalho e dos negócios, mas também na vida em sociedade, posto que o ensino pode levar à transformação do que se aprende em comportamentos socialmente significativos. Condição basilar para a construção do projeto acadêmico da Faculdade de Direito Milton Campos é que os professores, por meio da elaboração coletiva e da troca de experiências com os pares, planejem suas ações, avaliem suas consequências e planejem novamente as suas intervenções.

Além do trabalho colaborativo do corpo docente, outro ponto de sustentação do projeto acadêmico da Faculdade de Direito Milton Campos é o conceito de aprendizagem significativa, de autoria de Ausubel (1982), baseado em dois pilares: o da contextualização do conhecimento e o de atribuição de sentidos a ele. Embora originalmente associado à teoria cognitiva da aprendizagem⁶, os autores não desconsideram os aspectos afetivos da aprendizagem, como a motivação. No projeto acadêmico da Faculdade de Direito Milton Campos, a expressão aprendizagem significativa aparece com um significado adicional, em um contexto que leva em consideração também outros fatores de origem sociocultural, como a interação e a colaboração. Entende-se que a aprendizagem significativa possibilita aos alunos a construção do conhecimento de modo cooperativo, por meio da elaboração e da reestruturação da aprendizagem, seja para:

- articulação da teoria com a prática por meio da pesquisa (programa de iniciação científica, programa de iniciação tecnológica, TCC, monografias etc.) e da extensão;
- integração dos conhecimentos por meio da interdisciplinaridade;
- construção de uma relação de sentidos entre o conhecimento e a realidade dos alunos, os quais têm chegado ao ensino superior cada vez mais despreparados para a vida acadêmica e suas implicações e demandam uma relação cada vez maior entre os conteúdos aprendidos e a sua realidade;

⁶ O aprendizado significativo acontece quando uma informação nova é adquirida mediante um esforço deliberado por parte do aluno em ligar a informação nova com conceitos ou proposições relevantes preexistentes em sua estrutura cognitiva.

- inserção desses alunos em contextos econômicos, políticos e socioculturais, de forma a garantir o pleno exercício da cidadania e promover o desenvolvimento de uma cultura profissional, humanista, artística e cultural.

O currículo E2A busca promover a autonomia, o interesse e o investimento dos próprios discentes em sua formação⁷, mas os alunos não são capazes de construir todos os processos explicitados anteriormente de forma independente ou solitária, via aprendizagem apenas. Nesse cenário, destaca-se a orientação do professor e as suas práticas pedagógicas inovadoras e transformadoras, responsáveis por estimular a formação da autonomia dos discentes.

Assim, perdem espaço as aulas puramente expositivas centradas na transmissão de conhecimentos com foco no professor e ganham espaço as aulas dialógicas centradas na interação entre professores e alunos e na construção do conhecimento com foco no processo de aprendizagem do discente. Cabe ressaltar que a aprendizagem baseada em problemas e as estratégias das quais se utiliza não descontextualizam as necessidades reais de aquisição de conhecimentos, nem a compreensão de conceitos acadêmicos, embora mais abertas ao tempo e às especificidades dos interesses de formação dos alunos.

4.1.4 Ensino para a compreensão (EpC)

Em um contexto social de constantes transformações e desenvolvimento de tecnologias, é necessário que a escola ensine seus alunos a compreender e a pensar a fim de que possam ser bem-sucedidos em seus meios. Nesse contexto, tendo a compreensão como a capacidade de pensar e agir de modo flexível, o ensino para a compreensão (EpC) busca um aprendizado que seja relevante, em que os alunos possam utilizar o novo conhecimento em diversas circunstâncias. Nessa procura pelo aprendizado, o EpC parte do reconhecimento de que os alunos sempre têm alguma compreensão sobre o objeto analisado, ainda que de forma intuitiva. O professor deve, então, desenvolver um ambiente propício para criar oportunidades a fim de que os

⁷ Tal proposta ganhou representação nos currículos de instituições brasileiras apenas no fim da década de 1990. Trata-se de uma proposta ainda recente e sobre a qual apenas muito recentemente estudos e pesquisas acadêmicas têm se debruçado.

estudantes possam analisar suas compreensões intuitivas e seguir para as compreensões baseadas no conhecimento.

Existem quatro fases do marco conceitual do EpC, conforme conceituam Wiske et al. (2007): compreensão, planejamento, implementação e integração. Assim, o aprendizado relevante surge ao se fazer algo tendo em vista essas etapas. Além disso, para concretizar o marco conceitual, são necessários os seguintes elementos: as metas de compreensão, os tópicos geradores, os desempenhos de compreensão e a avaliação continuada, conforme imagem a seguir.

79

Figura 7 – Descrição dos elementos do marco conceitual do EpC



Fonte: Vice-presidência acadêmica.

Os tópicos geradores são as temáticas em torno das quais o currículo acadêmico é organizado. Devem ser centrais a um domínio ou a uma unidade curricular, interessantes aos alunos, estimulantes para os professores e relacionáveis a experiências prévias do alunado dentro e fora do ambiente escolar. Os tópicos geradores, como o termo pressupõe, “geram” novos tópicos, relacionados entre si por uma lógica de conceitos que estruturam uma área de conhecimento. Ademais, são ligados por relações de significados, e seus conteúdos possuem prevalência e importância conforme aparecem na vida real.

As metas de compreensão apontam o que se espera que os alunos compreendam, definindo as ideias, os processos, as relações ou as questões compreendidas pelos

estudantes por meio de seus estudos. Segundo Wiske et al. (2007), essas metas podem ser claras, explícitas e públicas, sequenciadas ou centrais à matéria em questão.

Os desempenhos de compreensão são as demonstrações de que os alunos podem ir além do conteúdo ministrado, sendo capazes de explicar, interpretar, analisar, relacionar, comparar e fazer analogias a partir de exploração, da pesquisa orientada e de desempenhos amplos, de acordo com Wiske et al. (2007). Os desempenhos constituem-se, pois, como um “meio de monitorar, promover e aprender a partir da compreensão dos alunos” (WISKE et al., 2007, p. 62).

A avaliação continuada, para Wiske et al. (2007), não apenas amplia, mas também mede a aprendizagem em uma perspectiva de avaliação formativa. Ela pode ser utilizada como uma ferramenta para dar subsídios para o planejamento enquanto é medido o progresso dos estudantes. Essa avaliação é baseada em critérios públicos e relevantes relacionados às metas de compreensão, acontece frequentemente e pode ser conduzida por alunos e por professores.

Assim, a qualidade da compreensão prevista para o modelo acadêmico da Faculdade de Direito Milton Campos está na capacidade de os alunos dominarem e usarem conhecimentos que são valorizados por sua cultura. Ao compreender a natureza desse conhecimento, é possível tê-lo como base para resolver problemas, criar produtos, tomar decisões e, claro, transformar com engajamento o mundo que os rodeia.

4.2 O currículo no Ecossistema de Aprendizagem

O debate sobre currículos compõe um cenário controverso, polêmico e urgentemente necessário. Segundo Sacristán (2013), o currículo constitui a carreira do estudante e os conteúdos que serão vistos nesse percurso, tendo em vista sua organização, aquilo que o discente deverá aprender e superar e em qual ordem deverá fazê-lo. Dessa forma, para o autor, o currículo a ser ensinado é uma seleção dos conteúdos a serem aprendidos, e estes serão norteadores da prática didática que a ser desenvolvida durante o período acadêmico. O currículo, de acordo com Sacristán (2013, p. 20), desde sua origem tem se mostrado “uma invenção reguladora do conteúdo e das práticas envolvidas nos processos de ensino e aprendizagem”, logo, ele é uma

ferramenta que estrutura a escolarização, a vida nas instituições de ensino e as atividades pedagógicas.

É possível elencar como dimensões reguladoras do currículo: o tempo de aprendizagem, os conhecimentos obtidos, quais atividades são possíveis em determinado contexto, os valores dos processos que foram desencadeados e o ritmo e a sequência da progressão do ensino e da aprendizagem. Cabe ressaltar que os conteúdos também estão sujeitos a essas determinações e nelas incluídos. Acerca das engrenagens e das regras que envolvem o currículo, Sacristán (2013, p. 23) afirma que:

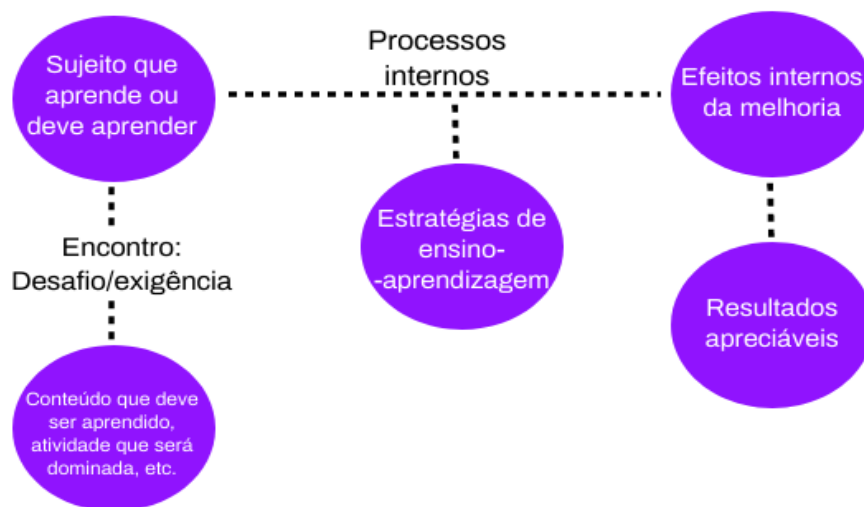
81

O pensamento sobre o currículo tem de desvelar sua natureza reguladora, os códigos por meio dos quais ele é feito, que mecanismos utiliza, como é realizada essa natureza e que consequências podem advir de seu funcionamento. Porém, não basta se deter a isso. Também é preciso explicitar, explicar e justificar as opções que são tomadas e o que nos é imposto; ou seja, devemos avaliar o sentido do que se faz e para o que o fazemos.

É importante ressaltar que, para Sacristán (2013), o currículo não é algo neutro, estanque e universal, mas sim um espaço para se tomar decisões, em que se age segundo orientações que não são as únicas possíveis. Para o autor, “é preciso insistir que os significados dos objetivos educacionais não podem estar circunscritos aos conteúdos dos limites estabelecidos pelas tradições acumuladas nas disciplinas escolares” (p. 23). Dessa forma, tanto as disciplinas escolares quanto seus conteúdos resultam de certas tradições – e estas podem e devem ser revistas e alteradas sempre que se fizer necessário. Assim, tendo em vista os diferentes níveis e públicos que estão no ambiente educacional, Sacristán (2013, p. 29) afirma que “o conhecimento escolar não é uma categoria internamente homogênea, mas peculiar em diferentes períodos do sistema educacional, pois tem destinatários distintos”.

As escolhas para possibilitar experiências pedagógicas devem considerar o processo de mediação, em que há “um sujeito que exerce uma série de funções sobre um sujeito que detém um conteúdo, ou desenvolve diversas capacidades, de modo que sejam transformadas e enriquecidas tais funções e capacidades que, de maneira geral, chamamos de aprendizagem” (SACRISTÁN, 2013, p. 30). Esse processo pode ser mais bem observado na figura a seguir.

Figura 8 – A dinâmica da subjetivação do currículo



Fonte: Adaptado de Sacristán (2013, p. 30).

Ainda segundo Sacristán (2013):

Com o ingresso do tópico do currículo e sua problemática no discurso sobre o ensino, a escolaridade ou a educação - um território intelectual já maduro em outros contextos foram-nos abertas novas perspectivas que nos facilitaram e também nos obrigaram o estabelecimento de contatos e pontes interdisciplinares com contribuições da filosofia, história, antropologia, sociologia, economia, epistemologia, dos enfoques críticos com a psicologia psicométrica e com um behaviorismo prepotente, mas nada valioso para a abordagem dos problemas impostos por esse antigo, porém renovado, território que era o currículo. Nesse panorama de nossa história recente, produziu-se uma ressocialização dos acadêmicos em contato com um novo universo conceitual, em consonância com uma visão menos idealista da educação, mais próxima da realidade e comprometida com ela, pois discutir ou pesquisar o currículo supõe tocar algo visível e exposto socialmente. Precisamos nos apoiar em uma abordagem mais holística, complexa e estimulante.

Os debates teóricos atuais sobre a educação superior indicam a relevância da aproximação desse nível de ensino com a sociedade. Sob essa perspectiva, os cursos superiores precisam associar o saber acadêmico, tanto o acumulado, quanto o construído nas atividades de ensino, pesquisa e extensão às demandas da realidade histórica, social, econômica e cultural da comunidade local e da nação. Para atender a essa demanda, o ensino superior deve assumir uma visão mais ampla e diversificada de suas funções e responsabilidades e, dessa forma, promover mudanças na formação de seus alunos, sobretudo centrar o trabalho no desenvolvimento de competências, tanto cognitivas quanto emocionais. Essa é uma

exigência do mundo contemporâneo que estreita as relações entre o perfil profissional e as necessidades do mercado de trabalho, preservando a urgência do desenvolvimento de *soft skills* para a humanização do trabalho e das relações interpessoais.

O currículo proposto pela Faculdade de Direito Milton Campos tem como pressupostos os conceitos de integração e de flexibilização. São premissas norteadoras da organização e estrutura dos cenários de ensino e aprendizagem que permitem experimentar novas opções de cursos e currículos, inovar espaços e propor alternativas didáticas e pedagógicas. Os currículos integrados conectam-se aos processos de um mundo em mudança e em acelerada produção tecnológica e de conhecimento, dessa forma, os currículos em ação devem favorecer a autonomia dos educandos na construção e na produção de conhecimentos, numa perspectiva de proporcionar a capacidade de aprender a aprender, por meio de uma educação permanente e continuada.

A concepção de currículos integrados assumida no ecossistema de aprendizagem da Faculdade de Direito Milton Campos para seus cursos de graduação prevê, em sua organização, as integrações vertical e horizontal. Assim, o conceito de ecossistema de aprendizagem reúne espaços e tempos diferentes, para além da sala de aula, mitigando as fragmentações, quando são propostas as unidades curriculares, como unidades mínimas do currículo, que propiciam a formação de comunidades de aprendizagem e abordagens, tanto amplas, quanto profundas de tópicos centrais sobre o assunto por elas abrangidos.

As unidades curriculares são vistas como unidades mínimas e indivisíveis dos currículos, possibilitando um pensamento complexo e sistêmico. A configuração curricular pretende, então, que seja percebida a relação de cada unidade curricular com o todo do curso, contextualizada na organização e no desenho do sistema. A unidade curricular surge da necessidade de se sistematizar o conhecimento de forma a possibilitar que seja situado, produzido e aplicado, sem perder de vista o conhecimento global. Nessa perspectiva, a ideia de projeto supera a concepção de um compartimento de conhecimentos fixos, como nas tradicionais disciplinas. Ademais, é contemplado o critério de flexibilidade previsto na legislação atual, de modo que o currículo desenhado possibilite adequações quando necessário, sempre

debatidas e propostas pelos órgãos colegiados competentes.

Os currículos integrados, concebidos de forma mais ampla e flexível, propiciam o desenvolvimento do conhecimento científico, de competências profissionais, da capacidade de lidar com a diversidade cultural, da habilidade de compor equipes multiprofissionais e de desenvolver aprendizagens autônomas. Caracterizam-se pelo ensino voltado para um aluno cidadão do mundo, cuja formação requer habilidades de apreender o conhecimento de forma mais total, menos fragmentada, com uma visão generalista e não só especializada; detentor de um saber crítico, integrado, complexo e promotor de sínteses.

Assim, propõe a formação do aluno como alguém capaz de mobilizar saberes, adaptar-se a contextos diferenciados e ter flexibilidade de competências e desempenhos a partir dos conhecimentos que possui. Além disso, é importante prever flexibilidade para que o aluno possa construir o seu projeto de estudos, respeitadas as habilidades e as competências que já desenvolveu em sua trajetória estudantil e/ou profissional. Objetiva-se, assim, que cada discente tenha um ensino personalizado.

4.2.1 Conteúdos curriculares

Para elaborar os conteúdos curriculares a serem desenvolvidos nos cursos de ensino superior da Faculdade de Direito Milton Campos, foram analisados diversos princípios teóricos, em que a preparação curricular considera a análise da realidade, operada com referenciais específicos, tais como: socioantropológicos; psicológicos; epistemológicos; e pedagógicos. Assim, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que possam trabalhar de forma efetiva diversas competências cognitivas básicas, entre elas, o entendimento, a observação, o poder de argumentação, a organização, a análise, a síntese, a comunicação e o planejamento.

Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo, suas práticas e suas representações sociais, em que a prática educativa só se configurará por meio de determinadas características de conteúdo. Dessa forma, para efetivar os conteúdos curriculares previstos, busca-se seguir o processo detalhado na imagem seguinte:

Figura 9 – Currículo em processo



Fonte: Vice-presidência Acadêmica.

Estruturados em unidades curriculares, os cursos de graduação estão organizados em campos interligados de formação:

- Conteúdos de Formação Geral;
- Conteúdos de Formação na Área;
- Conteúdos de Formação Profissional;
- Conteúdos de Formação Específica.

Assim, são formadas “comunidades de aprendizagens”, cujos agrupamentos de alunos se diversificam. A ideia é criar tempos e espaços de formação. A perspectiva é de um currículo que possa mesclar unidade e diversidade, preocupando-se com os valores e com os conhecimentos humanísticos gerais e com a sólida formação profissional, relacionando comum e específico, universal e particular.

As comunidades de aprendizagem caracterizam-se pela forma e pelos objetivos dos diversos agrupamentos. Dessa maneira, na organização da *Formação Geral*, são relacionados conhecimentos, habilidades e atitudes entendidos como formadores do aluno graduando, para além dos conteúdos próprios e específicos do curso que escolheu. As unidades curriculares de formação geral e humanística objetivam uma formação generalista, desenvolvendo uma “educação para o pensar” a partir dos

raciocínios próprios das áreas de conhecimento e de uma atitude posicionada, responsável e crítica do aluno perante o contexto histórico, social, econômico e cultural em que vive.

Na organização da *Formação Profissional*, estão as unidades curriculares integradas pelo critério da identidade profissional. Alunos de cursos diferentes aprendem, juntos, unidades curriculares que os identificam num determinado perfil profissional. O objetivo é aprender, em equipes diversificadas e com olhares diferentes, a mesma profissão. Os grupos são compostos por alunos de diferentes cursos, mas que vão exercer atividades profissionais semelhantes.

Na organização da *Formação na Área*, relacionam-se unidades e componentes curriculares cujo foco é a área de conhecimento à qual pertence determinado curso. O objetivo é aprender, no agrupamento “área”, conteúdos de ensino comuns, incrementando a formação de indivíduos capazes de atuar em equipes multiprofissionais, além de metodologias de pesquisa relacionadas à produção dos conhecimentos da área.

Na organização da *Formação Específica*, estão os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos do curso que o aluno escolheu. Nesse nível de agrupamento, os alunos se relacionam conforme o critério curso, convivendo com uma comunidade que o acompanha durante todo o percurso de formação.

4.2.2 Personalização do currículo

A formação de pessoas autônomas, engajadas, produtivas e atuantes representa um desafio para as instituições educacionais em todo o mundo. Inúmeros debates, pesquisas e iniciativas de organizações governamentais e não governamentais têm problematizado a inoperância dos modelos de escola, da relação professor-aluno e dos métodos de avaliação. Considerados anódinos e arraigados em concepções conservadoras do processo de ensino-aprendizagem, tais modelos não mais fazem frente às necessidades dos estudantes na contemporaneidade. Os processos educacionais decorrentes desse modelo, por sua vez, tendem a não valorizar características individuais, tampouco oferecer mecanismos que possibilitem aos

alunos um processo de investigação e questionamento que resulte em melhores e mais bem pensadas escolhas acerca de suas vidas.

Partindo dessas constatações, o conceito de currículo proposto pela Faculdade de Direito Milton Campos busca ultrapassar certas obsolescências pedagógicas, tais quais permanecer circunscrito apenas às ementas que compõem a matriz curricular dos cursos, confinar a aprendizagem apenas ao espaço da sala de aula e aos muros da escola e deixar de relacionar aspectos de identidade, de cidadania e de trabalhabilidade ao perfil de egresso que se intenciona formar⁸.

87

4.2.3 Itinerários formativos

O currículo intenciona endereçar a formação integral dos estudantes a partir das ações pedagógicas do Projeto de Vida, na perspectiva de se constituírem itinerários formativos que abordem conteúdos essenciais para o desenvolvimento do protagonismo social no contexto do século XXI. Um complexo temático configurado por um conjunto de temas capta as dimensões significativas de determinados fenômenos extraídos da realidade e da prática social e profissional: Identidade, Diversidade, Comunicação, Colaboração; Criatividade e Inovação, Pensamento Crítico e Resolução de Problemas e Planejamento e Gestão.

Tendo em vista os preceitos do ensino para compreensão (EpC) em sala de aula, de Wiske et al. (2007), é necessário que escola deixe o método de repetição e memorização e ensine seus estudantes a pensar e compreender. Nesse sentido, o ensino para compreensão trabalha de forma a auxiliar o aluno a se adaptar aos avanços da informação e da tecnologia e às demandas de formação do século XXI. Assim, o currículo deve ser organizado a partir tópicos geradores que são centrais, acessíveis e interessantes tanto para o corpo docente quanto para o corpo discente. É preciso que os alunos se sintam engajados em um processo que os leve a ampliar, sintetizar e aplicar os conhecimentos obtidos.

⁸ Entenda-se “formar” como uma interação entre a instituição educacional, o educador e o próprio educando, este cada vez mais responsável pela sua formação.

4.2.4 Estrutura curricular

O principal objetivo da estrutura curricular adotada pelas IES que integram a Ânima Educação é contribuir para uma experiência personalizada do aluno durante a sua jornada universitária, considerando o seu Projeto de Vida & Carreira. Assim, o processo de definição da estrutura curricular na Faculdade de Direito Milton Campos é norteado por algumas questões, tais como: de que forma as unidades curriculares se integram na configuração do sistema curricular? Que modelo curricular corresponde às concepções de ciência, de conhecimento e de educação, definidas para o curso? Qual organização curricular pode subsidiar a formação de profissionais que possam contribuir, efetivamente, na busca de soluções para os problemas sociais? Como promover a empregabilidade dos alunos? Que projeto de formação subsidiará o desenvolvimento das competências necessárias para a participação profissional efetiva no contexto da sociedade? Como avaliar as *soft skills*? Como será observado o critério de flexibilidade curricular previsto na Lei 9.394/96? Como será contemplado o estudo das questões inter e transdisciplinares, complexas, emergentes, difíceis de serem inseridas em unidades específicas?

O projeto de currículos integrados, portanto, deverá explicitar o papel de cada unidade curricular no contexto geral da formação profissional e das possíveis interfaces com outras áreas do conhecimento. Para tanto, constarão, em cada projeto elaborado pelo corpo docente das unidades curriculares, os seguintes itens: ementa, que é a síntese dos conteúdos que constituem a unidade curricular. Estabelecem relações entre as competências, os conhecimentos, as habilidades e as atitudes a serem desenvolvidos no curso e as relações entre conteúdos de ensino que integram as bases da unidade curricular; e as bibliografias básica e complementar: a bibliografia básica é essencial para o desenvolvimento da unidade curricular. Deve ser constituída por títulos clássicos acerca dos conteúdos tratados. Já a bibliografia complementar é selecionada de forma a garantir o desenvolvimento e o aprofundamento de temas específicos relevantes, bem como de apresentar as mais recentes pesquisas e investigações científicas que envolvem a área na atualidade.

Nos currículos e nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, como evidenciado anteriormente, estão presentes quatro eixos temáticos de formação, cujo objetivo é criar novos tempos e espaços de formação. São eles: Formação Geral;

Formação na Área; Formação Profissional; e Formação Específica. Sendo assim, a definição dos componentes que integram os currículos dos cursos de graduação é de fundamental importância, pois devem proporcionar espaços efetivos de realização das propostas. A seguir, serão apresentados os componentes curriculares dos cursos de graduação, além de outras vivências promovidas durante o curso:

Módulo de ambientação

Com função de acolhimento dos alunos ingressantes, no sentido de integrá-los e orientá-los quanto aos processos acadêmicos e administrativos, as atividades de ambientação são atividades de recepção aos alunos, realizadas no início de cada semestre letivo, explicando a concepção pedagógica, a proposta curricular, a organização curricular, o perfil profissional do egresso, os objetivos, a matriz curricular, os componentes curriculares, o processo avaliativo, entre outros elementos.

Práticas de ensino

Componentes curriculares que objetivam o desenvolvimento de competências profissionais e a construção de conhecimentos e habilidades durante a experiência. Essas práticas privilegiam diferentes espaços, cenários, simulações da realidade, promovendo a mobilização de conhecimentos para situações reais e complexas.

Unidade curricular

A primeira questão a se considerar, novamente, é que os cursos não são mais organizados por disciplinas, mas sim por unidades curriculares (UCs). Com carga horária maior, de 160 horas, elas abrangem todos os conteúdos, as habilidades e as competências relacionados a um tema, que anteriormente estavam dispersos em disciplinas ao longo do curso. Dessa forma, a cada semestre, o aluno irá estudar duas unidades curriculares. Cada uma delas é ministrada por dois professores que irão relacionar os assuntos e propor exercícios e atividades de forma interdisciplinar. Busca, então, promover maior integração dos conteúdos.

Core Curriculum

Compõe a parte do currículo voltada para a formação humanística, global e integral do aluno, promovendo a discussão de questões fundamentais para o desenvolvimento

do olhar crítico do estudante sobre o mundo natural, cultural e social em que estamos inseridos. Representa um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes selecionados com vistas à ampliação do repertório analítico e cultural do aluno, com aulas que são pequenas sessões de debates e discussões intelectualmente ricas com perguntas que desafiaram e ainda desafiam filósofos, psicólogos, economistas, biólogos, escritores e teóricos sociais.

Dessa forma, o *Core Curriculum* promove uma “educação para o pensar”, já que o aluno é desafiado a analisar um mesmo fenômeno por diferentes ângulos. Desde a formação de opiniões e pontos de vista sobre um assunto até a defesa confiante e articulada de opiniões, o *Core* oferece a cada aluno uma educação generalizada, porém aprofundada com uma rica base artística, abrangente e com foco especial na investigação e no debate crítico. Os temas que integram o *Core Curriculum* são: Análise Social; Artes e Suas Linguagens; Culturas; Economia; Educação Ambiental; Espanhol Instrumental; História e Sociedade; Inglês Instrumental; Libras; Língua Portuguesa; Química; Raciocínio Ético-Filosófico; Raciocínio Jurídico; Raciocínio Lógico e Matemático; e Saúde Mental.

O objetivo do *Core Curriculum* é oferecer ao aluno infinitas abordagens de conhecimentos, instrumentos de estudos e pesquisas próprias de cada área do saber com a liberdade para escolher as competências de seu interesse durante seu percurso acadêmico, personalizando seu currículo. O *Core* tem natureza ao mesmo tempo obrigatória e eletiva e é estabelecida a carga horária de *core* disciplinas a ser integralizada.

UC Dual – Ensino Dual

A partir da observação e do aprimoramento de experiências bem-sucedidas, particularmente em uma universidade alemã⁹, a Ânima Educação desenvolveu, de forma pioneira, a proposta de unidades curriculares duais. O ensino dual se dá pela integração efetiva entre teoria e prática, ao inserir os alunos em ambientes reais de trabalho desde o início do seu percurso formativo, desenvolvendo um ecossistema entre IES, estudantes e empresas. As unidades curriculares duais integram, portanto,

⁹ Duale Hochschule Baden-Württemberg.

comunidade acadêmica e mundo do trabalho.

Essas duas instâncias atuarão juntas na formação dos estudantes, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para os desafios do século e o futuro das diferentes atividades profissionais, intensificando o desenvolvimento das *soft skills*, promovendo ganho de experiência prática e estabelecendo redes de contatos e visibilidade dentro de grandes empresas da futura área de atuação do aluno. Os alunos alocados em UCs Duais frequentarão ambientes profissionais físicos ou virtuais definidos pela IES em empresas parceiras, além da sala de aula.

91

Conforme são firmadas parcerias entre a Faculdade de Direito Milton Campos e as empresas, são identificadas, em conjunto, as áreas de conhecimento mais aderentes à atividade que a empresa desenvolve e às metas de compreensão de determinada unidade curricular ou competência a ser desenvolvida pelo aluno. Dessa forma, após criteriosa avaliação pedagógica, qualquer unidade curricular poderá vir a ser dual, de acordo com as parcerias estabelecidas a certa altura do contexto global. As unidades curriculares duais são utilizadas em todas as áreas do conhecimento nas quais a faculdade atua.

Por meio do ensino dual, os estudantes passam a conhecer a empresa, sua cultura e organização. Nesse ambiente real, são desafiados a desenvolver projetos, ações, produtos ou participam de formações específicas, de acordo com o escopo da proposta estabelecida para cada parceria. As empresas, por sua vez, conhecem novos talentos e impactam diretamente na formação dos novos profissionais que servirão ao mercado.

É função da Faculdade de Direito Milton Campos realizar a captação e o relacionamento com empresas parceiras, conforme diretrizes institucionais. As empresas, nesse contexto, possuem um papel importante, de garantir a existência, no seu quadro de pessoal, de profissionais com formação compatível com as atividades que serão desenvolvidas pelos alunos na UC Dual, orientando e acompanhando o discente em sua vivência.

Para serem selecionadas como parceiras para a UC Dual, as empresas devem ter grande *expertise* de atuação na área, com profissionais experientes e reconhecidos

no mercado, além de possuírem, regularmente, módulos de formação para os seus profissionais. Assim, a aprendizagem se dará por meio do contato efetivo com o conhecimento, em um ambiente onde aquele conhecimento será de fato empregado, o que amplia consideravelmente o significado da aprendizagem.

As atividades desenvolvidas pelos estudantes serão definidas em alinhamento ao plano de ensino, com análise acadêmico-pedagógica por parte da Faculdade de Direito Milton Campos; e a avaliação do desempenho ocorrerá de forma conjunta entre IES e empresa. Em relação à avaliação, parte do desempenho será aquele obtido na Faculdade de Direito Milton Campos e, outra parte, aquele obtido na empresa e registrado em documento específico. Os docentes da unidade curricular são os responsáveis pelo acompanhamento e pela avaliação dos estudantes, porém, considerando os desempenhos nas diversas atividades desenvolvidas ao longo do semestre, em sala de aula e na empresa, por meio de instrumentos específicos. Detalhes em relação às formas de avaliação poderão ser acertados entre IES e empresa, conforme a natureza das parcerias firmadas.

Projetos integrados

Além de agirem como recurso curricular que integra e confere significado às diversas unidades curriculares que compõem o módulo, os projetos integrados são mobilizadores de compreensões a partir do saber fazer e da aprendizagem baseada em projetos.

Laboratórios integrados

A concepção de integração que embasa os currículos da Faculdade de Direito Milton Campos se estende também ao modo como seu espaço físico pode ser organizado. Assim, com o objetivo de proporcionar ambientes formativos de convivência entre estudantes de diferentes cursos, foram configurados os laboratórios integrados, que atendem a diferentes cursos dentro de uma área, e também, em alguns casos, de diferentes áreas. Ademais, tendo em vista o ecossistema de inovação da Ânima Educação, as IES da *holding* podem contar com espaços *maker* e Ânima Lab, onde os estudantes podem criar projetos e produtos usando ferramentas e equipamentos modernos.

Estágios

O estágio supervisionado compreende as atividades orientadas por supervisão na área de atuação profissional do aluno. Deve proporcionar ao aluno uma oportunidade para aplicar os conhecimentos adquiridos na universidade, assim como adquirir alguma vivência profissional na respectiva área de atividade, tanto no aspecto técnico, como no aspecto de relacionamento humano. Representa, também, uma oportunidade para o discente avaliar suas próprias habilidades diante de situações da vida prática e melhor definir, dessa forma, suas preferências profissionais.

93

Busca Ativa

Tendo em vista a premissa de que a pesquisa é imprescindível para o ensino, a Faculdade de Direito Milton Campos incorporou ao seu currículo a Busca Ativa: um processo de engajamento dos estudantes na construção de suas aprendizagens, viabilizado pelo trabalho de curadoria educacional orientada por projetos, cujos princípios norteadores são a pesquisa e a investigação ativa. Assim, os projetos dos cursos fomentam a pesquisa como metodologia de ensino-aprendizagem. Todas as unidades curriculares consideram o protagonismo e a autonomia do estudante, além da compreensão de que o processo de ensino-aprendizagem ultrapassa as paredes da sala de aula.

A Busca Ativa é um componente que estimula o protagonismo e a autonomia do aluno e incrementa a profissionalização dos professores. Em relação aos estudantes, há o engajamento do uso da pesquisa como forma de aprendizagem; o estímulo da autonomia intelectual do discente, contribuindo para a ampliação e o aprofundamento dos conhecimentos construídos nas aulas; a motivação à pesquisa por se apresentar em diferentes formatos e linguagens; a possibilidade do uso de fontes legítimas e confiáveis; a personalização do ensino, em que são considerados o tempo do aluno e a sua individualidade, seus interesses, sua história e suas necessidades; a promoção da compreensão e da apropriação de linguagens, signos e códigos da área.

Nesse processo, os professores utilizam a pesquisa como metodologia de ensino, o que acaba por ser, adicionalmente, uma forma de constante atualização dos docentes em suas respectivas áreas de atuação. Ademais, a Busca Ativa contribui para construir uma cultura de letramento digital com foco na curadoria como ofício docente

e fomenta a utilização dos recursos da plataforma Ulife (o ambiente virtual de aprendizagem da IES, a ser detalhado ainda neste capítulo) em todas as suas funcionalidades. Além disso, o professor tem à sua disposição uma biblioteca com recursos que podem ser utilizados para as aulas.

Para a curadoria da Busca Ativa, o professor é o especialista na área de conhecimento da unidade curricular e conhece o planejamento em todos os seus pontos de articulação. Dessa forma, no desenvolvimento das aulas, fará as conexões entre os tópicos e os recursos educacionais, provocando os alunos a avançarem. Essas atividades serão sempre orientadas, acompanhadas e avaliadas pelos docentes e estão em consonância com as legislações dos cursos de graduação. Ao criar uma nova aula, o docente deve definir os conceitos centrais, os objetivos de aprendizagem, as metodologias adotadas e o plano de avaliação ou sequência didática. Também é possível definir e cadastrar as tarefas que os alunos terão que desenvolver para acompanhar as aulas.

Os conteúdos da Busca Ativa devem ser inseridos no Ulife, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Faculdade de Direito Milton Campos que visa à mediação tecnológica do processo de ensino-aprendizagem nos cursos.

Figura 10 – Ulife: tela de abertura



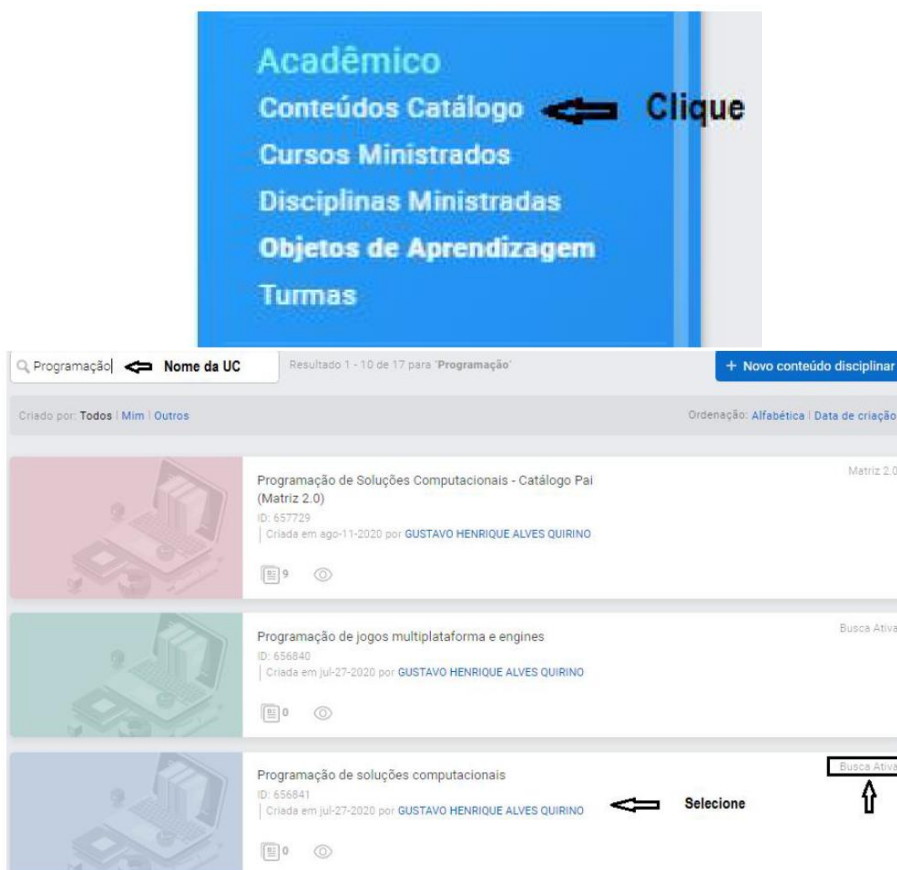
No caminho Acadêmico > Objetivos de Aprendizagem, é possível inserir vídeos, imagens, documentos, *links* e áudios.

Figura 11 – Inserção de conteúdo no Ulife



No caminho Acadêmico > Conteúdos Catálogo, o professor pode inserir o nome da unidade curricular, criar nova aula e a página de conteúdo, colocar documentos diversos, referências e *links* da Biblioteca Virtual. Em seguida, o aluno pode navegar na aula, nesse ambiente de aprendizagem.

Figura 12 – Inserção de conteúdo no Ulife



A plataforma oferece funcionalidades para o registro do desempenho dos discentes nas diversas possibilidades de atividades acadêmicas. As tarefas propostas pelo professor integram a carga horária da aula e são fundamentais para a aprendizagem do aluno, pois permitem a aplicação dos conteúdos expostos pelo educador.

Atividades complementares de Graduação (ACGs)

Em atendimento às DCNs, as atividades complementares são práticas acadêmicas de múltiplos formatos não previstas no rol de cada curso, visando à flexibilização da sequência curricular de um curso de forma a possibilitar que o próprio discente trace a sua trajetória de forma autônoma e pessoal. São, portanto, ações com cunho educativo que visam a complementar o processo de aprendizagem dos estudantes do ensino superior, enriquecendo a formação acadêmica, profissional e pessoal para o exercício da vida.

Tais atividades estimulam a prática de estudos independentes e possibilitam o desenvolvimento da autonomia intelectual do aluno, instigando, nele, o protagonismo em relação ao incremento de sua formação de maneira flexível e personalizável, em consonância com o seu projeto individual de vida e de carreira.

As atividades complementares caracterizam-se por carga horária total variável, conforme normas previstas nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). O aluno cumprirá a carga horária prevista em seu currículo em atividades desenvolvidas fora do horário de aula, com flexibilidade e responsabilidade em relação ao controle e ao gerenciamento da entrega de certificados e/ou comprovantes e da realização das horas necessárias para a sua integralização curricular.

Na IES, o estudante se desenvolve na perspectiva da formação integral, por meio de experiências diferenciadas e inovadoras, que preveem o desenvolvimento de competências profissionais, a mobilização de competências socioemocionais, a flexibilização curricular, a interação com a sociedade como ponto comum de aprendizado e de transformação social, a indissociabilidade pautada na tríade ensino-pesquisa-extensão como aspecto fundamental da vida universitária, a relação mais consistente com o mundo do trabalho e a fluidez do meio digital como ferramenta tecnológica indispensável nos dias atuais e no futuro. As ACGs complementam a

premissa da formação integral, com estímulos para realização de atividades nas mais diferentes áreas e formatos, enriquecendo assim variados aspectos do currículo e da vida do estudante.

As atividades complementares de graduação são categorizadas levando-se em consideração agrupamentos de ações similares que promovam a experiência a ser reconhecida, a saber:

97

1. **Experiências de ensino e aprendizagem**, tais como atuação como monitor na área em que estuda; disciplina cursada em cursos fora da instituição; participação em grupos de estudos; participação como ouvinte em semanas acadêmicas, congressos, seminários, simpósios, conferências, cursos, workshops e/ou oficinas, entre outros eventos; participação como conferencista, mediador ou debatedor em eventos; e participação em visitas programadas por professores/coordenadores em visitas técnicas ou eventos culturais (fora do horário de aula).
2. **Experiências de pesquisa e produção científica**, tais como publicação de artigo/texto em revista e/ou livro; participação em projeto de iniciação científica; desenvolvimento de pesquisa/protótipo com produto; publicação de resumos em anais de eventos científicos ou acadêmicos; e apresentação de trabalho científico em eventos.
3. **Experiências culturais e desportivas**, tais como participação em concursos; participação em grupos reconhecidos de atividades culturais e/ou desportivas (exemplo: grupos de teatro, de música, ligas esportivas, entre outros); participação em atividades musicais, literárias e de artes, oficialmente reconhecidas; e representação institucional em eventos esportivos ou culturais.
4. **Experiências administrativas e de representação estudantil**, tais como participação em órgão colegiado, comissões ou entidades representativas designadas por portaria; atuação como representante de turma ou suplente; e organização de eventos.
5. **Experiências de inovação tecnológica**, tais como curso de tecnologia da informação; desenvolvimento de aplicativos, sites, jogos *on-line* e outros produtos similares; desenvolvimento de protótipos; elaboração e apresentação de projetos de startups ou produtos.

6. **Experiências internacionais**, tais como curso de língua estrangeira; participação em programas de intercâmbio ou convênios culturais; e proficiência em língua estrangeira.
7. **Experiências no mundo do trabalho**, tais como estágios extracurriculares relacionados à área de formação e estágio administrativo.

As Atividades Complementares têm como finalidade enriquecer a formação com atividades que extrapolam o espaço da sala de aula; flexibilizar o currículo – considerando, para tal o projeto de vida e carreira de cada estudante; possibilitar experiências diversas em cenários distintos que promovam a vivência, a aquisição de novos conhecimentos e uma compreensão mais crítica a respeito de temas variados. Caberá às ACGs complementar a formação do aluno, considerando o currículo pedagógico vigente, as diretrizes curriculares dos cursos de graduação e a Lei de Diretrizes e Bases; ampliar o conhecimento teórico-prático do corpo discente com atividades extraclasse; fomentar a prática de trabalho entre grupos e a interdisciplinaridade; estimular as atividades de caráter solidário; incentivar a tomada de iniciativa e o espírito empreendedor dos alunos.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O trabalho de conclusão de curso não é componente curricular obrigatório para todos os cursos. Quando obrigatório, está previsto no Projeto Pedagógico de Curso e, nesse caso, em nenhuma hipótese haverá dispensa desse componente. O Trabalho de Conclusão de Curso, na forma definida nas Diretrizes Nacionais Curriculares ou no Projeto Pedagógico do Curso, deverá ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional.

É o trabalho no qual o aluno sistematizará o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, gerada a partir da prática do estágio ou dos trabalhos de investigação elaborados no decorrer do curso. Este processo de sistematização deverá apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teóricos, metodológicos e operativos, dentro dos padrões acadêmicos exigidos.

O trabalho de conclusão de curso consiste na elaboração de uma pesquisa, na forma de monografia ou artigo científico, ou ainda de um projeto aplicativo, vinculando a

integração de conhecimentos adquiridos no decorrer do curso com a realidade da sua profissão, sempre com uma sólida fundamentação. Assim, o objetivo do TCC é estimular a produção científica e o aprimoramento teórico e, conseqüentemente, promover o fortalecimento da análise crítica de fatos associados à área de formação do estudante.

Diante do exposto, é possível observar que as metodologias de ensino adotadas na Faculdade de Direito Milton Campos privilegiam as atividades significativas, a construção do conhecimento em espiral, com níveis cada vez mais complexos de profundidade, problematizações, práticas pedagógicas em grupo, metodologias de pesquisa como práticas de ensino, acompanhamentos individuais e avaliações continuadas da aprendizagem.

As práticas pedagógicas no ensino de graduação têm como ponto de partida os conhecimentos prévios dos alunos que, em uma concepção metodológica teórico-prática, objetiva ascendê-los para conhecimentos científicos, aplicáveis na sociedade e no mundo do trabalho.

4.2.5 Programa Vida & Carreira

A educação contemporânea tem enfrentado alguns desafios. Um deles, e que compete ao Programa Vida & Carreira (V&C) especificamente, é que as instituições de ensino superior brasileiras têm formado estudantes com boas capacidades técnicas e cognitivas, mas ainda caminham lentamente na formação das denominadas competências socioemocionais. Assim, por mais que o estudante tenha adquirido bons conhecimentos técnicos sobre sua área ou profissão, ainda lhe falta habilidades, tais como capacidade de interação social e trabalho em time, ou a capacidade de comunicar-se ou de pensar de maneira crítica, propondo soluções inovadoras e criativas, por exemplo, as habilidades chamadas atualmente de *soft skills* ou socioemocionais.

Na Faculdade de Direito Milton Campos, entendemos que somos responsáveis por entregar à sociedade profissionais altamente competentes, mas também boas pessoas e cidadãos plenos, dotados de competências múltiplas e mais alinhadas a demandas e necessidades do século XXI, seja em âmbito local, regional, seja no âmbito global. O programa V&C, de maneira prática, propõe a organização, na matriz

curricular, e também por meio de outros subprogramas e projetos específicos, de um conjunto de atividades que fomentem o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias a futuros profissionais de todas as áreas, preparando-os para a inserção no mercado de trabalho com mais autoconfiança e clareza de propósitos.

Entende-se, como posto, que formar um profissional apenas nos aspectos técnicos e cognitivos não é mais suficiente. Sem autoconhecimento, um profissional não consegue planejar bem uma carreira alinhada com o seu perfil; sem habilidades de colaboração e comunicação, um profissional não se relaciona bem com os seus pares e com o público que demanda seus serviços; e sem saber se relacionar com outras culturas, valorizando e respeitando as diferenças, ele não será capaz de participar plenamente do contexto de um mundo globalizado e conectado em rede.

O programa então tem como principal objetivo auxiliar, apoiar, desenvolver e acompanhar a evolução acadêmica, pessoal e a trajetória profissional do estudante durante todo o seu percurso formativo, por meio de experiências de aprendizagem inovadoras e disruptivas, que os levem ao desenvolvimento de competências socioemocionais, ao autoconhecimento e à capacidade de aprender ao longo da vida (aprendizado ao longo da vida ou *lifelong learning*).

O percurso formativo à disposição dos estudantes visa ainda contribuir para a formação de profissionais dotados de visão global, com habilidades de liderança, de negociação, de trabalho em equipe e de inovação, capacitados para a tomada de decisões e para o exercício da cidadania com ética e responsabilidade social, abertos ao pluralismo cultural, à diversidade e ao diálogo, cooperativos e aptos a participar ativa, criativa e construtivamente da sociedade.

Como percurso formativo, aos estudantes, é oferecido um conjunto de oportunidades e atividades para que eles possam aprofundar suas experiências que aprimorem o desenvolvimento dessas habilidades. São premissas do Programa V&C:

1. Promoção da autonomia dos estudantes, com a formação de cidadãos ativos e criativos, éticos, abertos ao pluralismo cultural, ao diálogo e à diversidade, com visão sistêmica, iniciativa, proatividade, inteligência para adaptação, habilidades de liderança, de negociação, de trabalho em equipe, aptos a

tomar decisões e fazer escolhas fundamentadas no autoconhecimento e em seu projeto de vida;

2. Flexibilização curricular, promovendo a abertura suficiente do programa para que os estudantes, com fundamento em seus próprios projetos de vida e carreira, incorporem, ao percurso formativo traçado, experiências que julguem necessárias aos seus processos e projetos de desenvolvimento pessoal, social e profissional;
3. Construção de um modelo de aprendizagem híbrido, possibilitando organizar experiências de aprendizagem que combinem atividades presenciais e de ensino *on-line* que atendam a algumas necessidades específicas dos estudantes;
4. Naturalização no processo pedagógico das experiências e linguagens digitais, bem como da interconexão de redes, plataformas, sistemas e processos, em convergência com os elementos que constituem as experiências de ensino e de aprendizagem na sala de aula;
5. Estímulo à criação e ao aproveitamento de outros espaços de aprendizagem, em que os exercícios de socialização, de experimentação e de prototipação tenham lugar. Escola é lugar de aprendizagem, como também são os espaços públicos, as empresas, por exemplo.

101

Assim, o que se busca no V&C é um conjunto de ações pedagógicas intencionais, que abordam conteúdos essenciais para o desenvolvimento do autoconhecimento, do protagonismo social no contexto do século XXI e do desenvolvimento profissional, em articulação com os propósitos de vida e carreira dos estudantes.

De um ponto de vista mais concreto, o programa é composto pelas seguintes experiências de aprendizagem:

V&C COMPONENTE CURRICULAR: ofertado para os alunos ingressantes, o componente curricular se organiza por meio de encontros síncronos semanais ao longo de todo o semestre letivo. Os encontros são presenciais e mediados por um professor-tutor, com o suporte de uma plataforma digital desenvolvida especialmente para apoiar o aluno na construção do seu projeto de vida e carreira.

As aulas tutoradas têm por objetivos acolher e ambientar os estudantes ao universo acadêmico, estimular o autoconhecimento, mobilizar e desenvolver competências

socioemocionais e aproximar os estudantes da área profissional escolhida, engajando-os no desenvolvimento de projetos de inovação social. O componente marca o início da trajetória acadêmica do estudante e a construção do seu projeto de vida e carreira.

O desenvolvimento das aulas tutoradas ocorre a partir de cinco temas geradores: Meu universo acadêmico; Eu comigo; Eu com os outros; Eu no mundo; Eu e minha carreira.

PLATAFORMA MINHA CARREIRA: é onde o estudante pode acompanhar todo o desenvolvimento de sua jornada acadêmica e profissional. Ademais, é a principal conexão do aluno com o mundo do trabalho, além de ser uma importante ferramenta para a gestão da carreira, de seu portfólio de desenvolvimento acadêmico e das competências, seja as que ele já traz, seja as que precisa desenvolver ao longo do seu curso. Tudo isso, ressalta-se, considerando os objetivos de carreira e o projeto de vida de cada um. Adicionalmente, os estudantes podem ter acesso a vagas e oportunidades acadêmicas e profissionais alinhadas ao seu perfil.

PLATAFORMA MUNDO DO TRABALHO: uma ferramenta que funciona como um grande portal de conhecimento sobre mundo do trabalho e carreiras específicas, além de apresentar conteúdos relacionados a processos seletivos, empreendedorismo, inovação e bate-papo com especialistas, empreendedores e executivos que são referência de mercado. Assim, os estudantes podem traçar jornadas personalizadas de aprimoramento profissional utilizando a ferramenta no tempo e no grau de profundidade que deseje. Por se tratar de uma plataforma *on-line*, o estudante cria sua dinâmica própria de desenvolvimento.

JORNADAS EMPREENDEDORAS: os estudantes, por meio de seus perfis individuais e interesses particulares, podem percorrer diferentes jornadas de desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes empreendedoras. Assim, as trilhas a seguir descritas referentes ao Ânima Nest e ao Eu-preendedorismo fazem parte de um portfólio de programas que visam adicionalmente preparar os estudantes para tal. A Faculdade de Direito Milton Campos, todavia, entende seu papel de formar um cidadão capaz de atuar “glocalmente”, ou seja, tanto local, quanto globalmente, ao mesmo tempo. Assim sendo, em seu portfólio de formação empreendedora, são fomentadas ações que viabilizem o estímulo aos estudantes para pensar e agir com

base nas metas das Nações Unidas e, para tal, foi inserido no componente curricular V&C o projeto de Inovação Cidadã.

Inovação Cidadã: busca fomentar as ações que viabilizem os objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), promovendo engajamento, interação entre o meio universitário, a ciência, e a sociedade, estimulando o empreendedorismo social.

103

Ânima Nest: trilha de aprendizagem com o objetivo de desenvolver, implantar e transformar ideias em negócios. É um programa de pré-aceleração de *startups* que tem como objetivo promover inovação por meio de produtos e serviços com potencial para gerar impacto econômico.

Eu-preendedorismo: focado no desenvolvimento de competências que possam auxiliar o estudante para ser um profissional liberal, empreendedor de si mesmo.

MENTORIA: por fim, e não menos importante, a IES entende que o desenvolvimento do sujeito é mais profícuo se executado com todo suporte de que o estudante necessita. Dessa forma, é oferecido ao corpo discente o Programa de Mentoria, que visa acompanhar o seu desenvolvimento no planejamento da sua vida e carreira.

O mentor será a pessoa que apoiará o aluno na gestão da sua carreira, indicando caminhos e possibilidades de conexão com o mundo do trabalho, além de acolhê-lo e apoiá-lo durante sua vida universitária. Os encontros entre as pessoas, ou seja, mentores e mentorados, se dá por meio de um aplicativo que faz o “*match*” entre eles, portanto, facilita a identificação de interesses e demandas e quem melhor pode atendê-los.

4.2.6 Flexibilidade curricular

Os projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Faculdade de Direito Milton Campos possuem currículos inovadores, cuja estrutura curricular, integrada, propõe uma formação 100% orientada por competências exigidas pelas profissões e pautada por unidades curriculares (UCs). Evita-se, assim, a excessiva fragmentação e sobreposição de conhecimentos.

Os cursos de graduação são compostos por módulos, e estes são organizados em ciclos que não possuem sequência predefinida ou um único percurso de formação. Ademais, os módulos são compostos por unidades curriculares, projetos integrados e práticas profissionais. Os módulos são organizados a partir da articulação dos cursos e das áreas, o que significa que existem módulos comuns quanto ao eixo-curso, eixo-área e eixo-formação profissional.

Já as unidades curriculares são compostas por perfis de competências definidas no coletivo. A estrutura curricular, dessa forma, rompe com a linearidade e com pré-requisitos, respeitando ritmos diferentes de aprendizagem e agrupamentos diversos, promovendo comunidades diversificadas de aprendizagem. O principal objetivo é promover uma visão mais abrangente e sintética do currículo, em que é proposto um currículo em rede.

Como o curso é desenvolvido de forma integrada entre a área de conhecimento e a área profissional, nas unidades curriculares, os alunos estarão com outros estudantes da sua própria área de conhecimento e da área profissional. Nas unidades comuns, os temas abordados interessam a todos de uma mesma turma e essa disposição permite a troca de ideias exatamente como acontece na vida real e no dia a dia da profissional, afinal, nenhuma área trabalha isoladamente. O fato de pertencer a diversos grupos de formação (comunidades de aprendizagem) permite ao aluno a ampliação de visões de mundo, habilidades de convivência, *networking*, trabalho em equipes multidisciplinares, vivências e experiências reais.

4.2.7 Interdisciplinaridade

Se a resignificação da noção de aprendizagem significativa leva em consideração outros fatores de origem sociocultural, como a interação e a colaboração, esse tipo de aprendizagem pode, então, se materializar na interdisciplinaridade, sobretudo em função da característica integradora desta. No projeto acadêmico da Faculdade de Direito Milton Campos, a interdisciplinaridade é percebida como uma prática essencialmente coletiva e política, produzida em negociações entre diferentes pontos de vista disciplinares para finalmente se decidir qual caminho coletivo seguir (FOUREZ, 1995, p. 109).

É preciso, pois, que os professores se movam em direção a uma nova prática de diálogos para a promoção de outras formas de ensinar, produzidas coletivamente em torno do conhecimento. Nesse sentido, “o fundamental no conhecimento não é sua condição de produto, mas seu processo de entendimento e de discussão coletiva” (SEVERINO, 2002, p. 40).

A condição indispensável para o exercício da interdisciplinaridade é a elaboração coletiva, uma vez que a interdisciplinaridade pressupõe o diálogo e o engajamento de educadores de diferentes áreas do conhecimento.

[o] trabalho interdisciplinar sustentado na parceria é muito mais fruto do encontro de sujeitos parceiros com ideias e disposição para o trabalho do que de disciplinas. A responsabilidade mútua surge como uma característica fundamental dos parceiros em um projeto interdisciplinar, fruto do envolvimento com o projeto em si, com as pessoas, com as instituições (SANTOS, 2006, p. 7).

A experiência interdisciplinar exige, portanto, uma reorganização do trabalho docente, já que

[...] só se torna realidade quando compartilhada por uma equipe de trabalho que confronta pontos de vista diferentes no conhecimento de uma determinada realidade, que se deixa interpenetrar por diferentes campos do saber, que se coloca como desafio permanente o conhecimento interdisciplinar de fenômenos complexos e a criação de alternativas para transformá-los (SANTOS, 2006, p. 8).

Se, por um lado, o trabalho coletivo é condição essencial para a construção da prática interdisciplinar, por outro, a interdisciplinaridade possibilita a criação de meios para que a aprendizagem dos alunos seja significativa.

4.2.8 Pesquisa na Faculdade de Direito Milton Campos

A Constituição Brasileira¹⁰ determina a tríade ensino, pesquisa e extensão, destacando que a educação deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Na Faculdade de Direito Milton Campos as atividades de pesquisa são desenvolvidas de acordo com a política institucional, e têm como objetivo contribuir para o processo de aprendizagem do corpo acadêmico, em um contexto amplo de

¹⁰ “Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1988).

conhecimentos aplicáveis à realidade sociocultural. Para isso, ela é desenvolvida na instituição por meio dos grupos de pesquisa e em constante diálogo e articulação com os projetos pedagógicos dos cursos, buscando sempre articular os objetos de pesquisa e de trabalho aos cursos ofertados, bem como proporcionar mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade do entorno.

A pesquisa, portanto, é uma ferramenta privilegiada no processo investigativo para o aluno de graduação por meio dos projetos de iniciação científica; forma um eixo articulador das atividades de ensino e de extensão, propiciando o fluxo teoria-prática-teoria; estimula a responsabilidade social; e fomenta a produção e a disseminação do conhecimento técnico-científico e artístico-cultural, principalmente por meio dos estágios, dos trabalhos de conclusão de curso, dos projetos integrados e dos projetos de iniciação científica.

Assim, tem-se a pesquisa estruturada a fim de promover, incentivar e estimular a produção científica, tanto por parte do corpo docente, quanto por parte do corpo discente. Dessa forma, proporcionar um ambiente de promoção à pesquisa e à iniciação científica é um objetivo da IES, cuja previsão orçamentária contemplará o fomento da divulgação dos projetos.

Entende-se que um dos desafios das instituições de ensino contemporâneas é capacitar seu corpo discente para dar sentido às coisas, compreendê-las e contextualizá-las em uma visão mais integrada, ampla e coerente com a realidade vivenciada pelo aluno. Dessa forma, no Ecosistema Ânima de Aprendizagem, a pesquisa conta com um professor de tempo integral voltado para esse trabalho. Com essa dedicação, há um maior fomento à pesquisa. Assim, o professor se torna cada vez mais um gestor e orientador de caminhos coletivos e individuais, previsíveis e imprevisíveis, em uma construção conjunta mais aberta, que impulsiona competências com criatividade e empreendedorismo.

As atividades de pesquisa propiciam elementos importantes, tais como:

- a formação de quadros profissionais de nível superior;
- a institucionalização da produção intelectual;
- o questionamento crítico, contínuo e permanente da realidade;
- o estudo contínuo de novos e diferentes fenômenos,

- a participação de docentes e de alunos pesquisadores em congressos, exposições, reuniões científicas nacionais ou internacionais;
- a publicação dos resultados dos trabalhos de investigação em livros ou revistas indexadas;
- o desenvolvimento de intercâmbio institucional sistemático por meio da participação dos docentes em cursos de pós-graduação;
- a troca de professores visitantes ou envolvidos em pesquisas interinstitucionais;
- o desenvolvimento de programa de iniciação científica e a integração da pesquisa com o ensino de graduação e de pós-graduação lato e stricto sensu.

107

Além das discussões presenciais, por meio da educação híbrida, são permitidas diversas possibilidades de promoção da pesquisa. Durante a realização de eventos em ambientes virtuais, os alunos podem participar de palestras e contar com certificado ao fim da atividade. Um exemplo é o Journal Club, um encontro virtual com pesquisadores de diversas áreas. Em palestras de 50 minutos, várias áreas trabalham em conjunto em um espaço de discussão e excelência, tornando-se, assim, um espaço de referência.

Dessa forma, busca-se trabalhar a pesquisa analisando as necessidades locais, mas que se ampliam para o âmbito nacional. Por meio do trabalho conjunto entre as IES da *holding*, estudantes de diversas cidades podem realizar atividades, possibilitando a diversidade de instituições dentro de um único projeto. A Faculdade de Direito Milton Campos acredita que a ciência é o motor da educação e que só a educação tem o poder de transformar o país.

4.2.9 Extensão na Faculdade de Direito Milton Campos

Pode-se assumir que a extensão universitária, “sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade”¹¹.

¹¹FORPROEX, 2010.

No Ecossistema Ânima de Aprendizagem, a extensão está integrada à matriz curricular e materializa o intercâmbio de conhecimentos entre a universidade e a população. Idealizada de maneira a retroalimentar os demais vértices inerentes à formação profissional, a extensão está em constante articulação com o ensino e a pesquisa. Para isso, mobiliza conhecimentos gerais e específicos, habilidades de trabalho em equipe e empatia, o que permite trocas e vivências ricas e significativas.

As possibilidades de atividades de extensão, na Faculdade de Direito Milton Campos norteiam-se pelo desenvolvimento de uma proposta educacional inovadora, pela formação do comportamento ético e pela democratização da ciência, da cultura e da tecnologia, sempre em articulação com políticas públicas, movimentos sociais, setores produtivos ou atendendo a demandas da comunidade, por meio de programas, projetos, prestações de serviço, cursos e oficinas, eventos acadêmicos, esportivos e culturais, publicações e outras produções.

De acordo com nosso projeto pedagógico, o protagonismo do aluno em seu próprio aprendizado constitui-se em um pilar fundamental para o êxito do processo de ensino e aprendizagem. Esse protagonismo, por sua vez, deve ser estimulado por projetos e programas de pesquisa e extensão que apoiem a promoção do desenvolvimento regional, estimulando alunos e professores a atividades extramuros, muito além da tradicional sala de aula, valendo-se de outros espaços, dentro e fora da instituição, que incitem e proporcionem aprendizagem autônoma sempre norteada por orientação docente. Com isso, o Ecossistema Ânima de Aprendizagem não se limita ao desenvolvimento de conhecimentos técnicos, mas também incentiva, fomenta e dá luz ao desenvolvimento das competências e habilidades do século XXI, que atendam às necessidades da sociedade atual, buscando propiciar uma estreita relação entre o conhecimento, a ação e a sabedoria de viver (BREThERICK, 2013)¹².

Segundo Bretherick (2013), em um mundo cada vez mais tecnológico, é necessário que o aluno desenvolva competências e habilidades para poder se inserir nesse contexto a partir de novos espaços do saber. Para a autora, “a noção de educação como desenvolvimento humano deve ser o maior objetivo, com vistas a que a

¹² BREThERICK, G. G. S. Educação como formação para a vida: competências e habilidades do século XXI. **Cadernos de Educação**, v. 12, n. 24, jan./jun. 2013, p. 13-24.

construção de competências e habilidades viabilize alcançar um desenvolvimento pleno e integral” (BREThERICK, 2013, p. 16). Assim, na prática pedagógica, devem ser desenvolvidas competências e habilidades para comunicação, análise criativa e crítica, além da reflexão independente e do trabalho em equipe em contextos multiculturais, em que a criatividade também possibilite a combinação entre o saber tradicional ou local e o conhecimento aplicado da ciência avançada e da tecnologia.

A extensão universitária no nosso ecossistema de aprendizagem é fundamentada nos quatro pilares da educação da Unesco – aprender a conhecer (competência cognitiva), aprender a fazer (competência profissional), aprender a conviver (competência interpessoal) e aprender a ser (competência pessoal) – de modo a contribuir para a formação integral do indivíduo. A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, documento editado em 1998 pela Unesco, enfatiza, entre outros pontos, a missão da educação superior de contribuir para o desenvolvimento sustentável e o melhoramento da sociedade¹³. A Faculdade de Direito Milton Campos assume, pois, a responsabilidade de produzir conhecimentos e de fazê-los circular na sociedade como parte integrante e necessária à formação de profissionais atentos à realidade social, em uma prática pedagógica crítica e renovada. Para tal, buscará promover ações capazes de imprimir um novo rumo ao segmento da educação superior e de contribuir qualitativamente para a mudança social.

Como parte do currículo, na Faculdade de Direito Milton Campos, os estudantes se engajarão em projetos de extensão que impactam na vida das comunidades, ao mesmo tempo em que aprenderão com a orientação de professores – em jornada de tempo integral ou parcial – que, por sua vez, trabalharão em conjunto com os alunos para a prática multidisciplinar e multiprofissional da extensão.

O objetivo é promover a integração em vários níveis: entre os alunos, entre alunos e professores, entre professores e, sobretudo, entre comunidade acadêmica e sociedade do entorno. Tendo em vista o ensino para a compreensão, em que esta é tida como a capacidade de um indivíduo utilizar seu conhecimento de maneira

¹³ Conferência Mundial sobre Educação Superior – UNESCO, Paris, 9 de outubro de 1998. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

inovadora, é sabido que a compreensão acontece quando a aprendizagem tem significado, quando o aluno pratica o que aprendeu durante as aulas e vê o resultado aplicado a situações concretas, inserindo conhecimentos prévios nesse aprendizado. Assim, quem compreende pode sentir, pensar e agir tendo em vista o que assimilou.

Esse aspecto torna a extensão essencial para que os estudantes coloquem em prática os aprendizados obtidos ao longo do curso superior e, efetivamente, alcancem a compreensão daqueles conteúdos. É uma maneira valiosa de inserir os futuros profissionais em um cenário de completo desenvolvimento de suas habilidades, competências e conhecimentos, com a criação de impacto direto e imediato nas comunidades, contribuindo para a melhoria da sociedade.

O engajamento para a prática extensionista no currículo E2A é estimulado em diversos níveis: na sala de aula, nas unidades curriculares, nas IES e por meio dos projetos e cursos que podem integrar todas as unidades da Ânima Educação. Com isso, a extensão atravessa o currículo de forma transversal, uma vez que contempla alunos de cursos e áreas diversas, com oportunidade de estarem inseridos em ações diversas.

Aos professores caberá propor, implantar e conduzir os projetos, programas, ou cursos e demais ações de extensão. Serão também responsáveis pela organização, pelo acompanhamento, pelo registro e pela documentação das atividades. Esses passos são garantidos pela coordenação de extensão da Faculdade de Direito Milton Campos, que divulgará e incentivará, ostensivamente, a participação dos alunos, além de garantir o cadastro de horas de extensão no sistema acadêmico dos estudantes e devida certificação.

Para participar das ações extensionistas, os discentes devem se inscrever no portal aluno da Faculdade de Direito Milton Campos. Além da carga horária em sala de aula, os estudantes deverão cumprir ao menos 10% da carga horária prevista nas matrizes dos cursos destinados a atividades de extensão, conforme Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Assim como as unidades curriculares, a carga horária de extensão cumprida constará no histórico do aluno e ele poderá acompanhar, no sistema acadêmico, o que já realizou e quanto ainda falta cumprir. Os alunos se matricularão nos projetos e cursos ao longo de cada semestre e a avaliação caberá

ao professor, que avaliará o desempenho de competências técnicas e socioemocionais.

A seguir, é apresentada uma síntese do processo da extensão na Faculdade de Direito Milton Campos. A partir do lançamento de projetos e cursos via editais, há o incentivo para a participação da comunidade acadêmica, a execução, o acompanhamento e a organização dos dados obtidos durante o desenvolvimento do projeto das atividades. Os professores de tempo integral ou parcial são responsáveis por conduzir todo o processo. As atividades sempre serão contextualizadas de acordo com as demandas locais e/ou globais e as ações propostas estarão vinculadas às unidades curriculares. Assim, há um trabalho conjunto da comunidade acadêmica a fim de tornar a extensão um instrumento de troca constante de conhecimentos, constituindo uma ponte permanente entre a universidade e a sociedade. São políticas da extensão no Ecossistema Ânima de Aprendizagem:

111

- Transformação social, por meio de busca constante de melhorias para a comunidade;
- compromisso com a responsabilidade social;
- compromisso com o desenvolvimento econômico e a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- articulação da extensão com o ensino e a investigação científica;
- desenvolvimento de projetos, cursos e atividades de extensão com qualidade;
- atividades sempre alinhadas às necessidades sociais, às políticas institucionais e aos cursos das instituições.

Dessa forma, no projeto da Faculdade de Direito Milton Campos, a partir da interação dialógica, da interdisciplinaridade e da interprofissionalidade, da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, do impacto e da transformação social e do impacto na formação do estudante, a extensão se configura como mais um ambiente de aprendizagem. Isso pode ser traduzido na imagem a seguir.

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

PROMOÇÃO DE VIVÊNCIAS QUE
POSSIBILITAM AS PRÁTICAS DE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
PARA A COMUNIDADE
ACADÊMICA.



São publicados editais no site da IES

Os alunos têm acesso à informação e fazem a inscrição on-line para os projetos de extensão, além de ficarem por dentro das pesquisas desenvolvidas na IES.



Dedicação do corpo docente

Tanto a pesquisa quanto a extensão contam com professores dedicados à orientação e à condução dos trabalhos.

As atividades de pesquisa e extensão são desenvolvidas a partir de estudo sistemático dos temas e dos problemas relevantes do ponto de vista científico, socioeconômico e cultural.



Atividades sempre alinhadas às necessidades sociais, às políticas institucionais e aos cursos da IES.

Desenvolvimento de projetos

Por meio da articulação da extensão com o ensino e com a investigação científica, é possível gerar um impacto positivo na formação do estudante.



Trabalho em equipe

Alunos, professores e comunidade trabalham juntos em processos criativos, que propiciam a resolução de problemas e desenvolvem o pensamento crítico.



O Journal Club é um encontro científico on-line para refletir e discutir temas de grande relevância e impacto na sociedade.



Tecnologias a favor

O encontro é uma iniciativa da Coordenação de Pesquisa e conta com a participação de docentes e também alunos de todos os cursos que integram a Ânima Educação.



Networking

Alunos de cursos de áreas diversas das IES que integram a Ânima Educação podem trabalhar juntos em um único projeto. Assim, são desenvolvidas a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade.



Ecossistema de aprendizagem além da sala de aula

Assim, são criadas soluções que transformam o mundo, aliando pesquisa e extensão com uma formação cidadã.

4.2.10 Internacionalização na Faculdade de Direito Milton Campos

A internacionalização é considerada um meio estratégico para o crescimento e consolidação do ensino superior. Internacionalizar o ensino é uma necessidade para as instituições comprometidas com a qualidade acadêmica, pesquisa e extensão. Neste cenário, as IES da Ânima Educação, por meio do *International Office*, abriram as portas para o mundo e estabeleceram a meta de incentivar os talentos existentes em sua comunidade a se tornarem os verdadeiros protagonistas da internacionalização.

113

Ciente de que a educação não pode limitar as experiências de aprendizagem apenas às vivências de seu entorno, a Faculdade de Direito Milton Campos assume como propósito educativo a formação de sujeitos com consciência de cidadania planetária. Na perspectiva de se construir uma educação global, as IES da *holding* criam condições para que isso aconteça, incluindo o elemento internacionalização no currículo de seus cursos e consolidando uma política que contempla a possibilidade de os estudantes vivenciarem experiências internacionais de aprendizagem. Ações destinadas à cultura e mobilidade internacional, estabelecimento de convênios com instituições no exterior, e incentivo a criação de redes de ensino internacional são fatores marcantes neste projeto.

A internacionalização aparece a princípio como uma oportunidade para conhecer novos modelos de ensino, para visitar instituições-referência, para estabelecer contato com profissionais de diferentes áreas do conhecimento e para ampliar oportunidades de intercâmbio de alunos e docentes. Expandindo esse entendimento inicial, a Faculdade de Direito Milton Campos incentiva uma postura mais empreendedora e inovadora, buscando a internacionalização dos currículos, sobretudo com o fortalecimento da extensão internacional, através de cursos e projetos em parceria com instituições estrangeiras, aulas espelho que trazem conteúdo e certificação internacional, módulos internacionais e cursos de idiomas em instituições no exterior, além de oportunidades de estágio e trabalho voluntário.

Na Faculdade de Direito Milton Campos, a internacionalização caracteriza-se, assim, pela interação entre as várias culturas por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Na prática, para além dos inegáveis valores que agrega ao desenvolvimento formativo

de discentes e docentes, ela cumpre função primordial de promover a cooperação internacional para a melhoria da capacitação profissional, para a realização de projetos compartilhados de pesquisa e para a participação no desenvolvimento industrial, econômico e social dos países envolvidos, contribuindo ainda, de forma indelével, para a consolidação da boa imagem universitária perante a comunidade.

Alguns caminhos para a consolidação dos propósitos da internacionalização na Faculdade de Direito Milton Campos são:

- entendimento da necessidade de fortalecer as intenções formativas dos estudantes como cidadãos locais e globais;
- intensificação da cultura internacional junto à comunidade acadêmica;
- capacitação dos docentes para que saibam explorar, metodologicamente, os princípios da educação globalizada e globalizadora;
- ampliação de programas internacionais que possibilitem o intercâmbio bilateral para discentes e docentes;
- construção de programas de *long life learning* que possibilitem a troca de saberes e de experiências por meio de parcerias internacionais;
- desenvolvimento de projetos acadêmicos internacionais, de extensão e pesquisa, integrados ao currículo;
- concepção de programas de bilinguismo que impulsionam o ensino e disseminação de outros idiomas.

Em seu ecossistema de aprendizagem, a Faculdade de Direito Milton Campos adota a extensão internacional como um componente curricular diferenciado. Através dos cursos de extensão internacional, os alunos têm a oportunidade de aprender sobre temas essenciais para o mercado globalizado. A cada semestre, são ofertadas opções de cursos para todas as áreas de ensino. As aulas são ministradas totalmente em inglês ou espanhol, portanto, é necessário que o estudante tenha domínio no idioma. Ao concluírem o curso, as horas são contabilizadas automaticamente no currículo acadêmico, além de receberem um certificado para o currículo profissional. Ademais, através da extensão internacional, os estudantes têm a opção de participar de projetos que proporcionam uma prática acadêmica alinhada ao desenvolvimento científico e social, em conjunto com alunos e professores de instituições de ensino parceiras na América Latina. Esses projetos acontecem de forma remota, integrada ao currículo, e

discutem a realidade dos países envolvidos. Também é importante que o aluno tenha conhecimento do idioma espanhol, ou inglês, para participar ativamente das atividades propostas.

Parte importante do projeto de internacionalização visa a ofertar programas de mobilidade internacional. As modalidades são: intercâmbio acadêmico, cujo objetivo é promover o intercâmbio com instituições internacionais e proporcionar uma formação acadêmica diferenciada aos alunos; estágio internacional, que traz ao aluno a oportunidade de adquirir experiência profissional no exterior, durante um período da sua vida acadêmica; módulo internacional, que oferece programas de curta duração, em áreas específicas do conhecimento, no qual o aluno poderá estudar em uma instituição no exterior e obter o certificado internacional do módulo cursado; visita técnica no exterior, que proporciona ao aluno a experiência de visitar e vivenciar na prática o funcionamento de instituições, e locais específicos, voltados a sua área de interesse; e curso de idioma no exterior, que visa auxiliar o aluno a obter uma proficiência linguística com certificação internacional, além de promover o seu desenvolvimento intercultural.

115

Todos os programas são abertos periodicamente por meio de editais, nos quais são publicadas as regras do processo seletivo e a documentação que o aluno deve apresentar para sua candidatura. Na página *on-line* da instituição, é possível acompanhar o andamento dos processos. A Faculdade de Direito Milton Campos também pode receber alunos estrangeiros para período de intercâmbio e professores estrangeiros para lecionar em eventos, atuando como visitantes ou como convidados.

Cabe ressaltar que, a fim de preparar o aluno para atuar em um mundo cada vez mais globalizado, é necessário que o conhecimento não se dê apenas do idioma, mas sim das culturas. Assim, partindo do ponto de vista da sala de aula ampliada e da oferta de novos espaços de aprendizagem, é natural, por pressuposto, pensar na relação dos estudantes com o mundo para o desenvolvimento de suas habilidades e competências profissionais e pessoais, entendendo que o alcance de sua formação deve possibilitar-lhes ultrapassar também os limites de compreensão do contexto local no qual estão inseridos.

As *soft skills* são um conjunto de habilidades e competências relacionadas ao comportamento humano, sendo consideradas características imprescindíveis para que um profissional alcance seus objetivos profissionais, aquilo que estabelece para a sua carreira. Dessa forma, no momento em que as leituras da realidade local fazem sentido no contexto das leituras da conjuntura global, é constituído um tipo específico de letramento, que tem sido denominado letramento transcultural, no qual entram em jogo capacidades específicas de leituras de contexto, que contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico e desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais.

Nesse contexto, tornar os alunos conscientes de que são cidadãos do mundo implica criar oportunidades para que confrontem desafios sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais de seu entorno, estabelecendo conexões significativas com a forma como esses mesmos desafios se apresentam globalmente.

Assim, a internacionalização na Faculdade de Direito Milton Campos busca criar oportunidades para a troca de conhecimentos internacionais que sejam acessíveis a todos. Não apenas por meio de intercâmbios, mas dentro das próprias instituições de ensino (*internationalization at home*). Dessa forma, são desenvolvidas a cultura internacional, na IES, e a mobilidade internacional, em que há possibilidade de vivenciar experiências de aprendizagem no exterior.

Quando é abordada a cultura internacional, é importante ressaltar que são trabalhados temas como conscientização da comunidade acadêmica acerca da importância da Internacionalização (mudança de *mindset*); currículo que proporciona competências acadêmicas globais e interculturais (*soft skills*); capacitação linguística; engajamento internacional por meio de palestras, projetos acadêmicos e integração dos alunos estrangeiros; e, em breve, o intercâmbio entre as IES que integram o Ecosistema Ânima.

Para desenvolver a mobilidade internacional, há a colaboração e parceria com instituições internacionais (em todos os níveis e áreas de interesse); pesquisa internacional; oferta de intercâmbio acadêmico e de programas de curta duração no exterior; estágio internacional; alianças estratégicas e redes acadêmicas internacionais.

4.3 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A organização do trabalho pedagógico nos currículos integrados é orientada segundo o marco conceitual do ensino para a compreensão (EpC). As concepções epistemológicas do marco conceitual do EpC estão expostas no livro *ensino para a compreensão: a pesquisa na prática*, organizado por Martha Stone Wiske, publicado em 2007, pela Artmed.

117

O EpC é fruto de pesquisa junto a professores que utilizaram o marco conceitual e tiveram o acompanhamento dos pesquisadores. Dessa forma, ele nos apresenta a concepção de compreensão que se traduz por desempenho de compreensão. O marco conceitual do EpC apresenta quatro elementos: Tópicos Geradores, Metas de Compreensão, Desempenhos de Compreensão e Avaliação Contínua, intimamente relacionados e os olhamos como um todo, porque o planejamento com o EpC não é linear.

Os tópicos geradores expressam o que é central para o aluno compreender e as abordagens possibilitadas ampliam a visão sobre o assunto estudado. Os tópicos geradores propiciam pesquisas e debates. As metas de compreensão orientam o planejamento do professor e o trabalho do aluno. O aluno tem que atingir metas e elas estarão à disposição como orientadoras do trabalho, do estudo e da pesquisa do aluno. As metas de compreensão têm algumas características: são centrais ao tema, devem ser sequenciadas, devem ser claras, explícitas e públicas, assim, serão divulgadas para os alunos. As metas definem níveis de complexidade e orientam o aluno e, também, o professor no decorrer do trabalho pedagógico.

O desempenho de compreensão tem um sentido mais simples de ser enunciado, mas que carrega uma grande complexidade para ser realizado. Ter desempenho de compreensão é utilizar o conhecimento de maneira flexível. O conhecimento transita pelos sentidos que se dá, pelas conexões que se estabelecem e pela maneira como se apresenta naquilo que chamamos de desempenho de compreensão. Pelo desempenho, o aluno vai mostrar o que ele compreendeu. Assim, a compreensão se materializa por meio do desempenho. Por isso, a compreensão não se restringe à memorização, à enunciação de componentes, de elementos, à nomenclatura, às

taxionomias próprias das áreas de conhecimento.

Olhando para esses elementos em conjunto, tem-se: os desempenhos de compreensão, as metas que orientam a construção desses desempenhos e os tópicos geradores, que dão consistência, que dão o substrato que subsidiam as compreensões.

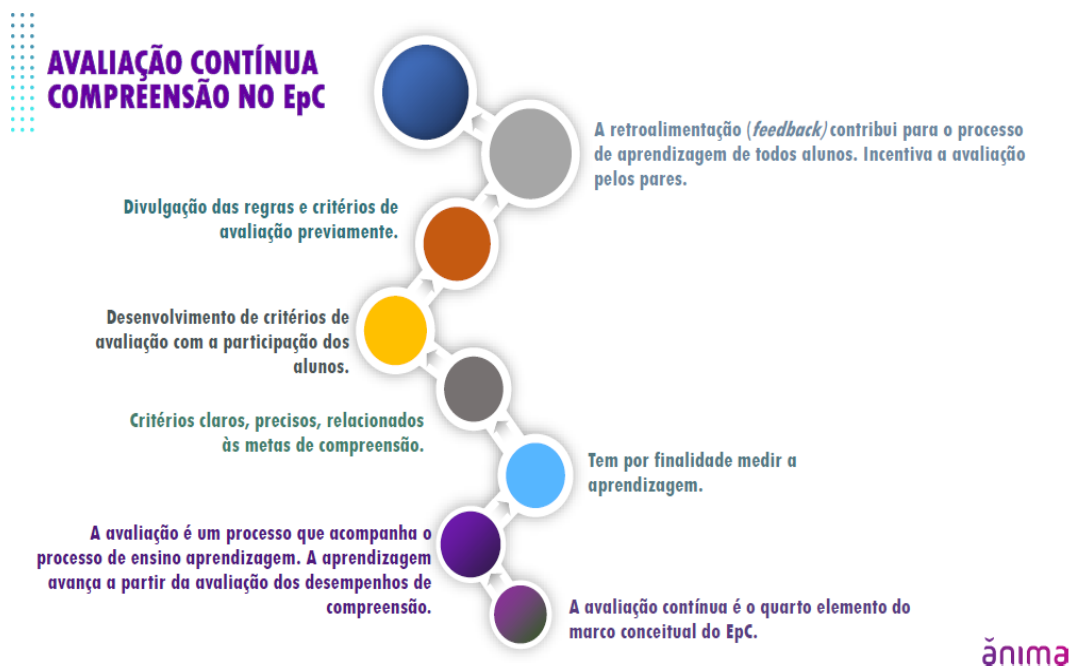
A avaliação contínua acompanha o processo de várias formas. Pelo professor, oferecendo *feedback* àquilo que o aluno realiza e apresenta no transcorrer do caminho; pelo aluno, quando acompanha seu próprio desenvolvimento cognitivo por metacognição, a partir da análise das metas; pelos pares, ou pelos grupos. A avaliação contínua se concretiza no acompanhamento do processo de ensino e de aprendizagem de várias formas. Ela está imbricada na realização do trabalho pedagógico e constitui-se de momentos e instrumentos imprescindíveis para a construção dos desempenhos e das compreensões profundas e complexas.

Sobre o sistema de avaliação e de registro dos resultados, Luckesi nos diz que “[...] para qualificar a aprendizagem de nossos educandos, importa, de um lado, ter clara a teoria que utilizamos como suporte de nossa prática pedagógica, e, de outro, o planejamento de ensino, que estabelecemos como guia para nossa prática de ensinar no decorrer das unidades de ensino do ano letivo”. O sistema de avaliação nos currículos integrados, fundamentado nas concepções explicitadas pelo ensino para a compreensão (EpC), tem sua centralidade no desenvolvimento do desempenho final, inclusive, por ser este o significado concreto da compreensão dentro do marco conceitual.

No seu percurso, os alunos farão pesquisas, terão aulas interativas com os professores da UC, dentre outras atividades, construindo, assim, saberes explicitados nos planos de ensino, em todos seus elementos, ou seja, ementa, tópicos geradores, metas de compreensão, competências e bibliografias. Expressar os conhecimentos utilizando a linguagem da área, seus códigos e signos, ler, interpretar, analisar e estabelecer relações entre conhecimentos são competências a desenvolver ao longo do percurso para resolver problemas de forma criativa, muitas vezes autorais e decorrentes das atividades realizadas em grupo e/ou individualmente, nos encontros dos grupos, na busca ativa, na elaboração de hipóteses, sempre respaldadas pelos

feedbacks dos professores da UC.

Figura 13 – Processo de avaliação contínua



Fonte: Vice-presidência Acadêmica.

A avaliação contínua da IES é distribuída da seguinte forma: Avaliação 1 (A1) – Dissertativa | 30 pontos | Avaliação 2 (A2) – Múltipla escolha | 30 pontos | Avaliação 3 (A3) – Avaliação dos desempenhos | 40 pontos. Cabe ressaltar que há um regulamento por curso com critérios para aprovação e reprovação.

Há, ainda, a avaliação integrada, a avaliação do componente curricular Vida & Carreira, a avaliação do estágio e a avaliação do trabalho de conclusão do curso, quando forem o caso, além do cumprimento das ACGs. As especificidades de cada uma dessas avaliações estão descritas no próximo capítulo do documento e no PDI da instituição.

4.4 Atendimento ao discente

Acolher, acompanhar e estimular vivências e experiências acadêmicas, sociais e profissionais bem-sucedidas são algumas das premissas que sustentam as ações desenvolvidas pela Faculdade de Direito Milton Campos no que se refere ao apoio aos discentes. Essas políticas institucionais adotam estratégias educativas que visam

reconhecer e atender às necessidades dos alunos no decorrer de toda sua trajetória formativa.

Acolhimento, nivelamento, apoio psicopedagógico, monitoria, intercâmbios e acessibilidade representam algumas dessas iniciativas. São ações de suma relevância, uma vez que contribuem para orientar e apoiar os alunos, minimizando possíveis dificuldades de aprendizagem e de adaptação à cultura acadêmica, além de fortalecer as relações e a integração dos alunos no contexto do ensino superior. A política institucional de acompanhamento ao discente e os programas, os projetos e os serviços contribuem para uma formação efetiva de profissionais e cidadãos, altamente qualificados, autônomos, críticos e conectados à realidade social. Na busca por soluções para os desafios que emergem do cotidiano acadêmico, a seguir, são apresentados alguns dos principais programas e iniciativas de apoio ao corpo discente tendo em vista sua trajetória de formação no Ecossistema Ânima de Aprendizagem.

4.4.1 Programa Sucesso do Aluno

O Programa Sucesso do Aluno busca promover ações que favoreçam o discente em seu processo de aprendizagem, que o acolham e o acompanhem durante toda a sua trajetória acadêmica. Dessa forma, busca-se promover o empoderamento do estudante a fim de oferecer condições para que ele participe e possa pertencer de forma equitativa da comunidade acadêmica e, para além disso, alcançar o seu sucesso como sujeito, profissional e cidadão.

Figura 14 – Empoderamento do estudante na Instituição



Fonte: Vice-Presidência Acadêmica.

O ponto de partida para todo esse processo de apoio ao discente é a escuta. Os alunos chegam à vida acadêmica trazendo bagagens e experiências de vida particulares, alimentam expectativas e sonhos diversos, possuem habilidades e dificuldades específicas. A atuação nesse momento inicial do percurso formativo busca reconhecer, conhecer e compreender as individualidades, com consciência de que há heterogeneidade social, econômica, cultural e formativa que caracteriza o grupo que ingressa no ensino superior. Sucesso, nesse programa, é interpretado em sua amplitude, abrangendo e sendo aplicado a sujeitos marcadamente diferentes, para os quais o êxito pode ter uma infinidade de significados.

Na perspectiva do aluno, sucesso pode ser traduzido em conseguir acompanhar e compreender as aulas ministradas pelos professores, perceber que aprendeu o que foi ensinado ou, ainda, entender o conteúdo ministrado e ser capaz de aplicar na sua vida pessoal e profissional. As ações estabelecidas no Programa Sucesso do Aluno ajudam a combater a evasão escolar, uma vez que o acolhimento estimula o engajamento, que estimula a aprendizagem, que estimula a permanência. O êxito do aluno, contudo, demonstra ser algo que extrapola a trajetória acadêmica e que se expande e reflete, essencialmente, em sua inserção social e profissional. O aluno e o seu desenvolvimento integral são, respectivamente, centro e foco das ações do programa. Trabalhar para o sucesso do aluno requer esse constante exercício de escuta, acolhimento e acompanhamento nas diferentes etapas da sua jornada formativa.

Assim, o Programa Sucesso do Aluno contribui para a equidade em sala de aula, aspecto que também favorece a relação ensino-aprendizagem. As diretrizes acadêmicas do programa são voltadas para o acolhimento, ao passo que atividades estratégicas são previstas com o objetivo de promover o engajamento dos alunos. A aprendizagem em escala depende de fatores como o currículo do curso e a formação do professor, mas está associada, em especial, ao engajamento dos discentes, indo além dos conhecimentos em sala de aula e oferecendo o acesso a diversas ações visando à saúde mental e à qualidade de vida do aluno.

Motivação pessoal é fator de alto impacto no desempenho acadêmico, impulsionando o aprendizado, sobretudo, quando combinada à orientação adequada do professor nessa jornada formativa. É um incentivo que estimula os estudantes a obterem bons

resultados. Sucesso, nesse caso, resulta do próprio engajamento em experiências nas quais o estudante estará envolvido em diversos momentos de seu percurso formativo. As ações promovidas pelo Programa Sucesso do Aluno buscarão, então, reconhecer as habilidades, respeitar as individualidades, fortalecer a autonomia e gerar a motivação dos alunos, investindo na formação discente em sua integralidade.

Projeto Acolher

O início das aulas é um marco na trajetória de todo estudante que ingressa no ensino superior. Esse momento tão aguardado reúne sentimentos como curiosidade, dúvidas e ansiedade sobre o dia a dia da jornada universitária. O Projeto Acolher nasce como resposta a esse momento tão especial e conta com a experiência de veteranos, que já viveram a fase de transição para o ensino superior, com a necessidade de ações de integração dos calouros por parte de toda a comunidade acadêmica. Dessa forma, a expectativa positiva com que os novatos chegam à universidade em relação à sua experiência acadêmica se torna uma realidade.

O Acolher é um projeto de extensão do Ecossistema Ânima do qual estudantes de todas as IES do grupo podem participar. Na dinâmica estabelecida, eles se dividem por área do conhecimento e se nomeiam formando gerúndios. São eles: Arquitetura e Urbanismo & Design (Arquitetando), TI (Codando), Comunicação & Artes (Comunicando), Ciências Biológicas & Saúde (Cuidando), Psicologia e Serviço Social, (Desembolando), Engenharias (Engenheirando), Licenciaturas (Ensinando), Ciências Jurídicas (Endireitando), Gestão & Negócios (Negociando) e Ciências Agrárias (Veterinando).

Logo que são matriculados, os novatos são convidados a participar do projeto por meio do Ulife. Os “gerúndios” realizam atividades utilizando plataformas digitais (Ulife, Zoom e redes sociais). As atividades têm o objetivo de ambientar os calouros ao universo do ensino superior e facilitar a transição. Nesse contexto, os novatos já iniciam sua jornada participando de uma comunidade nacional de amigos e recebem todo o apoio necessário para o início da graduação.

Além das atividades de acolhimento e ambientação na área/curso escolhido, o Acolher também oferece cursos de nivelamento. Os veteranos são apoiados e acompanhados por nossos professores no planejamento e na oferta de curso que visa sanar gaps de

aprendizado de assuntos abordados no ensino médio e que nesse momento são importantes para incluir o estudante no ensino superior. A abordagem de estudante para estudante traz inúmeros benefícios, sendo os mais citados pelos novatos: o uso de linguagem e vocabulário mais próximo do universo deles, os exemplos são da experiência dos veteranos nas aulas e a ausência de barreira para as dúvidas, já que, na presença dos professores, muitos estudantes sentem-se mais tímidos.

O projeto acontece totalmente em ambiente digital, o que permite que os estudantes da Faculdade de Direito Milton Campos e das demais IES do grupo também participem das atividades.

Nivelamento

Como parte da política de apoio ao discente, a Faculdade de Direito Milton Campos adota ações constantes de acolhimento, permanência e nivelamento, sendo este último um dos grandes desafios no processo de ensino-aprendizagem, em especial quando se considera a diversidade que forma o ambiente acadêmico em suas características e particularidades regionais, sociais, culturais e econômicas. Considerando esses fatores, a Faculdade de Direito Milton Campos busca aperfeiçoar seu ciclo pedagógico, acompanhando o desenvolvimento acadêmico do aluno e atuando para reduzir eventuais disparidades formativas que possam dificultar o processo de aprendizagem de alguns discentes ingressantes no ensino superior.

O Programa Adapti Ingressante representa uma dessas ações de apoio, voltado para o desenvolvimento de habilidades básicas em conteúdos considerados essenciais para uma trajetória de sucesso do aluno. O programa contempla atividades de caráter complementar, destinadas a proporcionar um aumento qualitativo do conhecimento do discente, especificamente em relação às noções básicas de Língua Portuguesa e Matemática. O foco particular na aquisição ou no aprimoramento desses conhecimentos leva em consideração alguns critérios de relevância e necessidades identificados.

Língua Portuguesa e Matemática são disciplinas cujos conteúdos servem, em grande parte, de base para o aprendizado de assuntos mais específicos para cada curso ou área de atuação. De acordo com o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), em 2018, cerca de três em cada dez brasileiros adultos apresentavam dificuldades no que diz

respeito às habilidades e às práticas de leitura, escrita e operações matemáticas aplicadas a situações da vida cotidiana. Quanto aos que ingressaram ou concluíram o ensino superior, 96% podiam ser considerados funcionalmente alfabetizados, mas apenas 34% destes alcançam o nível proficiente.

Os dados apresentados corroboram a necessidade de implementação e fortalecimento de estratégias capazes de assegurar a incorporação crescente dessa parcela de estudantes à vida acadêmica, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional. Atento ao *deficit* da população no que diz respeito ao domínio pleno dessas habilidades, em especial de leitura e escrita, o Programa Adapti Ingressante busca oportunizar e facilitar o domínio do discurso científico, assim como potencializar a aprendizagem dos alunos nas disciplinas dos cursos de graduação.

Para auxiliar e reforçar a aquisição, a revisão ou a atualização desses conhecimentos indispensáveis para um bom aproveitamento acadêmico, o programa orientará os alunos ingressantes dos cursos de graduação da IES (bacharelados, tecnólogos e licenciaturas) a realizar atividades complementares de nivelamento. O nivelamento é realizado por meio de uma plataforma *on-line* facilmente localizada e acessada a partir do Ulife (Ambiente Virtual de Aprendizagem).

Ao entrar no ambiente virtual da Faculdade de Direito Milton Campos, o aluno é redirecionado ao Programa Adapti Ingressante do seu curso de graduação. Lá, ele encontra o conteúdo estruturado em duas trilhas: Língua Portuguesa e Matemática. Cada uma dessas trilhas é composta por tópicos que contemplam materiais de apoio, atividades e testes para auxiliar tanto na aprendizagem, quanto no reforço dos estudos. Os dois testes propostos ficam disponíveis no ambiente virtual próximo às datas indicadas para a sua aplicação. Erros do sistema ou dúvidas com relação ao conteúdo podem ser solucionados ou esclarecidos nos canais de atendimento da própria plataforma, via *e-mail*, chat ou telefone. As questões são encaminhadas para o time pedagógico ou técnico, de modo que possam avaliar e orientar na solução do problema.

O método e a disponibilização *on-line* do conteúdo visam favorecer e tornar o processo de aprendizado mais proveitoso e eficaz, uma vez que todos os materiais estarão

acessíveis para livre consulta, quando, onde e como o aluno desejar. Esse é um aspecto importante para o discente ingressante, já que pode realizar as atividades de nivelamento de modo gradativo, estudando um pouco a cada dia, sem sobrecarga da rotina acadêmica e com tempo hábil para concluir o que foi proposto. Com a flexibilidade necessária, o Programa Adapti Ingressante permite ao estudante parar e recomeçar o processo de aprendizagem quando e onde quiser, dentro do semestre letivo.

O programa de nivelamento é oferecido a todos os alunos que ingressam em um curso de graduação acadêmica. Tem caráter não obrigatório, cabendo ao educando a faculdade de cursá-lo ou não, embora a Faculdade de Direito Milton Campos se encarregue de incentivar os discentes para a adesão ao programa. O estudante que se inscrever no Adapti e obtiver êxito nos testes recebe o crédito de 40 horas complementares, a serem registradas no seu histórico escolar. Caso o aluno opte por não realizar o programa, ou caso não alcance o desempenho necessário, as 40 horas complementares não serão lançadas em seu histórico escolar.

O Adapti Ingressante constitui-se como um instrumento de melhoria qualitativa no domínio de conhecimentos básicos, reunindo meios e formas de tratar as carências dos alunos ingressantes. Esses esforços para o desenvolvimento do estudante são feitos de acordo com as diretrizes pedagógicas adotadas pela Faculdade de Direito Milton Campos, seguindo uma orientação didática que considera o aluno como protagonista de sua própria aprendizagem, algo que aparece refletido na escolha dos conteúdos, das atividades e da metodologia adotada. Assim, educação e tecnologia são alinhadas para identificar e trabalhar as necessidades de cada discente no que se refere ao domínio de conhecimentos básicos.

O Programa Adapti Ingressante traduz uma constante busca da instituição de ensino pela melhoria da qualidade do ensino e pela excelência acadêmica. Resgatar conteúdos não assimilados adequadamente pelos alunos durante o ensino médio acaba por refletir em um melhor acompanhamento dos conteúdos do curso de graduação. Assegura-se, desse modo, que todos os estudantes tenham alguns dos pré-requisitos necessários para avançar no ensino superior, apresentando menos dificuldades individuais.

Além do Adapti Ingressante, como mencionado anteriormente, há, também, a oferta de curso de nivelamento em que os veteranos do Projeto Acolher ministram aulas para os novatos. Esses cursos acontecem em ambiente digital na semana que antecede o início das aulas. São alguns exemplos: Matemática para Todos (ofertado por diversas áreas), Bioestatística sem Neura, Bioquímica para Saúde e Humanas, Matemática dos Negócios, Preparando-se para a Engenharia (física e química), Pré-cálculo e Desenho para Todos.

Monitoria

O programa de monitoria qualificada complementa esse conjunto de ações ofertadas pela Faculdade de Direito Milton Campos destinadas a apoiar o discente em seu processo de aprendizagem, ofertando suporte acadêmico nos componentes curriculares considerados mais exigentes. É uma política institucional de acompanhamento complementar, pautada no preceito de promover o engajamento e o desenvolvimento da autonomia do aluno.

Um diferencial é que as práticas de monitoria não são estruturadas para serem uma ação pontual, ao contrário, destinam-se a um acompanhamento contínuo dos discentes. Assim, sua oferta não se encerrará no primeiro ciclo do ensino superior. As práticas de monitoria acompanham o aluno durante toda sua trajetória, em uma ação de apoio que supre as necessidades de acordo com os desafios que o aluno vai encontrando ao longo de seu percurso formativo.

A monitoria é instituída formalmente na Faculdade de Direito Milton Campos. O monitor deverá ser aluno regular do curso em questão e prestará auxílio extraclasse aos discentes. O monitor pode, ainda, auxiliar o professor no desenvolvimento de atividades, sendo vetado substituí-lo em qualquer circunstância. A monitoria é oferecida para as unidades curriculares com maior evasão ou insucesso, ficando a cargo do colegiado do curso essa definição dentro do semestre letivo. O colegiado define as UC, assim como o perfil do aluno monitor, que será selecionado com base em critérios previamente estabelecidos.

O professor assume papel fundamental no programa de monitoria qualificada. Ele é o tutor que diretamente prepara, orienta, supervisiona e ampara os alunos veteranos em sua função de monitores. O docente compartilha com os monitores materiais

didáticos que servem de referência para o assunto a ser abordado, disponibiliza lista de exercícios que ajudam no aprendizado e repassa o plano de ensino da UC para que possa servir como uma ferramenta de trabalho no planejamento acadêmico das ações de monitoria. Toda essa preparação, em que se especificam, entre outras coisas, os objetivos de aprendizagem e o modo como os conteúdos serão abordados, permite o planejamento das atividades e a consequente oferta de uma monitoria que é elaborada e alinhada com o plano de ensino da UC.

A monitoria não substitui as aulas, mas é uma ação de suporte acadêmico que conta com o apoio discente. O relevante e diferencial é que acontece de aluno para aluno, aspecto que fortalece os vínculos entre os estudantes, ao mesmo tempo em que contribui para a formação de ambos os envolvidos no processo. Trata-se de uma ação acadêmica e, sobretudo, de relacionamento e integração cooperativa, que conduz à equidade em sala de aula e favorece o processo de ensino-aprendizagem tanto daquele aluno que aprende, quanto daquele que ensina. Contribui, ainda, para despertar nesses monitores uma possível vocação para a docência.

O projeto de monitoria na Faculdade de Direito Milton Campos chama-se Um por Todos e Todos por Um e é extremamente inovador, já que os estudantes podem fazer a monitoria ofertada por qualquer IES da marca. Dessa forma, os estudantes usufruem de uma ampla oferta de horário para receber a monitoria, que na sua maioria acontece em ambiente digital. Além de acompanhar a evolução do aprendizado dos estudantes que participaram da monitoria, a Faculdade de Direito Milton Campos observa os benefícios dos estudantes monitores. Os relatos que mais chamam a atenção são os que os estudantes expressam livremente os aprendizados que são comportamentais e, sem dúvidas, estão associados às competências para o século XXI. Para além disso, também é possível perceber que a monitoria é um primeiro ensaio para a docência, conforme alguns relatos apresentados a seguir:

“Eu adoro a comunicação que existe, o fato de estudar sempre mais pra corresponder às expectativas de quem você está ajudando, e eu gosto muito de ensinar! A docência é um sonho pra minha carreira!” (aluna do curso de Medicina – Ânima Educação)

“Aprendi a ser mais organizada e ter mais responsabilidade com os estudos, porque era necessário estudar mais para poder sanar as dúvidas e auxiliar os alunos no

processo de aprendizagem de cada um da melhor maneira. Aprendi a lidar com outras pessoas que têm opiniões e pontos de vista diferentes, o que é bom, pois levanta discussões enriquecedoras. Aprendi a ensinar e lidar com as dificuldades de cada aluno. E, por fim, mas não menos importante, aprendi a ser melhor no que escolhi, para mim e para os outros.” (aluna do curso de Nutrição – Ânima Educação)

“Relação interpessoal com monitorandos; melhoria da capacidade de oratória e escuta ativa; aprendizado quanto à absorção dos desafios dos monitorandos; assistência quanto à realização de atividades avaliativas.” (aluno do curso de Direito – Ânima Educação)

“Aprendi a ser um pouco mais paciente, a como utilizar os novos meios de comunicação principalmente no ambiente virtual, usando várias plataformas para melhorar o atendimento na monitoria, a ter resiliência e saber a superar as dificuldades impostas no ambiente *on-line*.” (aluna do curso de Enfermagem – Ânima Educação).

4.4.2 Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI): acessibilidade

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI) coloca em prática a política de atenção ao estudante por meio de programas e projetos amparados nos princípios de equidade, de inclusão, de reconhecimento e de valorização das diversidades e pelo compromisso com a permanência e o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes da Faculdade de Direito Milton Campos. Seus projetos e programas se articulam aos projetos dos cursos, como campo de estágio, quando ocorrer, e a programas institucionais, como Programa Acolher, Bem-Estar e Qualidade de Vida, Monitoria, Programa de Tutoria Acadêmica e Vida & Carreira.

A formação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI) tem como objetivos acompanhar as ações de acessibilidade e o percurso acadêmico de estudantes com deficiências, estudantes com transtornos e dificuldades de aprendizagem, garantindo a equidade no ensino de acordo com legislação vigente e regimento; planejar e supervisionar projetos de qualificação para docentes e colaboradores da instituição para atender a estudantes com deficiência e transtornos funcionais específicos; contribuir para o processo de inclusão dos estudantes ao curso, apoiando-os em sua trajetória acadêmica e profissional; atender às demandas emergenciais dos estudantes no que se refere ao acolhimento, à identificação da área

de dificuldade e ao encaminhamento adequado para os programas de atenção ao estudante; e prestar orientação continuada para os docentes no sentido de respaldar sua ação pedagógica inclusiva em sala de aula.

A partir de um enfoque social, possibilita uma nova visão da realidade em que a diversidade é valorizada e a diferença é respeitada, bem como desperta a sensibilidade e busca a acessibilidade de todas as mais diversas instâncias sociais. Academicamente, constrói-se um paradigma educacional que é flexível e propício à inovação para vivências e metodologias do “aprender a aprender”. Trata-se da inclusão como paradigma educacional que promove uma mudança de perspectiva educacional, em que incluir não se limita a ajudar alunos que apresentam dificuldades na universidade, mas promover a construção da acessibilidade (física, comunicacional e atitudinal) e apoiar a todos (professores, alunos, corpo técnico-administrativo) como parte da comunidade a aprender.

129

O apoio psicopedagógico a estudantes é destinado ao atendimento da demanda discente em suas particularidades, como também engloba o planejamento e a supervisão de processos de formação docente. A metodologia de trabalho do núcleo de apoio, no que concerne à política de acessibilidade, se organiza nas atividades de apoio ao estudante com deficiência por meio de orientação de hábitos de estudo (por demanda do discente), além de assessoria em dificuldades de relacionamentos interpessoais eventualmente apresentadas, decorrentes de choque cultural (por demanda do discente), individualmente ou em sala de aula.

Após a verificação das necessidades do aluno, os acompanhamentos e as intervenções poderão ser das seguintes ordens:

- realização de atendimento psicopedagógico;
- orientação de trabalho e disponibilização de profissional, intérprete educacional I (ledor/transcritor), ao estudante quando necessário;
- orientação de trabalho e disponibilização de profissional, intérprete educacional II (Libras), ao estudante quando necessário;
- garantia de dilação do tempo para atividades acadêmicas avaliativas;
- disponibilização de sala separada para realização de provas;
- realização de orientação para oralização da prova ou interpretação em sinais;

- solicitação de adaptação da avaliação de acordo com a especificidade do estudante;
- realização de orientação para adaptação do espaço físico;
- realização de orientação aos docentes em relação à prática inclusiva.

Ademais, o atendimento a demandas espontâneas dos alunos voltadas à saúde mental é caracterizado pelo acolhimento, pela orientação e por um possível encaminhamento, que pode ser para os projetos Entrelaços, Sunrise, Serviço-Escola de Psicologia ou para a rede de saúde mental do município. A Faculdade de Direito Milton Campos procura oferecer suporte emocional para apoiar o aluno que manifesta intenção de evadir por algum motivo relacionado à adaptação ao contexto acadêmico de ensino superior, além de dar apoio emocional no processo de aprendizagem e oferecer suporte psicopedagógico de intervenção e prevenção nos processos cognitivos, psicossociais, culturais e pedagógicos.

4.4.3 Atendimento especializado

Central de atendimento

Setor responsável pelo recebimento, pelo protocolo e pela resposta às diversas solicitações formuladas pelos alunos, realizadas por meio de requerimentos físicos ou eletrônicos. São esclarecidas demandas acerca de pagamentos, dúvidas financeiras, financiamentos, bolsas e descontos.

Atendimento acadêmico pela coordenação

Os discentes contam com a coordenação de curso para o atendimento a dúvidas acadêmicas, entrega e recebimento de documentos, esclarecimento de dúvidas de plano curricular e orientação sobre protocolos.

4.4.4 Créditos estudantis, bolsas de estudos e descontos

Visando possibilitar maior acesso dos estudantes com menores condições financeiras à educação superior, a IES viabiliza aos alunos o acesso ao estudo por meio de:

- Adesão ao FIES, programa desenvolvido pelo Ministério da Educação com créditos governamentais, para possibilitar maior acesso ao ensino superior. Por meio dele, o estudante pode financiar até 100% dos custos das mensalidades.
- Adesão ao Prouni, Programa Universidade para Todos, também do Ministério da Educação, que possibilita, com créditos governamentais, o acesso à educação superior por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino.
- Outras modalidades de crédito em parceria com instituições financeiras e/ou convênios empresariais, de iniciativa da IES, oferecidas aos alunos quando têm a oportunidade de abater ou financiar um percentual do valor das suas mensalidades em um período de tempo bem maior que o tempo de integralização do curso, sem juros ou com juros muito abaixo do valor de mercado.

4.4.5 Acompanhamento do egresso e formação continuada

O atual reposicionamento da nova organização do mundo do trabalho, o excesso de oferta educacional, a escassez e a diluição da demanda e a nova postura dos candidatos ao ensino superior alteraram as posições estabelecidas ao longo de anos e preocupam as IES em relação à sua permanência nesse cenário. Os serviços educacionais não se restringem mais a uma boa aula. Os alunos têm hoje uma percepção mais detalhada dos serviços prestados e avaliam a qualidade, os preços, a infraestrutura, o corpo docente, a tecnologia, a matriz curricular, a reputação da marca e a relação custo-benefício.

Uma marca forte e reconhecida traduz confiança, representa a atração natural de bons profissionais e de uma consequente oferta de qualidade para o mercado. Todos esses fatores, aliados às exigências do Ministério da Educação, levam as instituições de ensino a buscar formas mais criativas de se apresentar e se relacionar com seus diversos públicos. Esse relacionamento deve passar, essencialmente, pela continuidade dos contatos após a conclusão do curso.

A relação com os alunos não deve ser interrompida logo após a solenidade de formatura. Dessa forma, o egresso passa a ter acesso a um novo rol de práticas educacionais pela Faculdade de Direito Milton Campos. Essa nova fase do

relacionamento passa a ser valorizada pelo mercado, pois demonstra que a instituição está preocupada não só com a formação técnica do profissional, mas também com sua carreira. O Programa de Relacionamento com o Egresso visa, portanto, estabelecer a integração entre o ex-aluno e a instituição.

Assim, a Faculdade de Direito Milton Campos promove um relacionamento contínuo com seus egressos, visando ao aperfeiçoamento de suas ações, acompanhando e discutindo a inserção dos egressos no mercado de trabalho, levantando e propondo medidas voltadas ao aperfeiçoamento do curso a partir dos indicadores obtidos. Com ações direcionadas ao estabelecimento de uma relação mais estreita com os egressos, a IES facilita a formação de uma rede de comunicação entre os egressos, possibilitando a troca de informações profissionais e acadêmicas.

As ações de acompanhamento do egresso são realizadas a partir de dados cadastrais dos ex-alunos, referentes à inserção do profissional no mundo do trabalho, suas repercussões sociais e o comprometimento com as políticas públicas, por meio de pesquisa sistemática, realizando o acompanhamento do egresso, de modo a obter as seguintes informações: *feedback* sobre o curso (pontos negativos e fortes); atuação do egresso no mercado de trabalho; dificuldades encontradas no mercado de trabalho; identificação do perfil do profissional exigido pelas empresas, interesse em realizar cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e atualização; e identificação da percepção das empresas com relação a Faculdade de Direito Milton Campos.

Além disso, a área de relacionamento com o egresso prestará serviços aos ex-alunos, abrindo possibilidades com relação à inclusão dos seus dados no banco de currículos, que será disponibilizado a empresas; à criação de um ambiente de relacionamento entre os egressos, a IES e os alunos, promovendo encontros de confraternização, palestras e conferências, participação em cursos de extensão, em bancas examinadoras, etc.; e à manutenção do vínculo por meio da possibilidade de utilização da biblioteca, infraestrutura, laboratórios e serviços mantidos pela Faculdade de Direito Milton Campos. Ademais, a pós-graduação da IES tem como objetivo reforçar ainda mais a experiência de *lifelong learning*, ou seja, de educação continuada, oferecendo cursos nas áreas dos cursos de graduação.

4.5 Políticas de educação inclusiva

Por se tratar de uma organização inclusiva, o primeiro desafio a vencer é a questão da acessibilidade para alunos, professores ou demais funcionários que apresentem algum tipo de deficiência. Essa política se estende às instalações físicas da Faculdade de Direito Milton Campos. Acessibilidade, aqui, implica superar as barreiras arquitetônicas, curriculares, atitudinais, comunicativas e digitais.

133

4.5.1 Cultura inclusiva

Ao propor as diretrizes relacionadas à cultura inclusiva no âmbito da comunidade acadêmica, é considerado que “toda ação social é cultural, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação” (HALL, 1997, p. 16). Não é possível negar a estreita relação entre as práticas efetuadas nas instituições de ensino e as culturas. Ademais, deve-se reforçar a importância de se construir um ambiente pautado no respeito à diversidade e aos direitos humanos por meio da construção de uma cultura inclusiva que seja de dentro para fora.

A cultura inclusiva tem essa tarefa ao pensar em medidas individualizadas e coletivas em ambientes que contemplem toda comunidade acadêmica, considerando as diferenças e suas necessidades singulares, promovendo um ambiente mais equitativo. Assim, na Faculdade de Direito Milton Campos, os objetivos das Diretrizes em Cultura Inclusiva são promover um ambiente saudável, respeitoso e acolhedor, considerando a pluralidade humana, e desenvolver ações para coibir quaisquer formas de discriminação, tais como lgbtfobia, gordofobia, racismo, capacitismo, machismo e qualquer outra que fragilize as vítimas e/ou agride os direitos da pessoa humana.

Essa diretriz parte da compreensão da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, ao afirmar que os indivíduos possuem o direito de igualdade, sem diferenciação, independentemente da natureza. O Decreto 7.037/2009 traz em seu quinto objetivo estratégico a “redução da violência motivada por diferenças de gênero, raça ou etnia, idade, orientação sexual e situação de vulnerabilidade” (BRASIL, 2009).

Há diversos outros documentos e dispositivos legais que abordam essa temática, tais como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, agenda 2030; Sinaes; Programa de Combate à Intimidação Sistemática; Lei Brasileira de Inclusão; Decreto n. 7.037, de 2009; e Lei n. 7.716, de 1989. Assim, compreendendo o exposto, as ações advindas dessas diretrizes devem considerar as diversidades, com enfoque em questões de gênero, deficiências, orientação sexual, gerações e etnias/raças e suas intersecções.

A Faculdade de Direito Milton Campos conta com o projeto Ânima Plurais, que tem como direcionador de atuação buscar coerência entre o que se discute e se aprende em sala de aula e as práticas da instituição, impulsionando ações para promoção das diferentes formas de diversidade, gênero, raça, orientação sexual e idade. O objetivo é ir mais além do compromisso e do engajamento, mas atuar como influenciadores e agentes da transformação social. Para isso, são ofertadas formações para os docentes e discentes relacionadas a essa temática; no currículo, é ofertada a UC Dual Aspectos Humanos e, em parceria com o Ânima Plurais, são realizados projetos de extensão. A IES conta, também, com um calendário de eventos com *lives* e rodas de conversas para nossos estudantes.

4.5.2 Acessibilidade arquitetônica

Tanto na legislação nacional (Plano Nacional de Educação – Lei n. 13.005/14), quanto na legislação municipal, existem metas explícitas para a melhoria das condições de acessibilidade aos deficientes físicos nas instituições de ensino. Para além do que propõe a legislação, por ter a diversidade humana como um valor, a Faculdade de Direito Milton Campos assume o compromisso com a inclusão social dos estudantes, efetuando mudanças fundamentais não apenas na adequação de seus espaços físicos, mas, sobretudo, no desenvolvimento de atitudes da comunidade, por entender que são as ações concretas e formativas que efetivamente contribuem para a construção de um novo tipo de sociedade. Nesse sentido, medidas substanciais de alteração na infraestrutura da Faculdade de Direito Milton Campos são realizadas, com a implantação de equipamentos para melhor atender às pessoas com necessidades educacionais especiais.

Diversas obras e adaptações foram e são realizadas nas instalações, com vistas a permitir a locomoção e proporcionar conforto às pessoas deficientes, como a construção de rampas de acesso, banheiros com instalação de barras de apoio, pias e espelhos adequadamente posicionados, elevadores com cabines amplas, botões de acionamento em altura acessível e escritas em braile.

4.5.3 Acessibilidade curricular e atitudinal

Na perspectiva de termos a diversidade humana como um valor, é preciso considerar e defender o direito das pessoas com deficiência ao acesso à educação, o que significa engajar estudantes, professores e funcionários da Faculdade de Direito Milton Campos no propósito de garantia desse direito. Assim, os participantes do processo educativo devem valorizar as diferenças como fator de enriquecimento pessoal, acadêmico e profissional, removendo as barreiras para a aprendizagem e promovendo a participação de todos e de cada um, com igualdade de oportunidades.

O princípio fundamental da inclusão e do acesso curricular é que os alunos devem aprender juntos, apesar das dificuldades ou das diferenças que possam apresentar. Partindo desse princípio, procuramos identificar as demandas de inclusão de candidatos e alunos com deficiência (surdez, cegueira/baixa visão, deficiência física, *deficit* intelectual, transtornos psicológicos, autistas e transtorno do espectro autista), oferecendo as condições necessárias para que realizem a prova de vestibular e que estudem na IES com todas suas necessidades atendidas.

4.5.4 Acessibilidade digital e nas comunicações

Em relação à acessibilidade digital e nas comunicações, o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs), por parte de estudantes, docentes e demais funcionários com necessidades educacionais especiais, favorece não só o aprendizado, mas a participação, com autonomia, na vida acadêmica. O Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI) fornecerá as orientações necessárias sobre os serviços oferecidos às pessoas com deficiência, buscando incluir tais discentes, professores e equipe administrativa da melhor forma possível em suas atividades acadêmicas. Uma vez matriculados, várias ações são implementadas no sentido de garantir a qualidade de aprendizagem e de convívio dos alunos no âmbito acadêmico. Entre as principais ações, destacam-se a identificação e acomodação aos diferentes

estilos, formas, interesses e ritmos de aprendizagem; a flexibilização ou adaptação do conteúdo, do tempo e da sequenciação de assuntos, bem como da abordagem didático-metodológica; e a adaptação dos procedimentos de avaliação, pautando-se não apenas pelas limitações funcionais que o aluno apresenta, mas, principalmente, pela sondagem das suas potencialidades intelectuais e socioafetivas.

4.5.5 Língua Brasileira de Sinais (Libras)

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) será ofertada como unidade curricular (UC) obrigatória em todos os cursos de licenciatura e como unidade curricular (UC) optativa em todos os demais cursos oferecidos pela Faculdade de Direito Milton Campos, constando nos respectivos projetos pedagógicos, conforme a disponibilidade de oferta, resguardadas todas as especificidades e os requisitos exigidos pela legislação vigente.

4.5.6 Educação em direitos humanos

Em todos os cursos oferecidos pela Faculdade de Direito Milton Campos, considera-se a inclusão do tema direitos humanos aos conteúdos das disciplinas da estrutura curricular, de modo transversal, contínuo e permanente. A educação em direitos humanos refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos processos de promoção, proteção, defesa e aplicação desses direitos na vida cotidiana, como forma de atitude cidadã de reconhecer todos e qualquer um como sujeitos de direito, com responsabilidades individuais e coletivas.

A educação em direitos humanos, de modo transversal, passa a ser considerada na construção dos PPCs da Faculdade de Direito Milton Campos, dos materiais didáticos e pedagógicos, do modelo de ensino, pesquisa e extensão e de gestão, bem como na elaboração dos diferentes processos de avaliação, fundamentada nos seguintes princípios: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Orientados, assim, por esses princípios, os conhecimentos relativos à educação em direitos humanos materializam-se nos PPCs de maneira clara e objetiva na organização curricular dos cursos; de forma transversal, por meio de temas

relacionados aos direitos humanos e tratados interdisciplinarmente; ou como um conteúdo específico de uma das UCs já existentes na matriz curricular. Nesse contexto, busca-se afirmar que todos devem ser tratados como iguais, gerando o debate sobre os direitos humanos e agregando as temáticas de gênero, sexualidade, entre outras.

4.5.7 Educação das relações étnico-raciais

A educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena constitui-se em orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, a execução e a avaliação da educação, contribuindo para que os nossos alunos se tornem cidadãos atuantes e conscientes em uma sociedade multicultural e pluriétnica como a do Brasil.

As relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira são trabalhadas transversalmente ao longo do curso nas disciplinas básicas e profissionalizantes. A consciência política e histórica da diversidade, o fortalecimento de identidades e de direitos e as ações educativas de combate ao racismo e às discriminações são itens priorizados nas diversas UCs. Essa temática é desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, estabelecidos pelas diretrizes curriculares institucionais do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), cabendo ao curso, no contexto de implementação dessas diretrizes, garantir sua consecução, com o apoio das coordenações de curso, dos núcleos docentes estruturantes (NDE) e da entidade mantenedora.

Discutir as relações étnico-raciais que construíram esse país é uma obrigação de todos os cidadãos, não importando sua origem ou etnia. São esforços que não apenas integram a luta contra o racismo, como também a consolidação da democracia, da promoção da cidadania e o reforço à igualdade social e racial. Considerando a escola um local privilegiado para a transmissão de conhecimentos que vieram das gerações anteriores, ela também se torna um dos focos da luta contra as desigualdades sociais e o preconceito. É preciso promover, aos poucos, uma alternativa à forma como a própria sociedade se enxerga.

Valorizar a cultura afro-brasileira como um componente nacional, estudar a história mundial com um olhar menos eurocêntrico, compreender as lutas do movimento negro

pela igualdade social e racial no país, bem como pela superação do racismo, são etapas de uma transformação necessária. Nesse contexto, é desenhada a capacitação dos professores, intermediadores e responsáveis na ajuda e na formação de cidadãos.

4.5.8 Educação ambiental e sustentabilidade

A reconhecida importância da educação é atribuída sobretudo à sua natureza formativa, por ser capaz de transformar e fortalecer os indivíduos, de provocar mudanças na sociedade e de responder às suas necessidades, principalmente aquelas relacionadas à circulação, à produção, à aplicação e à distribuição social de conhecimento e tecnologias. A educação superior, em específico, tem o potencial de investigar e apontar, por meio de pesquisas científicas e tecnológicas, soluções criativas e consistentes para os problemas que se colocam na atualidade. Atuando para o desenvolvimento sociocultural e econômico, as IES, no entanto, devem ater-se para que esse desenvolvimento por elas promovido seja sustentável.

O conceito de educação para a sustentabilidade, segundo critérios estabelecidos pela Unesco¹⁴, refere-se à:

- relação de interdependência estabelecida entre o desenvolvimento do indivíduo e a sua conscientização quanto aos desafios da sustentabilidade e à urgência da tomada de ações;
- preparação do cidadão para o exercício pleno da cidadania, determinado a promover e a respeitar os direitos humanos e a atuar de forma responsável e solidária na sociedade;
- qualificação do profissional por meio do desenvolvimento de capacidades e habilidades que lhe permitam adaptar-se às exigências do mercado de trabalho e às tendências econômicas, políticas, demográficas, culturais e sociais.

¹⁴ UNESCO. World Conference On Higher Education In The Twenty-First Century: Vision And Action. Preparing for a sustainable future: higher education and sustainable human development. Paris, 1998. Disponível em: < <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000113689>>. Acesso em: 1º mar. 2016.

Ao assumir o compromisso de orientar seu currículo em direção à sustentabilidade, na criação de uma cultura de responsabilidade socioambiental e de um desenvolvimento sustentável que gere valor econômico, social e ambiental¹⁵, a Faculdade de Direito Milton Campos define como políticas:

- a inclusão de conteúdos voltados à educação para a sustentabilidade nos PPCs e nas atividades curriculares dos cursos;
- o estímulo ao desenvolvimento de ações transversais e interdisciplinares como modo de inserção da educação para a sustentabilidade nas atividades dos cursos e da Faculdade de Direito Milton Campos;
- o desenvolvimento de projetos de extensão vinculados aos programas institucionais de extensão, focados na educação para a sustentabilidade;
- o desenvolvimento de projetos de investigação científica focados no estudo da educação para a sustentabilidade.

139

A Faculdade de Direito Milton Campos exerce seu papel de grande relevância na formação de “agentes do crescimento sustentável”, atuando para uma formação integral, conforme descrita anteriormente, que prepare os egressos para lidar com as complexidades do presente e do futuro, para criar “inteligência” na avaliação de cenários complexos, para propor inovações e incentivar o comprometimento das organizações com a agenda ambiental e o desenvolvimento social, sem, contudo, afetar o seu crescimento econômico.

No âmbito do projeto acadêmico, a sustentabilidade apresenta-se como um tema transversal, imperativo para o entendimento de temas diversos, tais como economia global, relações de trabalho, concentração de riquezas, globalização da pobreza, violência, exclusão social, consumismo, produção de novas tecnologias, conduta ética, relações étnico-raciais, cultura indígena, cultura africana, cultura afro-brasileira e questões ambientais. Como tema transversal, a sustentabilidade recebe a atenção interdisciplinar de toda a comunidade acadêmica, com a integração dos conteúdos de

¹⁵ Os preceitos da Unesco para a Educação para a Sustentabilidade e os Princípios para a Educação em Gestão Responsável (PRIME) do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que norteiam atividades de formação, produção, circulação e aplicação de conhecimentos e tecnologias, são princípios que orientam as ações corporativas da IES, possibilitando-lhe cumprir as metas da Ânima para o Pacto Global.

diferentes unidades curriculares e áreas do conhecimento, acreditando-se que o elevado grau de complexidade do tema não permite que os problemas e as possíveis soluções sejam tratados em uma única unidade curricular.

Essa ação interdisciplinar para a sustentabilidade acontece em diferentes espaços de aprendizagem, intra e extramuros, sempre calcada no diálogo e na parceria, na articulação da teoria com a prática, no desenvolvimento de habilidades necessárias à atuação consciente em contextos domésticos, cotidianos e de trabalho. Surge relacionada à habilidade de trabalhar em equipe, de negociar, de liderar e de problematizar, sendo também correlata às habilidades que promovem o desenvolvimento do raciocínio sobre conteúdos básicos e que permitem a familiarização do aluno com os processos de construção do conhecimento científico.

A sustentabilidade perpassa os eixos de formação dos cursos da Faculdade de Direito Milton Campos sob diferentes perspectivas, direcionando os alunos a compreender o tema de forma mais verticalizada e teoricamente fundamentada, sem associá-lo exclusivamente ao mapeamento de cenários e ao gerenciamento de riscos, à tomada estratégica de decisões, ao investimento de capital, ao desenvolvimento e posicionamento de marcas, ao plano de negócios e aos critérios de desempenho. Todos esses conhecimentos e habilidades são imprescindíveis para a formação do perfil desejado para os profissionais e líderes do século XXI. Em uma perspectiva mais ampla, no entanto, a abordagem do tema sustentabilidade na IES pretende também levar os alunos a refletir sobre o mundo, a entender as relações sociais, de produção, de trabalho e as hierarquias de poder nele estabelecidas.

4.6 Inovações pedagógicas

O currículo da Faculdade de Direito Milton Campos possui em seu DNA um característico viés inovador calcado na oferta de um ensino superior de qualidade, dinâmico e atual, voltado às demandas de qualificação do século XXI e à trabalhabilidade dos egressos, organizado por competências para uma formação acadêmica e cidadã do aluno, com flexibilização e personalização do ensino garantido por uma estrutura modular.

Entre outros elementos inovadores e transformadores incorporados pela Faculdade de Direito Milton Campos ao Projeto Pedagógico de seus cursos para facilitar e

qualificar o processo de ensino-aprendizagem, estão o uso de novas tecnologias da informação aliadas ao ensino, o desenvolvimento de um robusto ambiente virtual de aprendizagem, a concepção de programas de capacitação continuada de docentes e a adoção de metodologias ativas de aprendizagem.

De maneira detalhada, as inovações pedagógicas caminham em direção à

- aproximação gradativa de aspectos da vida pessoal e da vida universitária por meio da criação de aplicativos digitais;
- busca pela aglutinação de novas ideias e propostas de trabalhos de estudantes e professores em espaços digitais compartilhados;
- aproximação entre projeto acadêmico-profissional e projeto de vida dos estudantes com a busca pelo desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para a vida e o trabalho, de forma cidadã e comprometida com o seu entorno;
- busca de incrementos na articulação entre o ensino presencial e o uso de novas tecnologias de informação, favorecendo processos de interatividade e possibilidades infinitas de ensinar e aprender;
- criação e ao fomento de novos espaços de criação e socialização do conhecimento, entendendo que a universidade não é tão somente um lugar para se ter aula, mas também para conhecer pessoas e trocar experiências e conhecimentos, além de viver e experimentar o desenvolvimento intelectual e acadêmico.

4.6.1 Metodologias ativas de aprendizagem

As metodologias ativas de aprendizagem têm sido empregadas quando o que se pretende é favorecer a autonomia e despertar o interesse do aluno, estimulando sua participação nas atividades em grupo ou individuais. O papel positivo que exercem nas formas de desenvolver o processo de aprender tem sido o maior impulsionador de sua proliferação nos ambientes educacionais e o motivo central que levou a Faculdade de Direito Milton Campos à sua incorporação.

As metodologias ativas de aprendizagem consideram o estudante como sujeito social, não sendo possível o trabalho sem a análise das questões históricas, sociais e culturais de sua formação. Nesse contexto, em uma abordagem interacionista, o aluno

não é visto como um ser passivo, que apenas recebe informações e conhecimentos, mas sim como um ser ativo, que faz uso de objetos e gera suas significações para conhecer, analisar, aprender e, por fim, desenvolver-se. Aqui, o estudante é o autor de sua aprendizagem.

Didaticamente, o que a Faculdade de Direito Milton Campos busca com a adoção das metodologias ativas é uma maior eficiência na atividade educativa, deslocando-se o papel do professor, como mero transmissor de um conhecimento estanque, para o de um mediador, que favoreça o “aprendizado crítico-reflexivo do estudante, de forma ativa e motivadora” (BORGES; ALENCAR, 2014, p. 123).

Em síntese, as metodologias ativas se configuram como uma possibilidade real de ajudar o aluno a aprender.

Com base nessa ideia, é possível inferir que, enquanto o método tradicional prioriza a transmissão de informações e tem sua centralidade na figura do docente, no método ativo, os estudantes ocupam o centro das ações educativas e o conhecimento é construído de forma colaborativa. (DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017, p. 271).

São vários os tipos de metodologias que têm sido empregados com esse fim. Elas se aproximam de correntes teóricas como o interacionismo, de Vygotsky e Piaget, da aprendizagem pela experiência, de Dewey, da aprendizagem significativa, de Ausubel, e do construtivismo, de Paulo Freire. O importante é que as teorias vieram, cada uma a seu modo, reforçar que a

(re)significação da sala de aula, enquanto espaço de interações entre os sujeitos históricos e o conhecimento, o debate, a curiosidade, o questionamento, a dúvida, a proposição e a assunção de posição resultam, sem dúvida, em protagonismo e em desenvolvimento da autonomia (DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017, p. 285).

Para que a (re)significação do espaço da sala de aula aconteça de modo efetivo, a Faculdade de Direito Milton Campos não só emprega as metodologias ativas nos processos de ensino-aprendizagem, como também dispõe de um ambiente adequado e estruturado especialmente para que essas interações entre os alunos e entre eles e o professor aconteçam de maneira mais fluida. As salas de metodologias ativas de aprendizagem da Faculdade de Direito Milton Campos são amplas, de *design* concebido para estimular a criatividade, devidamente equipadas com recursos tecnológicos e dispondo de grandes mesas circulares para possibilitar e incentivar o trabalho em equipe e a proatividade dos alunos. Estão no escopo de utilização da

Faculdade de Direito Milton Campos diversas metodologias ativas, como a sala de aula invertida (*flipped classroom*), a instrução por pares (*peer instruction*), o PBL (*project based learning e problem based learning*), o *storytelling*, entre outras.

4.6.2 Tecnologias digitais na educação

143

Partindo do pressuposto de que nenhuma grande mudança acontece sem educação, há que se questionar: por que não trazer então a tecnologia como uma ferramenta para mudar os paradigmas da educação, uma vez que essa ferramenta já é utilizada para mudar o mundo atual? Assim, é possível vislumbrar novas perspectivas para a educação com o uso da tecnologia. O ambiente escolar não pode ser um hiato entre a tecnologia e o aluno, uma vez que os alunos hoje estão cada vez mais conectados.

De acordo com Lemos (2004), em pleno século XXI, com o desenvolvimento da computação móvel e das novas tecnologias nômades (*laptops, palms e smartphones*), a rede transforma-se em um “ambiente” generalizado de conexão, envolvendo o usuário em plena mobilidade. Se a internet fixa mostrou o potencial agregador das tecnologias de comunicação, a internet móvel está aproximando o homem do desejo de ubiquidade, fazendo emergir uma nova cultura telemática, com novas formas de consumo de informação e com novas práticas de sociabilidade.

Vive-se na era das conexões e, por essa razão, o uso da tecnologia na Faculdade de Direito Milton Campos e nas práticas de ensino-aprendizagem é um requisito inerente à dinâmica deste século. A IES não conseguirá responder às demandas dos estudantes sem o uso intensivo e eficiente da tecnologia. Para Horn e Staker (2015), deve ser aplicado um modelo que seja híbrido, bem estruturado e que permita a interação constante entre as pessoas e a ampliação das possibilidades de construção e de aquisição de saberes.

A educação híbrida, na Faculdade de Direito Milton Campos, na perspectiva dessa ampliação das possibilidades de construção e de aquisição de saberes, encontra seu principal esteio nas tecnologias móveis dos *notebooks*, celulares, *smartphones* e *tablets*, dadas as características de portabilidade, versatilidade, escalabilidade e acessibilidade que esses dispositivos agregam. Para a IES, a integração do ensino mediado pelas novas tecnologias caminha rumo à construção de uma verdadeira educação móvel, que rompe fronteiras ou dicotomias entre quando e onde os

estudantes aprendem, seja nos tempos e espaços físicos, seja nos virtuais. Nesse sentido, as tecnologias portáteis ou nômades vieram romper com os limites de tempo e de espaço em todas as esferas das atividades humanas, no contexto da vida contemporânea, permitindo que qualquer pessoa aprenda a todo momento e em qualquer lugar.

A universidade, espaço socialmente institucionalizado como *locus* de produção e de difusão do saber acadêmico-científico, de preparação das novas gerações para vida cidadã e profissional, deve adiantar-se a essas mudanças, consolidando novos paradigmas de produção e de difusão do conhecimento de forma colaborativa, participativa e integrada à dinâmica das transformações socioculturais, políticas, econômicas e tecnológicas. Incorporar o desafio da construção de uma educação móvel, naturalmente híbrida, deixa de ser, então, uma escolha e passa a ser uma necessidade.

Por outro lado, na Faculdade de Direito Milton Campos, a necessidade de se incorporar tecnologias digitais educacionais está condicionada à análise dos objetivos do processo de ensino-aprendizagem, do contexto em que estão inseridos alunos e professores e dos conteúdos que serão explorados em cada momento de aprendizagem do curso. Não se trata de tecnologia por tecnologia, mas aquela que, com objetivos pedagógicos claros, possa abrir um leque enorme de possibilidades de aprendizagem.

Essa prática educacional pode ser projetada a partir de uma concepção de dispositivo informacional, o que significa a apresentação não linear dos conteúdos e das possibilidades de interligações e acesso entre eles. Esse planejamento contempla, também, o dispositivo comunicacional, que abre ou restringe “navegações” para que as pessoas envolvidas no processo de comunicação possam interagir entre si por meio das ferramentas educacionais, que são acessadas via ambiente multimidiático.

A utilização de estratégias multimídia nos cursos ofertados pela Faculdade de Direito Milton Campos pretende tornar o ambiente educacional rico em situações propícias para que o aluno e o professor possam experienciar, de forma significativa, a busca pela informação, a compreensão dos conceitos e das relações complexas que os conectam, a aplicação do conteúdo apreendido por meio de situações-problema, a

análise crítica da área do conhecimento estudada, a estruturação de sínteses que despertem o reconhecimento de padrões estabelecidos dos temas discutidos e a avaliação para se formar opinião própria diante dos desafios propostos.

A Faculdade de Direito Milton Campos entende, portanto, que as tecnologias digitais são recursos para potencializar a aprendizagem e, ao mesmo tempo, valorizar os momentos de ensino presencial, em que a mediação é feita pelo professor, envolvendo atividades colaborativas com os pares em sala de aula. Tem-se, então, educação a todo tempo, em todos os momentos, em qualquer lugar.

145

4.6.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem – Ulife

O Ulife é o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), ou *learning management system* (LMS), desenvolvido pela Ânima Educação para fazer a mediação tecnológica do processo de ensino-aprendizagem nos cursos. É uma plataforma *on-line* baseada na nuvem, que oferece uma suíte completa de aplicativos educacionais disponíveis para utilização. O *software* foi desenhado para auxiliar e facilitar o trabalho do corpo acadêmico, assim como para permitir o diálogo constante entre coordenadores, professores e alunos.

A comunidade acadêmica encontra o *link* para acessar o Ulife no próprio *site* da IES. A plataforma pode ser acessada em qualquer computador com conexão à internet, não necessariamente localizado nas IES. Para entrar, professores utilizam seu usuário e senha corporativos, ao passo que alunos usam o número do registro acadêmico e a senha pessoal. Esse acesso ao Ulife ocorre por meio de um navegador web, como o Firefox ou o Google Chrome, o que possibilita aos usuários uma interação fluida. No caso do acesso via dispositivos móveis, o sistema tem interface responsiva e há, ainda, um aplicativo Ulife Mobile, disponibilizado para sistemas Android e iOS.

O Ulife tem na experiência do usuário seu foco central. É desenvolvido para ser um sistema que garanta uma experiência interativa rica e livre de contratempos, de modo a manter e a satisfazer os usuários no processo acadêmico e de ensino-aprendizagem. Apresenta uma interface com navegação intuitiva e um visual moderno para o consumo de conteúdo, características destinadas a atender aos objetivos de acelerar a curva de aprendizagem dos alunos e de aumentar o engajamento deles.

Ainda que apresente uma interface intuitiva, tutoriais encontram-se disponíveis aos usuários do sistema, com informações sobre a localização dos recursos ali presentes e instruções a respeito da sua utilização. Quaisquer dúvidas em relação ao ensino e à própria plataforma também podem ser resolvidas nas centrais de atendimento *on-line* ao aluno, pelo *chat*, *e-mail*, ou, ainda, por telefone. O Ulife também disponibiliza um FAQ institucional, que agrega as perguntas mais frequentes e as apresenta acompanhadas das respostas.

Também no Ulife, o aluno pode acessar as bases de dados da Biblioteca Digital Pearson e da Minha Biblioteca, que contribuem para o aprimoramento e o aprendizado com diversos recursos interativos e dinâmicos, com acesso à informação de forma prática e eficaz, bem como com a diversidade de títulos. Atualmente, estão disponíveis cerca de 16 mil títulos para acesso *on-line*. Essa garantia de acesso de um livro por aluno permite aos discentes realizar os estudos de maneira mais independente ou de forma interativa pelas marcações e indicações dos professores. Cabe destacar que a Faculdade de Direito Milton Campos não deixará de disponibilizar exemplares impressos, que estarão à disposição dos alunos também nas bibliotecas.

O conteúdo das bases de dados mencionados é acessível a pessoas com deficiência visual por meio de *software* auxiliar. Visando à acessibilidade digital e nas comunicações, vários recursos e soluções são pesquisados e implementados pela equipe de desenvolvimento no Ulife, buscando diminuir as barreiras existentes na comunicação com as pessoas com deficiência e pensando na acessibilidade do sistema por meio de Libras, legendas e audiodescrição.

Integração entre o Ulife e o sistema acadêmico

Além de ser um ambiente virtual de aprendizagem, o Ulife é também uma solução de gestão acadêmica. Em um único portal, apresenta tudo o que o aluno precisa em uma experiência simples e unificada. Conectado ao Sistema Integrado Acadêmico-Financeiro (Siaf), permite solicitar e acompanhar os seguintes processos acadêmicos:

- Matrícula – abertura e fechamento do processo de matrícula com configuração de etapas (processo interno e processo externo web); recebimento dos aprovados no vestibular ou em qualquer outra forma de ingresso totalmente

integrada com o sistema de processo seletivo Vestib; manipulação do diário de classe com base em cadastros prévios de período letivo, grade curricular, horários, remanejamentos, quadro de vagas, etc.;

- Relatórios/consultas eventuais – informações consistentes, apresentadas de forma adequada para atender à solicitação do usuário;
- Diário de classe – configuração de vínculo de professores, coordenadores, unidades curriculares, alunos nas turmas; abertura e fechamento de diários antigos para professores ou coordenadores efetuarem correções;
- Dados de histórico escolar dos alunos – equivalências por aluno, unidade curricular e estrutura curricular;
- Protocolos – atendimento, configuração do processo/fluxo, registro de contato com o aluno;
- Outros menus para alimentação do sistema para que sejam usadas as informações em alguma tela operacional.

147

Por meio do Ulife, o aluno pode acompanhar diversos protocolos de secretaria relacionados à sua vida acadêmica. Entre os diversos processos que poderão ser solicitados de maneira *on-line*, destacam-se: assistência pedagógica domiciliar; atestado de conclusão de curso com histórico escolar; colação de grau especial; declaração de frequência, etc. O aluno pode realizar sua matrícula por meio da plataforma, contando com tecnologia exclusiva para a efetivação do processo. Cabe ressaltar, todavia, que a virtualização dos protocolos não exclui o atendimento presencial, quando este se fizer necessário. Os protocolos disponíveis no Ulife têm por objetivo contribuir para a melhoria do atendimento ao aluno e para a efetividade e a agilidade nas respostas, otimizando processos e evitando a perda de tempo no atendimento.

Como ferramenta de apoio aos processos de ensino-aprendizagem, o Ulife permite que o estudante visualize o plano de aula, as datas de avaliação e os materiais didáticos associados às unidades curriculares. A plataforma faculta ao aluno acompanhar com mais autonomia as informações que o professor disponibilizar no sistema. Dessa forma, o discente tem controle de sua vida acadêmica.

O professor, por outro lado, pode cadastrar no sistema os conteúdos didáticos, consultar a base de dados da biblioteca para renovação e reserva de livros, bem

como acessar as bibliotecas virtuais e os portais de periódicos *on-line*, podendo compartilhar livros, revistas e jornais ou indicações bibliográficas com os alunos. O sistema ainda permite ao docente realizar uma série de operações, como acessar o diário de classe *on-line*, gerar relatórios para acompanhamento das turmas no que se refere à frequência e à avaliação e realizar a assinatura digital das atas de resultado final.

O Ulife é também um importante instrumento de gestão para o coordenador do curso, uma vez que permite o acompanhamento da execução do trabalho docente por meio de relatórios de pendência sobre lançamento de planos de ensino, notas e frequências. Facilita a comunicação entre coordenação, professores e alunos da instituição, disponibilizando ferramentas para a interação dos seus usuários.

O sistema contribui, ainda, para o processo de autoavaliação institucional, oferecendo recursos para subsidiar esse processo, auxiliando na sensibilização dos alunos com avisos de pendência e na divulgação dos resultados, deixando disponível para o professor o seu relatório da avaliação institucional. Por meio do Ulife, o usuário pode também tomar conhecimento de informações e serviços relativos aos setores da IES, já que o sistema concede acesso ao Portal Intranet.

É premissa do Ulife ser uma ferramenta em constante evolução, que já conta com vários e importantes recursos para a vida estudantil, como o Portal de Vagas, em que o aluno encontra oportunidades de estágio e emprego em diversas áreas em todo o Brasil. O portal disponibiliza trilhas de conteúdo, artigos e atividades elaboradas especificamente para o desenvolvimento profissional. Consultores *on-line* de carreira auxiliam na preparação dos alunos para o mercado de trabalho, ao passo que uma área para a gestão de estágios acelera os processos necessários para a formalização dos contratos. Assim, o Ulife é uma plataforma de ensino-aprendizagem, de acompanhamento da vida acadêmica e de planejamento da carreira profissional, que auxilia o discente no decorrer de todo o seu percurso formativo, bem como na sua preparação para o mercado de trabalho.

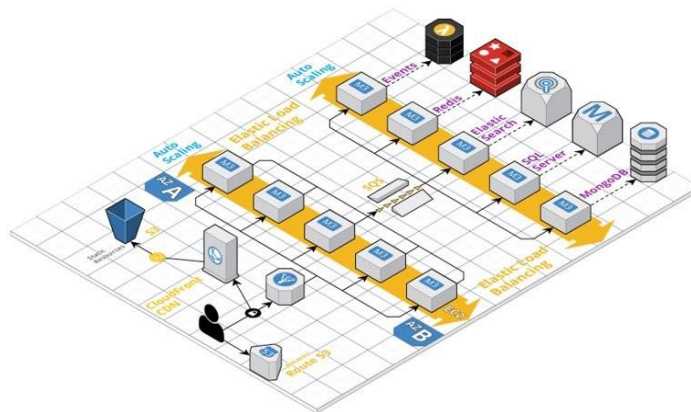
Descrição técnica

O Ulife está hospedado na Amazon Web Services (AWS), na região da Virgínia (us-east1). Do ponto de vista técnico, o sistema é licenciado como um serviço (SaaS), o

que inclui gestão de servidores, rede e conectividade. A solução utiliza uma arquitetura distribuída baseada em microsserviços, demandando mais de cem servidores, em horários de pico, situados em três redes distintas para redundância, disponibilidade e escalabilidade.

O Ulife utiliza um processo de *auto scaling* para ligar/desligar servidores/ contêineres conforme a utilização da solução. Quanto mais alunos acessando, mais servidores são disponibilizados. Existe também um processo denominado *self-healing* para detecção de falhas e correções automáticas sem a necessidade de intervenção humana.

Figura 15 – Visão geral da arquitetura de distribuição



Fonte: autoria própria.

O Ulife é desenvolvido utilizando as seguintes linguagens e tecnologias: C#, JavaScript, Python, .NET (Full Framework/.NET Core), ASP.NET MVC e API (Full Framework/.NET Core), Kotlin (aplicativo Android) e Swift (iOS). Os seguintes bancos de dados são usados para armazenamento/gestão dos dados: SQL Server, MariaDB, Elastic Search, Redis, Cassandra, MongoDB, S3 e BigQuery (Google Cloud Platform).

A solução utiliza, ainda, os seguintes serviços do AWS: Elastic Cloud Compute, Elastic Container Service, Simple Storage Service, Virtual Private Cloud, Simple Notification Service, Simple Queue Service, Elastic Cache, Elastic Service, Route53, Lambda, Athena e CloudFront. Visa-se à implementação regular, a cada semestre letivo, do plano de expansão e de atualização do sistema de acordo com a demanda dos cursos.

4.6.4 Educação híbrida

No atual cenário social, o uso de tecnologia é um processo intrínseco às atividades humanas de forma generalizada. Transitamos entre espaços digitais e físicos de forma fluida, natural; intercalamos conversas presenciais e mensagens eletrônicas, utilizamos recursos digitais durante reuniões presenciais, momentos dos mais distintos em nossas vidas misturam tecnologia e presencialidade sem que se perceba onde um começa e o outro termina.

No Brasil, a regulação que trata da educação está pautada em uma dicotomia entre o espaço físico e o espaço virtual, segmentando esses espaços de relacionamento, convivência e aprendizagem. Essa segmentação foi motivada em parte no modo como se desenhou a regulação da educação a distância, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mas há de se considerar que, à época, o cenário social era totalmente distinto. Os recursos tecnológicos eram mais limitados e escassos e as tecnologias exerciam menor impacto sobre o mundo do trabalho, colaborando para uma visão depreciativa da EaD em relação à educação presencial.

Passados muitos anos da publicação da LDB, nos encontramos em um novo cenário. Os avanços tecnológicos mudaram radicalmente o mundo e a forma como interagimos nele, desafiando a educação a ressignificar seu papel para se adaptar às mudanças, especialmente diante da emergência de uma nova inteligência coletiva, aberta e autônoma na construção de conhecimentos não prescritos pelos currículos escolares. A intensa inserção de ferramentas tecnológicas no processo de aprendizagem passou a ser condição sem a qual não é possível a aproximação entre universidade e sociedade, formação acadêmica e mundo do trabalho.

O Ecossistema de Aprendizagem da Faculdade de Direito Milton Campos tem nas tecnologias digitais de comunicação e informação um recurso para o aprimoramento da experiência de aprendizagem e de apoio à materialização dos princípios do currículo. O E2A adota uma abordagem híbrida de educação combinando situações de aprendizagem com a utilização de recursos tecnológicos digitais em momentos presenciais e virtuais. A Faculdade de Direito Milton Campos acredita que a mera inserção de tecnologias na educação não é suficiente para concretizar plenamente o seu projeto de formação, que inclui formar profissionais com competências para

atuarem como cidadãos e profissionais em um mundo incerto, líquido, fluido e mutável, conforme descrito por Bauman (2002), e apoiar os futuros profissionais na construção do seu projeto de vida com competências para o *lifelong learning*.

Nesse cenário no qual as tecnologias digitais de informação e comunicação passaram a exercer um papel determinante na configuração dos ecossistemas e ambientes educacionais, os modelos híbridos de ensino e aprendizagem despontam como principal forma de inovação em educação. No entanto, inovar é mais do que incorporar novas tecnologias às práticas educativas.

151

De acordo com Thurler (2001), a cultura educacional e a organização da escola incidem sobre o seu potencial de mudança. A Faculdade de Direito Milton Campos tem a inovação como um de seus valores e a entende como um processo contínuo e de construção coletiva que se concretiza em um currículo vivo e em movimento que, com o apoio das tecnologias, busca integrar as experiências da formação profissional àquelas oriundas da relação com o mundo fora da escola.

Assim como os profissionais em seus trabalhos e empreendimentos, os alunos também têm preferências e particularidades que os aproximam mais do cenário de aprendizagem digital ou presencial. A Faculdade de Direito Milton Campos acredita na personalização do ensino em todas as suas dimensões, inclusive na escolha do cenário de aprendizagem, e defende o que é chamado de modelo de “joystick”, da educação omnichannel, em que o aluno, protagonista da sua formação, escolhe qual ambiente de aprendizagem oferece melhores condições para o seu desenvolvimento.

Figura 16 – Modelo joystick



A personalização traduz a hibridez no currículo e revela o nosso modo de entender a educação e o seu papel diante das mudanças sociais impactadas pelos avanços tecnológicos. Para Moran (2015, p. 39), na educação híbrida “[...] o ensinar e o aprender acontecem em uma interligação simbiótica, profunda e constante entre os chamados mundo físico e digital. Não são dois mundos ou espaços, mas um espaço estendido, uma sala de aula ampliada, que se mescla, se hibridiza constantemente.”. A Faculdade de Direito Milton Campos acredita que essa simbiose requer um projeto curricular flexível em um ecossistema aberto, dinâmico, complexo e rico em possibilidades de combinações variadas, com vistas à construção de aprendizagens significativas, por isso desenha o seu projeto formativo em coerência com essa premissa.

Nesse sentido, a Faculdade de Direito Milton Campos optou por empregar o conceito de educação híbrida no lugar de ensino híbrido em concordância com os avanços das discussões sobre o tema nos últimos anos. A educação híbrida nos convida a compreender a hibridez a partir de uma perspectiva mais ampla e integrada ao projeto curricular, pois não se limita à combinação de experiências educacionais em espaços físicos e digitais virtuais. O sentido da inovação se inscreve na capacidade de sermos criativos e disruptivos, mas ao mesmo tempo de preservar os princípios e os valores que orientam o nosso currículo e o nosso projeto de formação.

De acordo com Moran (2015), há três dimensões importantes do currículo para a inovação na educação híbrida: a ênfase no projeto de vida dos alunos; a ênfase em valores e competências amplas; e a integração de tempos, espaços, metodologias, tecnologias em equilíbrio com aprendizagens individuais e grupais. (MORAN, 2015, p. 29). Na Faculdade de Direito Milton Campos, a hibridez é uma forma de traduzir um importante princípio do seu currículo, que é a integração. Nos currículos integrados, as tradicionais disciplinas que historicamente favoreceram o isolamento dos professores e a fragmentação do conhecimento deram lugar às unidades curriculares, provocando um movimento de cooperação profissional e de integração entre pessoas e saberes. Essa integração também se reflete nas diferentes comunidades de aprendizagem frequentadas pelos alunos durante o seu percurso formativo, aproximando a experiência acadêmica da realidade social e profissional.

A integração traduz a hibridez ao combinar ambientes, pessoas e saberes, num processo de acolhimento da diversidade e da formação de consensos para a

construção de um projeto comum. Na Faculdade de Direito Milton Campos, a personalização viabilizada pela educação híbrida é uma forma de acolher as individualidades dos alunos, suas preferências, ritmos e formas de aprender, assim como apoiá-los em suas dificuldades.

A implantação do E2A deu forma ao projeto de educação híbrida num movimento de construção coletiva intensificado pelos currículos integrados e pelos diversos projetos incorporados no ecossistema de aprendizagem. Os alunos transitam por esses projetos personalizando o seu percurso formativo, por meio das trilhas de empreendedorismo e mentoria do programa Vida & Carreira, das UC Duais, dos projetos de extensão e pesquisa, das UC personalizáveis, da internacionalização, do *Core Curriculum* ou dos projetos do Programa Sucesso do Aluno, entre outros.

As tecnologias digitais de informação e comunicação têm sido grandes aliadas do processo de personalização, por meio do *learning analytics* como apoio à construção de trilhas de aprendizagem personalizadas e à gestão docente do processo de ensino-aprendizagem. Aprender e ensinar em currículos integrados tendo a personalização como premissa da educação híbrida é um desafio permanente, que exige dos nossos educadores e gestores disposição para compartilhar saberes, dúvidas e perspectivas, assim como para planejar em conjunto.

2.6.4.1 A organização do trabalho docente

Na era digital, os papéis e as relações entre alunos e professores tendem a ser mais horizontais. O aluno constrói suas aprendizagens de forma cada vez mais autônoma e a partir de seus interesses e necessidades. Nessa nova configuração, os estudantes são mais autônomos na construção de seus percursos de aprendizagem e a organização do trabalho docente deve passar por modificações, devendo o professor repensar os espaços e os tempos para a construção de ambientes de aprendizagem mais personalizáveis e colaborativos.

Os espaços e os ambientes

Na educação híbrida, ao mesmo tempo em que a visão de espaço rígido, fronteiro e geográfico é superada, ampliam-se as possibilidades de disrupção nos espaços convencionalmente utilizados para a prática do que denominamos “aula”. A sala de

aula deixa de ser apenas um local físico composto de quatro paredes, lousa e carteiras enfileiradas, flexibilizando-se e prolongando-se para outros espaços, tais como empresas, indústrias, áreas livres, exposições, ONGs, e outras possibilidades. Afinal, aprendemos em todos os lugares e o tempo todo.

De acordo com Sacristán (1998), as configurações de espaço já dadas pela escola influenciam e definem as práticas educativas, tornando possíveis ou não a criatividade e a inovação dessas práticas. Desse modo, a flexibilidade, a colaboração e a personalização devem caminhar com a disrupção no espaço escolar para que se concretize a educação híbrida. É nesse sentido que a Faculdade de Direito Milton Campos inclui nas experiências do currículo os diferentes ambientes e espaços digitais e físicos: salas de metodologias ativas, Ânima Lab, *coworking*, *space maker*, áreas de convivência, ambientes virtuais de aprendizagem, laboratórios digitais, dentre outros. Os alunos podem realizar a mesma atividade em ambientes diferentes, e atividades diferentes em um mesmo ambiente.

O planejamento das atividades de ensino

O planejamento das atividades de ensino em um projeto de educação híbrida deve ter como premissa criar oportunidade para que os alunos experienciem o melhor do que os diferentes espaços e ambientes podem oferecer, visando à sua aprendizagem. De acordo com Forneiro (2008), os ambientes de aprendizagem devem ser planejados considerando-se quatro dimensões:

- Física: materiais e recursos;
- Funcional: o modo como utilizamos o espaço;
- Temporal: a organização do tempo e o momento de utilização dos espaços;
- Relacional: quais relacionamentos se estabelecem na aula

A sala de aula virtual do Ulife é um dos muitos ambientes do ciberespaço. Nela, os objetos físicos dão lugar aos recursos educacionais digitais. O planejamento para explorar esse espaço considera a potencialidade e a especificidade de cada um dos recursos para o processo de ensino-aprendizagem. Esse planejamento envolve os docentes num processo de curadoria de conteúdo em diferentes formatos midiáticos e sua utilização em contextos educacionais específicos, especialmente considerando que os recursos educacionais digitais abrangem uma diversidade de características e

possibilidades de utilização. E se apresentam em diferentes formatos (imagens, textos escritos, vídeos, áudios, hipertextos), podem ser de diferentes tipos (tutoriais, animações, simulações, jogos), de interação e colaboração (mídias sociais), com diferentes condições de uso (gratuitos, pagos, adaptáveis, fechados) e para diferentes necessidades e públicos.

Na Faculdade de Direito Milton Campos, o planejamento do ensino se orienta pelo marco conceitual do ensino para a compreensão – EpC, que tem na educação híbrida a possibilidade de considerar a planificação de ambientes que combinem os espaços físico e virtual para gerar experiências personalizadas e que promovam a compreensão profunda, expressada por meio de desempenhos que avancem em níveis de complexidade ascendente. No EpC, como dito anteriormente, os quatro elementos do planejamento levam os professores a refletirem acerca das seguintes questões, para as quais respostas são construídas na ação de planejar.

- Tópicos geradores: quais tópicos valem a pena compreender?
- Metas de compreensão: o que os estudantes precisam compreender sobre eles?
- Desempenhos de compreensão: como podemos estimular a compreensão?
- Avaliação contínua: como podemos saber o que os estudantes compreenderam?

Entre as questões apresentadas, a de maior relevância às escolhas do professor para colocar em ação a educação híbrida se insere no campo do “como fazer” para estimular a compreensão ou para saber o que os alunos compreenderam, pois envolve a busca de estratégias e recursos a serem empregados para a construção de um ambiente de aprendizagem.

Sobre o ato de planejar o ensino, Zabalza (2006) utiliza a metáfora das “coreografias didáticas”. Para o autor, o planejado (estratégias, materiais, cenários, recursos, espaços e ambientes) é a estrutura visível da coreografia que, quando colocados em cena, (aula) mobiliza a estrutura invisível da coreografia, que diz respeito às ações internas que os alunos realizam para aprender e o modo como transformam a experiência, recriando e experimentando em seu próprio ritmo os elementos colocados em cena.

Nesse sentido, os espaços de formação permanente e de planejamento coletivo das unidades curriculares promovidos pela Faculdade de Direito Milton Campos provocam os professores a encontrarem respostas para quais ambiências serão geradas nas aulas; quais elementos serão colocados em cena; se os alunos terão oportunidade de realizar operações mentais complexas, observar, estabelecer relações, levantar hipóteses, criar soluções; se as aulas suscitam colaboração; se os desempenhos possibilitam o alcance das metas de compreensão; e sobre quais ambientes combinam melhor com as estratégias e conteúdos planejados.

O planejamento do ensino deve considerar a singularidade dos alunos, a diversidade inerente aos grupos e a premissa de que o processo ensino-aprendizagem pode se dar em diferentes espaços e ambientes. Quanto mais diversas as possibilidades trazidas pelas coreografias didáticas construídas pelos professores, mais inclusiva, personalizada e híbrida será a educação.

2.6.4.2 Modelo de hibridez

De acordo com estudo realizado pelo Clayton Christensen Institute (2012), o ensino híbrido pode se apresentar por meio de alguns modelos ou metodologias, das quais se destacam: Rotação por Estações, Modelo Flex, Modelo A La Carte e Modelo Virtual Enriquecido, conforme descritos no quadro a seguir:

ROTAÇÃO POR ESTAÇÕES

O modelo de Rotação é aquele no qual, dentro de um curso ou matéria (ex.: matemática), os alunos revezam entre modalidades de ensino, em um roteiro fixo ou a critério do professor, sendo que pelo menos uma modalidade é a do ensino *on-line*.

Outras modalidades podem incluir atividades como as lições em grupos pequenos ou turmas completas, trabalhos em grupo, tutoria individual e trabalhos escritos.

O modelo de Rotação tem quatro submodelos: Rotação por Estações, Laboratório

Rotacional, Sala de Aula Invertida, e Rotação Individual.

1. O **modelo de Rotação por Estações** — ou o que alguns chamam de Rotação de Turmas ou Rotação em Classe — é aquele no qual os alunos revezam dentro do ambiente de uma sala de aula.
2. O **modelo de Laboratório Rotacional** é aquele no qual a rotação ocorre entre a sala de aula e um laboratório de aprendizado para o ensino *on-line*.
3. O **modelo de Sala de Aula Invertida** é aquele no qual a rotação ocorre entre a prática supervisionada presencial pelo professor (ou trabalhos) na escola e a residência ou outra localidade fora da escola para aplicação do conteúdo e lições *on-line*.
4. O **modelo de Rotação Individual** difere dos outros modelos de Rotação porque, em essência, cada aluno tem um roteiro individualizado e, não necessariamente, participa de todas as estações ou modalidades disponíveis.

MODELO FLEX é aquele no qual o ensino *on-line* é a espinha dorsal do aprendizado do aluno, mesmo que ele o direcione para atividades *off-line* em alguns momentos.

Os estudantes seguem um roteiro fluido e adaptado individualmente nas diferentes modalidades de ensino, e o professor responsável está na mesma localidade.

MODELO A LA CARTE é aquele no qual os alunos participam de um ou mais cursos inteiramente *on-line*, com um professor responsável *on-line* e, ao mesmo tempo, continuam a ter experiências educacionais em escolas tradicionais. Os alunos podem participar dos cursos *on-line* tanto nas unidades físicas ou fora delas.

MODELO VIRTUAL ENRIQUECIDO é uma experiência de escola integral na qual, dentro de cada curso (ex.: matemática), os alunos dividem seu tempo entre uma unidade escolar física e o aprendizado remoto com acesso a conteúdo e lições *on-line*.

Fonte: HORN, M.B.; STACKER, H. Ensino híbrido: uma inovação disruptiva? uma introdução à teoria dos híbridos. *Clayton Christensen Institute*. Maio/2013. Disponível: <https://www.christenseninstitute.org/publications/ensino-hibrido/> Acesso em 11 out. 2020.

Tendo como inspiração as experiências e os modelos apresentados por Horn & Stacker (2013), a Faculdade de Direito Milton Campos criou seu próprio modelo de educação híbrida, combinando atividades em espaços físicos e digitais por meio da metodologia da sala de aula invertida e da rotação por estações de aprendizagem.

Sala de aula invertida

Na sala de aula invertida, ou *flipped classroom*, os alunos estudam previamente o material organizado e indicado pelo professor no ambiente digital virtual para dar

continuidade a esse estudo no ambiente físico, onde o professor orienta, esclarece dúvidas e propõe atividades e debates acerca do tema estudado. A sala de aula invertida é uma forma de aprendizagem ativa, que pode ser explorada como estratégia para engajar os alunos nos estudos das unidades curriculares.

Rotação por estações de aprendizagem

A rotação por estações de aprendizagem foi uma escolha metodológica da Faculdade de Direito Milton Campos para potencializar e dar forma ao seu projeto de educação híbrida, combinando diversidade e personalização, flexibilização e integração curricular. Além disso, a rotação promove a utilização de estratégias ativas de ensino-aprendizagem, colocando o aluno no centro do processo.

As estações de aprendizagem se constituem em momentos e experiências que se combinam a ambientes para promover aprendizagens significativas. Elas foram planejadas para consolidar a concepção de currículo adotada pela Faculdade de Direito Milton Campos e favorecer a hibridez fluida, de modo a combinar o que cada espaço e ambiente tem de melhor para potencializar a aprendizagem dos alunos. Ao projetar as estações de aprendizagem, as seguintes diretrizes foram consideradas:

- as estações devem ser diferentes em sua natureza e finalidade. Portanto, possuem uma identidade, um conjunto de características que as tornam mais próximas ou não de atender a determinados objetivos e metas do currículo;
- o que define se um aluno se encontra em uma ou outra estação não é a estação em si, mas a intencionalidade do professor, com base do planejamento realizado;
- a relação entre as estações de aprendizagem e as atividades educativas planejadas pelo professor é de interdependência;
- os temas das estações são prevalentes e não exclusivos, portanto uma estação pode possuir atividades identitárias de outra estação, favorecendo a fluidez do processo ensino-aprendizagem;
- as estações não são exclusivamente práticas ou teóricas: a indissociabilidade entre teoria e prática é um princípio do currículo.

As estações, com suas identidades, provocam os professores a refletirem sobre sua prática, funcionando como fios condutores do planejamento das aulas. Quando colocadas em ação, trazem para dentro da unidade curricular o ensino, a pesquisa e a extensão como elementos indissociáveis no currículo da IES.

As estações de aprendizagem

Para articular as diferentes formas de aprender dos nossos alunos e as diversas possibilidades de integração entre os elementos do currículo, o ecossistema de aprendizagem proposto é composto pelas seguintes estações de aprendizagem: Problematização e Síntese; Simulação; Mundo do Trabalho; Pesquisa Aplicada; e Extensão.

Estação: problematização e síntese

Nessa estação, prevalecem o debate, a problematização, a contextualização, a fundamentação teórica e a construção de novos conceitos. Os alunos exercitam o pensamento crítico e reflexivo e desenvolvem atividades individuais e em grupo, especialmente de forma síncrona com o acompanhamento do professor. São levados a argumentar, compartilhar ideias, comunicar processos de construção de conhecimento e desenvolvimento de projeto, assim como formular sínteses.

São realizadas atividades como: aula magna e exposição dialogada; atividades gameificadas; plenárias; fóruns para debates; avaliação 360º; seminários; *pitch* de projetos; mostras e exposições de produção discente; produção de apresentações ou seminários (sala de aula invertida); relatoria de projetos; mapa mental, *briefing*, mapas conceituais e painéis semânticos; e estudos de caso.

Estação: simulação

Nessa estação, prevalecem as atividades de observação ou participação ativa na aplicação de conhecimento, na testagem de hipóteses, simulando as condições reais do ambiente. Os alunos podem fazer simulações em qualquer espaço físico no qual o ambiente tenha sido organizado com os devidos recursos e com a devida segurança, portanto a simulação não tem como ambiente único o laboratório convencionalmente criado para este fim.

Simulações podem ser realizadas por meio de softwares em laboratórios físicos ou virtuais, mas podem também ser uma estratégia do professor para aproximar o aluno das situações vivenciadas no cotidiano profissional, como no caso dos jogos empresariais utilizados pela área de gestão e o júri simulado empregado nos cursos de Direito, por exemplo.

Nessa estação, são realizadas atividades de instrumentalização e experimentação com produção assistida; aplicação de um conhecimento e testagem de hipóteses; e produção e desenvolvimento de protótipos e maquetes.

Estação: mundo do trabalho

Nessa estação, prevalece a experiência dos alunos com a carreira e a profissão. A UC Dual e os estágios são os contextos profissionais que mais bem representam essa estação. Os projetos do programa Vida & Carreira (mentorias, trilhas de empreendedorismo, currículo do futuro e tutoria) formam o contexto de conexão entre o mundo do trabalho e a formação no curso. As agências experimentais e os escritórios-modelo também fazem essa conexão. Nesta estação, são realizadas atividades como discussão de cases reais trazidos de contextos reais da profissão; e desenvolvimento de soluções com emprego de conhecimentos técnicos.

Estação: pesquisa aplicada

Nessa estação, prevalece o engajamento dos estudantes na construção de suas aprendizagens por meio da pesquisa orientada. A pesquisa como metodologia de ensino ajuda os alunos se engajarem na resolução de problemas utilizando diferentes espaços e ambientes digitais e físicos: bibliotecas, laboratórios, comunidade externa, entre outros possíveis. Dessa forma, integra investigação ativa ao modo como se constrói conhecimento na área.

Aqui, são realizadas: atividades autônomas de aplicação prática e produção do conhecimento para refutação/comprovação de hipótese com a reformulação de teorias; busca ativa para construção de referencial teórico dos projetos desenvolvidos na UC; produção científica (*papers*, artigos, resenha crítica, fichamentos etc.);

atividades autônomas de aplicação prática; e produção do conhecimento para refutação/ comprovação de hipótese e formulação de teorias.

Estação: extensão

Nessa estação, prevalecem as atividades relacionadas aos projetos que impactam a comunidade, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico. Outra possibilidade consiste em eventos de apresentação, tais como mostras, ciclos de debate, seminários, entre outros. São realizadas atividades como criação de soluções para problemas da comunidade; prestação de serviços à comunidade; e pesquisa-ação.

161

2.6.4.3 O planejamento do ensino e as estações de aprendizagem

Para colocar em ação do seu modelo de educação híbrida, a Faculdade de Direito Milton Campos possui, para cada sala de aula física, uma sala de aula virtual, o que implica trânsito dos alunos por esses dois espaços. Para isso, faz-se necessário o planejamento flexível, que amplie as possibilidades de diversificação e personalização do processo ensino-aprendizagem.

O espaço físico da aula pode ser uma sala, um local aberto, uma empresa... O espaço virtual pode ser um ambiente virtual de aprendizagem, uma biblioteca digital, um museu virtual, um laboratório simulado, entre outras possibilidades. O tempo pode ser definido pelo professor ou pelos alunos, conforme sua disponibilidade e ritmo. As atividades de estudo podem ser realizadas de forma síncrona ou assíncrona, com ou sem a presença do professor, individualmente, em pares ou em grupo. O que vai definir os contornos desse desenho é a natureza do conhecimento em que se insere a unidade curricular. As aulas se desenvolvem considerando-se a combinação de momentos síncronos e assíncronos, e, no planejamento, são avaliadas quais estratégias respondem melhor a cada momento (síncrono ou assíncrono), garantindo-se a fluidez e o diálogo entre eles.

4.6.4.4 Produção e atualização de material didático

O material didático para o ensino EaD ofertado pela Faculdade de Direito Milton Campos é organizado e elaborado especificamente para cada Unidade Curricular.

Uma equipe multidisciplinar é alocada para atender à demanda específica dos cursos na modalidade a distância ofertados pela IES, levando sempre em consideração a acessibilidade comunicacional, a atualização dos conteúdos e a distribuição desses em diferentes mídias, linguagens, suportes e formatos. A equipe multidisciplinar é formada por líderes e analistas de diferentes áreas acadêmicas, curadores de áreas do conhecimento, e designers educacionais e conta com o apoio do NDE para deliberações quanto ao conteúdo e metas de compreensão das unidades curriculares.

O material utilizado nos cursos é produzido considerando-se uma matriz de *design* instrucional. Essa matriz inicia-se pelo estabelecimento do plano de ensino, bem como pela determinação das metas de compreensão. A metodologia utilizada que desenvolve no estudante o saber pesquisar tem como objetivo a construção ativa da aprendizagem também no ambiente digital, em que o percurso de aprendizagem do estudante é estruturado de forma planejada e precisa considerando-se todos os atores envolvidos na aprendizagem: os estudantes e professores das unidades curriculares, que assumem também o papel de tutoria ou mentoria, visando ao desenvolvimento do conhecimento e competências do estudante.

No processo de curadoria, os professores das UCs que são curadores de conteúdo captam e refinam textos, vídeos e objetos de aprendizagem em nossas bibliotecas virtuais e em materiais (disciplinas e unidades curriculares) já produzidos pela Ânima. No processo de refinamento e adaptação dos conteúdos já existentes, *designers* educacionais auxiliam os professores para a pesquisa e coleta das mais variadas formas de apresentação, tais como videoaulas, *podcasts*, textos, estudos de caso, infográficos, emuladores, ilustrações e jogos. A adaptação desse material à realidade do aluno que usa o Ambiente Virtual de Aprendizagem da Faculdade de Direito Milton Campos é realizada, assim, em sintonia entre curadores e designers educacionais para que o conteúdo produzido esteja, em sua apresentação, forma e suporte, adequado aos diferentes assuntos e áreas do conhecimento.

Tanto esse processo de adaptação, quanto o de elaboração do material didático, leva em consideração a ementa, os tópicos geradores, metas e desempenhos de compreensão determinados nos planos de ensino das Unidades Curriculares. Os conteúdos são assim pensados, dispostos e tratados de forma simultaneamente

autônoma e flexível, modelo que permite realizar constantes ajustes e adequações, visando sempre a uma melhor condução do processo de ensino-aprendizagem.

O material didático de cada unidade curricular é atualizado periodicamente por um núcleo de professores, sob a constante supervisão dos curadores de conteúdo. Outro elemento que garante agilidade, segurança e uniformidade nesse plano de atualização é a centralidade do material didático no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Assim, quando alterado, o aluno já recebe a versão atualizada no momento em que ele entra na plataforma Ulife.

163

Além desse material organizado e/ou produzido por meio de um processo de curadoria, os professores presenciais também podem, sempre que julgarem conveniente e oportuno, disponibilizar material complementar relativo a cada UC, postando-o no AVA para o livre acesso dos discentes. Esses materiais são complementares aos conteúdos de referência da UC, mas alinhados às suas metas de compreensão. Poderão ser textos, vídeos, listas de exercícios, ou seja, tudo aquilo que os professores considerarem pertinente para auxiliar os alunos no seu processo de aprendizagem.

Além disso, os professores podem disponibilizar conteúdo próprio, produzido por eles mesmos, em diversas linguagens, formatos e suportes, em um repositório *on-line* que, munido de uma ferramenta de busca, permitirá aos curadores de conteúdo utilizarem aquele material previamente autorizado pelo autor. Dedicar espaço à postagem desses conteúdos extra é uma estratégia para apoiar e estimular a produção autoral pelo corpo docente dos cursos e, assim, incentivar neles um olhar inovador e estimulante para o processo de ensino a distância.

4.6.4.5 Acessibilidade comunicacional

A Faculdade de Direito Milton Campos dedica atenção especial ao aluno com deficiência visual a fim de tornar os conteúdos disponibilizados na plataforma *on-line* acessíveis para aqueles que não possam acessá-los em seus formatos originais. Os recursos de acessibilidade no material didático estão disponíveis com legendagem e intérprete de Libras nos vídeos e da audiodescrição nos materiais apresentados em formato gráfico (tabelas, quadros, charges e tirinhas).

A plataforma Ulife também disponibiliza, no *link* de acesso à biblioteca, conteúdos provenientes das bases de dados Minha Biblioteca, Biblioteca Virtual, Ebsco, Biblioteca do Senac, Revistas dos Tribunais que permitem o uso de softwares auxiliares, como o leitor de tela NVDA, assegurando aos alunos com deficiência visual a escuta dos títulos disponíveis por meio do recurso de acessibilidade de leitura em voz alta.

Também pensado como forma de reduzir as barreiras comunicacionais, o material didático é, ao longo do curso, apresentado e oferecido ao aluno virtualmente por meio de diferentes mídias, suportes e linguagens, o que ajuda a alcançar e a atender às necessidades particulares de uma diversidade de pessoas. O critério adotado para se determinar qual será a linguagem – escrita, verbal, visual – utilizada para cada conteúdo é, primordialmente, de ordem pedagógica. Alguns conteúdos, no entanto, seguem a máxima de que, sempre que possível, todo o material didático deverá ser disponibilizado na maior quantidade de linguagens e suportes (textos, vídeos, áudio, infográficos, games, entre outros), sempre levando em consideração as adaptações necessárias para conferir acessibilidade a esse conteúdo.

Outra estratégia utilizada para garantir o acesso integral dos discentes ao ambiente virtual de aprendizagem pauta-se na troca de experiências e na ajuda mútua entre os membros da comunidade *on-line*. Para isso, a plataforma Ulife disponibiliza ferramenta que permite a comunicação do aluno com seus colegas de turma e com os professores-tutores a distância, interatividade esta que pode auxiliar e facilitar o acesso ao conteúdo, bem como a utilização dos recursos disponíveis no AVA.

4.6.4.6 Professor-tutor e professor presencial

A Faculdade de Direito Milton Campos conta com um corpo de professores presenciais, que conduz os encontros presenciais e a tutoria de atividades no ambiente virtual de aprendizagem. O processo de seleção e de formação dos professores que irão preparar o material *on-line* é realizado pela Aprendizagem Digital/VPA juntamente com os coordenadores e gestores de área.

Para essa atividade, os professores, de forma conjunta por área, realizam a pesquisa de materiais com o acompanhamento dos curadores da mesma área. São selecionados aqueles docentes que, em suas trajetórias de ensino, também

demonstram aproximação e intimidade com plataformas virtuais e com todo o arcabouço tecnológico necessário para o bom desenvolvimento dos recursos de aprendizagem a distância. Os desafios a serem superados por esses docentes inserem-se em uma perspectiva de aproximar distâncias e ressignificar o papel dos protagonistas do processo de ensino-aprendizagem.

Para o atendimento relativo às demandas do ambiente presencial de aprendizagem, a Faculdade de Direito Milton Campos conta com professores do seu corpo docente que ministram aulas nos cursos presenciais. Pelo fato de os professores dos cursos regulares já serem preparados para trabalhar com a plataforma virtual Ulife e serem, ao mesmo tempo, capazes de articular técnicas de ensino presencial na condução das práticas didáticas, eles ficam disponíveis para as aulas e/ou atividades que possam vir a ser realizadas em ambiente físico, assim como no ambiente virtual. O próprio corpo docente da Faculdade de Direito Milton Campos, portanto, se encontra apto para desenvolver suas atividades docentes em cursos semipresenciais.

Entende-se que os docentes têm um papel fundamental na construção do aprendizado discente. Cabe a eles orientar o aluno quanto ao seu processo de ensino-aprendizagem, buscando dar o apoio necessário, sempre esclarecendo as dúvidas que surgirem durante o período letivo e desenvolvendo a tutoria/mentoria com os alunos, preparando-os para a pesquisa e construção do projeto semestral – a avaliação formativa (A3) – que será entregue no final do semestre. As funções dos professores estão definidas a seguir.

Docente com formação e experiência comprovada na unidade curricular em que irá atuar, o professor trabalha de forma articulada com o Projeto Pedagógico do Curso e com o plano de ensino proposto. É o profissional responsável por supervisionar o processo de ensino-aprendizagem e estimular a participação dos alunos de acordo com as orientações da coordenação pedagógica. São suas atividades:

- promover ações de engajamento dos alunos, estabelecendo conexões entre os ambientes *on-line* e presencial a partir das metas de compreensão estabelecidas para cada UC;
- orientar os alunos por meio de avisos ou mensagem, para que estes realizem a sala de aula invertida;

- responder às dúvidas dos alunos sobre conceitos, emitindo comentários mais elaborados, a fim de promover a maior compreensão do discente.
- manter contato com o coordenador do curso, quando necessário, ou quando solicitado;
- participar de reuniões institucionais, quando solicitado;
- acompanhar e motivar os alunos a estudarem para além do conteúdo disponibilizado no ambiente *on-line* ou presencialmente;
- realizar a devolutiva das provas (por turma), apresentando contribuições para a compreensão dos pontos que precisam ser aprofundados com sugestões de materiais complementares ou revisão de conceitos da uc;
- estabelecer um ambiente *on-line* de confiança, acolhimento, partilha e diálogo.
- focar e moderar discussões.
- adicionar questões estimulantes que induzam ao questionamento, promovam a reflexão e participação.
- oferecer diferentes ideias e perspectivas para análise e discussão
- fazer conexões entre ideias
- realizar *feedback*.
- planejar as aulas dos encontros presenciais do semestre, com base nas metas de compreensão, no cronograma de cada UC/turma e no percurso formativo de aprendizagem;
- definir e formalizar o contrato didático com os alunos da turma, estabelecendo os acordos necessários.

Nesse contexto, o coordenador, subordinado à direção da Faculdade de Direito Milton Campos, é responsável pela concepção e pela garantia da qualidade acadêmica dos cursos ofertados na modalidade a distância, cabendo a ele:

- trabalhar em estreita colaboração com a Aprendizagem Digital/VPA e a Equipe Multidisciplinar, provendo a adequada integração entre os serviços e preservando a qualidade do ensino proporcionado aos alunos;
- elaborar as informações relativas ao curso para publicação no AVA, no material, ou em qualquer outra mídia, sempre que necessário;

- coordenar o processo de dispensa de UC, quando requerida pelos alunos;
- supervisionar os serviços administrativos relativos ao curso;
- organizar o processo de seleção de professores presenciais, junto à VPA.
- organizar e acompanhar a capacitação, em EaD e no ambiente virtual de aprendizagem, dos professores que atuarão nas UCs;
- elaborar, juntamente com a Aprendizagem Digital e com os curadores, o cronograma de entrega do material didático a serem postadas no AVA;
- supervisionar o cumprimento do cronograma do curso em todas as suas etapas;
- avaliar a interlocução entre os alunos e os diferentes setores (atendimento tecnológico, secretaria, professores-tutores a distância e professores presenciais)
- supervisionar o processo de elaboração, diagramação, reprodução e distribuição das avaliações presenciais, provendo o cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma;
- avaliar e validar as atividades complementares e a equivalência de UC.

A Faculdade de Direito Milton Campos estimula que essa comunicação aconteça dentro da própria plataforma Ulife, disponibilizando um canal de comunicação no qual esses atores possam relatar problemas, discutir soluções, assim como compartilhar experiências. É importante observar que essa comunicação, tanto síncrona quanto assíncrona, também acontece espontaneamente fora do ambiente virtual de aprendizagem, em encontros presenciais.

4.6.4.7 Política de capacitação e formação continuada

Os docentes e os coordenadores da Faculdade de Direito Milton Campos são orientados e capacitados com o apoio da equipe de Gestão Docente da VPA, bem como acompanhados durante todo o período letivo. Os professores são preparados e atualizados periodicamente por meio de cursos e processos de capacitação para que possam conduzir com excelência o ensino no ambiente on-line e são contemplados por um plano de acompanhamento e formação continuada, com reuniões estruturadas, on-line e presenciais, que têm por objetivos:

- capacitar para o modelo de ensino híbrido;

- apresentar experiências de aprendizagem;
- esclarecer dúvidas;
- orientar para as práticas nos encontros presenciais;
- compartilhar práticas e metodologias utilizadas em sala de aula;
- compreender a dinâmica e o engajamento dos alunos ao modelo;
- propor, a partir da escuta, estratégias para o modelo híbrido.

Outra iniciativa que faz parte do calendário de capacitação docente da Faculdade de Direito Milton Campos é o Programa Sala Mais, um projeto de formação contínua em planejamento reverso, avaliação e metodologias ativas. Os professores são capacitados no início de cada semestre letivo, em um modelo híbrido que compreende módulos introdutórios de preparação em plataforma digital.

Esses treinamentos para professores e demais atores envolvidos no processo de ensino a distância e no processo semipresencial possuem uma orientação pedagógica específica voltada para uma melhor atuação dos profissionais da educação. Essas ações pautam-se na troca de experiências, na teorização, na pesquisa e na proposta de palestras, oficinas, simpósios e academias de professores, bem como semanas de integração. Permitem a professores e coordenadores desenvolver também a capacidade de trabalhar colaborativamente, de forma a promover a interdisciplinaridade por meio de práticas motivadoras e desafiantes para alunos.

4.6.4.8 Equipe multidisciplinar

Os cursos e as unidades curriculares ofertados pela Faculdade de Direito Milton Campos contam com a atuação de uma equipe de profissionais com distintas especialidades, habilidades e competências. A multidisciplinaridade caracteriza esse corpo técnico, responsável por potencializar as práticas didáticas no ambiente virtual de aprendizagem, seja na concepção e na distribuição do material didático, seja no desenvolvimento de tecnologias e recursos educacionais. Capacitada para colaborar na implementação e no aperfeiçoamento do processo educativo na modalidade a distância, essa equipe multidisciplinar atua em um ecossistema pautado na qualidade e na inovação para oferecer uma experiência dinâmica, interativa, imersiva e acessível, a ser protagonizada pelos estudantes, docentes e quadro técnico-administrativo da IES.

Para garantir a qualidade da experiência digital dos cursos, a Faculdade de Direito Milton Campos conta com o apoio da Ensino Híbrido/VPA, uma diretoria estruturada para dar suporte à incorporação de novas competências e processos nos projetos acadêmicos das instituições de ensino da holding. A diretoria divide-se em três grandes áreas: Gestão de Conteúdos, Tecnologias Educacionais e Gestão do Ensino Híbrido (ambiente On-line). A equipe multidisciplinar que atua no ensino a distância da Faculdade de Direito Milton Campos é constituída por:

Professores-curadores: são docentes, mestres e doutores de diversas áreas de conhecimento, encarregados da curadoria do conteúdo. Selecionam e auxiliam os professores presenciais na produção do material didático de acordo com as diretrizes acadêmicas e institucionais de cada curso, bem como em consonância com os planos de ensino de cada UC. Essas orientações e informações são repassadas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável por balizar o trabalho desses curadores para que o material didático atenda às competências e às necessidades profissionais de cada curso. Essa gestão do conteúdo é também acompanhada pelos diretores acadêmicos, o que assegura a qualidade acadêmica das Unidades Curriculares.

Designers educacionais: auxiliam os professores a pensarem em uma forma de transposição digital do conteúdo, que explore as possibilidades e os recursos didático-pedagógicos mediados pelas tecnologias da informação. Ao desenvolver o que serão as experiências interativas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, utilizam estratégias que estimulem o processo dos alunos de construção de conhecimentos de forma autônoma. Para isso, integram múltiplas mídias e recursos, de modo a tornar a apresentação on-line do material didático mais atrativa, despertando o interesse e gerando a motivação e o engajamento dos discentes com o conteúdo.

Produtores editoriais e multimídia: assumem a função de gerar recursos em diversas mídias a serem disponibilizadas no AVA, tais como vídeos, podcasts, imagens, infográficos e emuladores. Produzem e editoram esses conteúdos multimídia de acordo com o que foi proposto pelos professores-curadores e pelos designers educacionais para compor o material didático. Esse grupo de profissionais é também responsável por acompanhar todo o processo de produção e/ou tratamento do material a ser disponibilizado aos alunos, cuidando ainda da revisão textual e da normalização do conteúdo. Sempre que necessário e de acordo com a especificidade

da demanda, acionam fornecedores parceiros com capacidade técnica adequada para realizar determinadas etapas do processo.

Gestores do ensino híbrido: atuam na organização e na operacionalização dos cursos e das unidades curriculares na modalidade a distância, realizando a seleção, a contratação, a indicação, a capacitação e o acompanhamento continuado dos professores. Essa equipe também estrutura e realiza o acompanhamento dos professores presenciais, além de fornecer suporte às interfaces da IES.

4.6.4.9 Recursos de tecnologias de informação

Os recursos de tecnologia de informação, em especial após a possibilidade de conexão à internet, modificaram diferentes aspectos da vida cotidiana, situação que tem obrigado os indivíduos a conhecer e a manusear uma série de dispositivos para serem inseridos na sociedade do conhecimento. Com o rápido avanço tecnológico, as IES têm sido compelidas a rever seus processos e metodologias de ensino, de modo a contribuir efetivamente para a formação de seus egressos. Tornam-se cada vez mais restritas as oportunidades no mercado de trabalho para os profissionais incapazes de assimilar o uso das tecnologias digitais, integradas de maneira generalizada à execução das mais variadas tarefas e procedimentos. A incorporação das TICs nas práticas educativas e no contexto escolar é hoje um imperativo de uma educação democrática, que objetive propiciar a inserção efetiva dos sujeitos nos modos de produção e comunicação adotados pela sociedade no século XXI.

No contexto da educação a distância, o grande desafio não está simplesmente relacionado a essa introdução das TICs nas práticas didáticas, mas ao estímulo e ao desenvolvimento da necessária autonomia e da iniciativa dos estudantes em seu processo formativo em ambiente on-line. A interatividade, aliada ao processo de ensino-aprendizagem, é uma dimensão que demanda que o discente assuma o papel de ator-protagonista e, muitas vezes, de coautor, capaz de acessar e também de colaborar na criação de conteúdos a serem disponibilizados no ambiente virtual.

Os cursos ofertados pela Faculdade de Direito Milton Campos contam com inovadores recursos de tecnologia, que intencionam levar o aluno a essa postura ativa e engajada na coconstrução do saber. A interatividade é trabalhada como uma das características centrais na adoção de determinados recursos tecnológicos aplicados à educação a

fim de estimular o aluno a ultrapassar uma condição passiva e a assumir uma posição mais operativa e de agenciamento. Na vida cotidiana, esses alunos já se encontram imersos na internet, buscando informações, conversando com pessoas de lugares diversos, acessando e compartilhando conteúdo multimídia. Logo, é importante permitir a incorporação das mesmas possibilidades trazidas pela Web 2.0 ao ambiente virtual de aprendizagem utilizado nos cursos .

Ao mesmo tempo, é desafiador para a Faculdade de Direito Milton Campos fazer esses discentes entenderem a necessidade da troca e do diálogo nessas experiências interativas de aprendizagem, que também demandam comportamentos mais ativos no ambiente virtual. Como mencionado anteriormente, muitos desses alunos já navegam e se movimentam naturalmente pelo ciberespaço, experimentando recursos inovadores e, ao mesmo tempo, interagindo com pares de mesmo interesse. A Faculdade de Direito Milton Campos compreende essa experiência vivenciada pelos alunos e procura incentivar que esses comportamentos dialógicos percebidos nas comunidades virtuais também transcorram no ambiente de aprendizagem utilizado para os cursos, seja por meio de ferramentas de e-mail, chat ou fórum de discussão.

Os recursos tecnológicos à disposição na Faculdade de Direito Milton Campos partem dessas premissas para assegurar a execução dos Projetos Pedagógicos dos Cursos tanto na modalidade presencial, quanto na modalidade a distância, com atenção à necessária interatividade entre os membros da comunidade acadêmica e à imprescindível acessibilidade digital e comunicacional dos usuários.

O Ulife é, na Faculdade de Direito Milton Campos, a plataforma digital que reúne e unifica em um só lugar os principais serviços e recursos da vida acadêmica dos estudantes e dos professores. Potencializa o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais eficiente, interessante e personalizado. Permite que o aluno aprenda de forma individual ou coletiva, em seu próprio ritmo e tempo, assim como auxilia o professor no acompanhamento e na análise da evolução desse estudante, oportunizando que a mencionada personalização do ensino ocorra efetivamente. Personalizar, nesse caso, significa centrar o ensino, e a própria plataforma, na experiência do aprendiz.

5 POLÍTICAS ACADÊMICAS

A instituição desenvolve suas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada. A universidade pode manter as seguintes modalidades de cursos:

- Graduação - licenciatura, bacharelado e de tecnologia - abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- Pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, abertos a candidatos diplomados em cursos de nível superior e que atendam às normas fixadas para cada programa, aprovadas pelo CONSEPE;
- Sequenciais de formação específica, organizados por campo de saber - abertos à matrícula de candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e selecionados de acordo com as normas fixadas para cada caso;
- Extensão - abertos à matrícula de candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos, em cada caso, pelos órgãos competentes da Instituição, observadas as normas em vigor.

Os cursos ofertados pela instituição podem ser ministrados em regime presencial, semipresencial ou a distância, todos atendendo aos requisitos legais.

5.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação

A concepção de currículo da Faculdade de Direito Milton Campos define que a estrutura curricular de cada curso deve ser elaborada a partir do seu próprio Projeto Pedagógico de Curso (PPC), o qual deve atender aos princípios delineados no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) específicas. Devem ainda ser observados os seguintes aspectos:

- as cargas horárias limites para as matrizes curriculares não podem ser inferiores ao estipulado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- o nivelamento deve ser uma atividade complementar obrigatória;

- nos projetos de cada curso, deve estar prevista a carga horária adicional destinada a outras atividades complementares específicas do curso;
- as cargas horárias e as normas destinadas à prática do estágio supervisionado (conforme Diretrizes Curriculares do Curso) e à elaboração do trabalho de conclusão do curso devem ser construídas respeitando-se as especificidades de cada curso e as Diretrizes Curriculares Nacionais para graduação;
- cumprimento das políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial:
 - temática da história e da cultura afro-brasileira e indígena nas disciplinas e nas atividades curriculares do curso, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei n. 9.394/96, com a redação dada pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP n. 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP n. 3/2004.
 - integração de educação em direitos humanos à matriz curricular de forma transversal, contínua e permanente, atendendo às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP n. 8/2012, que originou a Resolução CNE/CP n. 1/2012.
 - acessibilidade arquitetônica e atitudinal, atendendo ao requisito legal sobre condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/1988, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei n. 10.098/2000, nos decretos n. 5.296/2004, 6.949/2009, 7.611/2011 e na Portaria n. 3.284/2003, e proteção dos direitos

da pessoa com transtorno do espectro autista, conforme disposto na Lei n. 12.764/2012.

- inserção da disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como optativa para cursos de tecnologia e bacharelado, e obrigatória para cursos de licenciatura, atendendo ao Decreto n. 5.626/2005.
- integração das políticas de educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente, atendendo à Lei n. 9.795/1999 e ao Decreto n. 4.281/2002.

Todas as políticas de ensino desta IES são regidas pelos seguintes princípios. metodologias ativas; currículo flexível e integrado; currículo orientado por competências profissionais; interdisciplinaridade; transdisciplinaridade; metodologias de incentivo à pesquisa; aprendizagem significativa; aprendizagem por práticas educativas: aprender com foco na realidade; metodologias de incentivo à leitura; avaliações interdisciplinares; aprender a aprender; problematização; uso de tecnologias; princípios pedagógicos; aprendizagem ativa; aprendizagem relacional; metadisciplinaridade; aprendizagem em grupo; aprendizagem por competências profissionais e pessoais; aprendizagem complexa; aprender a conhecer, fazer, conviver, ser e transcender; aprendizagem para transformação.

Para Morin (2000), a educação deve ser um processo de construção que não negue os conhecimentos específicos e necessários, mas aborde as especificidades dos eventos, processos, fenômenos na natureza e na história, como uma síntese provisória de múltiplas determinações. Com esses princípios, no ensino, a Faculdade de Direito Milton Campos se propõe a formar profissionais com uma visão holística e crítica da realidade, capacitados para atuarem na construção de uma sociedade democrática. Para poder formar seus alunos, torna-se necessária a busca constante por um ensino de muita qualidade e que atenda às necessidades atuais do mundo multifacetado.

5.2 Políticas institucionais, ações acadêmico-administrativas e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural

A pesquisa na Faculdade de Direito Milton Campos, realizada de modo indissociável com o ensino e a extensão, permeando todos os níveis de ensino, tem como objetivos a produção do conhecimento novo, a criação cultural, o desenvolvimento do espírito crítico e do pensamento analítico, visando à formação do cidadão profissional empreendedor, à melhoria da qualidade de vida da população e ao desenvolvimento sustentável do estado e da região, sendo compreendida como:

175

- I. Responsabilidade social;
- II. Eixo articulador das atividades de ensino e de extensão, propiciando o fluxo teoria-prática-teoria;
- III. Ferramenta privilegiada de iniciação científica, no processo investigativo, para o aluno de graduação;
- IV. Produção e disseminação do conhecimento técnico-científico e artístico-cultural, principalmente por meio dos estágios, dos trabalhos de conclusão de curso, das monografias, dos projetos integrados e dos projetos de iniciação científica.

As atividades de pesquisa, associadas ao ensino e à extensão, são desenvolvidas a partir do estudo sistemático dos temas e dos problemas relevantes do ponto de vista científico, socioeconômico e cultural. Os grupos de pesquisa, definidos de acordo com as prioridades institucionais, correspondem ao agrupamento de pesquisadores para estudo de grandes temas que integram cada núcleo e são coordenados por líderes, portadores da titulação de doutor ou mestre, indicados pela Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão e designados pela direção da Faculdade de Direito Milton Campos. As atividades de pesquisa, sob a forma de iniciação científica, são consideradas um instrumento básico de formação que permite introduzir os estudantes de graduação na pesquisa científica, sob a orientação de pesquisadores qualificados.

O Programa de Iniciação Científica é regulamentado em instrumento legal próprio e

as atividades de pesquisa desenvolvidas como iniciação científica são contabilizadas academicamente como atividades complementares, de acordo com as orientações normativas da instituição. Tem por objetivos:

- Incentivar o corpo docente e discente a desenvolver projetos de iniciação científica vinculados aos cursos de graduação;
- Priorizar, nas investigações, problemas locais e regionais, que serão estudados e interpretados em conexão com o quadro nacional ou internacional;
- Divulgar a produção acadêmica dos docentes e discentes em nível estadual, regional e nacional.

Em suma, o estímulo à iniciação e à investigação como princípio pedagógico é visto como uma grande oportunidade para o aluno aprender a conhecer, o que lhe possibilita a construção da autonomia intelectual, profissional e pessoal. Da mesma forma, para o professor, o estímulo à pesquisa científica o faz crescer como pesquisador e consolida o seu papel de agente de transformação social.

5.3 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão

A extensão universitária é a atividade que estabelece a interação entre a universidade e a comunidade, possibilitando a formação do profissional cidadão. É imprescindível sua efetiva interação com a sociedade para a problematização e a busca de respostas às questões sociais. Isso pressupõe ações junto à comunidade, disponibilizando o conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa. Além disso, essas ações produzem novos conhecimentos a serem trabalhados no ensino. A articulação entre a universidade e a sociedade, por meio da extensão, é, portanto, um processo que possibilita a constante busca do equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

A Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão da Faculdade de Direito Milton Campos objetiva estabelecer as políticas e as diretrizes da extensão para todas as IES do grupo, além de estimular e apoiar programas e projetos de extensão nas unidades e garantir a documentação dos registros das ações desenvolvidas em cada unidade, assegurando o arquivo de memória universitária. A fim de estabelecer parâmetros

para a realização da extensão nas instituições da *holding*, com base nas políticas extensionistas, ficam definidas as seguintes diretrizes:

- A relação social entre a Faculdade de Direito Milton Campos e os outros setores da sociedade deve ser instrumento de mudança em busca de melhoria da qualidade de vida. A atuação da extensão deve voltar-se para os interesses e as necessidades da comunidade, na superação da desigualdade e da exclusão e na promoção do desenvolvimento regional;
- As instituições objetivam construir com os grupos sociais uma interação dialógica, de troca de saberes – acadêmico e popular – e de aplicação de metodologias participativas, favorecendo a democratização do conhecimento e a participação efetiva da comunidade;
- As situações-problema são de naturezas interdisciplinar, transdisciplinar e multiprofissional, e assim também devem ser os projetos que tenham como objetivo a solução desses problemas. A interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a multiprofissionalidade permitem a análise das situações sob variados ângulos, envolvendo os diversos atores relacionados à situação;
- As ações da extensão são coerentes com as ações acadêmicas e regidas pelos mesmos princípios, estando vinculadas ao processo de formação (ensino) e da geração de conhecimento (investigação científica);
- As ações de extensão agregam caráter educativo às atividades, de modo a contribuir para o desenvolvimento de aptidões pessoais que viabilizem e valorizem a utilização do conhecimento em situações reais de vida.

Conforme as diretrizes estabelecidas, os projetos de extensão preveem participantes não só com vivências e conhecimentos prévios diversificados, mas também com funções diferenciadas dentro do âmbito universitário. A extensão deve ser praticada por todo o meio acadêmico, garantindo a socialização dos conhecimentos e o enriquecimento das experiências vividas. Assim, são integrantes de ações da extensão: coordenador de extensão, professor responsável, aluno participante, colaborador participante e professor convidado.

A política de extensão da Faculdade de Direito Milton Campos pode se efetivar por meio de atividades nas modalidades apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 13 – Modalidades de extensão e seus respectivos descritivos

Programas	Conjuntos de projetos de extensão de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e orientados a um objetivo comum, articulando projetos e outras ações existentes, inclusive de pesquisa e de ensino
Projetos	Conjuntos de ações processuais e contínuas, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo definido e prazo determinado.
Cursos	Conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, presencial, semipresencial ou a distância, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária definida (mínima de oito horas) e processo de avaliação formal.
Eventos	Ações que implicam a apresentação e a exibição pública e livre, ou com público específico, do conhecimento ou do produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela universidade. Inclui: congresso, seminário, encontro, conferência, ciclo de debates, exposição, espetáculo, festival, evento esportivo, entre outros.
Prestação de serviços	Atividades de transferência à comunidade do conhecimento gerado e instalado na universidade, ou contratado por terceiros (comunidade ou empresa). A prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade e não resulta na posse de um bem. Inclui: assessorias, consultorias, cooperação interinstitucional e/ou internacional, atendimentos à sociedade (exemplo: clínicas, Núcleo de Prática Jurídica), museus e exposições.
Publicações e outros produtos acadêmicos	Publicações e produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica, como cartilhas, <i>softwares</i> , anais, revistas, livros, CDs, vídeos, filmes, entre outros.

Com relação à política de subsídios, os projetos e as ações de extensão de cada *campus* podem ser conduzidos por professores com regime de trabalho parcial ou integral. O orçamento destinado a cada ação deverá ser solicitado conforme os respectivos editais e normas da Faculdade de Direito Milton Campos. Outras ações que não as previstas nas atividades dos docentes com regime de trabalho parcial ou integral e contempladas em editais da Faculdade de Direito Milton Campos poderão ser conduzidas conforme deliberação das unidades e respectivas IES. O subsídio para participação em eventos de divulgação científica, cultural e tecnológica seguirá política própria, a ser divulgada pelas IES.

5.4 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pós-graduação

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* evoluem de maneira integrada com as áreas correlatas aos cursos de graduação e levam em consideração, ainda, a delimitação regional da IES, cujo programa será ofertado por meio da criação de respostas adequadas às demandas identificadas junto à sociedade e ao mercado, buscando o bom aproveitamento dos recursos humanos e tecnológicos e a diversidade de conhecimentos. O objetivo da pós-graduação *lato sensu* é a formação profissional dos seus alunos, promovendo a continuidade de estudos de forma a atender às expectativas do mercado profissional, bem como a consolidação da formação técnico-científica. Sendo assim, sua manutenção está relacionada à consolidação de conhecimentos advindos do mercado de trabalho e da pesquisa científica.

179

Atualmente, os desafios do mundo do trabalho vêm exigindo uma formação contínua. É por esse motivo que a pós-graduação integra o Ecossistema de Aprendizagem, a partir de uma remodelagem para maior sinergia com o momento atual. O currículo da pós-graduação desta IES é integrado por competências e conectado às demandas do mundo do trabalho, promovendo a interconexão dos ambientes digitais e presenciais, garantindo uma experiência integrada ao estudante, flexibilizando caminho, tempo e lugar de aprendizagem.

Os cursos, divididos por áreas do conhecimento, são organizados em *nanodegrees*, que desenvolvem competências específicas e conferem certificações. O conjunto de *nanodegrees* forma os cursos de especialização *lato sensu* da instituição. A busca por uma formação flexível implica o desenvolvimento de habilidades cognitivas e instrumentais como mecanismo de inserção e permanência no mercado de trabalho, respondendo às novas demandas estruturais e sociais advindas dele. A seguir, o modelo das estações de aprendizagem da pós-graduação da Faculdade de Direito Milton Campos.

Figura 17 – Estações de aprendizagem na pós-graduação



A Faculdade de Direito Milton Campos terá como constante preocupação a renovação e a criação de novos cursos de pós-graduação que levem a uma diversidade de conhecimentos e à melhoria da pesquisa básica e aplicada, de forma a contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Assim, o conhecimento passa a ser utilizado para a transformação da sociedade e para a criação de oportunidades pela interação social, troca de experiências técnicas e sociais.

Os desafios propostos para a formação flexível são muitos. Busca-se, então, construir programas de MBA que possibilitem a flexibilização e a expansão dos espaços formativos, concomitante ao trabalho, lugar privilegiado de formação. Esse formato visa, ainda, oferecer condições especiais para o processo de ensino-aprendizagem e encontra na tecnologia educacional¹⁶ e nos métodos flexíveis de gestão a adaptação

¹⁶ A tecnologia educacional pode ser definida como a aplicação sistemática de conhecimentos científicos e tecnológicos à solução de problemas educacionais, ou, ainda, pode ser definida como a organização teórica sobre o desenvolvimento e o emprego de novas tecnologias da informação e

dos percursos formativos dos indivíduos, as condições de expansão e o aumento da qualidade do ensino, elemento fundamental para esse programa de pós-graduação.

Sendo assim, buscando atender a essa demanda por formação flexível, os cursos de pós-graduação *lato sensu* da Faculdade de Direito Milton Campos possuem como um de seus diferenciais a articulação de conhecimentos teóricos e práticos tanto na graduação, quanto na pós-graduação e na extensão, com a grade curricular atenta às necessidades profissionais do mercado.

181

5.5 Integração entre graduação e pós-graduação

A concepção do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito Milton Campos é promover a integração entre os conhecimentos da graduação, da pós-graduação e da extensão e os advindos do mercado, articulando os conhecimentos por meio da inserção e do apoio de docentes da pós-graduação no ensino, na pesquisa e na extensão.

A pós-graduação que faz parte do Ecossistema de Aprendizagem tem como objetivo reforçar ainda mais a experiência de *lifelong learning*, ou seja, de educação continuada. Com isso, cada vez menos veremos a ruptura que acontece entre o fim da graduação e o início da pós-graduação. O projeto foi desenvolvido a partir dos conceitos de flexibilização de tempo e de espaço, de participação de experiências no *campus*, de continuidade, de conexão e de integração.

A integração das ações entre graduação e pós-graduação é estimulada por meio de programas de atendimento aos alunos, utilização de espaços comuns, como bibliotecas e espaços de convivência, laboratórios específicos, projetos de pesquisa e extensão. Além desses programas, há estímulo à elaboração de projetos de pesquisa, eventos e publicações em conjunto da graduação e pós-graduação. Essa medida fortalece os vínculos entre docentes da instituição e alunos com a pesquisa, a extensão e o ensino. Assim, a instituição pretende:

comunicação aplicadas à educação e à atividade pedagógica, o que abrange tanto o corpo de conhecimentos, que resultam da aplicação da tecnologia ao ensino-aprendizagem, como a construção de metodologias de ensino para essa aplicação.

- ser reconhecida pelos cursos, atividades e pesquisas interdisciplinares, pesquisa básica e aplicada, bem como pela liderança e parceria com os setores de produção e serviço, governo e comunidade, no desenvolvimento e na disseminação de novas tecnologias;
- manter uma política de rever seus currículos para adequá-los aos desafios da nova realidade;
- oferecer um ambiente estimulante de aprendizagem que atraia e retenha docentes, colaboradores administrativos e alunos de qualidade e de áreas diversificadas;
- promover interações com os ex-alunos (egressos) e a sociedade.

5.6 Política institucional de mobilidade acadêmica e internacionalização

Partindo-se do ponto de vista da sala de aula ampliada, torna-se natural, por pressuposto, abordar a relação dos estudantes com o mundo, entendendo que o alcance de sua formação deve possibilitar que eles ultrapassem os limites de compreensão da realidade de seu entorno. Trata-se de assumir, como propósito educativo, a formação de sujeitos que percebam seu papel como cidadãos no contexto social em que estão inseridos, com direitos e deveres, mas que, ao mesmo tempo, se reconheçam e atuem como cidadãos do planeta.

Por esse ponto de vista, o sentido de construir uma educação global adquire novos contornos e justifica, no contexto do Ecossistema de Aprendizagem, a presença dos elementos mobilidade acadêmica e internacionalização, exigindo a criação de condições para que as IES da *holding* incluam, em seus planos de desenvolvimento institucional, metas que contemplem possibilidades de os estudantes vivenciarem experiências internacionais de aprendizagem em seus cursos.

A internacionalização era entendida inicialmente como uma oportunidade para conhecer novos modelos de ensino, para visitar instituições-referência e estabelecer contato com profissionais de diferentes áreas do conhecimento, bem como para ampliar oportunidades de intercâmbio para alunos e docentes por meio de acesso a cursos e a programas de língua estrangeira. O conceito de internacionalização se

expande, agora, para incentivar uma postura mais empreendedora e inovadora entre as IES.

Com o Ecosistema de Aprendizagem 2.0, passa-se a buscar a internacionalização dos currículos, o fortalecimento da mobilidade docente, a concretização de parcerias estratégicas voltadas para a pesquisa e a inovação e oportunidades de estágio em empresas estrangeiras sediadas no país. A formação pretendida para os estudantes, com o emprego de metodologias ativas e voltada para o desenvolvimento de competências, potencializa-se pela internacionalização. Esta nasce da visão de que a educação superior deve responsabilizar-se por uma formação que assegure o conhecimento profundo dos problemas comuns à maioria das nações.

183

Caracteriza-se, assim, pela interação entre as várias culturas por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Na prática, para além dos inegáveis valores que agrega ao desenvolvimento formativo de discentes e docentes, a internacionalização cumpre função primordial de promover a cooperação internacional para a melhoria da capacitação profissional, para a realização de projetos compartilhados de pesquisa, para a participação no desenvolvimento industrial, econômico e social dos países envolvidos, contribuindo ainda, para a consolidação da boa imagem universitária perante a comunidade.

Por meio da Política de Internacionalização, todas as instituições de ensino da Ânima Educação buscam intensificar sua mobilidade acadêmica e sua inovação do ensino, pesquisa e extensão, além de promover o desenvolvimento das competências linguísticas e culturais de todos os seus alunos, professores e funcionários. Na estrutura organizacional, o Setor de Internacionalização fica alocado na Vice-Presidência Acadêmica, dentro da Diretoria de Projetos Acadêmicos.

Cabe ressaltar que esta IES conta com o suporte do International Office da Ânima Educação para oferecer oportunidades internacionais, não só para estudantes, mas também para os educadores da *holding*. O objetivo é intensificar o processo de internacionalização por meio da elaboração de programas internacionais e interculturais que proporcionam o desenvolvimento acadêmico da comunidade da IES. Esses programas possibilitam o compartilhamento de experiências internacionais dentro da instituição de ensino e no exterior.

O trabalho consiste em uma série de atividades, que vão desde a elaboração e a manutenção de acordos internacionais, orientações e suporte para a realização da mobilidade acadêmica, criação de módulos internacionais, visitas técnicas e cursos de curta duração, até o recebimento de alunos de outras nacionalidades, interessados em oportunidades de desenvolvimento acadêmico. Constantemente, é constituída uma rede de relacionamento com outros países, buscando envolver toda a comunidade acadêmica em prol da excelência, inovação e do desenvolvimento de competências interculturais, integrando experiência curricular e carreira.

Internationalization at Home

Parte do projeto de internacionalização das IES que integram a Ânima Educação prevê iniciativas dentro das próprias instituições de ensino. Nesse contexto, são desenvolvidas atividades culturais, capacitação linguística, engajamento dos alunos estrangeiros e, principalmente, apresentação de conteúdos voltados a temas globais.

Eventos acadêmicos – *Internationalization at Home*

Uma das iniciativas do projeto de *Internationalization at Home* visa apoiar a criação de eventos acadêmicos internacionais dentro das instituições de ensino da Ânima Educação a fim de proporcionar a troca de conhecimento sobre temas relevantes, inovadores e de importância mundial. Esses eventos trazem palestrantes internacionais das instituições parceiras no exterior e são acessíveis a alunos, professores e funcionários.

Cultura internacional e mobilidade internacional

A seguir, são destacados alguns projetos que visam à cultura e à mobilidade internacional da comunidade acadêmica das IES que integram a Ânima Educação.

Cultura internacional

- *Lives e webinars* de internacionalização;
- *Nanodegrees* internacionais;
- Plataforma de inglês;
- Projetos de extensão *on-line* com universidades internacionais;
- Intercâmbio acadêmico *on-line*.

Mobilidade internacional

- Intercâmbio acadêmico;
- Módulo internacional;
- Visita técnica;
- Curso de idiomas;
- Estágio internacional.

185

Lives e webinars da internacionalização

Em encontros *on-line* realizados no canal do International Office no YouTube, são discutidas diversas temáticas referentes à experiência de alunos que vivenciam ou já vivenciaram o intercâmbio. Já foram abordados temas como “A importância do *networking* durante o período do intercâmbio” e “Experiência profissional no exterior”.

Nanodegrees internacionais

As *nanodegrees* são cursos com duração de 40 horas ofertados para alunos de graduação, lecionados inteiramente em inglês ou em espanhol. Esses programas são eletivos e fazem parte da experiência curricular do aluno para o desenvolvimento de competências e habilidades extras à sua formação. Possuem como objetivo enriquecer o currículo escolar do aluno, bem como sua carreira profissional, trazendo conteúdos voltados à área de gestão e empreendedorismo.

Já foram ofertadas nas instituições de ensino Ânima diversas disciplinas com temas inovadores, tais como: *Solution Design, Global Business, Skills for Contemporary Leaders, Market Trends, International Career, Communication and Leadership for the Future, Globalization, La Comunicación en la Resolución de Problemas, International Marketing, Ciudadanía y Democracia em América Latina, Social and Cultural Studies, Business and Product Design, Financial Market and Economic Scenario, Comunicación Y Cultura de los Países Hispanohablantes, Foreign Affairs, Globalización y Integración Latinoamericana, Principles of Finance, Revolution, The Science of Well Being, Industry 4.0, Global Warming and Sustainability, International Negotiation e Social Media for Career Development.*

Nanodegrees internacionais pela Coursera

Por meio da parceria com a plataforma americana Coursera, há a oferta de cursos de curta duração com certificação de universidades internacionais renomadas mundialmente. Os programas são focados no desenvolvimento da carreira profissional e ofertados para todos os estudantes.

Plataforma de inglês *on-line*

Essa iniciativa busca incentivar e elevar a proficiência linguística de alunos, professores e colaboradores com a oferta do curso de inglês *on-line*. As plataformas Carnegie Speech e CATs foram desenvolvidas com alta qualidade em inteligência artificial e buscam alavancar a fluência dos brasileiros no idioma. O valor dos cursos foi negociado para que seja abaixo do mercado e acessível para toda a comunidade Ânima.

Projetos de extensão *on-line* com universidades internacionais e intercâmbio acadêmico *on-line*

Os convênios com parceiros internacionais são essenciais para o avanço tecnológico e acadêmico da Faculdade de Direito Milton Campos. Eles possibilitam que alunos e docentes possam expandir seus horizontes por meio de capacitação *on-line*. Há um trabalho contínuo no acordo com novas instituições de diversas áreas de interesse, que buscam a excelência em ensinar, pesquisar e multiplicar saberes.

Intercâmbio acadêmico

O intercâmbio ou mobilidade acadêmica corresponde à estadia do estudante por um ou dois semestres em uma universidade estrangeira conveniada. Para participar, é necessário que o aluno fique atento aos editais abertos para cada programa. Os convênios firmados entre as instituições têm um número de vagas de intercâmbio negociadas e gerenciadas pelo International Office. Os alunos interessados deverão aguardar a abertura do processo seletivo correspondente, cujos editais são divulgados na página *on-line* de intercâmbio da Faculdade de Direito Milton Campos.

A documentação poderá ser enviada em formato eletrônico para o *e-mail* informado pela IES. As informações sobre a entrega de documentos durante a inscrição, seleção

e confirmação do intercâmbio estarão descritas no edital. É extremamente importante que o cronograma do edital seja respeitado.

Com relação ao programa de bolsas, periodicamente, alguns são ofertados por agências que fomentam o intercâmbio, como Santander Universidades, BRAFITEC/CAPEF, CsF, Erasmus Mundus, entre outras. Quando surgem essas oportunidades, o International Office faz a divulgação no *site* da Faculdade de Direito Milton Campos, em página dedicada.

187

A seleção para o intercâmbio acadêmico é feita com base na avaliação do perfil acadêmico do aluno, além de aspectos cognitivos avaliados em entrevista pessoal. Com relação à proficiência necessária, o edital do intercâmbio lista os requisitos mínimos com relação à proficiência – níveis. É preciso ter em mente que a nota mínima para proficiência é solicitada para garantir que o aluno seja capaz de acompanhar o curso. Pode ser necessário apresentar um certificado (TOEFL, IELTS, DELE, etc.).

Com relação ao plano de estudos, este é um documento contendo as disciplinas a serem cursadas no exterior e sua possível equivalência na instituição de origem. O aluno, após ser selecionado, deverá entregar essa documentação ao International Office antes do intercâmbio. A coordenação do curso auxiliará no preenchimento deste documento. Cabe ressaltar que o plano de estudos deve ser assinado pelo coordenador de curso para que possa ser entregue ao International Office.

Ao retornar, o aluno deve fazer sua matrícula, normalmente, nos prazos definidos pelo calendário acadêmico da Faculdade de Direito Milton Campos. Após o intercâmbio, para realizar o aproveitamento das disciplinas, é necessário ter em mãos o histórico acadêmico original, emitido pela universidade estrangeira, acompanhado das ementas das disciplinas. O processo deve ser aberto diretamente com a coordenação de curso.

Módulo internacional

Essa modalidade oferece programas de curta duração em áreas específicas do conhecimento. O aluno poderá estudar em uma instituição no exterior e obter o certificado internacional do módulo cursado. O setor de Internacionalização da Ânima

Educação, por meio de seus parceiros internacionais, desenvolve periodicamente programas de curta duração no exterior. Esses programas são abertos a todos os discentes, docentes e funcionários das instituições de ensino. Já foram celebrados acordos com instituições de diversos países, como África do Sul, Canadá, Estados Unidos, Espanha, Israel, Itália e Portugal.

Visita técnica (no exterior)

Essa modalidade proporciona ao aluno a experiência de visitar e vivenciar na prática o funcionamento de instituições, e locais específicos, voltados à sua área de interesse.

Curso de idioma (no exterior)

Essa modalidade visa auxiliar o aluno a obter uma proficiência linguística com certificação internacional, além de promover o seu desenvolvimento intercultural.

Estágio internacional

Essa modalidade traz ao aluno a oportunidade de adquirir experiência profissional no exterior durante um período da sua vida acadêmica.

Cursos e projetos de extensão internacional

Os cursos de extensão internacional acontecem uma vez por semana e abrangem diversos temas de interesse; e os projetos de extensão internacional, em parceria com algumas instituições de ensino da América Latina, possibilitam a prática acadêmica tendo em vista o desenvolvimento científico e social.

Internacionalização: atendimento e comunicação

Todas as iniciativas internacionais são divulgadas na página “Internacional” no *site* da Faculdade de Direito Milton Campos, além de serem feitas campanhas específicas, desenvolvidas pelo setor de marketing. Para que a comunicação aconteça de forma eficaz e correta, são realizadas reuniões periódicas com todos os setores que têm contato direto com os alunos. Esses setores são responsáveis por divulgar e orientar discentes e docentes interessados em participar das iniciativas internacionais.

O contato a respeito das iniciativas de internacionalização é feito por meio dos *e-mails*, e os atendimentos presenciais acontecem na Central de Atendimento ao Aluno, assim como a entrega de certificados e documentos relacionados à internacionalização.

5.7 Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmico-docente

189

A participação em eventos acadêmicos faz parte da jornada docente. Como forma de apoiar a sua participação, foi criado um programa que objetiva viabilizar e subsidiar a participação docente, como autor e apresentador da produção, em eventos externos e internos técnico-acadêmico-científicos, culturais e/ou esportivos, de caráter regional, nacional ou internacional. A Faculdade de Direito Milton Campos busca incentivar a divulgação dos resultados das pesquisas realizadas, possibilitar a troca de experiências entre pesquisadores e contribuir para o incremento da quantidade e da qualidade das pesquisas científicas, do desenvolvimento tecnológico e da inovação na IES.

São considerados eventos externos e internos técnico-acadêmico-científicos: congressos; conferências; seminários; simpósios; jornadas acadêmicas; *workshops*; colóquios; minicursos; feiras e mostras de ciência e tecnologia. O evento deverá compor uma produção na forma de anais, com ISBN, que proporcione a divulgação dos trabalhos apresentados.

O docente com inscrição comprovada em eventos técnico-acadêmico-científicos, como autor e apresentador da produção, poderá receber reembolso de despesas custeáveis, conforme edital, no limite de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) por produção em evento internacional e de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por produção em evento nacional.

As propostas submetidas serão analisadas por uma comissão própria. O apoio à participação em eventos técnico-acadêmico-científicos será feito por meio de reembolso e/ou abono das faltas relativas aos dias da apresentação dos trabalhos, e os editais serão lançados trimestralmente.

Critérios de concessão de licença ou bolsa de capacitação

As propostas submetidas serão analisadas por uma comissão própria, segundo os seguintes critérios:

- avaliação do mapeamento docente (JDA);
- participação em projetos de pesquisa;
- atualização do currículo Lattes, confirmação dos documentos que comprovam a titulação, produtividade científica e orientações;
- qualificação e produção acadêmica do professor e demais coautores;
- relevância e contribuição científica e/ou tecnológica do trabalho apresentado no evento.

Será considerada, para fins de registro, a produção acadêmico/científica dos últimos cinco anos. A aprovação do pedido de reembolso não será realizada de forma automática, e dependerá da análise dos critérios estabelecidos e da disponibilidade orçamentária prevista para o trimestre vigente da IES.

5.8 Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos

A Faculdade de Direito Milton Campos, em sua missão de ser uma instituição inovadora e com grande interlocução com a comunidade, buscará incentivar a produção discente investindo em ações que oportunizem a divulgação referente a tudo o que for produzido pelos alunos. Os Trabalhos de Conclusão de Curso, invariavelmente, geram produtos de alta qualidade e que poderiam produzir intervenções na realidade local. Os problemas levados a estudo em seus Projetos Interdisciplinares sempre partem de uma situação real, sendo objeto de pesquisa e análise, para, depois, propor mudanças e novas tomadas de decisão.

Assim, a proposta da instituição é criar uma revista interna, que viabilize a difusão de todo esse conhecimento adquirido, projetando extramuros as vivências dos discentes e estimulando uma maior interação com a comunidade de seu entorno, que passará a demandar a Faculdade de Direito Milton Campos para novas iniciativas.

Os trabalhos que gerarem artigos poderão ser submetidos aos anais de congressos e à publicação em revistas especializadas. Aprovados, os discentes terão o apoio

institucional para sua defesa pública e apresentação. Esse apoio se efetivará nos mesmos moldes definidos para a produção docente, com subsídios financeiros previstos no planejamento anual. Para fazer jus ao reembolso, o discente deverá apresentar os seguintes documentos: aceite da apresentação do trabalho; resumo; resumo expandido ou artigo completo. Serão reembolsados os valores referentes à inscrição no evento, à passagem aérea e à hospedagem até o valor de R\$ 500 para eventos nacionais e de R\$ 1.500 para eventos internacionais.

Em seu retorno, o discente deverá apresentar cópia impressa do trabalho apresentado e do seu certificado de participação, documentos imprescindíveis e que poderão, inclusive, contar como Atividade Complementar de Graduação (ACG). O discente assumirá a responsabilidade de apresentar o trabalho para a comunidade acadêmica, contribuindo para estimular os demais discentes a produzirem mais e a se interessarem pelo fluxo de comunicações e eventos acadêmicos, internos ou externos.

5.9 Política institucional de acompanhamento dos egressos

As IES passam hoje por um momento crucial de reposicionamento diante da nova organização do mundo do trabalho. O excesso de oferta educacional, a escassez e diluição da demanda e a nova postura dos candidatos ao ensino superior alteraram as posições estabelecidas ao longo de anos e preocupam as instituições em relação à sua permanência nesse cenário. O pacote de serviços educacionais não se restringe mais a uma boa aula. Os futuros alunos têm hoje uma percepção mais detalhada dos serviços prestados e avaliam a qualidade, os preços, a infraestrutura, o corpo docente, a tecnologia, a matriz curricular, a reputação e a relação custo-benefício.

A marca é outro diferencial procurado e passa a ser uma questão de sobrevivência da Faculdade de Direito Milton Campos. Uma marca forte e reconhecida traduz confiança, representa a atração natural de bons profissionais e de uma consequente oferta de qualidade para o mercado. Passa a ser critério de escolha decisivo na mente dos candidatos ao vestibular. Todos esses fatores, aliados às exigências do Ministério da Educação (MEC), levam as instituições de ensino a buscar formas mais criativas de se apresentar e se relacionar com seus diversos públicos.

Esse relacionamento deve passar, essencialmente, pela continuidade dos contatos após a conclusão do curso. A relação com os alunos não deve ser interrompida logo após a solenidade de formatura. Dessa forma, o egresso passa a ter acesso a um novo rol de práticas educacionais pela Faculdade de Direito Milton Campos. Essa nova fase do relacionamento passa a ser valorizada pelo mercado, pois demonstra que a instituição está preocupada não só com a formação técnica do profissional, mas também com sua carreira.

O Programa de Relacionamento com o Egresso será coordenado pelo pela direção da IES, visando estabelecer a integração entre o ex-aluno e a instituição.

São propósitos da Política Institucional de Acompanhamento do Egresso da IES:

- identificar o perfil do egresso e criar mecanismos para a avaliação de seu desempenho no mercado de trabalho;
- acompanhar a inserção dos egressos no mercado de trabalho;
- construir, a partir dos questionários aplicados, um banco de dados com informações que possibilitem manter um relacionamento com o egresso, garantindo um vínculo institucional permanente;
- garantir a aproximação com os egressos, visando ao aperfeiçoamento das ações institucionais atinentes à implementação de novos cursos e programas no âmbito da educação superior;
- estimular e criar condições para a educação continuada de egressos;
- construir indicadores que subsidiem a adequação curricular às necessidades do desenvolvimento de competências e habilidades em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais;
- facilitar a formação de uma rede de comunicação entre os egressos, possibilitando a troca de informações profissionais e acadêmicas.

No acompanhamento dos egressos da Faculdade de Direito Milton Campos, serão realizadas pesquisas, encaminhadas por meio do *e-mail* cadastrado no banco de dados. Elas propiciarão que a IES mensure o nível de empregabilidade dos seus egressos. Os questionários enviados poderão traçar o perfil do profissional no mercado de trabalho e fazer um cruzamento de dados, direcionado ao percentual de empregabilidade no mercado.

Entre os principais questionamentos direcionados pela Faculdade de Direito Milton Campos, um dos principais objetivos será avaliar o nível de dificuldade do egresso desta instituição na sua inserção no mercado de trabalho. Os resultados das pesquisas serão analisados por uma comissão pedagógica, e as dificuldades apontadas pelos egressos na sua inserção no mercado de trabalho serão abordadas nos encontros pedagógicos e servirão de cases, para que os professores possam extinguir possíveis deficiências dos futuros egressos.

Ademais, a partir da perspectiva da aprendizagem contínua, também conhecida por *lifelong learning*, os egressos dos cursos de graduação poderão dar continuidade aos seus estudos nos cursos de pós-graduação oferecidos pela instituição, correlatos à área de conhecimento do curso de graduação.

5.10 Política de comunicação da IES com a comunidade externa

A Diretoria da Faculdade de Direito Milton Campos contará com o apoio de uma área chamada Marketing, Comunicação e Relações Corporativas – Marcorp, vinculada à mantenedora e que presta serviços aos setores da Faculdade de Direito Milton Campos. A Marcorp trabalhará buscando sinergia e visando à excelência dos serviços de comunicação, fortalecimento, assim, a imagem institucional. Ainda contará com parceiros externos, como agência de publicidade e comunicação, assessoria de imprensa, empresas de *clipping* para monitoramento das notícias veiculadas sobre a instituição, empresa de monitoramento de mídias sociais, *call center* ativo e parceiro para envio de SMS e *e-mail*.

Entre as estratégias de comunicação externa, vale descrever que a Faculdade de Direito Milton Campos trabalhará com:

- ações e campanhas institucionais que tem como objetivo apresentar a instituição para a sociedade;
- ações educativas com colégios;
- ações e campanhas de relacionamento com as empresas e entidades de classe;
- ações educativas com a comunidade no entorno;
- ações e campanhas de relacionamento com a imprensa para promover as atividades e projetos realizados pelos professores e alunos;

- ações e campanhas para divulgação dos processos seletivos de bacharelado, licenciatura, graduação tecnológica, especialização e também cursos de curta duração e palestras diversas.

A diretoria da Faculdade de Direito Milton Campos deve estabelecer as estratégias de comunicação junto à comunidade externa e garantir a comunicação com a Marcorp.

5.11 Política de comunicação da IES com a comunidade interna

Com o intuito de manter a comunidade acadêmica bem informada sobre tudo o que acontece na instituição, a Faculdade de Direito Milton Campos mantém diversos veículos e canais de comunicação. A comunicação na instituição tem como objetivo não apenas a disseminação de informações, como também o fortalecimento de vínculos para o trabalho coletivo entre os mais diversos setores e destes com toda a comunidade acadêmica.

Site: os alunos terão à disposição informações úteis para o seu dia a dia na Faculdade de Direito Milton Campos, além de acesso a serviços acadêmicos no espaço Vida Acadêmica, aos canais de atendimento no Fale com a Gente e a notícias para manter-se atualizado sobre o que acontece na instituição. Ao logar na página de acesso restrito, é possível acessar o Ulife.

Ulife serviços on-line: funcionará como um acesso exclusivo ao aluno e ao professor. Os alunos poderão consultar notas e frequência, solicitar documentos e declarações, obter material didático disponibilizado pelos professores, além de ter acesso às informações exclusivas que são disponibilizadas somente nessa área.

Facebook e Instagram: uma oportunidade para ampliar a rede de amigos na Faculdade de Direito Milton Campos, participar de promoções exclusivas, obter informação sobre cursos, eventos acadêmicos e muito mais.

YouTube: os alunos poderão assistir às aulas dos professores, às *lives*, às entrevistas na imprensa, aos depoimentos dos alunos, às dicas e a muito mais em canal próprio.

Twitter: os alunos poderão saber em primeira mão as novidades da instituição e da sua área. São dicas de carreira, oportunidades de estágios e empregos, além de tirar dúvidas e participar de promoções exclusivas.

Murais: para acesso às informações imediatas, teremos quadros de avisos nas salas de aula e em locais de maior circulação nas unidades, que serão atualizados de acordo com a demanda da Faculdade de Direito Milton Campos.

E-mail: ao ingressar na Faculdade de Direito Milton Campos, os alunos informarão um endereço eletrônico que será usado também para fins acadêmicos. Por meio desse contato, serão repassados os principais comunicados da instituição.

195

SMS: pelo número do seu celular, os alunos receberão mensagens via SMS com os lembretes mais relevantes para a sua vida acadêmica.

Call Center: a Central de Atendimento Telefônico (*call center*) estará disponível de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, para os alunos esclarecerem dúvidas e informações relacionadas à instituição.

Fale com a Gente: este espaço no *site* reúne as opções de atendimento que estarão disponíveis aos alunos e demais interessados, além do *e-mail* de contato com a Ouvidoria.

Ouvidoria: caso o aluno não tenha sido atendido de forma satisfatória nos canais de atendimento disponíveis, ele poderá acessar a ouvidoria na instituição.

Chat e telefones úteis: por meio deles, os alunos poderão esclarecer dúvidas e solicitar informações, de forma ágil, com ajuda da equipe de atendimento.

Além desses canais, a Faculdade de Direito Milton Campos trabalhará com as lideranças de turma e os representantes discentes nos órgãos colegiados para que a informação circule entre os alunos.

5.11.1 Comunicação com os colaboradores

A Política de Comunicação Interna (CI) do Ecossistema Ânima, do qual a IES faz parte, tem como objetivo descrever as diretrizes e as definições sobre os processos, a estrutura e o modo de operação da área responsável para os colaboradores administrativos e docentes da estrutura corporativa da Ânima Educação e suas respectivas instituições de ensino, assim como de suas empresas verticais.

A área de Comunicação Interna e Engajamento do Ecossistema Ânima é estruturada no modelo organizacional de “Squad” e é formada por 100% dos profissionais egressos da Comunicação Social (Publicidade, Jornalismo e Relações Públicas) e Marketing. O time fica responsável pela Comunicação Interna da estrutura corporativa da Ânima Educação, de suas instituições de ensino e das empresas verticais, atendendo todas as áreas administrativas e acadêmicas.

A Squad, que utiliza a metodologia ágil para o desenvolvimento de suas iniciativas, é dividida por macrorresponsabilidades que se segmentam da seguinte forma:

- a. Campanhas: planejamento e execução de ações e iniciativas de comunicação que tem como objetivo reforçar a cultura corporativa interna, fortalecer o conhecimento sobre a estratégia institucional, e fomentar o engajamento dos(as) colaboradores(as) e docentes de acordo com o tema, gerando valor para o público de interesse;
- b. Redação e conteúdo: planejamento e produção de conteúdo textual, seja para comunicados diretos, mensagens institucionais, ou projetos específicos que precisam de apoio da comunicação;
- c. Eventos e programas de engajamento: planejamento e execução de eventos internos, e desenvolvimento de programas de reconhecimento e engajamento dos(as) colaboradores(as);
- d. Design: planejamento e produção de conteúdo visual, seja para campanhas, divulgações institucionais ou projetos específicos que precisam de apoio para criação de identidade visual;
- e. Métricas e indicadores: estratégia e definição de métricas e indicadores a partir de levantamento e análise de dados internos, sendo base para a tomada de decisões das quatro macrorresponsabilidades acima;
- f. Operações: gestão da execução das iniciativas desenvolvidas pelas cinco macrorresponsabilidades acima, dando apoio operacional e garantindo que o público tenha acesso às ações planejadas.

Como a Comunicação Interna atende todas as áreas e todas as empresas que fazem parte do Ecosistema Ânima, para que um assunto ou projeto seja comunicado ou planejado pela área, é necessário que o demandante (área interna) acione a Comunicação Interna por meio do formulário eletrônico, chamado “Cadastro de solicitação para Comunicação Interna e Engajamento”, disponível no sistema de fluxos e processos chamado Orquestra. A partir da demanda aberta, o time avalia as informações e alinha com a área demandante os próximos passos e prazos para que a comunicação aconteça.

Os públicos que fazem parte da estratégia de Comunicação Interna do Ecosistema são todos os educadores, considerando: colaboradores(as) administrativos; docentes; lideranças; coordenação de curso; agentes de comunicação (estes como apoio informal da Comunicação Interna dentro das áreas e instituições).

Atualmente, os canais de comunicação oficiais utilizados pela área de Comunicação Interna são:

E-mail: umas das ferramentas de trabalho e de comunicação mais utilizadas na IES;

Microsoft Teams: plataforma unificada de comunicação e colaboração que combina bate-papo, videoconferências, armazenamento de arquivos e integração de aplicativos no local de trabalho;

Órbita: plataforma de conteúdo. Na Órbita, o colaborador terá acesso aos comunicados, campanhas e notícias internas de forma organizada em cronologia às divulgações. Para começar, a plataforma será a primeira página ao abrir o navegador. E, para melhorar, há recursos de destaque no topo da página para chamar a atenção para o que mais importa naquele momento. Sem falar que o acesso às notícias mais recentes de cada dia ficará disponível logo em seguida ao destaque. E, nas terças e quintas, o colaborador vai receber, por e-mail, um compilado de tudo o que saiu por aqui nos dias anteriores;

Murais: distribuídos estrategicamente em alguns locais do campus, serão atualizados diariamente com notícias de interesse coletivo, já que é preciso levar a informação até uma determinada parte do corpo funcional que não possui acesso à internet, caso do Núcleo de Serviços e Manutenção, que contabiliza cerca de 10% dos colaboradores;

Reuniões: servem para apresentar comunicados gerais, orientações sobre novos processos, novos cursos e para comemorar conquistas da instituição e dos seus colaboradores;

Parada obrigatória: evento anual, no qual são reunidos todos os colaboradores da instituição para compartilhar informações, integrar pessoas, agradecer boas práticas e atitudes e inspirar a todos no mesmo objetivo. O evento traz ações que motivam os colaboradores, promove a integração, a construção coletiva, o compartilhamento de ideias e a valorização das pessoas. Já faz parte da agenda e da cultura organizacional. Os valores que melhor descrevem a Parada Obrigatória são: diálogo, respeito e integridade. Além disso, é neste momento que a Ânima Educação reverencia os colaboradores de cada IES pelo tempo de serviços prestados à instituição e apresenta seus novos gestores do clima organizacional, escolhidos por meio de votação para representarem cada um dos setores.

Canal de Conduta: destinado ao público interno e externo à IES, pelo qual as pessoas poderão se manifestar, de forma anônima, em relação a situações em que estão em desacordo, ou ressaltar os bons exemplos que mereçam ser valorizados. Há um Comitê de Ética que apura os protocolos abertos e dá os devidos encaminhamentos, e uma equipe de auditoria que apura as denúncias, dando suporte a esse comitê nas validações das informações. O comitê, dependendo do caso, repassa para o Gestão de Pessoas da Faculdade de Direito Milton Campos os encaminhamentos a serem cumpridos. O Canal de Conduta surgiu para ajudar os colaboradores a construir um ambiente cada vez mais ético. Nele, podem relatar situações que não condizem com os valores e com o Código de Conduta e Ética. É possível também destacar e valorizar as boas atitudes que presenciaram. O Canal de Conduta é gerido por meio de uma empresa independente a fim de garantir a confidencialidade de quem busca fazer a comunicação, que pode ser realizada por um canal telefônico 0800 ou por um *link* no *site* da instituição.

Há também um estudo para ampliar o alcance da Comunicação por meio da plataforma acadêmica “Ulife” e por meio de uma ferramenta de “Pop-up” (notificações) nos computadores corporativos. Além disso, em alguns casos, quando presencialmente, utilizamos de cartazes, mobiles, display de mesa etc.

Faz parte da cultura da Ânima o que é chamado de 'Jeito Ânima de Ser', a informalidade, a conexão, o comprometimento e o entusiasmo. É natural que, para gerar identificação, as produções de discurso, em campanhas, eventos e comunicados, sejam apoiados também por essas características. Fala-se com proximidade, positividade, clareza, interesse e segurança. Entender cada um dos públicos ajuda a direcionar melhor a conversa, de acordo com as necessidades, perfis e momentos de comunicação.

5.12 Política de atendimento aos discentes

5.12.1 Formas de acesso

Para ingressar na Faculdade de Direito Milton Campos, o aluno deverá submeter-se ao processo seletivo (obedecendo a critérios, prazos e regras descritos no edital), ou apresentar diploma de curso superior em outra graduação, ou mesmo por meio de transferência proveniente de cursos autorizados ou reconhecidos, mantidos por instituições de ensino superior nacionais ou estrangeiras, com as necessárias adaptações curriculares, em cada caso.

O Plano Nacional da Educação (2014-2024) registra em seu texto que, no conjunto da América Latina, o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, mesmo quando se leva em consideração o setor privado. Incorporando o entendimento de que o acesso ao ensino de qualidade é condição essencial para a superação das desigualdades sociais, a Faculdade de Direito Milton Campos buscará criar políticas que facilitem o acesso à educação superior, criando condições institucionais de atendimento ao discente, incentivando e apoiando iniciativas próprias e da mantenedora, com um extenso e variado programa de bolsas (bolsa mérito, bolsa monitoria, bolsa de iniciação científica), além da adesão aos programas de financiamento do governo, como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Financiamento Estudantil (FIES), e, ainda, um programa de financiamento próprio, em parceria com bancos privados, o Crédito PRAVALER.

Assim, a Faculdade de Direito Milton Campos, visando ao apoio financeiro aos seus alunos, disponibilizará os seguintes programas de bolsas de estudo e formas de financiamento:

Programa Universidade para Todos (Prouni)

Esse é um programa do Ministério da Educação (MEC) que oferece bolsas de estudos em instituições privadas de educação superior a estudantes de baixa renda sem diploma de nível superior. Para concorrer às bolsas, o aluno precisa ter prestado o Enem e alcançado uma média mínima de 450 pontos, além de não ter zerado a nota da redação. Há critérios específicos com relação à renda familiar, entre outros requisitos.

Financiamento Estudantil (FIES)

O Programa de Financiamento Estudantil (FIES) foi criado pelo Governo Federal em 1999 para oferecer aos alunos mais uma opção de financiamento dos estudos, dando prioridade àqueles que têm situação econômica menos privilegiada.

Crédito PRAVALER

O crédito universitário PRAVALER é um programa privado de financiamento estudantil fornecido pela empresa Ideal Invest, que permite ao estudante financiar seu curso de graduação em até o dobro do tempo de duração. O estudante precisa estar regularmente matriculado e pode se inscrever pelo site do PRAVALER.

5.12.2 Estímulos à permanência

A Faculdade de Direito Milton Campos assume uma responsabilidade ampliada na promoção da inclusão social, entendendo como compromisso assegurar não apenas o acesso, mas a permanência e a possibilidade de conclusão dos estudos no período regimental. Assim, promoverá ações junto aos seus alunos, descritas a seguir.

Nivelamento

Como parte da política de apoio ao discente, a Faculdade de Direito Milton Campos adota ações constantes de acolhimento, permanência e nivelamento, sendo este último um dos grandes desafios no processo de ensino-aprendizagem, em especial quando se considera a diversidade que forma o ambiente acadêmico em suas características e particularidades regionais, sociais, culturais e econômicas. Considerando esses fatores, a instituição busca aperfeiçoar seu ciclo pedagógico, acompanhando o desenvolvimento acadêmico do aluno e atuando para reduzir

eventuais disparidades formativas que possam dificultar o processo de aprendizagem de alguns discentes ingressantes no ensino superior. Ressalta-se que mais informações acerca dessas ações foram descritas no capítulo 4 deste documento.

Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI)

201

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI) é o órgão responsável por oferecer suporte psicopedagógico de intervenção e prevenção nos processos cognitivos, emocionais, sociais, culturais e pedagógicos do acadêmico da Instituição, atuando sobre os múltiplos fatores que possam estar interferindo em seu desenvolvimento integral e nas questões ligadas a aprendizagem, assim como oferecer subsídios para os docentes em seu trabalho em sala de aula, contribuindo para a formação humana, política, social e profissional da comunidade acadêmica.

Monitoria

Entende-se por monitoria uma modalidade de ensino-aprendizagem vinculada às necessidades de formação acadêmica do aluno e oferecida em uma ou mais disciplinas afins dos cursos de graduação. A monitoria terá como objetivos:

- ampliar e enriquecer a participação do aluno na vida acadêmica;
- incentivar a melhoria do processo de ensino-aprendizagem em determinada disciplina, fortalecendo a relação professor-aluno;
- favorecer o desenvolvimento de atividades de reforço escolar, visando ao aprimoramento do estudante e à superação de problemas de reprovação, evasão e falta de motivação;
- gerar condições de aperfeiçoamento do processo de formação do futuro profissional;
- possibilitar o aprofundamento teórico-prático e o desenvolvimento de competências e habilidades pertinentes à atividade do magistério;
- incentivar o interesse pela dedicação à docência e pelos programas de pós-graduação da instituição;
- permitir vivência pedagógica, contribuindo para a formação do aluno-monitor, visando à docência no ensino superior;
- promover a qualidade de ensino de maneira geral e, especificamente, em relação à área de conhecimento da(s) UC(s).

A monitoria objetiva o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem na perspectiva discente, em disciplinas que necessitam de apoio para acompanhamento de grupos de alunos, bem como a outras atividades previstas em normas internas. Será exercida por alunos regularmente matriculados, selecionados dentre os que se destacaram em determinadas disciplinas, demonstrando cultura e aptidão para a atividade. O número de monitores, a seleção, os critérios para a escolha das disciplinas, a forma de atuação e a gestão do serviço serão definidos conforme ato da direção da IES. A admissão de monitores, sob a responsabilidade da entidade mantenedora, será feita de acordo com a legislação em vigor e a seleção, coordenada pelo coordenador de curso. Ressalta-se que mais informações acerca dessas ações foram descritas no capítulo 4 deste documento.

Organização estudantil

A representação estudantil na Faculdade de Direito Milton Campos ocorrerá por meio da participação de alunos, eleitos por seus pares para um mandato de dois anos, nos seguintes órgãos colegiados:

- Conselho superior: órgão superior de direção acadêmica administrativa e disciplinar na IES;
- Colegiado de cursos, órgão deliberativo em matéria didática e científica e consultivo em matéria administrativa e disciplinar;
- Comissão Própria de Avaliação, comissão encarregada da autoavaliação institucional.

Diretórios acadêmicos

Será assegurado aos estudantes da Faculdade de Direito Milton Campos o direito à organização de seu Centro Acadêmico ou Diretório Acadêmico, conforme prevê o regimento da IES.

Relações e parcerias com a comunidade

A Faculdade de Direito Milton Campos busca estabelecer relações e parcerias com diversos agentes e organizações na sociedade. Essas relações e parcerias estimulam a integração entre teoria e prática, necessárias para a formação dos acadêmicos. Assim, a integração com os setores produtivos permite o desenvolvimento dos alunos como técnicos qualificados, éticos e capazes de contribuir para o crescimento e a perenidade das organizações produtivas.

A integração com a sociedade permite a formação de cidadãos capazes de intervenção e construção de uma sociedade com instituições sadias e cada vez mais aperfeiçoadas. A Faculdade de Direito Milton Campos busca interagir com o ambiente acadêmico, científico, produtivo e cultural, visando à socialização do saber produzido e à interação com o desenvolvimento científico e tecnológico detido por outras instituições.

De acordo com o seu regimento, a Faculdade de Direito Milton Campos pode firmar convênios com instituições educacionais, científicas, culturais, entidades de classe e empresas nacionais e estrangeiras. Tais convênios devem ser aprovados pelos colegiados de cursos.

6 POLÍTICAS DE GESTÃO

A estrutura organizacional da Faculdade de Direito Milton Campos, em termos de sua concepção administrativa e de sua interação intrínseca com sua missão institucional de educação para a transformação de realidades, mantém-se o mais próximo possível e disponível para suas comunidades interna e externa, adotando, para isso, a simplificação dos processos administrativos sem a perda efetiva do controle gerencial.

Como parte de uma *holding*, cuja mantenedora é o Centro Educacional de Formação Superior Ltda. - CEFOS, tem sua autonomia resguardada, mas sua atuação tem como baliza os indicadores internos de qualidade, provenientes do trabalho continuado de sua Comissão Própria de Avaliação, das visitas *in loco* do MEC, dos indicadores de qualidade externos, como o ENADE, e das expectativas do mercado que não se sobrepõem às da comunidade.

A autonomia da instituição lhe permite considerar como central a participação consciente de todos os setores que, diretamente ou indiretamente, têm ligações com seus processos – sejam os de ensino, sejam os de gerenciamento dos espaços acadêmicos, dando-lhes maior celeridade e efetividade. Assim, cabe ao Núcleo Acadêmico as decisões acadêmicas; ao Núcleo Financeiro, as análises financeiras que permitirão o desenvolvimento institucional; ao Gestão de Pessoas, as instruções legais do trabalho etc.

6.1 Oferta de cursos

A Faculdade de Direito Milton Campos oferta atualmente os cursos cujas informações se encontram no quadro a seguir.

Quadro 14 – Oferta de cursos

CURSO	MODALIDADE	TURNO	VAGAS ANUAIS	INTEGRALIZAÇÃO (EM ANOS)
Direito	Bacharelado	Noturno	374	5

6.1.1 Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição para o período de vigência do PDI

Além dos cursos em vigência nesta IES, foram protocolados os pedidos de oferta de curso no *campus* conforme informações seguintes.

Quadro 15 – Cronograma de implantação e desenvolvimento

CURSOS	GRAU	PROCESSO	VAGAS	MODALIDADE	TURNOS
Relações Internacionais	Bacharelado	202126439	200	Presencial	Matutino e Noturno
Direito	Bacharelado	202126472	1000	Educação a Distância	Não se aplica

A Faculdade de Direito Milton Campos, tem por objetivo ampliação de sua área de atuação aliada a otimização de seu processo de gestão, portanto pretende, no decorrer da vigência deste PDI, realizar a incorporação da Faculdade de Administração Milton Campos, que conta atualmente com dois cursos em atividade, que são: Administração e Ciências Contábeis.

6.1.2 Cursos de pós-graduação (*lato sensu*)

Atualmente, este é o portfólio de cursos de pós-graduação da Faculdade de Direito Milton Campos:

Quadro 16 – Cursos de pós-graduação

Curso	Modalidade	Turno	Vagas anuais	Integralização (em horas)	Início / Previsão
Ciências Penais	Presencial	Noturno	35	448	03/2009
Direito do Trabalho	Presencial	Noturno	35	448	03/2008
Direito Tributário	Presencial	Noturno	35	448	03/2004

Quadro 17 – Cursos de pós-graduação previsto para a vigência do PDI

Curso	Modalidade	Turno	Vagas anuais	Integralização (em horas)	Início / Previsão
Direito Penal e Processo Penal Aplicados	EAD	-	50	360	1/2022
Direito de Família e Sucessões	EAD	-	50	360	1/2022
Advocacia do Direito Negocial e Imobiliário	EAD	-	50	360	1/2022
Advocacia Tributária	EAD	-	50	360	1/2022
Advocacia no Direito Digital e Proteção de Dados	EAD	-	50	360	1/2022
Advocacia Previdenciária: Nova Previdência	EAD	-	50	360	1/2022
Direito Público Aplicado	EAD	-	50	360	1/2022
Direito Processual Civil Aplicado	EAD	-	50	360	1/2022
Advocacia Cível	EAD	-	50	360	1/2022
Advocacia Trabalhista	EAD	-	50	360	1/2022
Advocacia Contratual e Responsabilidade Civil	EAD	-	50	360	1/2022
Advocacia Empresarial	EAD	-	50	360	1/2022
Advocacia Societária	EAD	-	50	360	1/2022
Direito Digital e Proteção de Dados	EAD	-	50	360	1/2022
Advocacia Consumerista	EAD	-	50	360	1/2022
Direito Internacional Aplicado	EAD	-	50	360	1/2022
Advocacia Trabalhista - O Direito e o Processo do Trabalho Pós-Reforma	EAD	-	50	360	1/2022
Advocacia Empresarial Previdenciária e Previdência Privada	EAD	-	50	360	1/2022
Advocacia Contratual	EAD	-	50	360	1/2022
Métodos Adequados de Solução de Conflitos	EAD	-	50	360	1/2022

6.2 Corpo docente

6.2.1 Titulação

207

A capacitação docente, medida pela titulação formal, tem sido usada como um dos indicadores de avaliação das instituições de ensino superior brasileiras. Esse indicador fundamenta-se na ideia de que a titulação formal melhora a qualidade do docente e, conseqüentemente, a qualidade do ensino ministrado pela instituição. Os docentes capacitados possuem maior possibilidade de ministrar boas aulas (seja no plano formal, seja no de conteúdo) e de produzir conhecimento científico e tecnológico de qualidade.

Como essa evidência não tem sido contestada e, também, como não existem provas que contrariem esse pressuposto, tornou-se consenso a utilização desse indicador para medir a qualidade do ensino, sendo usado nas avaliações de cursos dos órgãos reguladores do sistema de ensino superior. O indicador, em geral, baseia-se ponderando diferencialmente a proporção de doutores, mestres e especialistas ou, simplesmente, analisando a proporção de doutores em relação aos demais professores das IES.

Assim, o corpo docente da Faculdade de Direito Milton Campos é constituído por professores habilitados, de reconhecida idoneidade moral e capacidades técnica e científica comprovadas, categorizados conforme determinações do Estatuto da Carreira Docente aprovado pelo Conselho Superior, e que assumem os compromissos dos princípios, valores e dispositivos explicitados no regimento da instituição, no regulamento que rege a carreira docente e nas normas emanadas no poder público.

6.2.2 Experiência no magistério superior e experiência não acadêmica

O corpo docente da Faculdade de Direito Milton Campos é composto por professores com formação acadêmica e qualificação profissional. O exercício profissional lhe garante um conhecimento característico e relevante, mas o exercício da docência exige uma formação específica, que estabeleça a conexão com os princípios gerais

que regem a relação ensino-aprendizagem, daí a importância de se privilegiar, prioritariamente, a contratação de um corpo docente oriundo de programas reconhecidos de mestrado e doutorado.

6.2.3 Regime de trabalho

O regime de trabalho e a forma de contratação do corpo docente são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou sob regime de prestação de serviço, e obedecerão às seguintes variações: hora-aula; regime de tempo integral; regime de tempo parcial; regime especial (entende-se por regime especial a forma de contratação de professor visitante).

Quadro 18 – Titulação do corpo docente atuante

Regime de Trabalho	Nº de Professores
Horistas	25
Tempo Parcial	09
Tempo Integral	36
TOTAL DE PROFESSORES	70

Quadro 19 – Docentes: Titulação x Regime de trabalho

TITULAÇÃO	Regime de trabalho					
	INTEGRAL		PARCIAL		HORISTA	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Doutor	23	32,86	6	8,57	5	7,14
Mestre	13	18,57	4	5,71	19	27,14
Especialistas	0	0	0	0	0	0
TOTAL	36	51,43	10	14,29	24	34,28

6.2.4 Expansão do corpo docente

É importante salientar que a contratação de docentes para o quinquênio dependerá da quantidade de cursos novos, vagas e turnos, mediante estudo de viabilidade. Ressalte-se que a expansão de professores manterá os indicadores necessários ao funcionamento da IES, conforme dispõem as legislações vigentes.

Quadro 20 – Cronograma de expansão do Corpo Docentes

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	ANO				
		2022	2023	2024	2025	2026
Doutor	Integral	23	24	25	26	28
	Parcial	6	7	8	9	10
	Horista	5	5	5	5	5
Mestre	Integral	13	12	11	10	8
	Parcial	4	3	2	1	-
	Horista	19	19	19	19	19

6.2.5 Critérios de seleção e contratação

O provimento na classe de professor é feito por portador de, no mínimo, diploma de pós-graduação *stricto sensu*, observando-se os títulos e as provas e/ou avaliações de didática e conhecimento para seleção e enquadramento no Plano de Carreira Docente, aprovado pelo Conselho Superior. A seleção de docentes é realizada em conformidade com o Estatuto da Carreira Docente e com outras disposições contidas em resoluções do Conselho Superior.

A política de seleção da Faculdade de Direito Milton Campos tem como premissa a valorização interna. No sistema de gestão docente, há um campo destinado para cadastro, pelos professores, de seu interesse e disponibilidade em lecionar disciplinas. A mantenedora, por meio da sua equipe do Gestão de Pessoas, divulga internamente para o *e-mail* de todos os docentes a abertura de novas vagas, ou seja, as vagas são primeiramente divulgadas para todas as IES integrantes da Ânima Educação.

Existe um fluxo de consulta ao sistema no qual ficam registradas as disponibilidades e as disciplinas de interesse dos atuais docentes e se esses dados possuem correspondência aos requisitos solicitados pela vaga. A seleção interna de professores é feita a partir do envio do currículo e da entrevista do docente com o coordenador de curso para o qual a vaga é ofertada. Caso não existam professores interessados e com disponibilidade para lecionar na Faculdade de Direito Milton Campos, a vaga é divulgada no sistema vagas.com e no site da mantenedora, e a seleção é feita externamente. Os docentes interessados se inscrevem e participam do

processo seletivo, que é composto por entrevista e banca de análise técnica, etapas acompanhadas pelo setor de Gestão de Pessoas e pelo coordenador do curso.

O processo objetiva avaliar competências técnicas e comportamentais, bem como alinhar expectativas do docente. A Faculdade de Direito Milton Campos possui política disponível na *intranet*, orientada pela transparência de critérios e procedimentos na contratação. Cada professor poderá candidatar-se a mais de uma disciplina, respeitando-se os seguintes critérios, para a graduação: apenas uma disciplina em cada turma; máximo de duas disciplinas em etapas seguidas (sujeito à aprovação do Colegiado de Curso); máximo de três disciplinas por curso, no bacharelado e na licenciatura, e duas disciplinas por curso na graduação tecnológica.

No processo de seleção dos docentes, serão utilizados os seguintes instrumentos:

- conteúdo programático (para disciplinas novas);
- plano de ensino comentado, conforme programa da disciplina;
- titulação;
- *curriculum lattes*: produção acadêmica e profissional, tempo e experiência docente, tempo e experiência profissional;
- análise do desempenho do candidato na instituição (em caso de recrutamento interno);
- entrevista estruturada, realizada pela Coordenação de Curso, com a participação da área de Gestão de Pessoas e de um docente do quadro funcional da mesma área de conhecimento da disciplina ofertada.

A contratação somente será feita até o dia 15 de cada mês para efeito de folha de pagamento. Caberá ao setor de Gestão de Pessoas, órgão vinculado à mantenedora, com o apoio da Diretoria da Faculdade de Direito Milton Campos, enviar relação da documentação admissional para o candidato selecionado.

6.2.6 Incentivo à permanência

Entre as políticas de permanência e profissionalização da Faculdade de Direito Milton Campos, destaca-se a bolsa de estudos. Este é um dos pilares da valorização das pessoas: por meio da bolsa, o docente e sua família podem desenvolver habilidades ou aprimorar conhecimentos.

A instituição visa à satisfação do colaborador e à integração com a família, embasada nos valores: comprometimento, cooperação, inovação, transparência e respeito. Além das bolsas de estudo, há programas de qualidade de vida como proposta de proporcionar momentos de integração e bem-estar. Suas atividades são alicerçadas nos pilares lazer e esporte, saúde e estética, cultura e artes e objetivam disseminar as práticas saudáveis e contribuir para a construção de um ambiente de trabalho agradável e acolhedor.

6.2.7 Procedimentos para substituição eventual

Em casos de eventual necessidade de substituição de professores, os docentes substitutos serão procurados, primeiramente, na própria instituição, por meio de recrutamento interno. O setor de Gestão de Pessoas, com o coordenador do curso, buscará o profissional que tenha competência técnica na área e carga horária com disponibilidade para esse acúmulo temporário. Os casos de licenças e outros afastamentos serão previstos e solucionados na época dos planejamentos semestrais dos coordenadores. Quando não houver, internamente, professores para tais substituições eventuais, os professores substitutos serão buscados no mercado de trabalho.

Em casos emergenciais, a contratação de docente substituto poderá ser feita por tempo determinado, por um período letivo, com a possibilidade de renovação. O professor visitante será admitido para atender a um programa especial de ensino, pesquisa e/ou extensão, ou por cooperação internacional, sendo contratado pelo prazo de até dois anos, permitida a renovação por igual período.

6.2.8 Políticas de capacitação docente e formação continuada

A cultura docente manifestar-se-á como elemento primordial para se acolher a proposta curricular na extensão dos seus propósitos educativos de formação dos alunos como indivíduos, cidadãos e profissionais. Para que os docentes possam promover o desenvolvimento permanente do projeto acadêmico, inovar as práticas pedagógicas e avaliativas, investigar metodologias inovadoras de aprendizagem e cumprir sua função de mentores facilitadores da aprendizagem dos alunos, eles deverão passar por processos contínuos de capacitação orientados pela constituição de uma certa identidade profissional.

De maneira geral, as propostas de formação continuada de docentes do ensino superior brasileiro têm apresentado pelo menos três barreiras que aparecem como pano de fundo de aspectos mais amplos e de contornos multifacetados:

- I. pouca ou nenhuma disposição das propostas de formação em enfrentar sistematicamente a inerente resistência de grande parte dos docentes em modificar suas práticas, ainda muito assentadas em teorias conservadoras de conhecimento, de didática e de avaliação;
- II. ações e iniciativas de formação ainda muito isoladas e esparsas, centradas em processos de atualização a partir da aquisição de informações científicas, didáticas e psicopedagógicas que estão descontextualizadas da real prática educativa do professor;
- III. concepção de conhecimento e de fazer docente que organiza os projetos de inovação da prática desvinculados do mundo real das salas de aula e ainda pensados como “treinamento” de professores, ministrados por indivíduos mais experientes.

É importante, contudo, considerar o ensino como uma prática social específica, que se dará no interior de um processo de educação e que ocorrerá informalmente, de maneira espontânea, ou formalmente, de maneira sistemática, intencional e organizada. Ao educar o professor de maneira formal, sistemática, intencional e organizada, será preciso considerar, como afirma Cardoso (2012), que ensinar é tarefa para profissionais, é um trabalho complexo que requer conhecimento, autonomia, autoria, prazer e criatividade. A formação continuada de professores será um importante eixo de sustentação do currículo e, nesse sentido, a busca constante por atualização se fará primordial. No currículo do Ecossistema Ânima de Aprendizagem, tem-se como premissa que conhecer é formar, e formar é conhecer.

Assim, a busca por uma formação continuada de professores objetiva a sua atuação em um currículo integrado, que trabalhará com unidades curriculares que exigirão que educadores de diversas áreas planejem os conteúdos de forma conjunta. Haverá uma relação de interdependência entre as áreas, e serão várias as ações que visarão à formação docente, desde fóruns, simpósios a encontros virtuais e presenciais, em que

diversas especificidades se juntarão para discutir determinado aspecto. Sobre o trabalho colaborativo entre docentes, Thurler e Perrenoud (2006) afirmam que:

O ensino não é exceção, ou então chega a ser pela enorme diversidade das referências possíveis. Isso é tão verdade que não poderíamos refletir isoladamente sobre a dimensão cooperativa do ofício de professor, já que ela representa apenas um componente de um imenso caleidoscópio cujos elementos se combinam e recombinaem sem cessar, segundo as vivências, as prioridades do momento, o ambiente e as relações de poder entre os diversos atores envolvidos (THURLER; PERRENOUD, 2006).

213

Um importante desafio, nesse sentido, reside justamente em como criar condições para formar professores com competências sem cair na tentação de sistematizar tudo e transformá-los em meros cumpridores de tarefas. Somente uma formação baseada na prática docente reflexiva e investigativa, almejando uma reformulação constante da identidade do professor e dos seus saberes e que leve em conta todas as dimensões do ser professor pode gerar, para além do fazer docente *stricto sensu*, uma reflexão sobre o fazer pedagógico.

A Faculdade de Direito Milton Campos considera que a atividade docente constitui processo que implica reflexão permanente sobre a natureza, os objetivos e as lógicas que presidem a concepção de educador na condição de sujeito que transforma e, ao mesmo tempo, é transformado pelas próprias contingências da profissão. Quaisquer propostas de formação de professores que tenham como fulcro a prática pedagógica, por mais elementares que sejam, devem perpassar a construção da identidade docente, respeitando as dimensões ético-políticas do processo de ensino-aprendizagem e os valores que regem a intencionalidade educativa (estético) no contexto de uma escola democrática.

A instituição defende que a identidade docente somente se constituirá se houver oportunidades para os professores compreenderem, praticarem e refletirem sobre novas estratégias de ensino, integrando três dimensões: os referenciais que constituem a prática pedagógica mencionada; as ações de trocas de experiências e de pesquisas colaborativas entre seus pares; e a constante ação-reflexão-ação, que vai da teoria à prática e vice-versa.

É com base nesses princípios que a Faculdade de Direito Milton Campos organiza sua proposta de formação docente, com o objetivo de que os professores compreendam os códigos do currículo integrado e o marco teórico do ensino para a

compreensão (EpC) para que desenvolvam suas habilidades didático-pedagógicas tendo em vista a realização do planejamento das unidades curriculares, com o uso de metodologias ativas de ensino e processos coerentes e inovadores de avaliação.

Além dessa formação continuada, serão também constituídas comunidades de prática, que visarão promover o compartilhamento de estratégias didático-pedagógicas, assim como possibilitar a construção coletiva e colaborativa de experiências de aprendizagem que promovam maior integração curricular e sentido para os estudantes. Essas comunidades de prática e os demais fóruns de participação de docentes e coordenadores concretizarão a “práxis educativa”, ou seja, o currículo em ação, que contará com a participação intelectual, criativa, crítica, dinâmica e integradora do corpo docente.

“Transformar o país pela educação”, a missão da Ânima Educação, terá, portanto, grande parte de sua sustentação na contínua formação de seus professores e gestores. Tratar-se-á de uma atitude e um olhar cuidadosos para a valorização das pessoas que planejam, organizam, executam e avaliam os trabalhos nas unidades e nos cursos com o objetivo de oferecer excelência na qualidade dos serviços educacionais prestados aos seus alunos, para uma formação integral, tanto do ser humano, quanto do profissional formado.

Tendo objetivos diversificados e direcionados a grupos específicos ou tendo em vista a integração de profissionais, o Programa de Formação Continuada da Faculdade de Direito Milton Campos a se organizará por meio de vários projetos, descritos a seguir.

Sala Mais

O Sala Mais é uma proposta de formação que ocorrerá no retorno às atividades docentes, após o período de férias ou de recesso, quando os professores se apresentarão para o planejamento do semestre, e também durante o período letivo, com atividades de formação sobre temas de interesse dos docentes. As edições do Sala Mais, no início dos semestres, terão como objetivo principal fortalecer a identidade docente, a cooperação profissional e a integração curricular como forma de construir aprendizagens significativas e engajamento discente.

Além da edição no início do semestre, serão promovidas atividades pontuais do Sala Mais ao longo do período letivo. Essas atividades abordarão temas específicos e visarão à ampliação e ao aprofundamento da compreensão sobre o tema, com reflexo nas atividades docentes. Várias serão as fontes desses temas, como: a avaliação que os docentes farão das atividades realizadas no Sala Mais e suas sugestões e interesses; e as expectativas e necessidades advindas das coordenações e direções e as demandas correntes, de acordo com o andamento das atividades.

O Sala Mais é, então, um espaço de estudo, reflexão e discussão sobre o currículo e seus desdobramentos no planejamento do ensino, na organização do trabalho pedagógico, nos processos avaliativos e na interlocução com os projetos acadêmicos. O planejamento do trabalho pedagógico baseia-se em alguns princípios teóricos:

- a integração entre professores, considerando que as unidades curriculares são desenvolvidas, geralmente, por dois docentes;
- a integração entre alunos e professores e entre os próprios alunos, nas várias comunidades de aprendizagem;
- o marco conceitual do ensino para a compreensão (EpC);
- a hibridez:
- a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A concepção dos currículos integrados terá como suporte para sua concretização o marco conceitual do ensino para a compreensão (EpC), já abordado nesse documento. O marco conceitual do EpC apresentará quatro elementos: tópicos geradores, metas de compreensão, desempenhos de compreensão e avaliação contínua, e implicará uma forma de pensar a atividade docente, a atividade discente e, conseqüentemente, de organizar o trabalho pedagógico, considerando que os elementos serão organizadores, estruturadores e orientadores desse trabalho e que a forma de lidar com esse planejamento será não linear. Dessa maneira, o Sala Mais e outras propostas de formação visarão à construção e ao aprimoramento dos desempenhos docentes.

Por tratar-se de atividade que abrange e atende a todos os docentes da Ânima Educação, o Sala Mais contará com multiplicadores que trabalharão com os grupos de professores organizados conforme o foco da discussão a ser feita. O grupo de

multiplicadores será formado pelos gestores de integração curricular, coordenadores regionais de área, professores em tempo integral e tempo parcial. São temáticas que podem ser abordadas no Sala Mais:

- compreensão do planejamento da unidade curricular a partir da definição do desempenho de compreensão final;
- avaliação contínua – *feedback*: conceitos e formas;
- acolhimento dos alunos com foco nos ingressantes e ingressantes tardios, considerando o contexto atual que envolve estes alunos;
- a hibridez materializada na rotação por estações;
- a busca ativa como parte do planejamento da unidade curricular, considerando que a pesquisa é parte do ensino;
- planejamento de unidades curriculares do semestre.

Formação de professores multiplicadores

A equipe do Programa Sucesso do Estudante organizará as atividades de formação de multiplicadores, na perspectiva da simetria invertida. Dessa forma, os multiplicadores vivenciarão as atividades de formação que coordenarão com os grupos de docentes. Durante a formação dos multiplicadores, haverá trocas de experiências e sugestões, no sentido de aprimorar as atividades a serem desenvolvidas com os docentes.

Formação de professores do Projeto Vida & Carreira

A formação para professores do Projeto Vida & Carreira visa ao conhecimento das diretrizes e dos princípios do Vida & Carreira enquanto projeto estratégico; da plataforma Vida & Carreira, sua proposta, recursos e a construção do currículo do futuro; e das responsabilidades e atribuições do professor-tutor. O conhecimento sobre o projeto será fundamental para o desenvolvimento de competências relacionadas ao emprego de recursos e estratégias metodológicas envolvendo as ações tutoriais e docentes no projeto.

Pela participação nas atividades de formação docente para o Projeto Vida & Carreira, o professor poderá avaliar e propor estratégias e recursos para as ações de docência

e tutoria nos âmbitos: “Eu comigo”, “Eu no mundo”, “Eu com os outros”, “Eu e o meu universo acadêmico” e “Eu e a minha carreira”, abordando tópicos e competências socioemocionais relacionadas ao desenvolvimento, nos alunos, de *soft skills* que possibilitem o seu protagonismo na vida acadêmica e pessoal, na gestão dos processos decorrentes da sua própria formação profissional e na constituição da carreira.

Ademais, o docente poderá desenvolver e aprimorar competências relacionadas ao conhecimento dos projetos de atenção ao estudante e dos princípios e diretrizes da tutoria, como: Bem-estar e Qualidade de Vida; (Sunrise; Entrelaços); Monitoria; Adapti; Entrantes Tardios; Nivelamento; UC Dual; Internacionalização; Extensão e Pesquisa. Além das competências relacionadas à ação tutorial, como acolher, conhecer, ambientar, acompanhar e encaminhar, e das competências relacionadas à disposição para a aprendizagem contínua, será possível colaborar com os pares e buscar constantemente o aprimoramento pessoal e profissional. Será possível, então, trabalhar em conjunto, realizando, coletivamente, o alinhamento das ações tutoriais/docentes com os princípios e diretrizes do projeto e das necessidades e características dos alunos.

Horário coletivo

O horário coletivo acontecerá, periodicamente, em dia da semana e horário fixo em todas as unidades acadêmicas. Envolverá os professores em tempo integral e em tempo parcial. O horário coletivo é considerado um momento de formação continuada que visa ampliar o conhecimento dos docentes em jornada sobre temas relevantes para a sua atuação no ecossistema, nos cursos e nas atividades do *campus*, por exemplo, a extensão e o acolhimento aos estudantes.

Simpósio docente

O momento do “Simpósio Docente” marca o início do semestre acadêmico. No evento, serão apresentadas as conquistas do semestre anterior e os desafios por vir. Será um momento de acolhimento, boas-vindas, confraternização e canalização de energias para o trabalho do semestre, além de constituir-se em evento de formação docente. Assim, como forma de inspirar os docentes para vencerem juntos os desafios,

educadores de renome nacional ou internacional serão convidados para dialogar com os professores sobre temas relevantes para a consolidação do Ecosistema Ânima e para a realização do currículo na IES.

O Programa de Desenvolvimento de Docentes incluirá, ainda, oferta de cursos de atualização e incentivará a participação em congressos, simpósios, seminários, oficinas de capacitação e cursos diversos. A Faculdade de Direito Milton Campos buscará investir no constante aprimoramento de seus professores, oferecendo-lhes conhecimentos adicionais e desenvolvimento de habilidades que possam melhor orientá-los na condução das atividades pedagógicas, com o intuito de capacitá-los para que possam fazer da sala de aula e de outros espaços de aprendizagem um ambiente agradável, tornando o aprendizado repleto de significado e mais prazeroso, obtendo, com isso, melhores resultados dos alunos.

Todo professor recém-admitido deverá, nas primeiras semanas após a admissão, participar de um treinamento de integração que lhe dará as boas-vindas e apresentará os sistemas que serão utilizados. Além desse treinamento, todo professor (novato e veterano) será convidado a participar do Simpósio dos Professores, que ocorrerá no início dos semestres letivos.

6.2.9 Plano de carreira do corpo docente

O corpo docente da Faculdade de Direito Milton Campos é constituído de professores titulares; professores adjuntos; professores assistentes; professores auxiliares; professores visitantes.

O provimento na classe de professor é feito por portador de, no mínimo, *diploma de pós-graduação stricto sensu*, observando-se os títulos e as provas e/ou avaliações de didática e conhecimento, conforme enquadramento do Plano de Carreira docente, aprovado pelo Conselho Superior. Professores de reconhecida competência poderão ser contratados como professores visitantes, por proposição da Faculdade de Direito Milton Campos, e aprovação da direção. Os critérios de admissão e de progressão da carreira docente são mostrados a seguir:

Quadro 21 – Critérios de admissão e de progressão da carreira docente

Carreira	Requisito	Processo	Acesso
Professor auxiliar	Grau de mestre ou grau mais elevado	▪ Julgamento de títulos, incluindo experiência profissional. ▪ Provas de didática e conhecimento. Conf. Regimento. ▪ Entrevista com banca examinadora e/ou diretoria.	Progressão horizontal: participação acadêmica
Professor assistente	Grau de mestre ou grau mais elevado	Julgamento de títulos, incluindo experiência profissional. • Provas de didática e conhecimento. Conf. Regimento. • Entrevista com banca examinadora e/ou diretoria.	Progressão horizontal: participação acadêmica
Professor adjunto	Grau de doutor ou grau mais elevado	Julgamento de títulos, incluindo experiência profissional. • Experiência em administração acadêmica: membro de conselhos, chefe de departamento, coordenador de curso, ou posições acadêmicas de direção. • Provas de didática e conhecimento. • Entrevista com banca examinadora e/ou diretoria.	Progressão horizontal: participação acadêmica
Professor titular	Grau de doutor ou notório saber	Julgamento de títulos, incluindo experiência profissional. • Experiência em administração acadêmica: membro de conselhos, chefe de departamento, coordenador de curso, ou posições acadêmicas de direção ou experiência destacada em pesquisa. • Provas de didática e conhecimento. Conf. Regimento. • Entrevista com banca examinadora e/ou diretoria.	
Professor visitante	Grau de mestre ou doutor	Entrevista técnica. • Perfil profissional. • Conclusão do processo com a diretoria.	

6.3 Corpo técnico-administrativo

6.3.1 Perfil do corpo técnico-administrativo

O corpo técnico-administrativo da Faculdade de Direito Milton Campos é constituído por profissionais qualificados, selecionados com base em seus currículos e suas referências profissionais. É política da instituição priorizar a formação acadêmica e a experiência profissional comprovada em suas contratações. A Faculdade de Direito Milton Campos adota como critérios básicos para seleção/contratação do pessoal técnico-administrativo:

- estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;
- ter escolaridade mínima exigida para o cargo;

- possuir a habilitação legal para exercício de profissão regulamentada, inclusive com registro no respectivo conselho de classe, na data da contratação, se for o caso;
- saúde compatível para o exercício do cargo, comprovada em inspeção médica competente;
- atender às exigências especificadas para o cargo pleiteado;
- demonstrar, por meio de entrevista e testes psicológicos, condições para a função pleiteada.

Para ocupação das vagas em aberto, é política da Faculdade de Direito Milton Campos dar prioridade ao recrutamento interno de funcionários que demonstrarem capacidade técnica, compromisso com a instituição, espírito empreendedor, liderança etc., compatíveis com as atividades específicas da função.

A Faculdade de Direito Milton Campos promove a qualificação de seu corpo técnico-administrativo por meio de treinamentos promovidos pela mantenedora. Cabe salientar que a expansão do corpo técnico-administrativo segue a implantação dos cursos autorizados, podendo variar de acordo com a demanda ou por necessidade identificada na própria IES. Outra observação relevante é que o pessoal técnico-administrativo é contratado em regime CLT.

A IES conta, atualmente, com o seguinte corpo técnico-administrativo:

Quadro 22 – Corpo técnico-administrativo

FUNÇÃO	2022
Bibliotecário	1
Secretaria geral	1
Auxiliar de coordenação	2
Auxiliar de secretaria	2
Auxiliar de tesouraria	5
Auxiliar de biblioteca	4
Coordenador administrativo	1
Técnico de informática	1
Técnico de laboratório	1
Auxiliar de serviços gerais	12
Recepcionista	1
Ponto dos professores	2

Auxiliar de informática	7
Pedagogo (NAPI)	1
Líder de Núcleo de Serviços e Manutenção	1
TOTAL	42

6.3.2 Plano de cargos e salários do corpo técnico-administrativo

Para todos os cargos, sempre que ocorrer uma contratação por aumento de quadro ou alteração de função, as competências serão criteriosamente analisadas e comprovadas conforme requisitos de competências definidos para novo cargo/função no SURC e validados pelo comitê de cargos.

Comitê de cargos: este comitê será composto pelos diretores e/ou líderes executivos. Serão encaminhadas ao comitê de cargos apenas contratações para aumento de quadro (solicitações), promoções e progressões (movimentações). As substituições de pessoal e movimentações por transferência não serão levadas ao comitê, cabendo apenas à Diretoria e ao Gestão de Pessoas a sua correspondente aprovação. Todas as solicitações e movimentações deverão estar de acordo com o SURC. Para que seja realizada a contratação ou a movimentação de pessoal, deverão ser observados, pelo líder solicitante, os seguintes critérios: viabilidade orçamentária; solicitação da contratação de pessoal ou da movimentação de pessoal conforme orientação dessa política; as normas do SURC antes de solicitar ou movimentar; envio do formulário para o Gestão de Pessoas para análise da solicitação.

6.3.2.1 Solicitação de pessoal ou movimentação de pessoal

Os formulários de solicitação ou movimentação de pessoal são documentos que deverão ser emitidos pelo gestor da área observando os critérios aqui citados. Caberá ao gestor da área encaminhar o formulário de solicitação ou movimentação ao Gestão de Pessoas. Este analisará a solicitação juntamente com o Comitê de Cargos ou diretamente com a diretoria para validação e aprovação. Caso a solicitação ou movimentação não seja aprovada, o Gestão de Pessoas avisará ao líder solicitante.

6.3.2.2 Recrutamento

O recrutamento é fundamentado de acordo com os valores da instituição, o perfil comportamental e a dimensão funcional do cargo em consonância com o SURC. O início do recrutamento dar-se-á a partir do momento em que a solicitação for autorizada pelo comitê de cargos ou pelo Gestão de Pessoas e diretoria nos casos citados anteriormente.

O recrutamento será feito, inicialmente, internamente, para que colaboradores, estagiários e jovens aprendizes (maiores de 18 anos) tenham a oportunidade de participar seleção para as vagas em aberto na instituição, independentemente do perfil da vaga a ser preenchida, enviando *e-mail* ao Gestão de Pessoas com cópia para seu líder imediato. Não haverá indicação do líder.

O Gestão de Pessoas fará a divulgação do perfil do cargo e das competências básicas consideradas indispensáveis para o preenchimento da vaga por meio de anúncio interno de acordo com o SURC. Todos os colaboradores/estagiários/jovens aprendizes serão submetidos à análise de potencial de forma a atender aos requisitos exigidos. Para participar do recrutamento interno, o colaborador deverá ter os seguintes requisitos:

- trabalhar, no mínimo, há seis meses na Faculdade de Direito Milton Campos.
- atender a todos os requisitos/perfil para o cargo, de acordo com o SURC.
- não receber o salário superior à faixa salarial definida para o cargo pretendido (este processo está aberto para casos em que o colaborador deseja a movimentação e solicita a redução de carga horária).
- não ter recebido sanção disciplinar nos últimos seis meses.
- não ter tido movimentação de salário e função nos últimos seis meses.

Esgotadas as possibilidades de aproveitamento no processo de recrutamento interno e com base nos dados contidos na solicitação de pessoal, será iniciado o processo de recrutamento externo. No recrutamento externo, poderão participar familiares de qualquer colaborador, desde que o cargo não seja de subordinação ou liderança do colaborador, ou seja, o parente não poderá exercer função de liderança ou de liderado no mesmo setor que o colaborador trabalhar, salvo em níveis hierárquicos iguais.

6.3.2.2.1 Seleção

As etapas que constituem a seleção da Faculdade de Direito Milton Campos são:

Primeira etapa: assim que receber a solicitação de contratação ou a movimentação de pessoal, caso necessário, o Gestor de Pessoas entrará em contato com o líder para alinhar os detalhes que serão trabalhados. Caberá ao Gestor de Pessoas utilizar os instrumentos necessários para avaliação psicológica de todos os candidatos, tais como: entrevista de triagem, teste psicológico, entrevista psicológica e/ou dinâmica de grupo.

223

Segunda etapa: são provas ou testes de conhecimento específico elaborados pela área de domínio (aplicados quando necessário).

Terceira etapa: caberá ao líder da vaga, de posse de todos os resultados, realizar entrevista final. Após a entrevista com o líder, o Gestor de Pessoas será responsável pela análise dos dados, sintetizando as informações em um parecer e discutindo com o líder da vaga os aspectos facilitadores e dificultadores.

Todos os candidatos e os líderes envolvidos no processo deverão receber o posicionamento do Gestor de Pessoas quanto ao resultado à medida que forem sendo eliminados ou aprovados. Os eliminados do processo deverão saber o resultado primeiro e, posteriormente, o retorno será dado ao colaborador aprovado. O líder receberá o retorno, de forma que ele atue no desenvolvimento de seu liderado.

6.3.2.3 Contratação

Devido às especificidades de folha de pagamento, a contratação somente será feita até o dia 15 de cada mês. Não será autorizada contratação fora do prazo. O colaborador só poderá iniciar suas atividades na instituição mediante liberação do Gestor de Pessoas e entrega de toda documentação.

6.3.2.4 Política para aplicação do plano de cargos e salários/carreira

O Plano de Cargos e Salários tem como objetivo básico a determinação das carreiras e da remuneração fixa (salário-base) de cada colaborador. Os critérios estabelecidos

estão dentro das premissas específicas da Política de Remuneração, respeitadas as particularidades de cada unidade.

A Faculdade de Direito Milton Campos remunera seus colaboradores em consonância com as melhores práticas do mercado e de maneira a possibilitar a chance de carreira e desenvolvimento dentro da instituição. As práticas de remuneração estão alicerçadas no Sistema de Remuneração e Carreira. Ressalta-se que o SURC se encontra disponível para consulta na biblioteca.

São princípios do Sistema de Remuneração e Carreira:

- a remuneração deve ser justa e compatível à média do mercado, de acordo com as atividades exercidas, o desempenho e a competência profissional, de forma a atrair, reter e valorizar sua força de trabalho;
- os resultados empresariais alcançados devem ser compartilhados, favorecendo as relações de parceria entre o capital e o trabalho, recompensando e motivando os colaboradores;
- os benefícios oferecidos por meio do Programa de Bem com Vida devem favorecer a qualidade de vida e o bem-estar social dos colaboradores e de seus familiares, contribuindo para a melhoria contínua do clima organizacional.

Dentro do salário indireto, são oferecidos diversos benefícios, como vale- alimentação ou refeição, vale-transporte, plano de saúde, plano odontológico, descontos em escolas de inglês, programa de qualidade de vida e o principal: a concessão de bolsas de estudo para curso superior e pós-graduação (graduação: até 90%; pós-graduação: até 50%; cursos de extensão: até 50%), que é maior do que o exigido pela convenção sindical e o que é dado pela maioria das instituições de ensino superior, de maneira realizar a valorização das pessoas.

6.3.2.5 Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo

A Faculdade de Direito Milton Campos promove a capacitação e o desenvolvimento de seus colaboradores, alinhando-os aos desafios e às necessidades da instituição,

visando à maximização do desempenho do seu capital humano e dos resultados empresariais, buscando o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

A instituição atua de forma estratégica desde o treinamento de boas-vindas aos novos colaboradores até ações direcionadas à formação de lideranças e equipes, podendo planejar e executar as ações em parceria com as pessoas. As ações seguintes estão previstas para a vigência do PDI:

Quadro 23 – Treinamento e desenvolvimento do corpo técnico-administrativo

TREINAMENTO	PÚBLICO	PERIODICIDADE
Boas-Vindas	Administrativo/ Liderança	Mensal
Datasul – Contratos	Administrativo	Semestral
Datasul – Recebimento Físico	Administrativo	Semestral
Datasul – Solicitações De Compra E Estoque	Administrativo	Semestral
Entendendo O Fies	Administrativo	Semestral
Parada Obrigatória	Administrativo	Semestral
Pdga	Coordenadores de Cursos	Anual
Programa De Desenvolvimento De Equipes Gp	Gestão de Pessoas	Anual
Protocolos	Administrativo	Semestral
Siaf Acadêmico	Administrativo /Comercial	Semestral
Siaf Financeiro	Administrativo /Comercial	Semestral
Ulife	Administrativo /Comercial	Semestral
Vestib Web/ Desktop	Administrativo /Comercial	Semestral
Oficina-Técnicas E Habilidades De Atendimento E Negociação	Administrativo - Caf	Semestral
Atendimento Em Vendas	Comercial	Semestral
Políticas E Condições Comerciais Da Ânima	Comercial	Semestral
Oficinas De Sistemas/Bibliotecas Virtuais: Oficina Pergamum E Pergamum Web	Administrativo /Biblioteca	Anual
Coordenadores - Fluxo De Retenção	Administrativo	Semestral
Sistema Sgd – Ocorrências De Ponto/ Disponibilidade E Indicações De Professores	Administrativo	Semestral
Regulatorio Digital	Administrativo	Semestral
Análise E Lançamento De Equivalência - Novo Currículo	Administrativo	Semestral

Treinamento Projeto Câmeras	Administrativo Ti/Nsi	-
Treinamento Docentes + Ti/Nsi - Acesso As Aulas Virtuais Do Zoom Como Host (Anfitrião)	Administrativo Ti/Nsi	-
Treinamento Sellbetti	Administrativo Ti/Nsi	-
Duplo Fator De Autenticação Ânima	Administrativo Ti/Nsi	-
Treinamento Nr	Administrativo Ti/Nsi	-
Paradigma- Homologação De Fornecedores	Administrativo	Semestral
Formação Regulatória Ânima	Administrativo	Anual
Treinamento - Segurança Do Trabalho	Administrativo	Semestral
Treinamento: Prática, Trabalho Em Altura	Administrativo	Semestral

Ânima ECOA

Para transformar o país por meio da educação, é preciso inovar de dentro para fora, reverberando o crescimento de quem também acredita no poder da educação e ampliando e pluralizando o conhecimento que é ensinado e aprendido na IES. A Faculdade de Direito Milton Campos acredita que a educação inova, impulsiona, transforma e pode ecoar para os mais diversos locais, multiplicando, fortalecendo e propagando saberes.

Dessa forma, os colaboradores da Faculdade de Direito Milton Campos fazem parte de um ecossistema de aprendizagem que está em constante movimento e em todos os lugares. Assim, foi desenvolvida a plataforma Ânima ECOA. Nela, os colaboradores podem criar uma trilha de aprendizado rumo ao seu desenvolvimento. Ressalta-se que a ECOA não é uma área ou apenas uma plataforma, um sistema, um depósito de conteúdos, uma squad ou uma universidade corporativa convencional. A ECOA busca transformar a vida e a carreira de quem transforma o país pela educação, ecoando experiências de aprendizagem que geram valor para a vida e para os negócios.

Para fazer o login, o colaborador deve usar o e-mail e a senha corporativos. Na plataforma, ele define a disciplina que quer cursar. Cada disciplina apresenta textos-base, vídeos e fóruns para discussão, além de material complementar. Estão disponíveis várias temáticas, tais como:

- Acesso geral – Kaizen

- Atendimento ao aluno – Conhecendo o ENADE
- Atendimento ao aluno – Formação técnica – Equipes de atendimento
- Atendimento ao aluno – Remanejamento de alunos calouros
- Comunicação assertiva
- Estratégias de facilitação online e presencial
- Gestão ágil na prática
- Gestão de tempo e prioridades
- Mindset ágil
- Salesforce

A Ânima ECOA é, então, a nossa universidade corporativa e traz trilhas do conhecimento em diversas áreas para que o colaborador possa seguir a jornada que mais combina com seu propósito profissional e de vida. O acesso é permitido a toda comunidade da Faculdade de Direito Milton Campos. Na plataforma, o colaborador também tem acesso às bibliotecas *on-line* a que a IES tem acesso: Ebsco, Senac, HSM Experience e Revista dos Tribunais.

6.3.2.6 Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo

Para atender ao desenvolvimento institucional, a Faculdade de Direito Milton Campos pretende expandir seu corpo técnico-administrativo para o quinquênio, conforme se segue:

Quadro 24 – Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo

FUNÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026
Bibliotecário	1	1	1	1	1
Secretaria geral	1	1	1	1	1
Auxiliar de coordenação	2	2	2	2	2
Auxiliar de secretaria	2	3	3	4	4
Auxiliar de tesouraria	5	5	5	5	5
Auxiliar de biblioteca	4	4	4	4	4
Coordenador administrativo	1	1	1	1	1
Técnico de informática	1	2	2	2	2
Técnico de laboratório	1	2	2	2	2
Auxiliar de serviços gerais	12	12	12	12	12
Recepcionista	1	1	1	1	1

Ponto dos professores	2	2	2	2	2
Auxiliar de informática	7	7	7	7	7
Pedagogo (NAPI)	1	1	1	1	1
Líder de Núcleo de Serviços e Manutenção	1	1	1	1	1
TOTAL	42	44	44	45	45

6.4 Processos de gestão institucional

6.4.1 Estrutura organizacional

Dada a importância do alcance da missão e dos objetivos da Faculdade de Direito Milton Campos, as diretrizes de funcionamento, estrutura e organização da instituição estão identificadas em seu regimento, sendo do conhecimento da comunidade acadêmica (docentes e discentes) e do corpo administrativo da IES. A estrutura organizacional foi desenvolvida de modo a privilegiar a participação, caracterizando-se pela democratização e descentralização. Essa percepção é atestada na prática da vida institucional e assegurada pelo Regimento da instituição.

Nesse contexto, os colegiados de curso e Núcleo Docente Estruturante são incentivados a reverem, periodicamente, o perfil do egresso, a matriz curricular, os planos de ensino e as metodologias de ensino com o objetivo de identificar a necessidade de ajustes diante da dinâmica do mercado. De igual modo, o Conselho Superior participa ativamente de todas as decisões estratégicas da instituição.

O planejamento estratégico, bem como o plano de metas da instituição, é elaborado de forma participativa, mediante a possibilidade de opinião de todos os segmentos da IES, apresentado nas diversas reuniões e concluído nas reuniões de fechamento em que todos os segmentos da Faculdade de Direito Milton Campos apresentam representantes.

6.4.1.1 Órgãos administrativos

Os órgãos de deliberação e de execução foram concebidos com poucos níveis hierárquicos, visando tornar mais fácil a comunicação, exigir menor controle e facilitar a gestão de processos e de rotinas e a delegação de competências, podendo obter, em consequência, maior envolvimento dos docentes, discentes e técnicos

administrativos. Nos órgãos colegiados, está assegurada a representatividade dos segmentos administrativo, discente e docente a fim de garantir o envolvimento da comunidade acadêmica, tanto na adoção das decisões, como na sua execução, com vistas a aprimorar o ensino ministrado.

A estrutura organizacional, inserida no Regimento da Instituição, é composta de forma a garantir a qualidade das atividades acadêmicas, dividindo-se em:

229

I - Colegiados:

- a) Conselho Superior - CONSU;
- b) Comissão Própria de Avaliação - CPA;
- c) Núcleo Docente Estruturante - NDE;
- d) Colegiado de Curso - Colec;

II - Da Diretoria:

- e) Diretor;
- f) Coordenadores de Curso; e
- g) Coordenador de Pesquisa e Extensão.

III - Órgãos Suplementares:

- a) Secretaria Acadêmica;
- b) Biblioteca;
- c) Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão - NAPI;

IV - Órgãos Internos Específicos e/ou Assessorias:

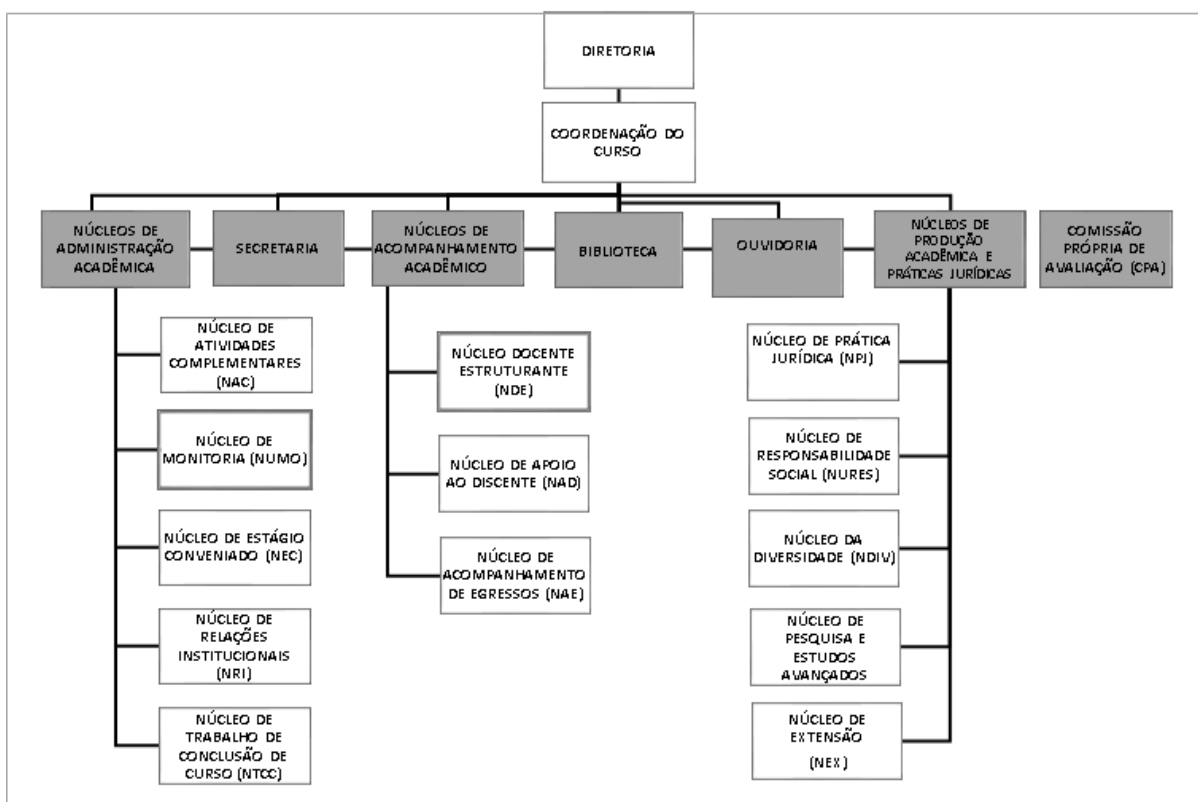
- a) Ouvidoria;
- b) Comissão Disciplinar Processante.

Na execução de seus trabalhos, a direção da instituição pode contar com órgãos de apoio acadêmico. Cabe aos órgãos colegiados de ensino e pesquisa da Faculdade de Direito Milton Campos a deliberação sobre o conjunto de atividades essenciais para a vida acadêmica consubstanciados nos artigos 53 e 54 da LDB, respeitadas a legislação pertinente e as diretrizes educacionais.

6.4.2 Organograma institucional da IES

A estrutura organizacional da, representada pelo organograma a seguir, tem como função precípua direcionar as suas ações para propiciar o desenvolvimento das competências profissionais de seus alunos.

Figura 18 – Organograma institucional da IES



6.4.2.1 Gestão e processos de decisão

A gestão e a tomada de decisão são realizadas considerando o que é estabelecido no Regimento, no PDI, no PPI e nos PPCs. Os objetivos e as metas estão estabelecidos no Planejamento Institucional, bem como o objetivo primeiro de maximizar o processo de ensino-aprendizagem.

Quanto às finalidades educativas, as decisões institucionais são tomadas pelo colegiado, pela mantenedora, pela diretoria e pelos coordenadores, tendo como

referência as avaliações institucionais realizadas semestralmente por todos os segmentos da instituição e pautadas pela missão e seus princípios norteadores.

Uso da gestão estratégica

A Faculdade de Direito Milton Campos promove ampla discussão para a elaboração do seu Planejamento Estratégico, oportunidade em que se buscará identificar cenários, antecipar problemas e prover soluções adequadas à consecução dos seus objetivos. Para a identificação de problemas futuros e para subsidiar a definição das ações necessárias, a estratégia mais eficaz será a presença e a participação efetiva dos coordenadores e do diretor acadêmico junto aos alunos no dia a dia da instituição.

231

Modos de participação dos atores na gestão

Nesse contexto, a participação é aberta a todos os segmentos e colaboradores e efetivada por intermédio das reuniões dos colegiados e NDE, reuniões administrativas e pedagógicas, das quais participam representantes de turma e outros discentes. Além disso, durante todo o período letivo, estimular-se-á a participação dos colaboradores nas tomadas de decisão que, embora sigam instruções normativas, formuladas e aprovadas nas instâncias previstas regimentalmente, e sejam conhecidas por toda a comunidade acadêmica, são compartilhadas e decididas de forma consensual.

Autonomia da IES em relação à mantenedora

Existe uma autonomia da Faculdade de Direito Milton Campos em relação à sua mantenedora, visto que, anualmente, o orçamento para o próximo ano é elaborado pela diretoria e pelos líderes administrativos. Após ser aprovado pela área financeira, cada ator tem autonomia para gestão.

Os órgãos colegiados estabelecem as diretrizes didático-científicas, administrativas e disciplinares na IES. No conselho superior, assim como no colegiado de cursos, existem representações docente e discente, além da participação dos responsáveis pela administração direta da instituição (diretor e coordenadores). No caso específico do conselho superior, estão presentes também representantes da mantenedora e da comunidade.

O núcleo docente estruturante estabelece políticas e diretrizes pedagógicas próprias para os bacharelados e para a graduação tecnológica, considerando as especificidades de cada curso. A diretoria da IES é exercida por uma pessoa que dirige, coordena, fiscaliza e superintende as atividades acadêmicas, administrativas e financeiras da IES, além de ser responsável pelo desenvolvimento de ações que levem à concretização das inscrições ao processo seletivo, à matrícula efetiva nos cursos oferecidos e à diplomação dos concluintes.

Os coordenadores de cursos serão professores designados pela diretoria da IES e têm por função assessorá-la a desempenhar todas as funções acadêmicas que lhe forem delegadas, devendo zelar pela manutenção do bom nível de qualidade dos cursos. Os coordenadores estarão disponíveis para atendimento aos alunos em dias e horários previamente acertados com a diretoria e divulgados aos colaboradores e aos alunos da instituição.

Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

A secretaria, dirigida pelo secretário acadêmico a ser designado pela diretoria da Faculdade de Direito Milton Campos, é o órgão central responsável pela organização da escrituração escolar, da matrícula inicial à graduação, providenciando que os registros acadêmicos sejam feitos de forma rápida, confiável e eficiente. Informações oportuna e corretas são fornecidas aos alunos e ao público interno e externo, por meio de um atendimento cortês e de qualidade, de segunda a sexta-feira. A secretaria tem por objetivo, ainda, gerir a Central de Atendimento Financeiro (CAF), com atendimento financeiro e de financiamentos.

A biblioteca é organizada de modo a atender aos objetivos da IES, criando condições para o estudo independente, o estímulo à pesquisa e a autoaprendizagem, que vão garantir o desenvolvimento de cada membro da comunidade escolar, como profissional e como pessoa, ao longo da vida. A biblioteca funcionará de segunda a sábado.

Os laboratórios de informática dão suporte especializado às atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo e proporcionando treinamento para o uso otimizado da informática nas atividades de ensino e pesquisa, bem como

normatização do uso de computadores, impressoras, fax e internet para fins didáticos e acadêmicos. Os laboratórios de informática funcionam de segunda a sábado.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI) proporciona apoio didático-pedagógico aos docentes sob a forma de assessoramento, divulgação de material informativo e orientação para repensar o processo de ensino-aprendizagem na relação com alunos que apresentem necessidades especiais ou dificuldades de aprendizagem. Seu objetivo é oferecer um suporte psicopedagógico de intervenção e prevenção nos processos cognitivos, emocionais, sociais, culturais e pedagógicos do acadêmico da Faculdade de Direito Milton Campos, atuando sobre os múltiplos fatores que possam estar interferindo em seu desenvolvimento integral e nas questões ligadas à aprendizagem, assim como oferecer subsídios para os docentes em seu trabalho em sala de aula, contribuindo para a formação humana, política, social e profissional da comunidade acadêmica.

6.5 Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional

A Faculdade de Direito Milton Campos, mantido pelo Centro Educacional de Formação Superior Ltda - CEFOS, elabora seu orçamento anual, considerando:

- a) a projeção das receitas: mensalidades ou anuidades dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão ou projetos em parcerias;
- b) a projeção dos custos com pessoal (docentes e profissionais técnico-administrativos);
- c) a projeção dos custos com serviços de terceiros;
- d) a projeção dos custos diretos e indiretos;
- e) a previsão de evasão de alunos;
- f) a previsão de inadimplência.

A peça orçamentária é elaborada a partir do levantamento dos cursos ofertados, tendo como base o número de alunos por turma, as cargas horárias dos docentes, os índices de reajustes inflacionários, os salários e as demais informações obtidas pelos relatórios contábeis produzidos até o início dos trabalhos.

Elaborados os levantamentos de receitas e dos custos e identificados os resultados, são projetados os investimentos. O orçamento é aprovado em conjunto com a

Diretoria Financeira e a mantenedora. Após aprovado, sua execução segue o planejamento central estratégico no enfoque econômico-financeiro.

O balanço anual é auditado por auditoria independente, cujos exames são conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, compreendendo:

- o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da entidade;
- a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas;
- a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto e com base nos últimos exercícios.

Com esse planejamento, a Faculdade de Direito Milton Campos tem como objetivo atender às suas necessidades e demandas, além de acompanhar mensalmente o planejamento econômico e financeiro como uma ferramenta técnica capaz de auxiliar na análise dos resultados obtidos e, ao mesmo tempo, fornecer parâmetros confiáveis para a tomada de decisões pelos gestores.

6.5.1 Plano de investimento

O plano de investimento varia conforme as receitas da instituição e os índices da economia. Os investimentos necessários à instituição visam consolidar e expandir a oferta de cursos e as vagas atualmente existentes, além de possibilitar a ampliação com qualidade das atividades da instituição em termos de ensino, pesquisa e extensão. Para isso, é demandado um aporte substancial de recursos, que deverá ser suficiente para cobrir as necessidades de custeio, pessoal e investimentos.

As ações de investimento para a instituição têm como princípio as diretrizes do PDI, desenvolvido no âmbito da instituição, tendo como fator principal o enquadramento das metas e o planejamento do espaço físico em concordância com as necessidades

didático-pedagógicas. Os demonstrativos de capacidade e de sustentabilidade financeira, projetados para os próximos cinco anos, encontram-se no tópico a seguir.

6.5.2 Projeto orçamentário

Quadro 25 – Projeção orçamentária

Milton Campos	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS	11.323.909	12.679.442	14.176.341	15.828.601	17.651.574
Anuidades/Mensalidades (+)	16.919.158	18.526.478	20.286.494	22.213.711	24.324.013
Bolsas e Devoluções (-)	-4.618.154	-4.825.971	-5.043.139	-5.270.081	-5.507.234
Impostos (-)	-593.673	-620.388	-648.306	-677.479	-707.966
Diversos (+)	0	0	0	0	0
Financiamentos (+)	0	0	0	0	0
Inadimplência (-)	-383.423	-400.677	-418.708	-437.549	-457.239
Serviços (+)	0	0	0	0	0
Taxas (+)	0	0	0	0	0
DESPESAS	-14.979.122	-15.653.182	-16.357.576	-17.093.667	-17.862.882
Acervo Bibliográfico (-)	0	0	0	0	0
Aluguel (-)	-245.064	-256.092	-267.616	-279.659	-292.244
Despesas Administrativas (-)	-2.017.743	-2.108.542	-2.203.426	-2.302.580	-2.406.196
Encargos (-)	0	0	0	0	0
Equipamentos (-)	0	0	0	0	0
Eventos(-)	0	0	0	0	0
Investimento (compra de imóvel) (-)	0	0	0	0	0
Manutenção(-)	0	0	0	0	0
Mobiliário(-)	0	0	0	0	0
Pagamento Pessoal Administrativo (-)	-3.672.004	-3.837.244	-4.009.920	-4.190.366	-4.378.933
Pagamento Professores (-)	-8.868.701	-9.267.792	-9.684.843	-10.120.661	-10.576.090
Pesquisa e Extensão(-)	-117.073	-122.342	-127.847	-133.600	-139.612
Treinamento(-)	-58.537	-61.171	-63.923	-66.800	-69.806
RESULTADO	-3.655.213	-2.973.740	-2.181.234	-1.265.065	-211.308

TOTALIZAÇÃO	Receitas	Despesas	Total Geral		
	71.659.867	-81.946.428	-10.286.561		

6.5.3 Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna

Uma instituição de ensino superior, por sua natureza, tem papel de grande destaque para o desenvolvimento das sociedades e, exatamente por isso, deve garantir uma base financeira estável, gerenciada de maneira justa e eficiente, com um sistema de captação bem planejado. Para manter a coerência com a visão e a missão, a Faculdade de Direito Milton Campos auxilia seus alunos a realizarem seus sonhos e, portanto, a sustentabilidade financeira é a garantia da continuidade do alcance desse objetivo, devendo ser vista com a seriedade que merece. Afinal, essa sustentabilidade é fruto de uma gestão ética e responsável e vem atrelada mais a indicadores sociais do que tão somente financeiros.

Desse modo, a comunidade interna é partícipe desse processo, quer seja quando trabalha ativamente na captação, quer seja quando se desdobra para manter e/ou ampliar a qualidade dos cursos e dos serviços (principalmente os de atendimento às demandas do aluno) a fim de evitar ou minimizar a evasão. Bons cursos, bons professores, boa reputação e o valor da marca são atrativos de mercado que precisam ser mantidos.

Assim, os coordenadores são convidados a elaborar o orçamento anual de seu curso, visando dar-lhes a medida exata de que esse gerenciamento é o que possibilita o desenvolvimento financeiro-administrativo, a manutenção da qualidade e a eficiência operacional. E, assim, a expectativa de crescimento, via expansão, pode ser mantida.

Essa corresponsabilidade também se estende aos líderes de área e aos diretores. Todos se envolvem e buscam trazer elementos das avaliações internas e externas em suas considerações e solicitações. O resultado da avaliação interna, disponibilizado pela CPA, tem sido de grande importância na tomada de decisão de onde investir e o que precisa ser colocado em perspectiva de maior ou menor prazo. Cada visita *in loco* fornece também elementos importantes quanto ao investimento necessário para espaços, equipamentos e laboratórios. Por isso, a equipe do Regulatório, ao trazer esses elementos, amplia a visão da Faculdade de Direito Milton Campos e sustenta a tomada de decisão.

A centralidade do papel da comunidade interna em relação à sustentabilidade financeira pode ser ainda destacada quando é ressaltada a contribuição do Comitê de

Ética: cada vez que uma denúncia é recebida, quaisquer ações de corrupção, fraudes ou quebra da integridade da vida acadêmica serão impedidas ou mitigadas.

7 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

7.1 Infraestrutura geral

A Faculdade de Direito Milton Campos, localizada na Rua Senador Milton Campos, 202, Vila da Serra, município de Nova Lima, estado da Minas Gerais, possui localização estratégica e acesso diversificado. Os espaços físicos da instituição possuem infraestrutura adequada e atendem às necessidades exigidas pelas normas institucionais, pelas diretrizes dos cursos e pelos órgãos oficiais de fiscalização pública. A edificação conta com sistema de ventilação natural e artificial (ar-condicionado) em sua totalidade e acabamentos civis com o objetivo de facilitar a manutenção e a higienização.

As instalações são totalmente acessíveis e atendem à legislação vigente: NBR 9.050/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas; Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205, 206 e 208; decretos 5.296/2004, 6.949/2009 e 7.611/2011; Portaria n. 3.284/2003. A instituição inseriu no sistema e-MEC o plano de garantia de acessibilidade e o plano de rota de fuga, conforme prevê o Decreto n. 9.235/2017.

A unidade tem em todos os seus ambientes de aprendizagem um adequado sistema acústico, eliminando qualquer possibilidade de prejuízo ao ensino, bem como sistema de iluminação, respeitando as normas vigentes e com limite mínimo de 10w de iluminação fluorescente/m² nos ambientes de educação – biblioteca, salas de aula, ambientes administrativos e laboratórios.

Todo o *campus* conta com sistema de prevenção e combate a incêndio adequado e aprovado junto à corporação do município, tendo em todos os seus ambientes um sistema de iluminação de emergência eficaz e seguro, bem como todos os recursos necessários para uma correta proteção aos usuários do local.

A unidade estará coberta por rede Wireless, além de rede de TI física e pontual quando necessário, contando com uma sala para o Centro de Processamento de Dados, onde serão alocados *links*, servidores e demais ativos de informática para um eficaz atendimento às demandas da Faculdade de Direito Milton Campos.

Conta com uma equipe exclusiva de limpeza, e os ambientes são limpos duas vezes ou mais por dia, dependendo da necessidade. A infraestrutura é composta pelos

espaços descritos nos tópicos a seguir. O detalhamento de cada um desses espaços, em específico no que se refere, por exemplo, à capacidade, metragem, mobiliário, será apresentado *in loco*.

Quanto aos recursos tecnológicos, o setor coloca à disposição dos corpos docente e discente equipamentos diversos, tais como: televisores, projetores multimídia, notebooks e aparelhagem de som em sala de aula e auditório.

239

A manutenção e a guarda do acervo acadêmico da Faculdade de Direito Milton Campos obedecem ao disposto na Portaria n. 1.224, de 18 de dezembro de 2013. Todo acervo é organizado seguindo as regras de arquivamento e descarte conforme previsto nessa norma. A documentação acadêmica segue critérios de indexação e padronização para que as informações sejam seguras e de fácil acesso aos usuários.

7.2 Instalações administrativas

As instalações administrativas são adequadas aos usuários e às atividades exercidas. Todas as salas têm boa acústica, iluminação e ventilação. Todos os mobiliários são adequados às atividades. Em função da previsão de expansão, ainda na vigência deste PDI, do quadro docente e técnico-administrativo, as instalações administrativas devem ser redimensionadas a partir da demanda e de um planejamento prévio. As salas são limpas três vezes ao dia e têm lixeiras em seu interior e nos corredores.

7.3 Salas de aula

Ambientes com iluminação e ventilação adequadas, as salas da Faculdade de Direito Milton Campos estão equipadas com lousa e televisores de tela plana. Além desses equipamentos, os professores podem requisitar outros aparelhos necessários no setor de Recursos Tecnológicos. As salas de aula possuem estrutura física adequada para os usuários e para as atividades exercidas. Todas têm boa acústica e possuem iluminação e ventilação. Os mobiliários são adequados às atividades. A definição das salas para os cursos se dará em função do número de matriculados, estabelecendo uma relação entre a adequação do espaço à prática pedagógica, bem como os recursos tecnológicos que serão utilizados. Elas poderão ser, ainda, reavaliadas sempre que for preciso atender à questão da acessibilidade, preservando-se sempre o que for melhor para o corpo discente. As salas serão limpas a cada término de período e terão lixeiras em seu interior e nos corredores.

7.4 Auditório

O *campus* conta com auditório, com cadeiras móveis confortáveis, projetor multimídia, sonorização e demais recursos audiovisuais necessários. Os espaços também contam com sanitários. A acústica do ambiente é perfeita, com revestimento eficiente para evitar reverberação, bem como dissipação de som pelo *campus*. A limpeza do ambiente é feita diariamente e conforme necessidades de uso. Todo o ambiente será coberto por rede Wireless e alguns pontos de rede física de TI. A iluminação fluorescente será condizente com o ambiente. A acessibilidade a PCD será contemplada em sua integridade.

7.5 Salas de professores

A sala dos professores da Faculdade de Direito Milton Campos possui espaço suficiente, tanto para a convivência e interação, quanto para a realização de trabalhos coletivos entre os docentes, além de telefone e computadores conectados à internet. Há também espaço apropriado para os professores em regime de tempo integral, privilegiando a interlocução com seus pares e a necessária tranquilidade para as atividades de estudo e pesquisa.

7.5.1 Instalações para as coordenações de curso

As instalações que se destinam às coordenações de cursos facilitam a interação entre os coordenadores e a direção e o desenvolvimento de ações compartilhadas na Faculdade de Direito Milton Campos. Os espaços físicos são adequados para as atividades exercidas. Possuem mobiliário e equipamentos adequados para as atividades acadêmico-administrativos.

7.6 Espaço para atendimento aos discentes

Há também espaço para atendimento individual aos alunos, a fim de garantir a privacidade do aluno quando estiver em atendimento, seja com os professores, seja com a coordenação de curso. Esse espaço procura garantir uma atmosfera de acolhimento e disponibilidade.

7.7 Espaços de convivência e de alimentação

A Faculdade de Direito Milton Campos disponibiliza espaços para convivência e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades culturais e de recreação para alunos, professores e funcionários técnico-administrativos. São estabelecidas parcerias

com fornecedores locais que possam ofertar serviço de alimentação, garantindo o atendimento apropriado dessa demanda.

7.8 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas

A IES conta com laboratórios de ensino compartilhados e também laboratórios específicos, devidamente equipados para as atividades práticas que atendem às demandas didático-pedagógicas dos cursos ofertados pela Faculdade de Direito Milton Campos.

241

Os laboratórios são acessíveis aos alunos com necessidades especiais e permitem a realização de atividades pedagógicas práticas que se somarão à parte teórica trabalhada em sala de aula. São disponibilizados recursos didáticos, em sintonia com o conteúdo programático teórico. A atualização dos equipamentos e a disponibilidade de insumos para a realização de atividades práticas e a consolidação do processo de aprendizagem estão previstas em orçamento anual, o que garante a possibilidade de permanente adequação do laboratório às necessidades do curso. Existem normas de funcionamento e acesso aos laboratórios, normas de segurança, roteiros de aulas práticas e instruções de trabalho para os equipamentos envolvidos nas atividades práticas.

Destaca-se que tanto o planejamento da atividade prática, como a análise sistemática dos resultados obtidos são trabalhados com os alunos em concordância com a teoria abordada em sala de aula, objetivando a integralização dos conteúdos do curso e a consolidação dos conceitos trabalhados em efetivo processo de aprendizagem teórico-prático.

O *campus* possui também laboratórios de informática com capacidade média de 20 computadores ligados à internet e que ficam diariamente à disposição dos alunos. Os laboratórios são utilizados por professores e alunos, para a realização de trabalhos acadêmicos; pela administração, para a realização de trabalhos técnicos; para a promoção de cursos de informática (treinamentos); para ações de extensão social. Além disso, juntamente com os recursos tecnológicos existentes em outros ambientes, os laboratórios apoiam o objetivo permanente de incluir o uso dos recursos de tecnologia de informação na rotina de trabalho de professores e alunos.

Todos os equipamentos passam por processo de *upgrade* em determinados períodos, atualizando *softwares* e *hardwares*. Para a manutenção dos equipamentos dos laboratórios, são utilizados os termos de garantia, no período em que estiver em vigor, sendo feito, em seguida, contrato de manutenção com empresa especializada. É mantido, na unidade, responsável técnico de suporte para solucionar problemas do dia a dia.

7.9 Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA

A Comissão Própria de Avaliação da instituição conta com uma sala devidamente equipada e preparada com computador e acesso à internet. No espaço, é possível realizar todas as atividades pertinentes ao processo de avaliação, além das reuniões e apresentação do relatório semestral consolidado e produzido com o resultado das atividades correspondentes a cada especificidade dos segmentos da IES.

7.10 Biblioteca

De natureza universitária, a biblioteca da Faculdade de Direito Milton Campos tem como missão promover, com qualidade e em tempo hábil, o acesso, a recuperação, a disseminação e a transferência da informação a toda comunidade acadêmica, viabilizando a plena atuação da IES e contribuindo para a formação profissional e pessoal do cidadão, cooperando, desse modo, para o desenvolvimento social, tecnológico, científico, cultural e econômico da região e da sociedade na qual estará inserida.

7.10.1 Biblioteca: infraestrutura

A biblioteca da Faculdade de Direito Milton Campos oferece serviços à comunidade acadêmica e à comunidade em geral por meio da disponibilização de seu acervo e do oferecimento de serviços de informação que atendem à demanda de seus usuários potenciais. A biblioteca possui salão reservado para acervo, onde está situado o balcão de atendimento, terminais de consultas à base de dados de periódicos científicos internacionais, terminais de empréstimo, computadores para acesso à internet, salas de estudo em grupo e espaços individuais.

Para atender às diferentes demandas da comunidade acadêmica, a biblioteca oferece livre acesso às estantes e empréstimo domiciliar de materiais impressos, audiovisuais

e eletrônicos. Oferece também amplo salão de estudos com mesas para trabalho, separado do espaço destinado para o acervo. Há baias individuais destinadas ao estudo e à consulta, além de acesso à internet e ao acervo.

O sistema que a biblioteca da Faculdade de Direito Milton Campos utiliza é o Pergamum, em que consta o acervo não só com livros da bibliografia básica das disciplinas ofertadas, como também da bibliografia complementar, além de livros para consulta interna, dicionários, e-books, enciclopédias, periódicos, jornais, mapas e materiais audiovisuais especializados nas áreas de atuação das unidades.

243

A Faculdade de Direito Milton Campos mantém assinaturas das bases de dados multidisciplinares da EBSCO e Vlex, conforme quadro abaixo:

Quadro 26 – Bases de Dados disponíveis para Consulta

Bases de Dados	Conteúdo
Vlex	Revistas especializadas e atualizadas, coleções de doutrinas essenciais, legislação comentada e pareceres da área jurídica.
Academic Search Premier	Ciências biológicas, sociais, humanas e aplicadas; educação, engenharias, idiomas e linguística, arte e literatura; tecnologia da informação, negócios, medicina, direito, arquitetura, design, comunicação.
Dentistry & Oral Sciences Source	Odontologia geral e estética, anestesia dental, saúde pública, ortodontia, odontologia forense, odontologia geriátrica e pediátrica, cirurgia.
Business Source Premier	Negócios, incluindo contabilidade e impostos, finanças e seguros, marketing e vendas, ciências da computação, economia, recursos humanos, indústria e manufatura, direito, psicologia para negócios, administração pública, transporte e distribuição.
SPORTDiscus With Full Text	Medicina esportiva, fisiologia do esporte e psicologia do esporte à educação física e recreação.
World Politics Review	Análise das tendências globais.
Nutrition Reference Center	Conteúdo sobre nutrição, desde dietas específicas a condições até habilidades e práticas dietéticas, elaboradas por uma equipe de nutricionistas e nutricionistas de classe mundial.
MEDLINE Complete	Revistas biomédicas e de saúde.
Fonte Acadêmica	Agricultura, ciências biológicas, ciências econômicas, história, direito, literatura, medicina, filosofia, psicologia, administração pública, religião e sociologia
Engineering Source	Engenharia Civil, Elétrica, Computação, Mecânica, entre outras.
EBook Academic Collection	Todas as áreas do conhecimento.
Regional Business News	Esta base de dados fornece cobertura abrangente de texto completo de publicações regionais da área de negócios. O Regional Business News incorpora mais de 80 publicações de negócios regionais cobrindo todas as áreas urbanas e rurais nos EUA.

Ageline	O AgeLine é a fonte premier da literatura de gerontologia social e inclui conteúdo relacionado a envelhecimento das ciências biológicas, psicologia, sociologia, assistência social, economia e políticas públicas.
Legal Collection	Essa base de dados contém o texto completo de mais de 250 das mais respeitadas revistas acadêmicas de direito do mundo. O Legal Collection é uma fonte reconhecida de informações sobre atualidades, estudos atuais, pensamentos e tendências do mundo jurídico.

A Faculdade de Direito Milton Campos disponibiliza também cinco plataformas de bibliotecas virtuais, a Biblioteca Digital *Pearson*, a Minha Biblioteca, Biblioteca Digital Senac, Biblioteca Digital ProView e plataforma eBook Academic Collection da EBSCOhost, para contribuir com o aprimoramento e aprendizado do aluno. Com diversos recursos interativos e dinâmicos, permite o acesso à informação de forma prática e eficaz, contando atualmente com cerca de **223.000** títulos. As plataformas estão disponíveis gratuitamente com acesso ilimitado para todos alunos e professores. O acesso é disponibilizado pelo sistema Ulife.

As bibliotecas virtuais tem como missão disponibilizar ao aluno mais uma opção de acesso aos conteúdos necessários para uma formação acadêmica de excelência a partir de um meio eficiente, acompanhando as novas tendências tecnológicas. A Faculdade de Direito Milton Campos, dessa forma, está comprometida com a formação e o desenvolvimento de um cidadão mais crítico e consciente.

Quadro 27 – Nível de informatização da biblioteca

Tipos	Nenhum	Parcial	Total
Acervo de livros			X
Serviço de empréstimo			X
Estatística			X
Internet			X
Banco de teses			X
Banco de casos	X		
Midiateca			X
Bases de dados			X
Repositório institucional			X

O espaço físico da biblioteca é ser um ambiente adequado às atividades propostas, com dimensão, iluminação, ventilação, acústica, tonalidade, comunicação visual, disposição do mobiliário, equipamentos e acessibilidade atendendo aos padrões

exigidos, proporcionando aos alunos e aos demais interessados comodidade para seus estudos.

Para segurança e escoamento dos usuários, o local possui saída de emergência e extintores de incêndio, de tal modo que haja completa proteção no ambiente. Existe adequado acesso aos portadores de necessidades especiais. O espaço físico projetado está preparado para atender às necessidades dos usuários como permanência para estudo, reflexão, pesquisa, estudos em grupo, entre outras atividades de leitura e atualização. O ambiente é desenvolvido com materiais e acabamentos dentro dos padrões utilizados para grande fluxo de pessoas, apresentando uma arquitetura moderna.

245

Funcionamento e serviços que são oferecidos:

- empréstimo domiciliar facultado a alunos, professores e colaboradores administrativos;
- acesso e consulta *in loco* ao acervo abertos ao público interno e externo da unidade;
- pesquisa bibliográfica *on-line* pelos micros de consulta;
- serviço de referência, atendimento pessoal, pelo telefone ou pelo *e-mail*, com esclarecimento e orientações sobre as fontes de pesquisas existentes;
- orientação, via elaboração de referências bibliográficas, em trabalhos acadêmicos, monografias e teses, em complementação aos dados fornecidos pelos professores de Metodologia Científica em sala de aula, em consonância com as normas ABNT;
- orientação quanto ao uso da biblioteca para otimização do uso dos recursos e dos materiais oferecidos, permitindo livre acesso às estantes e aos mobiliários de armazenamento dos materiais especiais.
- materiais audiovisuais que acompanham os livros;
- disponibilização de micros e/ou dispositivos eletrônicos para pesquisa na internet, além de vários terminais de acesso existentes nos laboratórios de informática;
- empréstimo informatizado: Sistema *Pergamum* integrado ao Sistema de Controle Acadêmico, com cadastro automático do corpo discente.

A biblioteca conta com profissional formado em biblioteconomia e registro no conselho regional (CRB).

7.10.2 Biblioteca: plano de atualização do acervo

A aquisição ocorre durante todo o ano, consoante indicações contidas no Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs) e de acordo com a política de desenvolvimento de acervo. No decorrer do semestre, também pode ser adquiridas obras relevantes para os cursos ou aquelas de caráter de interesse geral, cuja existência no acervo seja importante. Os pedidos feitos envolvem livros, vídeos e outros materiais.

O planejamento econômico-financeiro da instituição contempla os recursos necessários à ampliação do acervo bibliográfico, ao aumento e à capacitação dos recursos humanos, à informatização e à ampliação das instalações físicas da biblioteca. O plano de expansão e melhoria da biblioteca volta-se para os aspectos de espaço físico e de acervo (bibliográfico e audiovisual), tendo por objetivo facilitar o acesso às fontes informacionais.

Quanto ao sistema de classificação dos materiais informacionais que compõem o acervo, a biblioteca adota um sistema de classificação decimal para organização física. A conservação e a preservação do acervo bibliográfico estão baseadas em uma política segura em relação aos recursos adequados e às técnicas apropriadas para prolongar a vida útil dos suportes de informação, garantindo a integridade física desse patrimônio e visando à sua preservação.

Assim, a crescente atenção às necessidades individuais é uma tendência marcante da educação de nossos dias, pois o desenvolvimento tecnológico vem colocando ao alcance das instituições de ensino uma grande variedade de novos recursos de comunicação, de transmissão de conhecimento. Isso determina a modificação do conceito convencional de biblioteca escolar.

7.10.3 Biblioteca: programas de treinamento e orientação para os usuários

A cada início de ano, a biblioteca participa da Semana de Boas-Vindas e de orientação para os novos alunos, que focaliza sua missão, informações sobre horário e procedimentos para a utilização dos espaços, organização básica do sistema,

serviços presenciais, organização geral do acervo, tipos de materiais impressos, audiovisuais e eletrônicos que podem ser utilizados por todos, além de orientação para o empréstimo, renovação e devolução desses itens.

7.11 Instalações sanitárias

As instalações sanitárias são compostas por banheiro masculino, banheiro feminino e banheiro para pessoas com deficiência. Todas elas seguem as definições de qualidade já estabelecidas.

247

O banheiro para pessoas com deficiência possui vaso sanitário, torneira e pia de modelos próprios para atender aos portadores de necessidades especiais. Há também barras de apoio ao lado e atrás do vaso sanitário.

7.12 Equipamentos

Acesso a equipamentos de informática pelos docentes: aos docentes, é oferecido acesso aos equipamentos de informática por meio de reserva, que pode ser feita pelo sistema *on-line* Ulife. A Faculdade de Direito Milton Campos possui número suficiente de máquinas, que atenda satisfatoriamente às necessidades dos usuários para as devidas atividades. Os docentes têm acesso aos equipamentos na sala de professores, na biblioteca e nos laboratórios de informática e podem contar com o apoio dos colaboradores do Núcleo de Suporte à Informática (NSI).

Acesso a equipamentos de informática pelos alunos: aos discentes, é oferecido livre acesso aos equipamentos de informática. A Faculdade de Direito Milton Campos dispõe de um número suficiente de equipamentos para atender satisfatoriamente às necessidades dos usuários para as devidas atividades. Os usuários contam com a ajuda dos colaboradores do Núcleo de Suporte à Informática (NSI).

Recursos audiovisuais e multimídia: a Faculdade de Direito Milton Campos possui recursos audiovisuais e de multimídia em quantidade adequada, atendendo às demandas dos corpos docente e discente e do pessoal técnico-administrativo, mediante agendamento antecipado e reserva pelo Ulife. Conta com *notebooks*, televisores, caixas de som etc.

Internet: a Faculdade de Direito Milton Campos conta com rede de comunicação (internet e intranet) disponível aos docentes, discentes e funcionários em todo o

campus, nos laboratórios e nos terminais disponibilizados na biblioteca e sala dos professores. Além disso, todo o *campus* está equipado com rede de comunicação sem fio, que permite acesso gratuito em todas as dependências da IES.

Ferramenta de apoio ao ensino presencial: alunos e professores têm acesso ao ambiente virtual de apoio ao ensino presencial. A ferramenta possibilita a inclusão de vasto material didático, exercícios, fóruns, bem como a troca de informações entre discentes e docentes.

7.12.1 Plano de expansão e atualização de equipamentos

A mantenedora da IES, objetivando a sustentação estrutural e orçamentária das atividades educacionais por ela mantidas, em longo prazo, estabelece e segue uma política que orienta a alocação de seus recursos e investimentos. Procura otimizar seus resultados, atender às legislações vigentes e às determinações legais e, ainda, cumprir com o preconizado no Plano de Desenvolvimento Institucional da IES e dentro dos limites impostos pelo orçamento da instituição.

Para atender aos objetivos descritos, a mantenedora definiu uma política para a aplicação de investimentos que estabelece que, ao se aproximar o fim do ano letivo, é iniciado o processo da construção do orçamento para o próximo ano, estabelecendo as metas de desempenho e de geração de caixa para investimento baseado no número de alunos previstos. Define-se, assim, a necessidade de adequação de salas e laboratórios e/ou a construção de novos.

O diretor e os gestores da instituição trazem essas metas para dentro de suas unidades e desdobram-nas até o nível de centros de custo. Nesse desdobramento de receitas e despesas, as necessidades específicas de cada atividade são levantadas. Por intermédio dos coordenadores de curso, verificam-se também as necessidades de investimentos baseados nos projetos pedagógicos (livros, laboratórios, equipamentos etc.) ou específicos da extensão e pesquisa. O conjunto de informações é então agrupado, condensado e reapresentado à mantenedora.

Feito isso, tendo como base a geração de caixa prevista para o ano, descontados os compromissos já assumidos em anos anteriores, a diretoria define a seguinte sequência de priorização:

- investimento no que é exigência do projeto e provisão de infraestrutura suficiente para o número de alunos previstos;
- definição dos melhores projetos de ensino, pesquisa e extensão que deverão receber investimentos durante o ano, atrelados às metas que garantam sua sustentação.

Caso os objetivos iniciais não estejam contemplados, o trabalho é refeito e/ou as metas iniciais são revistas, sendo solicitados novos planos de investimentos. Ao se encerrar o ano, é feita uma avaliação pela mantenedora do atendimento do orçamento do ano findo, verificando a capacidade efetiva de geração de caixa, o volume de recursos financeiros aportados e o volume de investimentos realizados, comparando com a previsão realizada.

Caso se perceba necessário um novo ajuste do orçamento do ano entrante, é feita a solicitação aos gestores. Após a auditoria externa do balanço e dos resultados, a proposta de orçamento é apresentada ao Conselho de Administração da mantenedora para aprovação. Uma vez aprovado o plano geral de investimentos e o orçamento, cabe à instituição ensejar todos os esforços para cumpri-lo. A verificação do atendimento ao planejado é realizada mensalmente por meio dos relatórios de demonstrativo de resultados, de fluxo de caixa e de investimentos realizados pelos gestores.

7.13 Recursos de tecnologias de informação e comunicação

Como referendado no capítulo 4, a Faculdade de Direito Milton Campos conta com a plataforma Ulife, com funcionamento integral via *web*, que garante ao aluno flexibilidade de acesso, considerando-se a esfera temporal (a qualquer dia e horário) e a esfera espacial/geográfica (de qualquer local), além de contribuir para melhor organização dos estudos. O Ulife é uma solução de gestão acadêmica baseada na nuvem. Suas ferramentas conectam alunos, professores e todo o ecossistema acadêmico ao longo do processo de construção do conhecimento. O Ulife, recurso de tecnologia educacional, possui foco em experiência de uso e de processos ágeis de desenvolvimento de *software*.

O Ulife é o sistema que permite ao aluno o acesso a diversos protocolos de secretaria relacionados à sua vida acadêmica. Estará conectado com o sistema acadêmico e

financeiro utilizado pela instituição, o Sistema Integrado Acadêmico-Financeiro (SIAF), por meio do qual a IES acompanha os seguintes processos acadêmicos:

- matrícula: abertura e fechamento do processo de matrícula com configuração de etapas (processo interno e processo externo *web*); recebimento dos aprovados no vestibular ou em qualquer outra forma de ingresso totalmente integrada com o sistema de processo seletivo *Vestib*; manipulação do diário de classe com base em cadastros prévios de período letivo, grade curricular, horários, remanejamentos, quadro de vagas etc.;
- relatórios/consultas eventuais: informações consistentes, apresentadas de forma adequada para atender o usuário;
- diário de classe: configuração de vínculo de professores, coordenadores, disciplinas, alunos nas turmas; abertura e fechamento de diários antigos para professores ou coordenadores efetuarem correções;
- dados de histórico escolar dos alunos: equivalências por aluno, disciplina e estrutura curricular;
- protocolos: atendimento, configuração do processo/fluxo e registro de contato com o aluno;
- outros menus para alimentação do sistema, para que sejam usadas as informações em alguma tela operacional.

Como ferramenta de apoio aos processos de ensino-aprendizagem, o Ulife permite que o professor cadastre seu plano de aula, as datas de avaliação e os materiais didáticos. O professor também tem acesso, por meio do sistema, ao diário de classe *on-line*, com possibilidade, inclusive, de assinatura digital das atas de resultado final. Permite que seja feita a reserva de recursos audiovisuais disponíveis na IES para uso em sala de aula.

Pelo sistema, o professor pode gerar relatórios para acompanhamento das turmas no que se refere à frequência e à avaliação. Por meio do Ulife, o educador visualiza seu relatório de avaliação institucional, acessa a base de dados da biblioteca para renovação e reserva de livros, bem como pode acessar as bibliotecas virtuais e portais de periódicos *on-line* e compartilhar com os alunos livros, revistas e jornais ou indicações bibliográficas. O professor também terá acesso ao “Portal Intranet”, que

permite os conhecimentos relativos aos setores da Faculdade de Direito Milton Campos, informações e serviços.

O Ulife faculta ao aluno acompanhar com mais autonomia, da IES ou de qualquer outro ambiente em que esteja, as informações que o professor disponibilizar no sistema. Por meio desse recurso tecnológico, é possível que professores e alunos, bem como a coordenação do curso e a direção da instituição, comuniquem-se por *e-mail* e estabeleçam um diálogo mais efetivo para resolução de eventuais questões acadêmicas.

251

Além disso, o Ulife é um importante instrumento de gestão para o coordenador do curso, uma vez que permite o acompanhamento da execução do trabalho docente por meio de relatórios de pendência sobre lançamento de planos de ensino, notas e frequências. Essa forma de monitoramento contribui, ainda, para o processo de autoavaliação institucional, pois oferece ferramentas para subsidiar esse processo, como relatórios e avisos de pendências.

Os protocolos disponíveis no Ulife permitem a melhoria do atendimento ao aluno, a efetividade e a agilidade nas respostas, além disso, otimizarão processos e evitarão a perda de tempo para atendimento. O sistema *on-line* pode ser acessado em qualquer computador com conexão à internet, não necessariamente a partir da IES. Pode ser acessado também por dispositivos móveis, pela versão do sistema adequada a essas mídias, denominada Ulife Mobile. Entre os diversos processos que poderão ser solicitados pelo Ulife, destacam-se os seguintes: assistência pedagógica domiciliar; atestado de conclusão de curso com histórica escolar; colação de grau especial; declaração de frequência, etc.

Por meio do sistema, o aluno poderá também realizar sua matrícula, contando com tecnologia exclusiva para a efetivação do processo. Cabe ressaltar, todavia, que a virtualização dos protocolos não excluirá o atendimento presencial, quando este se fizer necessário. Dessa forma, os alunos têm à sua disposição, a qualquer tempo e espaço, o acesso a informações acerca de sua vida acadêmica, o que permitirá maior autonomia para organização e planejamento de sua rotina diária de estudos.

O Ulife é o recurso tecnológico que subsidia a interação dos alunos com a Faculdade de Direito Milton Campos. É tanto um instrumento de comunicação e interação entre

coordenação, professores e alunos da instituição, como também uma ferramenta de apoio ao processo de ensino-aprendizagem. Por meio do Ulife, o aluno tem acesso às bibliotecas virtuais, que reúnem uma série de títulos universitários disponíveis para acesso *on-line*, e permite, assim, a relação de um livro por aluno, sem necessidade de empréstimos ou reservas. As duas plataformas disponíveis na Faculdade de Direito Milton Campos para acesso pelo Ulife, a Biblioteca Digital Pearson e a Minha Biblioteca, contribuem para o aprimoramento e o aprendizado do aluno com diversos recursos interativos e dinâmicos, o acesso à informação de forma prática e eficaz, bem como com a diversidade de títulos.

O acesso ao Ulife e a todas as ferramentas acadêmicas que oferece – desde o acompanhamento de suas notas e frequência, à solicitação de protocolos e possibilidade de comunicação e estudo pelos recursos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e nas bibliotecas virtuais – possibilita ao aluno desenvolvimento da autonomia e aprimoramento no uso desses recursos ao longo de sua formação, de forma ética e visando sempre à construção do conhecimento em uma perspectiva interdisciplinar.

7.14 Atendimento às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida

Existem metas explícitas na legislação nacional (Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014) para a melhoria das condições de acessibilidade às pessoas com deficiência nas instituições de ensino. Para além do que propõe a legislação, por ter a diversidade humana como um valor, a Faculdade de Direito Milton Campos assume seu compromisso com a inclusão social, efetuando mudanças fundamentais não apenas na adequação do espaço físico, mas, sobretudo, no desenvolvimento de atitudes de sua comunidade, por entender que são as ações concretas e formativas que efetivamente contribuem para a construção de um novo tipo de sociedade.

Nesse sentido, a Faculdade de Direito Milton Campos tem a reserva de vagas de seu corpo técnico-administrativo a pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que cuida das adaptações pertinentes, com vistas a atender às necessidades de locomoção e conforto das pessoas com deficiência, disponibilizando, por exemplo, rampas de acesso, banheiros com barras de apoio, pia e espelho adequadamente instalados e elevadores.

7.14.1 Acessibilidade curricular e atitudinal

Na perspectiva de se ter a diversidade humana como um valor, é preciso considerar e defender o direito das pessoas com deficiência ao acesso à educação, o que significa engajar estudantes, professores e funcionários da Faculdade de Direito Milton Campos no propósito de garantia desse direito. Isso significa que os participantes do processo educativo devem valorizar as diferenças como fator de enriquecimento pessoal, acadêmico e profissional, removendo as barreiras para a aprendizagem e promovendo a participação de todos e de cada um, com igualdade de oportunidades.

253

O princípio fundamental da inclusão e do acesso curricular é que os alunos devem aprender juntos, apesar das dificuldades ou diferenças que possam apresentar. Partindo desse princípio, a Faculdade de Direito Milton Campos, desde o momento em que os alunos se inscreverem para o vestibular de acesso aos cursos, procura identificar as demandas de inclusão de alunos com deficiência, oferecendo todas as condições para que realizem a prova.

Uma vez matriculados, várias ações serão implementadas no sentido de garantir a qualidade de aprendizagem e de convívio desses alunos no âmbito acadêmico, envolvendo docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo no atendimento às suas necessidades. O NAPI, setor apresentado anteriormente neste documento, destaca-se também por um atendimento individualizado, identificando e direcionando melhor acomodação aos diferentes estilos, formas, interesses e ritmos de aprendizagem. Trabalhando junto aos docentes a flexibilização ou a adaptação do conteúdo, do tempo e da sequenciação de assuntos, além da abordagem didático-metodológica para os alunos com necessidades especiais e da adaptação dos procedimentos de avaliação, o trabalho é pautado não apenas pelas limitações funcionais que o aluno apresenta, mas, principalmente, pela sondagem das suas potencialidades intelectuais e socioafetivas.

Assim, na Faculdade de Direito Milton Campos, os alunos com deficiência recebem o apoio extra de que precisarem a fim de que lhes seja assegurada uma aprendizagem efetiva. Reconhecer e responder às diversas necessidades de alunos e alunas com

deficiência é da maior importância para que desfrutem da igualdade de oportunidades de apropriação do saber, do saber fazer e do saber ser e conviver.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Faculdade de Direito Milton Campos considera o seu Projeto Institucional inovador, sobretudo pelas características que apresenta:

- Currículo: nosso currículo agora é integrado. Isso quer dizer que o aprendizado será fruto de uma compreensão global do conhecimento, não mais repartido em disciplinas.
- Aprofundamento de estudos: os estudantes são incentivados à prática de atividades que aprofundam estudos: leitura e produção acadêmica, práticas educativas, pesquisa e extensão, projeto de Vida & Carreira e visitas técnicas.
- Gestão participativa: os colaboradores, de todos os segmentos, estão envolvidos nos projetos da IES, opinando, discutindo e operacionalizando as ações. O sistema de gestão está organizado em comitês gestores.
- Formação continuada em serviço: são disponibilizados constantemente cursos de formação continuada ao público docente e à equipe técnico-administrativa.

255

Ademais, a Ânima Educação definiu cinco pilares estratégicos para as escolas a ela vinculadas. Esses pilares guiam e mantêm os estudantes no centro das decisões:

1. Experiência transformadora dos alunos e alunas;
2. Transformar a Ânima e suas escolas em um ecossistema de aprendizado personalizado;
3. Aprendizagem ao longo da vida;
4. Novos modelos de negócios;
5. Criar capacidades para o crescimento.

A Faculdade de Direito Milton Campos tem direcionado as suas ações, visando atender às principais demandas da oferta educacional, no que se refere ao desenvolvimento local e regional. A IES assume o compromisso de priorizar a inclusão social, tecnológica, política e cultural, objetivando sempre o respeito às diversidades e a conservação ambiental. É importante destacar que, ao disseminar as suas propostas, a IES busca sempre o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

AMARAL, E.M.H.; ÁVILA, B.; ZEDNJK, H.; TAROUÇO, L. **Laboratório virtual de aprendizagem: uma proposta taxonômica**. RENOTE- Revista Novas Tecnologias na Educação. CINTED-UFRGS, Porto Alegre, v. 9, nº. 2, p.s, n,dezembro, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/24821/14771>. Acesso em: 01.dez.2015.

AMARILHA, M. **Educação e leitura**: novas linguagens, novos leitores. Campinas, SP: Mercado de Letras; Natal, RN: UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

ÂNIMA EDUCAÇÃO. Projeto Acadêmico Ânima. Belo Horizonte, Diretoria Acadêmica, 2020.

ASSMANN, H. Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

AUSUBEL, D.P. A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel. São Paulo, 1993.

BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. M. (Org.). **Ensino híbrido**: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

BIGGS, J. B. Teaching for quality learning at university: What the student does. McGraw-hill education, UK, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 15 abr. 2004, seção 1, p. 3.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de dez. de 1996, seção 1, p. 27.833.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Poder Executivo. Decreto n. 5.786, de 24 de maio de 2006. Dispõe sobre os centros universitários e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 mai. 2006, seção 1, p. 9.

BRASIL. Poder Executivo. Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 mai. 2006, Seção 1, p. 7-8.

BRASIL. Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá

outras providências. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808>. Acesso em: 20 maio 2020.

BURLAMAQUI, M.G.B. Avaliação e qualidade na educação superior: tendências na literatura e algumas implicações para o sistema de avaliação brasileiro. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008.

CARDOSO, Beatriz [org.]. **Ensinar: tarefa para profissionais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

CLANDININ, Jean; CONNELLY, Michael. **Teachers as curriculum planners: narratives of experience**. Toronto: OISE Press; New York: Teachers College Press, 1988.

COROACY, Joana. O planejamento como processo. *Revista Educação*. Ano I, n. 4, Brasília, 1972.

CRONBACH, L. J. Coefficient alpha and the internal structure of tests. **Psychometrika**, 16, p. 297-334, 1951.

CUNHA, Luísa Margarida Antunes. *Modelos Rasch e Escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes*. Dissertação (Mestrado em Probabilidades e Estatística). Lisboa, Universidade de Lisboa, 2007.

DAMASIO, Bruno Figueiredo. Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. *Aval. Psicol.*, Itatiba, v. 11, n. 2, p. 213-228, ago. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712012000200007&lng=pt&nrm=iso>.

DAVIES, Nicholas. *Legislação educacional federal básica*. São Paulo: Cortez, 2004.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. MEC/UNESCO. 2ed. São Paulo: Cortez, 2003

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 1997.

DEWEY, John. **Education and experience**. New York: Collier Books, 1938.

DIESEL, Aline; BALDEZ, Alda Leila Santos; MARTINS, Silvana Newmann. **Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica**. In: Revista Themis. UNIVATES - Centro Universitário Centro Universitário Univates, Lajeado/RS, 2017.v.14, n. 1, p. 268 a 288.

FAZENDA, Ivani. Diversidade cultural no currículo de formação de professores – uma dimensão interdisciplinar. In: ROSA; SOUZA (Orgs.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FIGUEIREDO, Kristianne L; JUSTI, Rosária. **Uma proposta de formação continuada de professores de ciências buscando inovação, autonomia e colaboração a partir de referenciais integrados**. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v. 11, nº. 1, p.169-190, 2011, p.172.

FÓRUM DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. *Diretrizes conceituais e políticas*. Maria das Dores Pimentel Nogueira (Org.). Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Relatório de reunião especial de revisão (oficina), realizada em Diamantina/MG, nos dias 18 e 19 de julho de 2005, durante o 37º Festival de Inverno da UFMG. Aprovado, com modificações – incorporadas nesta versão –, pela Coordenação Nacional do Fórum, reunida em Brasília, em 8 de agosto de 2005.

FOUREZ, Girard. *A construção das ciências*. São Paulo: UNESP, 1995.

GALLO, S. Disciplinaridade e transversalidade. In: vários autores. (Org.). *Linguagens, espaços e tempos no ensinar e no aprender*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GANDIN, Danilo. *A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GATTI, B. A. Ensino superior e avaliação institucional: um modelo em implantação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: Inep, v. 80, n.194, p. 148-155, jan./abr. 1999.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. 3. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

HENGEMÜHLE, Adelar. *Gestão de ensino e práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

HOSTT, A. C. G. S., de Freitas Hauss, M. M., Nettos, F. S. F., Quintas, L. P., dos Santos, G. G., Grasseli, M. F., & Simões, C. M. Programa Híbrido de Formação de Professores “Sala Mais”. **Pleiade** – Edição Especial VI CIEd, v 12, nº. 25, p. 187-197, dez. 2018.

HORN, Michael B. **Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

LEMOIS, André F.M. **Cibercultura e Mobilidade. A Era da Conexão**. In: LEÃO, Lúcia (org). *Derivas*. Cartografias do Ciberespaço, São Paulo: Annablume; Senac, 2004.

LENOIR, Yves. Didática e interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incontornável. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Didática e interdisciplinaridade*. Campinas: Papirus, 2002.

MEDINA, A.; DOMINGUES, C. **La formación del profesorado en una sociedad tecnológica**. Madrid: Cincel, 1989.

MELLO, Guiomar Namó de. **Currículo da Educação Básica no Brasil: concepções e políticas**. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/>>. Acesso em: 25.abr.2015.

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010: Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, nº 249, Brasília, DF, 29 dez. 2010, seção 1, p. 39 a 43.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. *SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação*. 4. ed. ampl. Brasília: INEP, 2007.

MIZUKAMI, M. G. N. et al. **Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação**. São Carlos: EDUEFSCar, 2002.

MORIN, E. Afirmção proferida durante debate com a comunidade universitária da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG), realizado em 15/09/1998.

PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. 5. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2005.

PAIR, Claude. **A formação Profissional, Ontem, Hoje e Amanhã**. In: DELLORS, Jacques (org). *Educação para o século XXI*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PARENTE José. *Planejamento estratégico na educação*. Brasília: Plano Editora, 2001.

PEREIRA, E. A. – A universidade da modernidade nos tempos atuais. *Avaliação*, vol. 14, no. 1. 2009

PERRENOUD, Philippe. *Pedagogia diferenciada: das intenções à ação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PREEDY, Margartet; GLATTER, Ron; LEVASCIC, Rosalind. *Gestão em educação: estratégia, qualidade e recursos*. Trad. Gisele Klein. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PROJETO ACADÊMICO: Currículo, Interdisciplinaridade, Trabalho Coletivo e Aprendizagem Significativa. EVANGELISTA, Helivane de Azevedo; ALMEIDA, Inês Barreto de; MENDES, Lúcio Mendes. Belo Horizonte, 2009.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

_____. O que significa currículo? In: SACRISTÁN, J. G. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 16-35.

SCRIVEN, M. **Student ratings offer useful input to teacher evaluations**. 1995. Disponível em: <http://www.ericdigests.org/1997-1/ratings.html>. Acesso em: 01 abr 2008.

SANT'ANNA, Flávia M.; ENRICONE, Dilcia; ANDRÉ, Lenir; TURRA, Clódia M. *Planejamento de ensino e avaliação*. 11. ed. Porto Alegre: Sagra/DC Luzzatto, 1995.

SAUL, Ana Maria. Avaliação Emancipatória: Uma abordagem crítica transformadora. *Tecnologia Educacional*, v.21, n.104, p.24-31, jan/fev.1992.

SPEARMAN, C. General intelligence objectively determined and measured. **American Journal of Psychology**, 15, p. 201-293, 1904.

THURLER, Monica Gather; PERRENOUD, Philippe. Cooperação entre professores: a formação inicial deve preceder as práticas?. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 36, n. 128, p. 357-375, ago. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2020.

TOLEDO, M. V. S. **Recursos computacionais utilizados como ferramentas pedagógicas**: estudo de caso no IFMG. 49 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento) – Universidade Fumec, Belo Horizonte, 2015.

TORO, J. B. **Códigos da modernidade**. Trad.: COSTA, A.C.G. Porto Alegre: Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 1997.

SANTOS, Eloísa Helena. A interdisciplinaridade como eixo articulador do ensino médio e ensino técnico de nível médio integrados. In: *Ensino Médio integrado à educação profissional: integrar para quê?* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

SILVA, Antonio Luiz de Paula – Notas marginais sobre educação como resistência crítica em adorno. *Atos de pesquisa em educação*, vol 6, n 2, 2011.

UNESCO. *Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014*: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: Unesco, Orealc, 2005.

WISKE, M. et al. **Ensino para compreensão**: a pesquisa na prática. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: ArtMed, 2010.